

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Robério Daniel da Silva Coutinho

**Jornalismo Construtivista e Mudanças Climáticas:
desafios para uma adequada representação noticiosa**

Recife

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÕES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Robério Daniel da Silva Coutinho

**Jornalismo Construtivista e Mudanças Climáticas:
desafios para uma adequada representação noticiosa**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco

Orientador: Prof. Dr. Heitor Rocha

Recife

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

C871j Coutinho, Robério Daniel da Silva
Jornalismo construtivista e mudanças climáticas: desafios para uma adequada representação noticiosa / Robério Daniel da Silva Coutinho. – Recife: O Autor, 2014.
203 f.: il.

Orientador: Heitor Costa Lima da Rocha.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Comunicação, 2014.
Inclui referências e anexos.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Cidadania. 4. Mudanças climáticas. I. Rocha, Heitor Costa Lima da (Orientador). II. Título.

302.23 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2014-85)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor do Trabalho: Robério Daniel da Silva Coutinho

Título: “Jornalismo construtivista e mudanças climáticas: Desafios para uma adequada representação noticiosa”

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do Professor Dr. Heitor Costa Lima da Rocha.

Banca Examinadora:

A DISSERTAÇÃO FOI APROVADA
POR UNANIMIDADE PELA BANCA
EXAMINADORA.


CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
Programa de Pós-graduação
em Comunicação - CAG / UFPE
Av. Acadêmico Manoel Ramalho, s/nº
Cidade Universitária - Recife - PE
CEP 50670-904

Heitor Costa Lima da Rocha

Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior

Gustavo Ferreira da Costa Lima

Recife, 28 de fevereiro de 2014

Resumo

Entendemos o jornalismo como um articulador/mediador estratégico e central na construção social da realidade, na medida em que, através da sua representação noticiosa, fornece uma interpretação para significação da sociedade, com a capacidade de promover a integração social, quando expressa como consenso autêntico a formação democrática da opinião e da vontade política mobilizadas pela solidariedade na esfera pública. Assim, diante dos inéditos e atuais problemas e desafios postos pelo fenômeno das mudanças climáticas à organização socioeconômica e aos aspectos ambientais biofísicos, investigamos como tem sido representada noticiosamente a temática no universo de 638 matérias dos jornais Folha de São Paulo, O Globo e o Jornal do Commercio, coletadas no período de 13 de maio a 22 de julho de 2012, ou seja, no mês que antecedeu e sucedeu a Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre a Sustentabilidade, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012. Analisamos como as limitações de tal representação noticiosa, no tocante às barreiras postas à visibilidade na referida pauta das vozes da sociedade civil, prejudicam a formação de uma opinião pública mais qualificada sobre a ameaça climática, desqualificando o reconhecimento da importância do entendimento intersubjetivo das pessoas, como indispensável ao empoderamento social sobre a questão dos desequilíbrios socioambientais. Esse contexto é necessário para problematizar e legitimar a pressão pública no sistema político, reivindicando que o Estado adote as medidas cabíveis para enfrentar os riscos que tal problema oferece à vida e à sua qualidade, o que pressupõe, inclusive, medidas para superação dos mecanismos de escamoteamento da discussão responsável capaz de alcançar as soluções efetivas que o problema está a exigir. Neste sentido, identificamos a necessidade de combater o reducionismo simbólico no noticiário que desarticula e fragmenta a consciência sobre a complexidade dos problemas e dos desafios das mudanças do clima para encontrar respostas políticas, sociais, econômicas e ambientais que atenuem a crise do desenvolvimento humano. A pesquisa baseou-se principalmente nas teorias e metodologia da Teoria Crítica do Discurso, fundamentando-se através da epistemologia construtivista do jornalismo. Com esta dissertação, esperamos contribuir para superação dos desafios colocados à qualidade jornalística, que se materializam especialmente nos valores mitificados de objetividade e neutralidade, esvaziando os potenciais críticos das controvérsias sociais contidas nas versões dos respectivos atores e grupos vinculados nas esferas públicas necessários à promoção do entendimento voltado para o consenso social. Acreditamos, por fim, ter contribuído também para atualizar o ainda reduzido quadro científico de estudos jornalísticos sobre a agenda climática na representação noticiosa.

Palavras-chave: Jornalismo, cidadania, mudanças climáticas, esfera pública

Abstract

We understand journalism as an articulator/strategic mediator and center at social construction at reality as way as, through its noticed representation, provides interpretation for significance of a society, with capacity to promote social integration, as expressed to the authentic consensus democratic formation of will and opinion mobilized political solidarity in the public sphere. Thus, as meaning that unpublished Current problems and challenges and put by phenomenon of the weather changes organization of socioeconomic and biophysical aspects Environmental, we investigated how has been represented in the universe this theme in an universe of 638 subjects by these newspapers Folha de São Paulo, O Globo and Jornal do Commercio, collected on the period of May 13 to July 22, 2012, that happened on month that preceded and succeeded Rio +20 - United Conference on Nations to Sustainability, held in Rio de Janeiro, between days 13 and 22 years June, 2012. We analyze how constraints such as news representation not regard barriers to the Referred Visibility pattern in the voices of civil society, without prejudice to the formation of public opinion more qualified on Hardiness, threat or disqualifying recognition of the importance of people's intersubjective understanding, essential to the social empowerment issue on two environmental unbalances. This context is necessary to legitimize public pressure and problematizes the political system, claiming that State to adpt appropriate measures to face the crags that this problem offers to the life and its quality, this assumes, including measures to overcome by mechanisms of subverted responsible discussion able to reach effective solutions that this problem is demanding. In this sense, we identify the need to combat the symbolic reductionism in news that dismantles and fragments the consciousness on the complexity of the problems and the challenges on the climate changes politics to find answers social, economic and environmental that to mitigate the human development crisis. The research was based on - theories in social theory and methodology Mainly of speech - is basing Through constructivist epistemology gives journalism. In this dissertation, we hope to Contribute to overcome the challenges placed on journalistic quality Especially That value mythologized of objectivity and neutrality are materialized, emptying the critical potential of social disputes contained in the versions respective actors and related groups in the public spheres necessities aimed to promote social understanding or consensus. Finally, we believe that we have also contributed attempt the lowered or still frame journalistic studies about climate scientific on the news agend in the representation.

Keywords: Journalism, citizenship, climatic change, public sphere

Ao mistério da vida

Agradecimentos

A Deus (pela criação do universo, dos seres vivos, das coisas e das possibilidades);

À mamãe Sônia, ao pai Daniel, às irmãs Meroça e Rosicota e à família Coutinho e Silva (pelo nascimento e pela educação com fortes valores morais em prol da solidariedade humana, além de serem responsáveis pelas minhas primeiras socializações no mundo da vida);

Aos amigos e às amigas (pelas interações sociais fundamentais para saber o que é a vida);

Aos professores (pela formação escolar necessária para enfrentar o mundo normatizado);

Às adversidades (pela capacidade de que elas nos oferecem para provocar a evolução humana – ‘sem dor, não há prazer’);

Às conquistas (pelo momento de mostrar que somos capazes, mas também porque através delas aprendemos que é preciso vigiar e lutar continuamente para tentar mantê-las);

Às transgressões (para mostrar que somos humanos, e como tais, somos livres, imperfeitos e mortais);

Ao jornalismo (por manter viva a experiência social de que pela força da opinião pública é possível mudar sempre qualquer sistema político). Neste sentido, agradeço em especial ao meu querido e amigo professor orientador Heitor Rocha – docente amigo e amigo docente que me fez voltar a acreditar nos valores da solidariedade -, e ao meu amigo jornalista Glynnner Brandão - amigo fiel dos tempos do curso de Jornalismo na Católica, onde me estimulou a atuar na área jornalística. Também aos meus eternos chefes por onde passei, aprendendo e compartilhando conhecimentos importantes. Dente eles, destaque: Jaqueline, Kátia, Mauro, Chistine, Maria José, Iraquitán, Alexandre e Paulo;

À meteorologia (por me mostrar a complexidade e relevâncias desta ciência - capaz de mudar as relações sociais por conta do clima, aspecto que denuncia interesses do poder, do dinheiro, em detrimento à solidariedade). À meteorologia destaque um agradecimento especial à Dra. Francis Lacerda, minha amiga, professora e mentora. Também aos amigos do Laboratório de Meteorologia: Lindenberg, Hailton, Romilson, Janaína, Ricardo, Natanael, Isabela e Ivanildo;

À amizade (por ratificar que em todos os momentos - nos bons, mas principalmente nos ruins – que o carinho, a fraternidade, o respeito e a solidariedade sempre falam mais alto). Aqui inicio a lista com meu caro amigo Ladiécio – companheiro de longas ‘caminhadas’ que me fez pensar e entrar literalmente no mestrado. Mas aqui também destaque outros grandes amigos como Rodrigo Correia, Luciana, Walter, Flávio, Rodrigo Guedes, Gustavo, Jean e etc.;

Ao amor (por mostrar que os ciclos da vida só têm sentido quando compartilhado com outra pessoa de modo mais incisivo, aonde até as loucuras praticadas são bem vidas, inclusive, às de deixar de fazer suas ações individuais para cuidar de quem ama). Neste caso em especial, agradeço a minha namorada Ana, que, se aceitar, quero que seja minha noiva a partir de hoje.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1. Jornalismo, cidadania e mudanças climáticas	25
1.1. Imprensa e esfera pública na democracia deliberativa	26
1.2. Jornalismo construtivista na constituição da realidade social	38
1.3. Mudança do clima: controvérsias e complexidades	48
1.4. Percepção social dos brasileiros sobre a ameaça do clima	56
1.5. Panorama sobre a representação noticiosa do fenômeno climático	62
1.6. Abre-se nova oportunidade para a imprensa com a Rio+20	75
Capítulo 2. ‘Comunicação sistematicamente distorcida’ da mudança do clima	93
2.1. A construção da notícia: seleção da pauta e das vozes sociais	94
2.2. As barreiras comunicativas das vozes e versões da sociedade civil	104
2.3. Analisando a representação noticiosa da imprensa na Rio+20	108
Capítulo 3. A significação social das mudanças climáticas na ‘sociedade de risco’	125
3.1. A sociedade e o poder da significação jornalística	127
3.2. A educação ambiental na representação noticiosa da realidade social	134
3.3. Desafios para significar a complexidade do fenômeno climático na notícia	140
3.3.1. Os setores socioeconômicos e biofísicos representados na notícia	142
3.3.2. Conexão temporal e vinculação ao modelo de desenvolvimento humano	147
3.4. Visibilidade comunicacional da sociedade civil na ‘sociedade de risco’	154
3.4.1. Superando ‘barreiras’ de visibilidade pela mobilização solidária da sociedade	163
Considerações Finais	174
Referências	183
Anexos	188

Índice Iconográfico

Lista de Tabelas, Figuras e Gráficos

Tabela 1 -	Lista de manchetes selecionadas
Tabela 2 -	Lista de manchetes selecionadas onde a sociedade civil superou as barreiras de invisibilidade
Gráfico 1 -	Distribuição quantitativa das notícias por cada setor
Gráfico 2 -	Distribuição quantitativa das notícias pelo padrão de qualidade
Figura 1 -	Capa da Editoria de Ciência do O Globo, no dia 18 de maio de 2012
Figura 2 -	Chamada de matéria publicada pelo Jornal do Commercio, no dia 10 de junho de 2012, na Editorial de Cidade/Ciência/Meio Ambiente
Figura 3 -	Protesto da sociedade civil que ganhou audiência no jornal O Globo, no dia 15 de junho de 2012
Figura 4 -	Matéria do Jornal do Commercio, no dia 2 de junho de 2012, sobre a experiência do navio sustentável do Greenpeace, atracado no Porto do Recife
Figura 5 -	Matéria do O Globo, no dia 5 de junho de 2012, onde apresentou os três aspectos: (denunciar o modelo / mostrar o risco / propor leis).

Introdução

Em 2012, o Brasil viveu um dos momentos mais relevantes sobre o debate socioambiental e político-econômico da sustentabilidade planetária, com ampla visibilidade mundial, alardeada pelos meios de comunicação: o Estado do Rio de Janeiro sediou em junho, a Rio+20 – Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Com isso, trouxe uma maior atenção sobre o tema para a arena e agenda pública brasileira e mundial, potencializada pela ação comunicativa das posições dos atores e grupos sociais que ganharam os holofotes da mídia. A situação mostrou a capacidade significativa dos meios de comunicação social para dar notoriedade e significação pública aos assuntos quando eles são representados noticiosamente para o conhecimento da esfera pública, contribuindo na formação da opinião e da vontade do público-cidadão sobre a temática da sustentabilidade.

Todavia, um ano após a realização do evento, mesmo com toda visibilidade midiática, nos intrigou a constatação da marginalização da percepção social dos jovens brasileiros sobre a gravidade dos problemas socioambientais das mudanças climáticas. O fenômeno do clima, que é classificado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) como o maior e mais urgente e difícil problema político da atualidade, foi considerado pelos jovens do país como o de menor gravidade de uma lista com 16 tópicos, conforme revelou a pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), em junho de 2013. As mudanças climáticas é um assunto central para o êxito do desenvolvimento humano, porque ele tem efeitos significativos nas ações e estratégias de desenvolvimento socioambiental e político-econômico.

Diante da situação observada com a marginalização do problema pelos jovens do país, mas também por creditarmos e entendermos que o jornalismo tem responsabilidade social em dar notoriedade e significação às principais dificuldades sociais, com vistas a contribuir no entendimento do público numa sociedade democrática, auxiliando-o na percepção de tais desafios, acreditamos que pode ter ocorrido limitação no conteúdo jornalístico sobre a Rio+20 enquanto colaborador na identificação social dos problemas do fenômeno do clima. Por esta razão, optamos por pesquisar os desafios colocados para uma adequada representação das notícias sobre a temática, com o objetivo de qualificar a formação da opinião e da vontade pública, contribuindo para a percepção pública e política do risco socioambiental e político-econômico do fenômeno para a vida e para a organização social de modo sustentável.

Justificamos a escolha deste problema de pesquisa, por compreendermos que a ampla visibilidade pública dos problemas socioambientais é o meio necessário para fazer com que eles saiam da marginalidade do debate social, a fim de comunicativamente contribuir para, através de uma deliberação democrática ampliada, amenizar os desafios naturais e estruturais que ameaçam a sociedade, limitando o esforço da evolução humana. Isso é possível quando se conquista a notoriedade e a significação adequada sobre tais problemas na esfera pública e pelas autoridades políticas, através principalmente dos meios de comunicação social, objetivando que tal visibilidade pública e política constitua pressão social suficiente para legitimar ações e estratégias políticas de mitigação e de adaptação diante das vulnerabilidades

e dos impactos sociais e ambientais do fenômeno, no atual modelo global de desenvolvimento social e econômico.

Entretanto, tal visibilidade só acontece quando processualmente essa ação comunicacional vem a acontecer e continua ganhando repercussão através das vozes sociais inseridas na respectiva arena pública, configurando-se e legitimando-se como uma força comunicativa capaz de se direcionar ao centro de atenção da esfera pública, quando sai das periferias em direção à estrutura de poder estabelecida. E quando essas demandas da periferia conseguem progressivamente se ampliar através da reverberação da opinião pública qualificada (formada por meio da amplitude das opiniões divergentes), abre-se reais possibilidades para o problema ser percebido e encarado pelo sistema político do Estado (parlamento, tribunais e governamental), entendendo-o como sendo de relevante interesse coletivo da própria esfera pública, a qual o Estado é responsável por representar e administrar.

Dessa forma, como percebemos, a destacada função da força comunicativa da esfera pública é indispensável para que a sociedade possa alcançar a legitimação de seus interesses, influências e poderes, a fim de materializá-los no interior do sistema político democrático, para amenizar os seus problemas. Contudo, a visibilidade pública e política de suas demandas sociais necessitam significativamente do relevante agendamento pelos meios de comunicação social, os quais estão estruturalmente, por um lado, vinculados a setores estatais e econômicos e, por outro, pelo público que garante a sua audiência e sua legitimação social, bem como a legitimação do próprio sistema político.

A força da opinião pública é imprescindível para a credibilidade da imprensa, assim como para a viabilização da vida democrática. Sem a força comunicativa da esfera pública, nenhuma delas existiria. Este entendimento é aceitável porque somente pela força de integração social da esfera pública é que se pode constituir e manter o modelo democrático deliberativo em funcionamento – modelo onde teoricamente o cidadão é um *jurisconsorte* (membro de uma comunidade de direitos e deveres iguais). A instituição do jornalismo fundou a esfera pública como princípio de legitimação – ou seja, como fonte única e exclusiva de legitimação - do Estado de direito democrático, por meio da sua indispensável natureza comunicativa voltada em direção do consenso social, do entendimento coletivo, baseado no autoentendimento da vontade e da opinião do cidadão, as quais foram e continuam sendo institucionalizadas por esta mesma esfera do público, formulada através das negociações e influências de atores e de grupos sociais nela existente, por meio do convencimento social.

Nesta perspectiva, o consenso social nasce através das negociações entre os atores que compõem a esfera pública, evidenciando, portanto, que somente pelo convencimento nela produzido os poderes instituídos e o mercado se consolidam ao se tornarem capaz de estabilizar as expectativas dos cidadãos quanto à organização política e econômica. Isso reafirma o poder do público diante das posições do poder administrativo do Estado, do parlamento, bem como os interesses do mercado e também da mídia. Doravante, frente ao exposto, o poder da comunicação pública se amplia numa sociedade democrática, visto que

ela é a materialização do processo de convencimento da esfera pública, pois demanda argumentações e opiniões divergentes, as quais venham a contribuir para a formação da vontade e da opinião pública, com o objetivo de atingir os respectivos interesses de cada um dos atores e grupos sociais inseridos no debate, seja em prol do poder administrativo e do dinheiro – meios de controle sistêmicos - ou da solidariedade, como meio da sociedade construir um mundo mais consentido e, conseqüentemente, menos ameaçado.

Neste quesito, um tema em especial tem provocado significativa repercussão contemporânea no poder público, nos mercados, e, principalmente, na sociedade civil. Falamos das mudanças do clima. O fenômeno se configura como o maior problema político da humanidade. Ele é considerado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, organismo das Organizações das Nações Unidas (PNUD/ONU, 2007), “um problema único e mais difícil que outros problemas políticos”. E como tal, desperta interesses e preocupações dos atores e grupos sociais inseridos no debate, os quais se envolvem defendendo suas racionalidades em defesa do poder administrativo, do dinheiro e ou da solidariedade humana.

A anômala mudança climática é tão significativa por conta das implicações sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais que ela provoca e provocará na organização da humanidade planetária. Os estudos científicos preveem expressivos impactos socioambientais e político-econômicos para o bem-estar e o desenvolvimento das sociedades (além de outras ainda não previsíveis), afetando a atual geração humana e mais fortemente as futuras. Todos eles estão atrelados conseqüentemente ao modelo de desenvolvimento socioeconômico contemporâneo, baseado na produção e no consumo desenfreado pelo capital, desatrelado ao uso racional dos recursos naturais e ao respeito às questões socioambientais de maneira geral. Para atenuar os problemas oriundos da alteração do clima, a reconfiguração de tais modelos é fundamental.

Sendo assim, a visibilidade pública dos problemas socioambientais das mudanças climáticas é indispensável para, em defesa da coletividade, se viabilizarem as deliberações políticas capazes de amenizá-los. Porém, desde que, diante do risco que as mudanças do clima provocam à vida humana e à sua qualidade, o valor da solidariedade imponha a necessidade do bem-estar e do desenvolvimento social diante dos interesses imediatistas da burocracia estatal e do mercado, centrados nos valores do poder e no dinheiro.

Dessa forma, instaura-se para o jornalismo o desafio para uma representação adequada do fenômeno climático nas notícias, contribuindo para fazer a ligação entre a percepção social diante do problema e o público-cidadão.

Por este motivo, o nosso objetivo com a dissertação é analisar a pauta climática na representação noticiosa referente às barreiras postas pelas estruturas de poder social (Estado e mercado), através do processo chamado ‘comunicação sistematicamente distorcida’. A ação oportunizou identificar a marginalização da visibilidade e da percepção pública e política do problema. Também objetivamos investigar a significação social construída no conteúdo das

notícias sobre a complexidade das mudanças climáticas, de seus problemas e as urgências para atenuá-los. A ação permitiu verificar a limitada significação fornecida sobre o problema, despolitizando o entendimento do público-cidadão. Por fim, objetivamos ainda identificar a existência da constituição de sentido social na representação noticiosa em relação ao risco socioambiental e às iniciativas de mobilização da sociedade civil. A iniciativa possibilitou constatar em que nível ocorre alguma ruptura nas barreiras estruturais existentes no conteúdo jornalístico, contrabalanceando os meios de controles sistêmicos do poder estatal e do dinheiro em função do sentido do valor da solidariedade social.

Alcançando tais objetivos, compreendemos ter contribuído também para apontar os desafios para a superação da racionalidade instrumental do rigor técnico jornalístico, a qual se foca em pseudovalores da objetividade e da neutralidade, desvirtuando com isso a crítica inerente à sua função originária e de ofício, direcionada à promoção do entendimento da esfera pública voltado para o consenso social, por meio da visibilidade das suas controvérsias através dos argumentos e versões de seus atores. Ainda entendemos ter contribuído para atualizar o estado da arte das reflexões teóricas sobre as notícias jornalísticas relacionadas às mudanças climáticas, o qual ainda é bastante incipiente.

Ademais, justificamos que o interesse pelo problema da pesquisa - os desafios para adequadamente representar as notícias jornalísticas sobre as mudanças do clima, a fim de qualificar a formação da opinião e da vontade pública, contribuindo para identificação pública do risco socioambiental e político-econômico frente ao clima - originou-se inicialmente da crítica feita à qualidade das notícias jornalísticas veiculadas sobre o tema pela mídia internacional, segundo constatou cientificamente o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD/ONU, 2007), indicando que a situação tem gerado “confusão intencional” sobre a percepção social da esfera pública para identificar o problema.

Mas a nossa percepção crítica também ocorreu através da contribuição científica de uma pesquisa de 2007 da Agência de Notícias dos Direitos à Infância (ANDI). Ela constatou que a imprensa brasileira tem ampliado o agendamento da pauta sobre as mudanças climáticas, porém tem contextualizado seu conteúdo de forma limitada, em relação à complexidade do problema e aos desafios postos pelo fenômeno do clima, os quais podem ameaçar o desenvolvimento sustentável da humanidade.

Dessa forma, com base nas contribuições do estado da arte correlato ao problema da pesquisa (jornalismo e mudanças climáticas), mas fundamentando-se, sobretudo, nas referências teóricas, epistemológicas e metodológicas sobre o Jornalismo e o seu processo de constituição de sentido social, como concebem Hall, Herman, Bakhtin, Gill, Carvalho, Alcina, Guareschi e Habermas, pudemos observar criticamente que, um ano após a realização da Rio+20 em 2012, evento que teve ampla noticiabilidade jornalística e reais chances para o agendamento da pauta sobre as mudanças climáticas e para a adequada construção de significação do problema e seus desafios – já que o evento se tratava de desenvolvimento sustentável e o fenômeno do clima é o ‘maior e mais difícil problema político’ da atualidade

sobre o tema -, a juventude brasileira considerou o fenômeno climático como o último de uma relação de 16 tópicos listados enquanto os mais desafiadores para ela (IPEA, 2013).

A revisão bibliográfica propiciou ainda a definição das categorias de análise da pesquisa, constituídos metodologicamente com base na Teoria Crítica do Discurso, baseada numa corrente epistemológica construtivista, que classifica o texto jornalístico como uma linguagem em construção, montado a partir do recurso linguístico já existente, sendo configurado através de seleções desse mesmo repertório linguístico, para ser interpretado em um mundo também em construção. Dessa forma, as categorias foram definidas com o objetivo de identificar discursivamente o que aparece nos textos para localizar a sua função, sua orientação da ação (função intencional). Isso é possível porque um discurso não ocorre em um vácuo social (GIL, 2002). Logo, ele é usado intencionalmente para se mostrar de maneira aceitável. Além desse sentido, com base na Teoria Crítica do Discurso, as categorias de análise também permitiram identificar como o texto jornalístico é elaborado para atingir tal função.

Dentro desse contexto, a pesquisa nos permitiu tanto analisar o processo da construção da representação noticiosa, por meio da observação das vozes e versões selecionadas no conteúdo jornalístico, com vistas para verificar também a respectiva intenção funcional dessa montagem textual sobre as mudanças climáticas, dentre outras identificações intencionais. Por este motivo, constituímos as categorias fazendo perguntas funcionais ao texto para localizar tais respostas objetivas, com base na contribuição metodológica da Teoria Crítica do Discurso. Foram elas: as mudanças climáticas existem na imprensa? Quais são as vozes e versões sociais que falam delas? Quais assuntos dizem respeito ao fenômeno climático na imprensa? Há alguma relação discursiva entre a causa, efeito, vulnerabilidade, mitigação, adaptação e oportunidades das mudanças do clima? A narrativa da crise socioambiental e/ou político-econômica em decorrência do clima tem rompido as barreiras da estrutura de poder que são limitadoras da visibilidade da sociedade civil? A mesma crise tem conseguido contrabalancear o domínio do discurso centrado no viés político-econômico em detrimento ao viés socioambiental? Com estas perguntas, acreditamos poder analisar adequadamente o problema da pesquisa e alcançar os objetivos estabelecidos.

O recorte escolhido para realizar a pesquisa utiliza os jornais Folha de São Paulo, O Globo (RJ) e o Jornal do Commercio (PE). A seleção se justifica pela expressiva circulação e comercialização deles a nível nacional (os dois primeiros) e regional (o último). O período delimitado corresponde ao mês anterior e posterior à Rio+20, realizada entre 13 e 22 junho de 2012. O motivo da escolha do período do *corpus* se deu em função da sua proximidade com a Conferência – factual oportunidade jornalística para seu amplo agendamento e correspondente atenção social ao tema das mudanças do clima, devido à sua relevância na discussão do desenvolvimento sustentável, temática central deste evento de natureza socioambiental e político-econômica.

Selecionamos 123 matérias das 638 analisadas com base nos critérios de seleção dos dados da pesquisa. As 638 possuem a expressão Rio+20 no seu conteúdo, identificando no texto sua correlação literal com o evento. Porém, somente 123 compuseram a base de dados central da pesquisa, pois possuíam literalmente no texto, as expressões *mudanças climáticas* (e também no singular), ou suas derivações: *mudanças do clima, mudanças no clima, alterações climáticas, alterações do clima, eventos climáticos, eventos do clima*. E ainda as expressões *aquecimento global, temperatura global e efeito estufa*, por conta da sua pertinência com a discussão climática. Por esta mesma razão, a palavra *clima* também foi considerada, desde que significando às questões climáticas. Estas notícias foram analisadas quantitativamente e qualitativamente para identificar as suas intenções quanto à significação social e como foram construídas para alcançar tais objetivos.

Quando reunimos os textos que compõem o universo da investigação da pesquisa, pelo processo de clipagem eletrônica, eles foram ordenados e agrupados em uma apresentação temporal e esquemática. Três períodos foram objetivamente descritos: um mês antes da Rio+20 (13 de maio a 12 de junho de 2012), durante (de 13 a 22 de junho de 2012) e um mês depois do evento (de 23 de junho a 22 de julho de 2012).

Em relação à questão esquemática do ordenamento e agrupamento das matérias, elas foram definidas por diferentes questões de acordo com o objetivo das categorias de análises: pela semelhança na seleção de vozes sociais dos setores da sociedade (sociedade civil e cidadão individual), do sistema político (poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, além dos órgãos internacionais, como G8, Brics, etc., e os transnacionais, a exemplo da ONU) e do sistema econômico (mercado financeiro, comercial, industrial e empresarial)

Também foram definidas a partir da semelhança na seleção de assuntos relacionados às mudanças climáticas associadas aos setores socioeconômicos (governança, tecnologia, transporte, indústria e à energia) e biofísicos (ecossistemas, assentamentos humanos - urbano e rural -, recursos hídricos, produção de alimentos - agricultura, eventos extremos, avanço do mar e segurança humana - saúde). Além disso, foram selecionadas por meio das semelhanças identificadas sobre os aspectos dos problemas do fenômeno do clima (causa, impactos e vulnerabilidades nas questões humanas e naturais) e dos desafios para amenizar tais problemas (mitigação e adaptação).

As matérias ainda foram ordenadas e agrupadas esquematicamente pelas similaridades referentes à inclusão das demandas solidárias da sociedade civil, exatamente quando denunciam o atual modelo de desenvolvimento humano centrado na ultrarracionalidade econômica, quando expõem o risco que os problemas socioambientais oferecem à vida e à sua qualidade, e quando propõem legislações específicas para combater os avanços de tais ameaças socioambientais em função da evolução da humanidade nas questões econômicas.

Ressaltamos, frente ao exposto, que a comunicação é a sustentação de tudo para qualquer pesquisa social, visto que é através dela que se forma a representação da realidade social. Dentro desse contexto, analisar a representação noticiosa possibilita investigar como

ocorre o processo de construção social do fenômeno da própria construção social da realidade. Isso porque entendemos que o jornalismo pode e tem contribuído para a construção do presente social, através de sua notícia que é significada socialmente pelo público-cidadão e reverberada enquanto opinião pública na agenda pública e política. Esta perspectiva é característica da corrente construtivista do jornalismo, na qual nos afiliamos para fundamentar esta dissertação.

Por este motivo, as notícias analisadas são relevantes subsídios para identificar o jornalismo como um articulador/mediador estratégico e central na construção social da realidade, na medida em que, através da sua representação noticiosa, fornece uma interpretação para significação da sociedade, com a capacidade de promover a integração social, quando expressa como consenso autêntico a formação democrática da opinião e da vontade política mobilizadas pela solidariedade na esfera pública sobre os problemas decorrentes das mudanças climáticas.

Neste viés, a primeira parte da pesquisa trata da discussão conceitual do jornalismo, mas também do jornalismo enquanto significativo articulador e mediador na construção social da realidade, bem como suas principais divergências epistemológicas com o viés positivista, que se autoproclama de “espelho da realidade”, com a presunção de expressar a verdade absoluta dos fatos, mesmo selecionando (e excluindo) versões e fontes sociais e dotando de sentido o conteúdo (a partir das convicções ‘técnicas’ adotadas através da mitificação do objetivismo e do verificacionismo, sem reconhecer que a objetividade é apenas aquilo que é considerado válido pelo consenso da comunidade relevante).

Também trouxemos neste primeiro capítulo, a conceituação das mudanças climáticas e suas complexidades e controvérsias, mostrando seus desafios e as ameaças impostas à vida, à sua qualidade e à organização social diante do atual modelo de desenvolvimento político-econômico. Ainda incluímos uma seção sobre a percepção social dos brasileiros sobre a ameaça do clima. Além disso, inserimos também uma seção sobre a relação entre o jornalismo e as mudanças climáticas, a fim de mostrar o estado da arte sobre a análise da qualidade da representação noticiosa sobre o tema, bem como uma discussão sobre a superação de paradigmas para sua melhor significação. Por fim, trouxemos as questões pertinentes à metodologia utilizada na pesquisa.

Já no segundo capítulo, apresentamos a análise, revisitando conceitos importantes sobre a construção de notícia e sua relevância para visibilidade pública e política do problema climático numa sociedade democrática. Percebemos a importância dos processos técnicos de inclusão de vozes e versões sociais no conteúdo jornalístico, imprescindível para o fortalecimento da legitimação da significação do tema selecionado. Mas também observamos as barreiras estruturais impostas pela estrutura de poder no processo de seleção da pauta e de construção da representação noticiosa.

Nesta etapa da dissertação, salientamos que a imprensa, mesmo sendo um ambiente virtual de contato social, é onde se congrega a interação das pessoas na e entre as

comunidades local, estadual, regional, nacional e internacional, contribuindo para legitimar as decisões políticas através do consenso social.

Dessa forma, compreendemos que sérias consequências sociais ocorrem quando o agendamento dos problemas socioambientais da mudança do clima não é pautado na notícia. Isso porque bem sabemos o potencial da imprensa para amplificar o debate na arena pública, trazendo agendas e posições sobre os temas socialmente relevantes, bem como o esvaziamento de sentido decorrente da exclusão desses assuntos de tal visibilidade. São por estes mecanismos que ela pode legitimar opiniões de vozes de atores e de grupos sociais particulares, com a capacidade real de transformá-las enquanto expressões da própria opinião pública, devido a sua significativa exposição à esfera pública, que promove uma reverberação e, assim, representatividade social maior, ofertando maiores chances da aceitação pública intersubjetiva.

Por esta razão, destacamos que as mudanças do clima precisam ter uma maior visibilidade social – o que só pode acontecer através da mídia noticiosa - com valores solidários e capazes de comunicativamente criar uma ressonância na esfera pública por demandas políticas para amenizar os desafios estruturais e naturais que ameaçam a vida das pessoas. Mas é salutar ressaltar que os desafios postos pelas mudanças climáticas também atingem diretamente o poder estatal e o mercado. O fenômeno se configura como um desafio a ser enfrentado também pelo poder político e pelo mercado. Pois seus desafios demandam alterações de paradigmas, de novas práticas do conhecimento especializado e cultural, no trato com a natureza e nas relações sociais decorrentes dela. O uso de novas matrizes energéticas é um desses exemplos, dentre outros, como a mobilidade urbana, habitação, saúde, segurança, a indústria, a produção e o consumo e etc.

Portanto, a manutenção dos modelos tradicionais de desenvolvimento socioeconômico pode significar, em curto espaço de tempo, efeitos novíços para a governança política e para a economia. Logo, conseqüentemente, para a organização da sociedade nos moldes vigentes. Eis, portanto, a gravidade do fenômeno para a manutenção da integração social, a qual é realizada com base na solidariedade que só o consenso autêntico pode gerar. Mas, indiscutivelmente, o problema maior da mudança climática está associado à sua ameaça à vida e à qualidade de vida das pessoas - o maior bem de todos os bens sociais.

Neste contexto, ratificamos a relevância da representação noticiosa para contribuir diretamente na visibilidade social dos problemas decorrentes das mudanças climáticas para garantir com que eles adquiram ressonância pública e política, garantindo, conseqüentemente, atenção e relevância para o tema. A seleção do fenômeno e dos seus problemas para a vida das pessoas é indispensável para subsidiar a formação da opinião e da vontade do cidadão sobre a temática. Logo, se há “barreiras” impostas para a sua visibilidade, isso afetará fortemente na conscientização das pessoas e, por consequência, na formação qualificada da opinião pública sobre o fenômeno.

Todavia, os problemas socioambientais das mudanças climáticas apenas alcançarão a referida visibilidade pública e política se alcançarem espaço na representação noticiosa. Por isso, é importante destacar as posições controversas e específicas no seu conteúdo. Pois, a depender dos interesses correspondentes às suas posições expostas na representação noticiosa, seja em defesa do poder administrativo das forças políticas que se apropriam do Estado, do dinheiro das grandes corporações do mercado, e/ou da solidariedade social, eles ganharão evidência pública e, desta maneira, possibilidade de determinar as deliberações.

Assim, é crucial que determinados atores e grupos sociais denunciem os problemas das mudanças climáticas. A ação é necessária porque, a partir das vozes sociais selecionadas, o público-cidadão pode localizar e contextualizar os desafios diante do problema climático, os constituindo com base na exposição da argumentação veiculada, a qual pode conter semelhança com a sua vida, auxiliando, assim, na percepção e na problematização do tema, de maneira a contribuir na formação da opinião e da vontade pública sobre a problemática em questão.

Por este motivo, avaliamos como necessário analisar se a mudança do clima existe na representação noticiosa. Ou melhor, em que variação quantitativa está sendo agendada, subsidiando assim, a percepção social por via comunicativa. Mas igualmente importante também foi optarmos por analisar quais vozes sociais ganham visibilidade nas notícias sobre o assunto. A ampla exposição de determinados agentes que denunciam o problema é indispensável para a constituição da percepção na esfera pública sobre os riscos das mudanças climáticas, o que somente acontece com a formação da opinião e da vontade do cidadão. Para isso, classificamos as fontes jornalísticas contidas nas notícias com base nas respectivas representações sociais. Identificamos três grandes grupos. Os vinculados à sociedade civil, ao sistema político e ao sistema econômico. Por método de comparação, verificamos correspondentemente o perfil dos três tipos de vozes sociais mais utilizados em cada jornal pesquisado. Além disso, também avaliamos o nível da variação qualitativa da produção de cada notícia no tocante à sua diversidade de vozes e versões sociais utilizadas na referida produção. Constatamos tal padrão qualitativo por meio dos estudos de Herman (1999) sobre a diversidade significativa de fontes e versões na representação noticiosa da realidade social.

No terceiro capítulo, realizamos a análise, evidenciando as questões relativas ao sentido social construído na representação simbólica jornalística sobre as mudanças do clima. Para tal, revisitamos os conceitos sobre o signo da palavra e sua natureza e função ideológica, a materialização do consenso social através da ação comunicativa e as teorias da sociedade. Além das questões teóricas sobre a função informativa e educativa da comunicação, da educação ambiental emancipatória. E também os estudos sobre a complexidade das mudanças climáticas no tocante à conexão a diversos setores socioeconômicos e biofísicos e respectivas vinculações ao desenvolvimento humano para discutir as causas, ameaças e desafios para amenizá-lo. Por fim, ainda revisitamos os conceitos sobre a 'sociedade de risco' (BECK, 1992) e também sobre a importância dos momentos de crise social com efeitos na produção jornalística, dentre elas, a possibilidade da superação das barreiras à visibilidade das vozes e

versões da sociedade civil na representação noticiosa da realidade social (HABERMAS, 1997). Percebemos com a iniciativa, os efeitos ativos e objetivos do processo de significação da representação noticiosa na formação da opinião e da vontade pública numa sociedade democrática.

Neste percurso da pesquisa, verificamos que a significação social do texto jornalístico é tão importante quanto à denúncia de determinados atores sobre o problema das mudanças climáticas. Isto porque ele é elaborado para subsidiar o entendimento do público-cidadão, formando a opinião de maneira inteligível. Neste aspecto, é preciso dotar de sentido social a complexidade dos problemas e dos desafios das mudanças climáticas na vida das pessoas. A complexidade, neste sentido, não diz respeito ao tamanho e sofisticação dos textos, ou ao léxico culto e/ou técnico na área climática, até porque tal estruturação não convém ao discurso jornalístico, visto a sua característica narrativa de ser, necessariamente, inteligível ao maior público possível, de forma clara, direta e curta, com raras exceções, para informar e conscientizar a esfera pública sobre o tema agendado.

Neste caso, a complexidade corresponde a não redução da significação do problema climático, o que pode objetivamente afetar o entendimento social sobre seus desafios para a humanidade e também sobre quais respostas devem ser tomadas pública e politicamente. Entendemos como redução da complexidade quando não há correlação aos assuntos ligados aos setores biofísicos e socioeconômicos vinculados aos efeitos das mudanças do clima. Como já descrevemos, os setores socioeconômicos estão relacionados à governança política, tecnologia, transporte, indústria e à energia, enquanto que os biofísicos se referem aos ecossistemas, assentamentos humanos (urbano e rural), recursos hídricos, produção de alimentos (agricultura), eventos extremos, avanço do mar e segurança humana (saúde).

Outra questão referente à redução da complexidade na representação noticiosa sobre as mudanças do clima está vinculada à narrativa temporal desconexa e desvinculada com relação aos problemas e às ações e estratégias para atenuar os desafios postos ao desenvolvimento socioeconômico. É desconexa quando se desliga dos tempos arbitrariamente. Ou seja, o fenômeno do clima e seus impactos socioambientais têm raízes fincadas no passado, e que continuam nas práticas inadequadas do modelo de desenvolvimento socioeconômico baseado no ritmo desenfreado de produção e consumo pelo capital, sem racionalidade no uso dos recursos naturais e nas suas consequências para as questões socioambientais de maneira geral. Logo, o passado e o presente estão conectados e assim devem ser concebidos para narrar o problema levando em conta as suas causas e efeitos.

A narrativa também demanda a conexão do tempo presente com o futuro. Isto porque, baseado em posições cientificamente justificadas, são demandadas ações e estratégias sociais para amenizar os impactos previstos para as gerações posteriores. Dado que para amenizar as vulnerabilidades é preciso haver mudanças nas atitudes atuais, com vistas a alcançar resultados contemporâneos e, sobretudo, no futuro. Portanto, as mudanças climáticas têm conexão temporal com o passado, o presente e o futuro. Por esta razão, uma adequada

significação sobre o problema climático demanda uma conexão entre as suas causas, efeitos, impactos, vulnerabilidades e desafios (mitigação e adaptação) para o cotidiano da vida das pessoas.

Essa desconexão entre os tempos do passado, presente e futuro também se verifica quando eles não são relacionados narrativamente ao modelo de desenvolvimento humano adotado historicamente. É oportuno ressaltar que as causas, efeitos e impactos das mudanças climáticas estão relacionados consequentemente à intervenção científico-industrial do referido modelo, transformando-nos numa “sociedade de risco” frente ao advento de tais problemas socioambientais. Assim, não há como atribuir a este modelo a capacidade de resolver os problemas climáticos, ocultando que é exatamente a sua forma desenfreada de produção e consumo que dá origem a esses males. Lembremos que o problema do clima nasceu em decorrência desse modelo centrado no viés econômico. Terá ele a racionalidade adequada para resolver o problema criado por ele mesmo e para toda a humanidade? É preciso significar de modo que atenda as necessidades dos setores socioeconômicos e biofísicos. Para isso, é preciso fazer uma análise rigorosa e detalhada da vinculação entre o problema criado por este modelo e as respostas que ele propõe para a ‘salvação’ do desenvolvimento da humanidade.

Por todo o exposto, o reducionismo da complexidade das mudanças do clima na representação noticiosa pode produzir uma representação social limitada, na qual é exigida da esfera pública a proposta de resolução dos problemas oriundos do fenômeno, ou, pelo menos, uma forma de tentar amenizá-los, visto que seus efeitos negativos não cessarão completamente, conforme evidenciam os estudos científicos da área, mesmo com redução zero nas emissões de gases de efeito estufa.

Nesta perspectiva, avaliamos neste terceiro capítulo a necessidade de analisar quais os assuntos que dizem respeito às mudanças do clima na representação noticiosa. A ação procurou identificar a inclusão e/ou exclusão dos temas dos setores socioeconômicos e biofísicos correlacionados ao fenômeno do clima, subsidiando, assim, a percepção social por via comunicativa. Também optamos por analisar a existência e a profundidade de uma discussão sobre as mudanças climáticas que contextualize suas causas, efeitos e as vulnerabilidades dos setores socioeconômicos e ambientais biofísicos, considerando as formas possíveis de mitigação e adaptação aos efeitos do fenômeno. Esta abordagem é fundamental para materialização do sentido social responsável e consequente no tocante à complexidade dos problemas e desafios da mudança do clima. Ainda priorizamos investigar a inclusão das vozes e versões solidárias da sociedade civil em prol da integração social mais inclusiva na esfera pública diante dos riscos do clima que ameaçam à vida à sua qualidade de vida. Este contexto foi indispensável para analisarmos a politização das sociedades democráticas sobre o debate climático por meio da adequada e qualificada representação noticiosa da realidade social.

Para chegar à inclusão da amplitude dos temas correlacionados ao fenômeno do clima, analisamos cada notícia jornalística, comparando-as por correspondência àqueles setores

socioeconômicos e biofísicos listados pelo Painel Brasileiro das Mudanças Climáticas (2012). A análise se deu inicialmente de forma quantitativa para identificar a frequência e variação dentre os assuntos ligados às mudanças climáticas mais e menos representadas noticiosamente. Avaliamos a qualidade do material apresentado utilizando este critério como categoria de análise.

De forma semelhante, também verificamos metodologicamente a variação quantitativa e qualitativa da significação relacionada com vinculação entre as causas, efeitos, vulnerabilidades, mitigação e adaptação. Quanto maior o número de correlações entre essas implicações para tratar o tema das mudanças climáticas, maior a qualidade da representação noticiosa. Por método de frequência e comparação, verificamos correspondentemente o perfil das respectivas correlações mais utilizadas em cada jornal pesquisado. Neste sentido, foi possível classificar a qualidade da notícia em três níveis: adequado, razoável e inadequado.

Consequentemente, conforme observamos, as notícias sobre as mudanças do clima demandam que a temática não somente seja representada, mas que a cobertura jornalística seja elaborada de forma tal que inclua ao máximo possível uma diversidade significativa de vozes e versões sociais, principalmente as contraditórias que denunciam tal problema. Mas, além disso, enfatizamos a necessidade de que o problema do clima seja significado de maneira tal na representação jornalística que permita vislumbrar o tamanho da crise, do risco que o fenômeno representa para a vida da humanidade, bem como contextualize a necessidade da adoção de leis necessárias para tentar amenizar tais impactos e efeitos na sociedade.

Todavia, ratificamos que é necessário construir discursivamente a representação noticiosa do problema contemplando o risco que ele representa à vida, à qualidade de vida e à organização social da esfera pública. Isso porque vale ressaltar que o risco, decorrente do momento de crise social, representa a desarmonia da organização tradicional da esfera pública, centrado nos valores do poder do Estado e da economia. Assim, nestes momentos especiais que demandam atenção à solidariedade em busca de respostas para melhorar a integração social frente à crise, abre-se maior oportunidade para a sociedade civil projetar, comunicativamente e publicamente para o centro da arena pública, as demandas sociais e posições críticas aos modelos vigentes, a fim de ser atendida pelo sistema político do Estado. Ampliam-se, consequentemente, nestas situações especiais, maiores possibilidades das vozes e versões da sociedade civil serem selecionadas pela imprensa, possibilitando a constituição de sentido social favorável à adoção de medidas e estratégias pelo sistema político para beneficiar a sustentabilidade e o interesse do conjunto da sociedade.

Neste contexto, de forma complementar ao terceiro capítulo, analisamos a significação da representação noticiosa constituída através da inclusão das demandas da sociedade civil a partir do momento de crise socioambiental proveniente das mudanças do clima. Revisitamos os conceitos importantes sobre ‘sociedade de risco’ e respectivas ameaças a integração da sociedade, e, principalmente, a ‘superação das barreiras’ de visibilidade da sociedade civil em situações críticas. Percebemos a dimensão ainda maior do risco das mudanças climáticas à

organização social, mas também as oportunidades que elas abrem para as iniciativas externas de mobilização popular, ampliando suas chances de visibilidade pública e política através da reverberação dos meios de comunicação.

Avaliamos como necessária tal análise para observamos se a crise socioambiental tem conseguido contribuir para reduzir a força das barreiras estruturais do poder social relativa à invisibilidade das demandas da sociedade civil na representação noticiosa. Assim como se o momento de crise tem contribuído para contrabalancear o domínio do viés político-econômico e sua racionalidade instrumental no discurso jornalístico, com vistas a incluir na discussão a racionalidade socioambiental.

Para analisar a superação das barreiras, classificamos as iniciativas de mobilização da sociedade civil que ganharam espaço nas notícias jornalísticas. Lembrando que não basta somente ser citada a mobilização da sociedade civil, mas tal representação precisa mostrar suas demandas de modo racional enquanto cidadãos com igualdade de direitos, defendendo tais interesses no processo democrático. Pelo método de comparação, verificamos quantitativamente a frequência da inclusão da demanda popular em cada jornal pesquisado. Com a ação, inferimos qualitativamente a análise com base nas teorias correspondentes.

Para analisar a qualidade da significação do discurso solidário destes atores sociais representado na notícia sobre as mudanças climáticas em pautas oriundas da iniciativa de mobilização da sociedade civil, classificamos o nível de relevância social desses discursos selecionadas no conteúdo jornalístico. Para tal, identificamos se é inserida a denúncia ao atual modelo de desenvolvimento humano, mas também se é inserida a exposição sobre os riscos reais que as mudanças climáticas oferecem à vida e à sua qualidade, bem como se incluem as proposições de legislações para conter as mazelas socioambientais em decorrência da razão economicista. Esses discursos vão de contra as argumentações dominantes centradas numa racionalidade focada no poder estatal e no dinheiro. Portanto, quanto maior for o número de versões construídas com tais posições controversas à lógica dominante, maior será a qualidade comunicativa da notícia e a sua representatividade e legitimidade social.

Dessa forma, quanto maior o número desses aspectos no discurso da sociedade civil identificado na representação noticiosa, defendendo as demandas e as lógicas solidárias para a integração social, maior será a racionalidade comunicativa deste discurso no tocante ao viés socioambiental, o qual é contrário ao viés político-econômico da organização social. Assim, pelo método de comparação, verificamos quantitativamente e qualitativamente a variação maior ou menor da racionalidade comunicativa constituída pelo discurso socioambiental em cada jornal pesquisado.

Consideramos, portanto, de modo geral, que existe para o jornalismo um expressivo desafio social para representar adequadamente as mudanças climáticas, suas ameaças e as demandas por ações correspondentes para amenizá-las, visto que, através da sua significativa contribuição comunicativa, pode suscitar e amplificar uma identificação e problematização pública e política do problema, através da percepção social do risco climático pelo público-

cidadão e pela ampla e multifacetada esfera pública. Endentemos ser este um fértil debate sobre jornalismo, cidadania e fenômeno do clima. Isto porque a invisibilidade comunicacional do fenômeno e das vozes dos movimentos sociais e das periferias da estrutura de poder e a representação noticiosa despolitizada sobre as mudanças climáticas promovem efeitos objetivos negativos para o bem-estar das pessoas e para o desenvolvimento das sociedades, devido ao não empoderamento social e das respostas políticas decorrentes dele. Não esperamos com esta dissertação esgotar a discussão sobre a problemática levantada, mas contribuir com a pesquisa para formação de conhecimento sobre o assunto.

1 Jornalismo, cidadania e mudanças climáticas

O surgimento da esfera pública e da democracia deliberativa nos moldes atuais, estimulou o surgimento da imprensa, que impulsionou a discussão pública e, neste processo de racionalização pública, ‘o uso público da razão’. A imprensa auxiliou no surgimento da esfera pública e da democracia. Aos jornais coube e cabe uma importante função social de socializar e legitimar pública e politicamente os conhecimentos através das posições dos atores e grupos sociais. A integração da sociedade democrática depende do entendimento entre seus membros. Assim, tal consenso se baseia indiscutivelmente no processo comunicativo em que é construído. Pois, sem ele, não há condições de existir negociações e deliberações públicas e políticas com a intenção de garantir direitos aos cidadãos enquanto um ente dotado de tal condição dentro da coletividade social.

Assim, o funcionamento da imprensa é indispensável para manutenção da democracia. Ela fornece o conhecimento para a esfera pública, através da representação noticiosa, a qual transmite os fatos e as posições e versões racionais dos atores e grupos sociais para serem legitimadas comunicativamente. Desse modo, os jornais articulam e mediam a construção do presente social, tendo em vista que as notícias jornalísticas negociam sentidos para formação de consensos sociais racionais de forma intersubjetiva entre os participantes dessa comunicação.

Neste contexto, o jornalismo participa de forma central e estratégica na construção social da realidade através das notícias, que são produções sofisticadas para enfrentar o desafio de serem inteligíveis e aceitáveis socialmente. Qualquer assunto deve ser de interesse para ser representado pelo jornalismo, ou seja, precisa ser de relevância para o maior percentual possível do conjunto social, contribuindo para o fortalecimento do cidadão e da democracia.

Um dos assuntos contemporâneos que têm despertado a preocupação do mundo é a mudança do clima, visto a magnitude dos seus impactos e os desafios para a vida humana e da natureza, além da ameaça para a integração e a organização social diante do modelo de desenvolvimento socioeconômico centrado no desenfreado binômio consumo e produção capitalista, desatrelado das questões socioambientais.

As mudanças do clima são complexas porque promovem impactos em diversos setores socioeconômicos e biofísicos, deixando a humanidade bem mais vulnerável e ameaçada, principalmente as populações mais pobres, visto a falta de estrutura e mobilidade para enfrentar os impactos climáticas, sobretudo os extremos meteorológicos. Esta situação provoca uma crise de sentido e legitimidade no atual modelo de desenvolvimento socioeconômico, que precisa ser reconfigurado para não prejudicar as gerações futuras. Daí, com o advento das mudanças climáticas, originárias da degradação ambiental, demandam-se pública e politicamente ações e estratégias de mitigação e de adaptação para amenizar os seus efeitos.

Conseqüentemente, tal conjuntura exige do jornalismo o agendamento do grave problema das mudanças climáticas na sua pauta para construção de uma representação noticiosa de qualidade com a capacidade de tematizar, dramatizar e buscar maneiras efetivas de enfrentar o risco proveniente das mudanças do clima. Todavia, a pesquisa acadêmica atualizada sobre a temática tem revelado que a instituição jornalística tem produzido notícias que geram ‘confusão intencional’ sobre o fenômeno, dificultando a necessária percepção social sobre ele e, conseqüentemente, dificultando o surgimento das pressões públicas indispensáveis para forçar a adoção de medidas políticas capazes de enfrentar os efeitos danosos das mudanças do clima nas questões socioambientais.

Todavia, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizado no Estado do Rio de Janeiro, no Brasil, em 2012, renovou-se a oportunidade da imprensa brasileira melhor contribuir na identificação e na problematização social da complexidade dos problemas socioambientais decorrentes das mudanças climáticas, enquanto ameaças reais para a vida humana e natural, à qualidade dessa vida e também para a integração e organização social direcionada para um desenvolvimento sustentado e sustentável.

1.1 Imprensa e esfera pública na democracia deliberativa

Os meios de comunicação social são imprescindíveis para a democracia e fundamentais à cidadania. Pedrinho Guareschi (2004) compreende que a mídia é a porta-voz da esfera pública na construção de uma sociedade que se quer conquistar. A importância

atual dos grupos de mídia remete ao surgimento histórico/social da imprensa e de sua central e estratégica relevância para a criação e fortalecimento da esfera pública no período ainda pré-capitalista governado sob o regime teocrático.

Foi pela “peculiar força explosiva da imprensa”, numa sociedade baseada no sistema de troca de mercadorias, que se deu a derrubada do princípio de legitimação teocrático dos monarcas e se instituiu um novo sistema em que a legitimidade das leis do Estado de Direito Democrático passou a ser fundamentada, única e exclusivamente, pela opinião pública (HABERMAS, 1984, p. 34). O poder comunicativo da esfera pública, articulada e mediada pela imprensa, conseguiu tal êxito social e político. A partir daí, passou-se a ter uma atividade de Estado consolidada, sobretudo, através do sistemático intercâmbio de mercadorias e de notícias, esta que também virou mercadoria e de interesse dos governantes. Resumidamente, foi assim que o absolutismo da monarquia deixou de existir e surgiu uma sociedade cuja organização estava mais baseada nos consensos obtidos através da bolsa de valores e da imprensa do que na vontade autocrática de um soberano.

“Os artigos de jornais não só são transformados pelo público dos cafés (os principais espaços coletivos para os debates da época) em objeto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrante deles” (HABERMAS, 1984, p. 59). Era assim que as ideias e as posições de setores burgueses eram negociadas publicamente em busca de um consenso social maior sobre o que era noticiado. Jürgen Habermas lembra que tal público, “(...) que apaixonadamente tematiza a si mesmo, busca no raciocínio público das pessoas privadas entendimento mútuo e esclarecimento (...)” (HABERMAS, 1984, p. 60).

Dessa forma, com a evolução da sociedade e também da imprensa, os debates da esfera pública, os quais eram realizados, inicialmente, de forma quase exclusiva nos espaços geográficos dos cafés, salões e nas comunidades de comensais, ampliam-se virtualmente para alcançar um círculo maior de pessoas através dos jornais. Nesta perspectiva, portanto, a imprescindível importância da mídia para o empoderamento da cidadania e para a democracia está associada à dimensão da comunicação das pessoas privadas na esfera pública. Esta representação comunicativa tem e recebe significativa representatividade social. Dessa forma, recai para os *media* grande responsabilidade na promoção da cidadania dos integrantes dessa sociedade democrática, uma vez que a deliberação democrática depende do modo como a

representação noticiosa da realidade social articula e media as respectivas influências e posições dos atores e grupos sociais da esfera pública.

“A esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda sociedade” (HABERMAS, 1997, p. 91). Jürgen Habermas classifica a esfera pública como uma caixa de ressonância, reconhecendo nela o local onde o sistema político encontra eco para identificar e problematizar as questões até a sua sistematização institucionalizada pelos poderes de execução e legislação do Estado Democrático de Direitos. Para o autor, a esfera pública é o ambiente da vida social onde se desenvolve a opinião pública e a situação ideal para o seu advento acontece quando os cidadãos agem como público em relação a assuntos de relevância para todos sem sofrerem coerções e/ou limitações.

Neste contexto, é de fundamental relevância ressaltar que a opinião pública tem natureza e função política, pois cabe a ela “estabelecer os critérios gerais de organização e funcionamento das nossas sociedades, assumindo a sua forma uma exigência de legitimidade dirigida ao Estado e ao poder político em geral” (ESTEVES, 2010, p. 24). Dessa maneira, é na esfera pública, através dos sentidos e consensos formadores da opinião e da vontade política, onde se pode fazer a pressão social diante dos problemas vividos pela sociedade.

Todavia:

(...) na esfera pública, ao menos da esfera pública liberal, os atores não podem exercer poder político, apenas influência. E a influência de uma opinião pública, mais ou menos discursiva, produzida através de controvérsias públicas, constitui certamente uma grandeza empírica, capaz de mover algo. Porém, essa influência pública e política tem que passar antes pelo filtro dos processos institucionalizados da formação democrática da opinião e da vontade, transformar-se em poder comunicativo e infiltrar-se numa legislação legítima, antes que a opinião pública concretamente generalizada possa se transformar numa convicção testada sob o ponto de vista da generalização de interesses e capaz de legitimar decisões políticas. Ora, a soberania do povo, diluída comunicativamente, não pode impor-se apenas através do poder dos discursos públicos informais – mesmo que eles tenham se originado de esferas públicas autônomas. Para gerar um poder político, sua influência tem que abranger também as deliberações de instituições democráticas da formação da opinião e da vontade, assumindo uma forma autorizada (HABERMAS, 1997, p. 105).

Neste sentido, a opinião dessa esfera pública tem a força necessária para legitimar ou questionar as políticas públicas no regime democrático de direitos, por conta de sua natureza

pública e política. Habermas (1997) classifica este tipo ideal de atitude social como esfera pública política. Isso ocorre quando a sociedade alcança bastante discernimento e engajamento público, arregimentado através da força comunicativa, para mobilizar empenho social suficiente até garantir medidas do complexo parlamentar à altura da superação do problema que foi identificado, problematizado e dramatizado de modo eficaz pela própria esfera pública.

É oportuno salientar que não existe divisão fixa entre a esfera pública e a esfera privada do mundo da vida, ou seja, das pessoas individualmente e seus grupos particulares. “A esfera pública retira seus impulsos da assimilação da vida privada de problemas que repercutem nas biografias particulares” (HABERMAS, 1997, p. 98). Dessa forma, as esferas estão ligadas por meio da comunicação entre elas. O resultado dessa comunicação repercute intersubjetivamente na vida particular das pessoas.

Assim, tal comunicação é o instrumento central e estratégico para levar as posições dos atores e grupos sociais de uma esfera para outra, por meio da canalização do fluxo de temas ora incluído, ora excluído neste processo orientado pela ação comunicativa em prol da integração social. “Estas (condições) modificam o acesso, assegurando, de um lado, a intimidade e, de outro, a publicidade, porém, elas não isolam simplesmente a esfera privada da esfera pública, pois canalizam o fluxo de temas de uma esfera para a outra” (HABERMAS, 1997, p. 98).

É neste viés comunicativo onde sistematicamente se legitima a formação política da opinião e da vontade pública com a tomada de decisões políticas institucionalizadas e a criação democrática de novas leis, onde tal processo se dá por meio da deliberação dos cidadãos através do voto nas eleições gerais e continuamente no ambiente parlamentar.

O modelo de democracia deliberativa é configurado através das “regras do discurso e das argumentações, que extraem seu conteúdo normativo da base de validade do agir orientado pelo entendimento (...)” (HABERMAS, 1997, p. 19). O modelo democrático deliberativo está baseado na junção de partes dos modelos de democracia das tradições liberal e republicana, ou seja, compreende o Estado Democrático de Direito enquanto uma comunidade ética, mas também como defensor de uma sociedade econômica.

A integração da sociedade, no caso liberal, é dimensionada pelo poder do Estado para atender o interesse da sociedade, concebendo o Estado como a administração pública, a sociedade como o sistema de circulação das pessoas em particular, e o trabalho social como definido pelas leis de mercado. Já no processo republicano, credita-se a sociedade enquanto *jurisconsorte* (pessoas livres que constituem uma comunidade de direitos e deveres iguais), levando o contexto ético como valor positivo nas relações sociais. Neste caso, “(...) ao lado do poder administrativo e dos interesses próprios (mercados) surge também a solidariedade como terceira via de integração social” (HABERMAS, 2002, p. 270).

“A política, (sob a perspectiva liberal), e no sentido de formação política da vontade dos cidadãos, tem a função de congregar e impor interesses sociais em particular mediante um aparato estatal já especializado no uso da administração do poder político para fins coletivos” (HABERMAS, 2002, p. 270). Abre-se espaço, conseqüentemente, a influência para os *lobbies* dos setores estruturados economicamente, pressionando o Estado a tomar ações particulares como sendo de interesse público. Dado que o cidadão liberal é compreendido enquanto seus direitos individuais (direitos negativos) em fase ao Estado e outros cidadãos, o que permite inclusive a validação de interesses particulares, desde quando somado a outros cidadãos com iguais interesses, com capacidade de transformar vontade política que exerça influência sobre a administração.

Já o status de cidadão na política republicana está ligado ao direito de liberdade pública, ou seja, à cidadania, participação e comunicação política. Na democracia republicana “(...) concebe-se a política como forma de reflexão sobre um contexto de vida ético” (HABERMAS, 2002, p.270). Por este motivo, valorizando o reconhecimento mútuo em prol de consensos para o desenvolvimento dos envolvidos no processo democrático republicano, potencializando a razão da formação política da opinião e da vontade dos cidadãos, a solidariedade passa a ser institucionalmente considerada para fomentar a integração social, validando-se e também se contrapondo aos valores liberais de Estado e de sociedade centrados no poder estatal soberano e do mercado. Porém, a organização social precisa estruturalmente estar sustentada numa esfera pública política e na sociedade civil, visto que, para garantir vontade política horizontal com vistas ao entendimento mútuo da esfera pública ou ao consenso por via comunicativa, a participação deles é indispensável. Todavia, para garantir tal situação, Jürgen Habermas (2002) acentua que é necessária uma “base social

autônoma que independa da administração pública e da mobilidade socioeconômica privada, e que impeça a comunicação política de ser tragada pelo Estado e assimilada pela estrutura do mercado” (p. 270).

Neste contexto, ressalta-se a importância da sociedade civil, visto que ela contém tais condições “como fundamento social das opiniões públicas autônomas, (pois) distingue-se tanto dos sistemas econômicos de ação quanto da administração pública” (HABERMAS, 2002, p. 281). É oportuno frisar que o conceito de sociedade civil utilizado não tem relação ao termo cunhado pelo viés burguês, da tradição liberal, enquanto aquela formada pelo sistema do trabalho social e do comércio de mercadorias numa economia de mercado, ou seja, por uma racionalidade econômica. A sociedade civil aqui mencionada é compreendida como uma reunião da esfera privada do mundo da vida, no formato de associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais estão preocupadas em assimilar os ecos dos problemas sociais do cotidiano, do mundo da vida, a fim de estrategicamente repercutirem na esfera pública política.

As pessoas no âmbito da sociedade civil “captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política” (HABERMAS, 1997, p. 99). Ela é uma organização popular voltada para tentar resolver os problemas, a partir da visibilidade estratégica que procuram dar aos problemas sociais em questão para a conscientização social.

Mas, além de apresentar a noção de política e de cidadão, incluindo a conceituação e relevância da sociedade civil no bojo da discussão sobre os modelos democráticos das tradições liberal e republicana, também é necessário discorrer sobre o ordenamento jurídico de cada caso. O conceito de direito na democracia liberal é classificado enquanto direito subjetivo. Neste caso o ordenamento jurídico funciona como mantenedor dos movimentos dos interesses particulares e dos conflitos para serem resolvidos. Ou seja, de modo individual, verifica-se em cada caso quais são os direitos cabíveis a que indivíduos. Já “em uma concepção republicana (,) esses direitos subjetivos se devem a uma ordem jurídica objetiva, que possibilite e garanta a integridade de um convívio equitativo, autônomo e fundamentado sobre o respeito mútuo” (HABERMAS, 2002, p. 273). Neste caso, a integração da comunidade se dá por meio da fusão entre o domínio impessoal das leis e a soberania popular.

Portanto, de modo geral, verificam-se diferenças conceituais e práticas entre a concepção da política, do status do cidadão e do direito nos modelos de democracia liberal e republicana, os quais contribuíram para fundamentar o modelo democrático deliberativo. A política republicana funciona como um meio processual de formação da opinião e da vontade pública, voltado ao entendimento mútuo. Seu paradigma não é o mercado, mas a interlocução social.

Já na política liberal, até o voto do cidadão, que é considerado o paradigma dos direitos em geral, onde o cidadão tem a responsabilidade de participar individualmente e, de forma autônoma, assumir suas posições, é concebido enquanto uma lógica de mercado em busca de êxito individual das partes em disputa. De forma geral, “a política liberal é essencialmente uma luta por posições que permitem dispor do poder administrativo” (HABERMAS, 2002, p. 276).

Dessa forma, com base na teoria do discurso, a democracia deliberativa caracteriza-se por adotar partes dos dois modelos: refuta a posição republicana de creditar o nível de desenvolvimento do processo democrático às virtudes de cidadãos voltados ao bem comum da sociedade, acreditando que a integração social acontece através das disputas e interesses dos atores e grupos sociais inseridos na esfera pública. Por outro lado, o modelo da democracia deliberativa incorpora a concepção republicana da solidariedade institucionalizada como oposição à razão da tradição liberal onde o Estado funciona apenas enquanto mediador de interesses particulares, ou seja, somente pela lógica do mercado regida pelo êxito. A democracia republicana não remete “os fins coletivos tão somente a um ideal – uma negociação – entre interesses particulares opostos” (HABERMAS, 2002, p. 276). Porém, não exclui totalmente razão instrumental da tradição liberal, uma vez que endossa a negociação dos interesses por meio da razão republicana ao se “firmar no sentido radicalmente democrático de uma auto-organização da sociedade pelos cidadãos em acordo mútuo por via comunicativa” (HABERMAS, 2002, p. 276). Tudo é preciso passar pelo crivo do debate discursivo entre os atores e grupos sociais, para se tornar racional em defesa dos consensos para a integração da esfera pública.

Nesta perspectiva, Habermas (2002) concebe o modelo de democracia deliberativa, fundamentado na teoria do discurso, argumentando que esta se “baseia nas condições de comunicações sob as quais o processo político supõe-se capaz de alcançar resultados

racionais, justamente por cumprir-se, em todo o seu alcance, de modo deliberativo” (p. 277). Portanto, a integração social de modo solidário enquanto atributo do Estado e da sociedade vai depender das condições de comunicação e procedimento democrático que conferem força legitimadora à formação institucionalizada da opinião e da vontade, validando pública e politicamente as deliberações.

“Esse procedimento democrático cria uma coesão interna entre negociações, discursos de autoentendimento e discursos sobre a justiça, além de fundamentar a suposição que sob tais condições se almejam resultados ora racionais, ora justos e honestos” (HABERMAS, 2002, p. 278). Por este motivo, a razão prática da democracia deliberativa se fundamente unicamente através do procedimento das regras discursivas e formas argumentativas para constituir o teor das leis, criada através dos acordos mútuos, oriundos da pressão da opinião pública política sobre o sistema parlamentar. A razão prática democrática desloca-se, portanto, da lógica liberal cunhada pelos direitos universais do homem ou pela racionalidade republicana pela eticidade concreta de uma determinada comunidade.

Portanto:

Dessa compreensão democrática, resulta por via normativa a exigência de um deslocamento dos pesos que se aplicam a cada um dos elementos na relação entre os três recursos a partir dos quais as sociedades modernas satisfazem sua carência de integração e direcionamento, a saber: o dinheiro, o poder administrativo e a solidariedade (HABERMAS, 2002, p. 281).

Ao entender o fortalecimento da democracia ocorrendo justamente por meio da força comunicativa da esfera pública política, que é fundamental para a valorização da cidadania através da solidariedade humana, pode-se reconhecer o poder estratégico e central dos meios de comunicação social, na medida em que ela fornece as visões do mundo de atores e de grupos sociais para serem socializados de forma geral e intersubjetivamente pela comunidade dos cidadãos. Isso porque os veículos de comunicação “formam o substrato organizatório do público de pessoas privadas que buscam interpretações públicas para suas experiências e interesses sociais, exercendo influência sobre a formação institucionalizada da opinião e da vontade” (HABERMAS, 1984, p. 100).

Por este motivo, faz-se necessário destacar a importância do Jornalismo, visto a sua “relevância social, cultural e acadêmica na área da Comunicação, como também em áreas afins como nas ciências humanas e da linguagem” (MEDITSCH, 2012, p. 114). O Jornalismo

tem a função de tornar compreensível o que chamaríamos de “realidade problemática” do mundo (HALL *et al*, 1999). Os autores se referem à função jornalística de tornar plausível a transmissão dos acontecimentos distantes fisicamente do público, bem como de fatos inesperados. A notícia jornalística, por excelência, é inteligível porque ela estabelece plataformas de conhecimento social aos envolvidos na recepção do conteúdo transmitido. Este processo ocorre através da transformação profissional e intencional do fato (acontecimento) em notícia jornalística.

A transformação inteligível do acontecimento para a notícia acontece por meio da seleção dele, mas também através da contextualização e enquadramentos jornalísticos adequados sobre ele. Neste processo, conseqüentemente, a notícia é construída fornecendo informação necessária para a audiência defender seus pontos de vista de maneira também inteligível e esclarecedora, servindo, assim, de subsídio público, capaz de mediar o diálogo não só entre as classes sociais de nossa complexa sociedade com seus distintos interesses, mas também entre as diferentes identidades coletivas e individuais.

Vale salientar que acontecimento e notícia possuem características radicalmente diferentes. “O acontecimento é um fenômeno de percepção do sistema (sistema social político, econômico e etc.), enquanto que a notícia é um fenômeno de geração do sistema” (ALSINA, 2009, p. 45). Os acontecimentos são transformados em notícias por meio de mecanismos sofisticados e, com isso, fica mais difícil analisar a relação do fato com o sistema social que lhe dá suporte. Assim, por trás da notícia jornalística de cada dia, existe muito mais do que um simples fato narrado. Contudo, é bem verdade que tudo se inicia através de um acontecimento e, portanto, de sua seleção para se transformar em notícia.

Entretanto, esta é apenas a primeira etapa da construção da notícia. Concordamos com Hall *et al* (1999), quando eles dizem que a notícia é um produto final de um processo complexo na elaboração do conteúdo jornalístico, iniciada pela seleção do acontecimento, mas que há mais questões socialmente já construídas. O autor ressalta que desde a concepção da notícia até a sua recepção pelo público, ela demanda uma série de condições técnicas e outros critérios para se configurar num mundo.

A transformação do fato em notícia é sofisticada e estrutural (HALL *et al*, 1999). Desde a sua concepção até a recepção, a notícia demanda uma série de condições técnicas e

outros critérios para se configurar num mundo já estruturado com seus valores e culturas. É estrutural também no sentido do processo de construção da notícia. Ela resulta de um modelo produtivo com regras de rotina produtiva similares ao processo industrial, da qual envolve profissionais de comunicação (repórteres, editores, diretores), além de colaboradores, bem como sofre a pressão dos interesses do mercado e de governos.

Diante dessas condições sofisticadas e estruturais, classificamos a notícia jornalística como sendo “um produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (HALL *et al.*, 1999, p. 224). Dessa maneira, a notícia recebe influência das organizações da rotina produtiva, mas também de critérios técnicos particulares, a exemplo do critério jornalístico do valor-notícia, bem como fatores estruturais com seus valores e culturas já configuradas num mundo, a exemplo daqueles oriundos dos posicionamentos de setores hegemônicos da sociedade.

Na teoria do Jornalismo (GALTUNG, 1965), o critério do valor-notícia norteia o profissional de comunicação a selecionar o acontecimento que será transformado em notícia.

Posto de outra forma, isso significa analisar quais são os valores contidos em determinado acontecimento que podem levá-lo a ‘galgar o degrau’ que o torne ‘digno’ de ser considerado como uma notícia pelas empresas jornalísticas (ANDI, 2007, p. 12).

De forma genérica, o valor-notícia padroniza os temas que se transformam em notícia e outros não. É um critério que funciona como um tipo de orientação indicando se um acontecimento tem perfil para ser transformado em notícia. Dentre as regras para seleção do que vai virar notícia, Alcina (2009) ressalta a atenção jornalística às crises e os sintomas. Moura (2003) tem a mesma posição. Dione Moura credita tais condições ao pilar central de constituição do Jornalismo. Ela entende que o cerne do Jornalismo se manifesta nas tragédias, conflitos, delitos e transgressões.

É oportuno ressaltar que a teoria do valor-notícia se baseia na psicologia da percepção (ALCINA, 2009). São nove as suas características. Dentre elas, destacamos o valor-notícia da imprevisibilidade. Ou seja, daquele acontecimento classificado como o inesperado, o curioso e o extravagante. Eles costumam chamar a atenção da mídia. Neste contexto, dentre outras questões, predomina a atenção jornalística para a dor humana.

A fonte jornalística é o outro fator indispensável no processo de transformação do fato em notícia. A fonte é o elo entre o acontecimento e a notícia, indispensável para a construção da realidade jornalística (ALSINA, 2009). O jornalismo não cria notícias, mas recebe da fonte a informação do fato, para ser transformada em notícia (HALL *et al*, 1999). Neste processo, a fonte jornalística é um elemento importantíssimo para a construção da notícia, por consequente, também para a constituição de sentido sobre a abordagem transmitida, a qual é elaborada a partir da representação social selecionada para elaboração da notícia (ALSINA, 2009). Portanto, as fontes jornalísticas aparecem discursivamente na representação noticiosa enquanto importantes vozes sociais que foram selecionadas para uma ampla visibilidade pública.

Portanto, só haverá notícia se existir quem fale sobre o acontecimento. É aí onde decisivamente os valores e culturas sociais vigentes começam a se inserir mais efetivamente na construção da notícia. É oportuno dizer que, com efeitos para atribuir a credibilidade pública à notícia transmitida, não basta apenas escolher quem fale sobre o fato em questão, mas, sobretudo, a seleção precisa atender padrões de credibilidade social, ou seja, a respectiva legitimidade e autoridade (aceitação social) da fonte perante a sociedade.

Nesta perspectiva, tais critérios não estão descritos em nenhum manual técnico, mas, como tem validade jornalística e poder na constituição do sentido social sobre a representação noticiosa, é preciso analisar criticamente quais são os interesses estruturados socialmente de quem fala através do acontecimento descrito pela notícia jornalística. Isso é necessário porque a fonte é selecionada na notícia para dizer sua posição na intenção de ser aceita como válida (verdade) publicamente. Tal critério mostra a força estrutural de conceitos socialmente já construídos e legitimados pela sociedade, que servem para nortear a aceitação da notícia jornalística de acordo com o uso de fontes dignas de prestígio social – condição que já deve ser pensada pelos jornalistas no momento da elaboração do fazer jornalismo, sob o risco de não ter audiência por falta da respectiva credibilidade no conteúdo.

Todavia, para transformação do fato em notícia, além do valor-notícia para selecionar o tema a ser noticiado, bem como escolher a fonte jornalística, também é preciso dotar de sentido social o acontecimento narrado jornalisticamente. Isso acontece por meio de processos de contextualizações e enquadramentos. Ambos são indispensáveis na construção da notícia voltada para formação do entendimento crítico do público-cidadão.

“Um acontecimento só faz sentido (quando) se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais” (HALL *et al*, 1999, p. 226). Para compreender o que está sendo noticiado é preciso ter algo já conhecido e compartilhado intersubjetivamente para fazer sentido à audiência. Os autores destacam que os acontecimentos enquanto notícia são interpretados regularmente dentro de contextualizações e enquadramentos que derivam na intenção de construir um consenso social enquanto característica básica da vida cotidiana.

É dentro desse processo de manufatura comunicativa que a notícia torna-se inteligível, pois a representação noticiosa estabelece plataformas de conhecimento social aos envolvidos na recepção desse conteúdo transmitido. Tal condição ocorre através da contextualização e do enquadramento dado à notícia, uma vez que passam a oferecer relevantes interpretações acerca da forma de compreender estes acontecimentos (HALL *et al*, 1999).

Os autores ressaltam que implícitas nessas interpretações de como compreender esses acontecimentos estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos sociais nelas envolvidos. Ou seja, as posições ideológicas das referidas vozes sociais que se expressam como fontes jornalísticas selecionadas na representação noticiosa. Mas também estão inclusas as respectivas versões dessas vozes sobre o acontecimento narrado que passarão a gozar de ampla visibilidade pública através das notícias.

Neste sentido, portanto, são transmitidas as visões de mundo e interesses dos envolvidos no processo noticioso, ou seja, através das suas representações sociais. Elas “são elaboradas através de uma variedade de explicações, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade” (HALL *et al*, 1999, p. 227). É desse modo que a notícia fornece informações necessárias para a audiência defender seus pontos de vista de maneira inteligível e esclarecedora, servindo assim de subsídio público, capaz de mediar o diálogo dos diversos setores da esfera pública.

Há alguns mecanismos da construção da notícia com capacidade de constituir, estruturalmente, significação social sobre o fato narrado. Destacamos a ancoragem e a objetivação. A comunicação pode “ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar”. O outro mecanismo pode “transformar algo abstrato em algo concreto, transferir o que está na mente em algo que existe no mundo físico” (MOSCOVICI, 2003, p. 60-61). Portanto, o entendimento público sobre o

acontecimento narrado jornalisticamente ocorre por meio da ancoragem de ideias/objetos associados a valores preestabelecidos e, posteriormente, pela objetivação dos mesmos.

Esses mecanismos transformam o não-familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar (MOSCOVICI, 2003, p. 61).

Estas formas de estruturação permitem que simbolicamente a notícia jornalística seja interpretada socialmente como se as pessoas tivessem participado de uma interação física com relação ao acontecimento narrado discursivamente. Porém, tal interação onde se constata materialmente o acontecimento só se dá por meio da interação social *face to face* (BERGER; LUCKMANN, 2011). Todavia, por meio da representação noticiosa, os atores e grupos sociais passam a interagir mesmo sem a necessidade de estarem fisicamente no local do acontecimento narrado. A notícia jornalística é interpretada simbolicamente e objetivamente pelas pessoas na esfera pública de modo intersubjetivo como se tivesse vivenciado o fato narrado. Logo, o jornalismo participa enquanto articulador/mediador central e estratégico na constituição da realidade social, na medida em que fornece sentido ao mundo para ser assimilado pela opinião pública.

1.2 Jornalismo construtivista na constituição da realidade social

O jornalismo vem desempenhando uma função central e estratégica na mediação e articulação dos interesses na esfera pública. Pois, a partir da produção e difusão sistemática de informação diariamente, o jornalismo funciona como estuário da história em construção, visto que é por meio das suas enunciações associadas aos contextos representados (BAKHTIN, 2006), observados nas comunicações cotidianas, que a sociedade pode mobilizar opinião e vontade política, transformando-se em esfera pública política (HABERMAS, 1997) com capacidade de pretender um nível de racionalização aproximativo do autogoverno concebido pelo modelo de democracia deliberativa.

É relevante destacar que a comunicação também é indispensável para a constituição da identidade do indivíduo e do seu papel social, pois a “delimitação de um mundo subjetivo acontece numa relação complementar com o mundo social” (HABERMAS, 2012, p. 52). Dessa maneira, a formação da identidade ocorre na medida em que o indivíduo alcança a

compreensão necessária que lhe permite interagir no mundo da vida, regida por normas sociais. Além disso, a comunicação é, ainda, fundamental para a constituição do entendimento sobre as coisas e os estados de coisas do mundo objetivo.

Neste contexto, a comunicação é originalmente consentida e legitimamente reconhecida enquanto direcionada para o entendimento dos atores sociais em coletividade. Esta posição é defendida pelo paradigma construtivista do Jornalismo. A perspectiva é epistemologicamente importante para aprofundar os estudos na área do Jornalismo, pois colabora para esclarecer “o papel central e estratégico que este campo desempenha na definição dos sentidos e ideologias que orientam a ação das pessoas na sociedade contemporânea” (VIZEU; ROCHA, 2012a, p. 107).

Frente ao exposto, faz-se necessário um saber e uma práxis jornalística que contribua para revelar as tensões e visões de mundo como constitutivas do processo cotidiano de construção social da realidade, concebendo o consenso social em direção à emancipação dos sujeitos através da busca esclarecida por soluções coletivas dos problemas sociais. Desse modo, é fundamentado o paradigma construtivista do campo do Jornalismo. Ele nega a objetividade mitificada da vida social (sem crítica), refutando a possibilidade da neutralidade axiológica e da avaloratividade científica. Tais critérios associados à pretensão do verificacionismo capaz de apontar, com perfeito rigor técnico, a verdade absoluta dos acontecimentos relatados pelo jornalismo, são princípios basilares da corrente tradicional positivista.

A Teoria Construcionista surge, nos estudos de jornalismo, nos anos 70 do século XX, em contraposição às visões filiadas aos paradigmas positivistas, segundo as quais o jornalismo seria capaz de refletir a realidade tal como ela é – vale pontuar que toda conclusão de que o jornalismo distorce a realidade tem, como pano de fundo, a crença positiva de que seria possível, desde que munido de boa intenção e ferramentas adequadas, retratá-la fielmente (LAGO; BENETTI, 2007, p. 110)

Nesta perspectiva construtivista, é urgente o exercício de um jornalismo que contribua na transformação da realidade social por meio de uma comunicação “que tem como objetivo primeiro a compreensão mútua, o conhecimento compartilhado” (EPSTEIN, 2011 p. 22). Para isso, é preciso que haja uma mudança no paradigma tradicional positivista do Jornalismo, que ainda fundamenta a realidade social através dos critérios técnicos de objetividade e de neutralidade das notícias, se autoproclamando espelho da realidade social. No entanto, o

jornalismo é aqui compreendido como articular/mediador estratégico e central da construção social da realidade. Afinal, assim ele atua por meio da representação noticiosa construída a partir da seleção de vozes e versões sociais oriundas da própria esfera pública.

Para superação do paradigma positivista e concepção de um novo paradigma construtivista aplicado ao jornalismo, nos fundamentamos na Teoria do Agir Comunicativo, pois acreditamos que este modelo “(...) transpassa os limites da teoria weberiana da ação, talhada conforme o figurino da racionalidade e do agir teleológico” (HABERMAS, 2012, p. 5). O agir comunicativo está embasado em correntes da tradição filosófica pragmática como o interacionismo simbólico e os estudos dos Atos da Fala, de John Langshaw Austin (1911-1960), nos quais a ação comunicativa é compreendida de modo ilocucionário, ou seja, atribuindo à comunicação o objetivo de alcançar o entendimento intersubjetivo sobre o sentido como função prioritária da linguagem. Assim, a comunicação só tem sentido social quando há compreensão mútua entre as partes envolvidas no processo dialógico contínuo.

Tal abordagem epistemológica permite vislumbrar os interesses e visões de mundo de grupos sociais distintos e de suas construções culturais históricas. É, nesta perspectiva, que o agir comunicativo se valida, na medida em que urge o restabelecimento da função originária da comunicação enquanto processo de troca de símbolos entre os envolvidos para garantir o entendimento comum na comunidade de comunicação. Assim, “tem início uma mudança de paradigma, a qual se configura como uma passagem da atividade teleológica para a comunicativa” (HABERMAS, 2012, p. 4). Ou seja, quando se supera uma comunicação instrumental com fins específicos para chegar a uma comunicação pró-entendimento mútuo e dialógico.

Nesta direção, materializa-se a vertente da ação comunicativa enquanto processo em torno da compreensão compartilhada dos envolvidos na ação, superando o entendimento centrado na racionalização instrumental elaborada na consciência de um sujeito isolado e descontextualizado do mundo (mentalismo) e na sua conseqüente “reificação”¹. Esta concepção se refere às ações teleológicas e perlocucionárias da comunicação – tão somente compreendidas como meios para atingir determinadas finalidades individuais específicas, que não se coadunam com a função primeira do ato comunicativo, que é voltado para garantir o

¹ Esta preocupação “se insere numa linha de pensamento social tipicamente alemã, cunhada inicialmente por Kant e Hegel, e adotada a seguir por Marx, Lukács e a Teoria Crítica” (HABERMAS, 2012, p. 4).

acesso à informação de forma contextualizada e diversificada para facilitar a compreensão de todos envolvidos no processo.

Todavia, a práxis jornalística ainda é baseada na racionalidade tradicional positivista. A ideologia profissional seguida nas redações está ainda fundamentada na perspectiva da objetividade acrítica, na neutralidade axiológica e no cientificismo. Neste viés, valoriza-se a razão voltada para a ação teleológica e perlocucionária, contribuindo, por conseguinte e predominantemente, para a satisfação dos interesses mercadológicos e políticos de grupos sociais hegemônicos, limitando as experiências baseadas na solidariedade. Esta perspectiva tradicional do campo do jornalismo está fundamentada na teoria da verdade como correspondência perfeita da representação com a realidade. É por meio dela que o jornalismo positivista se autoproclama e assim ainda pretende se legitimar socialmente como “espelho da realidade social”.

No entanto, vale ressaltar que o jornalismo não é a própria realidade materializada, mas tenta se aproximar dela, através “do método, da investigação, da qualidade da informação e da ética da verdade dos fatos” (VIZEU; ROCHA, 2012b, p. 4). Isso é possível através da produção da notícia. Afinal, a notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível (ALSINA, 2009).

Entretanto, reiteramos que para produzi-la é preciso realizar uma série de agendamento de temas, contextualização e enquadramento de tal representação oriunda da realidade social. Esse processo comunicativo implica na reflexão e/ou refração da respectiva realidade, ou melhor, de partes dela (BAKTHIN, 2006). Neste processo, sendo construído através de uma *teia de facticidade* (TUCHMANN, 1983; SÁDABA, 2008), o jornalismo vai enquadrando e formatando o mundo, modelando-o a partir das regras, normas, discursos, da cultura profissional, das pressões econômicas, políticas, sociais e culturais” (VIZEU; ROCHA, 2012b, p. 4)

É oportuno ratificar que cabe aos jornalistas a tarefa de tornar compreensível o que chamaríamos ‘realidade problemática’ do mundo (HALL *et al*, 1999). Assim, mesmo que haja todo o rigor técnico jornalístico acerca da objetividade mitificada e da neutralidade axiológica, como defende o paradigma positivista, o jornalismo não tem como ser o espelho

da realidade, porque é impossível transmitir todas as realidades vividas em todos os tempos e espaços da vida cotidiana. O jornalismo seleciona alguns acontecimentos através da escolha de algumas pessoas. Com isso, portanto, estrategicamente ele articula/media a construção dessa realidade social, na medida em que vai oferecendo para o escrutínio de seu público interativo (BARKER, 2003) tais visões de mundo e interesses dos envolvidos no processo da notícia.

Todavia, a notícia jornalística não é aceita como verdadeira de forma automática. Ela primeiro precisa ser validada como tal pelo público. Vale lembrar que “a ideia de verdade só pode desenvolver-se através da referência ao desempenho discursivo de pretensões de validade” (ROCHA, 2007, p. 177). A posição está baseada em Habermas (2001, p. 121) que salienta a necessidade de a verdade de uma proposição precisar cumprir “a promessa de alcançar um consenso racional sobre o dito”. O referido consenso sobre este discurso precisa ter padrões característicos das pretensões de validade: precisa fazer sentido à audiência (inteligível); precisa ser reconhecido como existente na realidade do mundo objetivo (verdade); precisa ser considerado legítimo, referente às normas sociais (retitude); e precisa fazer sentido subjetivamente (veracidade) (ROCHA, 2007).

Neste sentido, a verdade jornalística é negociada com a sua audiência, o que faz a verdade social da representação noticiosa ser uma verdade consensual. Este é o conceito chave da Teoria Consensual da Verdade. “A comunicação é um processo de negociação permanente entre os participantes envolvidos. O conteúdo pode inclusive ser resignificado pela audiência, ou até descartado” (COUTINHO *et al*, 2013a, p. 6). Portanto, o jornalismo não é o espelho da realidade, mas, por meio da respectiva representação noticiosa da sociedade, ele participa estrategicamente na construção da realidade social.

Contudo, a teoria da verdade como correspondência da representação com a realidade (teoria do espelho) ainda é hegemônica nas redações jornalísticas. Porém, a perspectiva construtivista (Teoria Consensual da Verdade) tem ganhado mais espaço na prática jornalística. Tal abordagem pode ser verificada dentro das notícias jornalísticas, quando percebidas criticamente, com a identificação nas contextualizações e enquadramentos (HALL *et al*, 1999) dos vieses ilocucionário ou perlocucionário da comunicação (HABERMAS, 2012), da diversidade significativa ou da marginalização das vozes e versões sociais utilizadas (HERMAN, 1999).

Dessa forma, convém superar os paradigmas positivistas do campo do jornalismo. Para isso, é preciso ultrapassar a barreira da concepção de mundo naturalizado com uma postura crítica em relação ao conhecimento dado, uma vez que a compreensão do mundo, como conhecemos, é historicamente e culturalmente específica e relativa. “Nossas maneiras atuais de compreender o mundo não são determinadas pela natureza do mundo em si mesmo: mas pelos processos sociais” (GILL, 2002, p. 245). Portanto, o entendimento sobre a ciência de forma geral, seja da comunicação, seja das outras ciências sociais e também das ciências exatas e naturais, não pode colocar o conhecimento acima (descontextualizado) do plano dos seres humanos, ou seja, toda e qualquer ciência é construída pelos homens e através dos seus interesses.

Nesta perspectiva, devemos negar a neutralidade axiológica ou avaloratividade científica, pois não há ciência isenta dos interesses humanos; as suas técnicas e tecnologias atendem a seus respectivos interesses. Logo, elas não estão acima do bem ou do mal. Também é preciso reconhecer que os sentidos e identidades das pessoas, problemas e fenômenos sociais são construídos nas interações simbólicas concretas e práticas vivenciadas no cotidiano.

Frente ao exposto, característico dos paradigmas construtivistas, é necessário ressaltar que a notícia jornalística cumpre uma função social superior ao simples registro dos fatos, dos acontecimentos, contrariando a epistemologia tradicional positivista que concebe o jornalismo como mero espelho da realidade. Salientamos, portanto, que o jornalismo, ao informar o público por meio da representação noticiosa da realidade social, se constitui em espaço em que a história pode ser articulada, de forma aproximativa, como autogoverno da sociedade, podendo cumprir também uma estratégica função social pedagógica para conquista de uma vida menos ameaçada ou mais legítima perante as expectativas utópicas das pessoas (VIZEU; ROCHA, 2012b). Isso acontece quando fortalece a democracia e esclarece o público em defesa de um exercício mais consciente da cidadania, mediando qualitativamente a construção social da realidade.

É oportuno lembrar que o processo de aprendizagem não se limita ao espaço escolar. Freire (2005) lembra que o campo educacional está para além da centralidade da escola, chamando atenção para o fato de outros campos poderem cumprir esta respectiva função. Neste viés, deve-se atribuir ao jornalismo tal função pedagógica, sobretudo, sendo este campo

do conhecimento o principal articulador/mediador moderno da construção social da realidade, por meio da formação da opinião e da vontade política da sociedade através da representação noticiosa formada na própria esfera pública.

Neste sentido, através dos problemas sociais identificados pela sociedade, o jornalismo tem uma indispensável responsabilidade informativa e formativa de representar o conjunto dos cidadãos através das notícias (VIZEU; ROCHA, 2012b), com vistas a contribuir no fortalecimento da democracia (GUARESCHI, 2004). Pois, como já vimos, é por meio de uma ampla e democrática visibilidade comunicativa que se pode materializar a formação do entendimento social com capacidade de legitimar na esfera pública política a adoção de medidas políticas do Estado no sentido de superar, ou pelo menos amenizar, os problemas vividos pela coletividade social (HABERMAS, 1997).

Todavia, o desafio da representação noticiosa aumenta quando se trata de um novo problema que ameaça a vida das pessoas, a sua qualidade e até mesmo o bem-estar social. O desafio é maior porque tais problemas geralmente não são identificados pelo sistema político de Estado, ambiente onde institucionalmente são tomadas as decisões políticas sobre as demandas sociais problematizadas. Estes problemas são percebidos pela sociedade civil, segmento que detém menor poder estrutural para legitimar seus interesses, a não ser quando institucionalizado e hegemônico pela esfera pública política. O raciocínio tem fundamento com base no que Habermas fala a respeito dos problemas novos e a demanda por visibilidade pública:

As estruturas comunicacionais da esfera pública estão muito ligadas aos domínios da vida privada, fazendo com que a periferia, ou seja, a sociedade civil, possua uma sensibilidade maior para os novos problemas, conseguindo captá-los e identificá-los antes que os centros da política. Pode-se comprovar isso através dos grandes temas surgidos nas últimas décadas – (...) pensemos nas ameaças ecológicas que colocam em risco o equilíbrio da natureza (morte de florestas, poluição da água, desaparecimento de espécies, etc.) (...) Não é o aparelho do Estado, nem as grandes organizações ou sistemas funcionais da sociedade que tomam a *iniciativa* de levantar esses problemas. Quem os lança são os intelectuais, pessoas envolvidas, profissionais radicais, “advogados”, autoprogramas, etc. Partindo dessa periferia, os temas dão entrada em revistas e associações interessadas, clubes, academias, grupos profissionais, universidades, etc., onde encontram os tribunais, iniciativas dos cidadãos, e outros tipos de plataformas; em vários casos transformam-se em núcleos cristalizados de movimentos sociais e de novas subculturas. Estes, por seu turno, têm condições de encenar e de dramatizar as contribuições, fazendo com que os meios de comunicação de massa se interessem pela questão (HABERMAS, 1997, 115-116).

Neste contexto, um novo problema atual que ameaça a sociedade também está relacionado com a questão ecológica e precisa receber maior visibilidade midiática, mas não está somente associada às questões da natureza. Ele tem relação também com a vida humana e ao modo de sua organização social. Assim, o novo problema é socioambiental, político, econômico e cultural. Trata-se da mudança do clima. O fenômeno é originário do modo de desenvolvimento socioeconômico, sobretudo centrado no alto desempenho da produção e do consumo da humanidade, com a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, o que tem alterando o equilíbrio termodinâmico do planeta e vem provocando uma série de desafios aos setores socioeconômico e biofísico de todo o planeta, comprometendo o seu desenvolvimento sustentável (IPCC, 2007, PBMC, 2012).

A mudança do clima é um problema socioambiental, mas é também cultural porque insere no bojo de sua concepção e desafios uma constituição de sentido social no decorrer da história humana, sobre a degradação, preocupação, proteção e a conscientização ambiental em torno das questões da natureza e do homem diante dos interesses político-econômico da sociedade. Desse modo, é um problema também associado ao processo pedagógico da sociedade no tocante à sua evolução por uma educação ambiental adequada diante do desenvolvimento humano.

Vale ressaltar, porém, que o processo histórico e social que insere o campo do conhecimento sobre a educação ambiental é jovem em relação à história da humanidade. As primeiras preocupações relacionadas ao meio ambiente no cenário mundial surgem

justamente pela ampliação da capacidade destrutiva da natureza, pelo homem, durante o processo de industrialização no final da década de 1940 e começo de 1950 (OSCAR, 2006). É neste contexto socioeconômico, que o debate institucionalizado sobre a proteção ambiental começa a nascer no planeta. Ele surge através de um grupo de cientistas ligado à Organização das Nações Unidas (ONU).

Essa discussão nasce no mesmo período contemporâneo ao pensamento filosófico crítico em contraposição ao paradigma funcionalista, com destaque a doutrina marxista. Assim, o referido debate público, apropriava-se correspondentemente do mundo, revelando a luta de classe e denunciando interesses ideológicos delas e suas tramas pelo poder social. Não por acaso, mas de forma contextualizada socioculturalmente e historicamente, inúmeros eventos de cunho ambiental passaram a acontecer no mundo.

Na década de 1960, a perda de qualidade de vida causada pelo uso indiscriminado de produtos químicos é denunciada na publicação do livro “Primavera Silenciosa” (OSCAR, 2006) de autoria da jornalista Rachel Carson. Na década seguinte são criadas as primeiras organizações ambientais, com destaque a Greenpeace, em 1971. No ano seguinte, surge o “Clube de Roma”, com o objetivo de debater a crise ambiental.

Em 1972, surge o Clube de Roma, com o objetivo de debater a crise ambiental, mas se posicionando a serviço dos poderosos grupos hegemônicos, numa tentativa de garantir o controle sobre o desenvolvimento com a ideia de que os recursos naturais estariam atingindo a sua finitude e que era necessário impor limites ao crescimento. Assim, os poderosos poderiam continuar usufruindo dos benefícios resultantes do avanço industrial e tecnológico, enquanto a periferia do mundo seria privada do acesso a esses bens. Nesse contexto, o movimento ambientalista era apontado como sendo um artifício político-ideológico, usado a favor daqueles grupos para conter os benefícios advindos do avanço da indústria e da tecnologia a todos os povos, mantendo sob seu controle o processo de desenvolvimento, sob o argumento de que a industrialização não deveria ser mais vista como uma prioridade nos países subdesenvolvidos (SILVA, 2013, p. 28).

Em 1971, também foi realizada a primeira Conferência Internacional sobre Meio Ambiente Humano, convocada pela ONU, em Estocolmo. Desse evento resultou a “Declaração sobre o Meio Ambiente Humano”, acompanhada de um Programa de Educação Ambiental. Ambos com objetivo de buscar soluções conjuntas de combate aos problemas ambientais. A expressão educação ambiental surge pela primeira vez no mundo a partir desse evento, com o objetivo de lidar com os problemas ambientais oriundos da industrialização.

Em 1975, em Belgrado, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura propôs que a Educação Ambiental deveria ser contínua, interdisciplinar, integrada a diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. A partir de então, por meio da Carta de Belgrado, foi instituído um marco conceitual no tratamento das questões ambientais no mundo. Em 1977, aconteceu a conferência de Tbilisi que constitui até hoje o ponto culminante do Programa Internacional de Educação Ambiental.

Já na década de 80, foi criada pela ONU a Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento estreitando a relação entre a Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Foi neste mesmo período que ocorreram vários desastres ambientais, com destaque o da usina nuclear de Chernobyl. Em 1992, acontece no Rio de Janeiro, no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), resultando na elaboração da Agenda 21. Uma segunda versão dessa conferência aconteceu após 10 anos (Rio+10) e uma terceira em 2012 (Rio+20).

No Brasil, a educação ambiental começou na década de 1970, mas ganhou ênfase em 1980, atendendo as demandas dos organismos internacionais (UNESCO/ONU), além de instituições financeiras e esferas governamentais e não governamentais como as associações e ONGs ambientalistas; instituições científicas, educacionais ou religiosas (LIMA, 2009).

O contexto nacional é de um Brasil no auge do regime militar (década de 1970). Havia muita restrição na liberdade e a própria questão ambiental sofria influências conservadoras. Lima (2009) nos diz que uma das consequências do clima autoritário vigente à época sobre esse campo está na constatação de que a educação ambiental brasileira, em seus primórdios, foi orientada por uma visão hegemônica de perfil conservacionista, tecnicista e apolítica, embora essa não fosse sua expressão exclusiva.

Somente em meados dos anos 1980, com o fim do regime militar, é que a Educação Ambiental no Brasil adquire caráter público abrangente, com a realização dos primeiros encontros nacionais, a atuação dos movimentos sociais de cunho ambientalista e com o aumento das pesquisas científicas com essa temática.

Como consequência dessas primeiras lutas, a Educação Ambiental aparece como garantia constitucional em 1988, incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNCs) e contemplada com uma política nacional de educação ambiental instituída por Lei Federal (Lei

n. 9795/1999), além de outros instrumentos legais e documentos governamentais, mesmo não estando consolidada nacionalmente como política pública (LOUREIRO, 2004) até o estabelecimento, em 2012, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, anunciadas pelo ministro da Educação, Aloísio Mercadante, durante a Rio+20.

É dentre de todo esse contexto cultural exposto, onde o fenômeno das mudanças climáticas existe, localiza-se e que expõe a referida problemática socioambiental e política-econômica da esfera pública no trato das questões que envolvem a interação entre o homem e a natureza no planeta. Diante dessa complexa conjuntura, as mudanças climáticas são consideradas pela Organização das Nações Unidas como o maior e mais difícil e urgente problema político contemporâneo para ser encarado pelos líderes políticos, os setores empresariais e financeiros e a sociedade civil, ameaçando a solidariedade humana e, sobretudo, a vida das populações mais pobres (PNUD, 2007).

1.3 Mudanças do clima: controvérsias e complexidades

Com base nas posições das Ciências Atmosféricas e Afins, as mudanças climáticas já acontecem há milhares de anos no planeta. A sua causa sempre esteve relacionada às questões naturais. É possível verificar o exposto, por meio da reconstrução do clima passado, observado através das várias glaciações. O inusitado do problema atual é que agora a mudança do clima é de origem antrópica, ou seja, a humanidade é o seu causador (IPCC, 2007). A situação decorre do modelo de desenvolvimento socioeconômico baseado no modo de produção e de consumo social crescentemente exacerbado, característico do estilo de vida moderna (IPCC, 2007).

Tal comportamento social, desde a Revolução Industrial, tem emitido significativas concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, além de ter ampliado o desmatamento, as queimadas, degradado o solo, dentre outros impactos nos setores socioeconômicos e biofísicos. A nova conjuntura foi capaz de mudar a estrutura físico-química da atmosfera e dos oceanos, promovendo, por conseguinte, uma nova era geológica. “Em suma, vivenciamos um marco para a história da humanidade, uma vez que não havia precedentes de uma alteração do equilíbrio dinâmico do planeta em função da ação do homem” (COUTINHO; HEITOR, 2013b, p. 1).

“A mudança climática é a dimensão mais urgente, mais grave e mais profunda da crise ambiental do século XXI” (GIDDENS, 2010, *apud* LIMA, 2012, p. 1), porque demanda uma necessária mudança de paradigma nas práticas humanas com relação ao uso dos recursos naturais, proteção e conservação dos ecossistemas, readaptação de práticas socioeconômicas nos conglomerados humanos, dentre outros. As alterações climáticas provocam mudanças nos sistemas geofísicos, biológicos e humanos, e isso impõe uma série de desafios ao desenvolvimento social, com efeitos em vários setores, sobretudo, principalmente os econômicos e ambientais, relacionados à indústria, agricultura, comércio, segurança e bem estar social (IPCC, 2007). A sociedade e a economia global enfrentarão sérias ameaças, caso não sejam tomadas providências para enfrentar este fenômeno (IPCC AR4, 2007; STERN, 2006). Também já se observam e preveem problemas relacionadas à saúde humana, com epidemias e vetores de doenças que se movimentam com o advento das alterações no clima.

A mudança climática é um dos desafios mais complexos deste século, nenhum país está imune, nem seria capaz de enfrentar sozinho os desafios interconectados que compreendem decisões políticas e econômicas controversas, bem como avanços tecnológicos com consequências globais de longo alcance (BANCO MUNDIAL, 2010).

“Esse cenário apresenta difíceis escolhas para governantes, corporações econômicas e populações do mundo” (SILVA; COUTINHO, 2012, p. 98). Logo, é preciso mudar a racionalidade pública e política em relação à discussão e práxis diante das questões ambientais. Desse modo, o fenômeno, que é constituído por um novo paradigma do campo científico das Ciências Exatas da Natureza, proclama e demanda uma fundamental e ampla superação de paradigmas nos demais campos do conhecimento, com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável frente aos desafios enfrentados pela humanidade diante da mudança do clima.

Todavia, se a emissão de gases de efeito estufa se mantiver ou aumentar, os próximos anos serão ainda mais quentes e as alterações climáticas ainda mais drásticas (IPCC, 2007). O cenário põe em risco o acesso à água potável, a oferta de alimentos ou ameaça à saúde humana. Poucos ecossistemas podem se adaptar às rápidas mudanças climáticas, devido o rápido aquecimento; sistemas que dão sustentação à vida estão, portanto, em risco, com sérias implicações para a segurança da humanidade, mas os respectivos “impactos (...) afetarão mais severamente os pobres, tornando-os mais vulneráveis (às mudanças climáticas)” (INCT, 2010, p. 8).

Todas as evidências demonstram que a principal causa das mudanças climáticas é a emissão dos gases de efeito estufa, sobretudo o dióxido de carbono oriundo da queima de combustíveis fósseis (IPCC, 2007). A evidência físico-material da existência das mudanças climáticas promovida pela humanidade é irrefutável (IPCC, 2007). Porém, o complexo e específico problema socioeconômico e biofísico das mudanças do clima, que constitui um dos maiores desafios político da sociedade moderna (PNUD, 2007), ainda não é consenso na comunidade científica.

Nos meios científicos, uma vertente afirma ter provas irrefutáveis que “O homem foi capaz de mudar a estrutura físico-química da atmosfera e dos oceanos, promovendo uma nova era geológica” (COUTINHO *et al*, 2013c, p. 2). Esta é a posição do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC/ONU, 2007, sigla em inglês). Esta entidade afirma que todas as evidências demonstram que a principal causa das mudanças climáticas é a emissão dos gases de efeito estufa, sobretudo o dióxido de carbono oriundo da queima de combustíveis fósseis. Esse grupo de pesquisadores garante que, se a emissão se mantiver ou aumentar, os próximos anos serão ainda mais quentes e as alterações climáticas ainda mais drásticas.

O maior problema é que as alterações do clima relativas ao aquecimento global e aumento do nível do mar (IPCC, 2007) já estão se intensificando e “podem ser verificadas através dos registros sobre eventos extremos cada vez mais frequentes” (PBMC, 2012, p.1). A maior frequência da ocorrência e da significância de condições meteorológicas extremas é uma das evidências das consequências do aquecimento da temperatura no planeta (IPCC, 2007).

Todas as regiões do planeta sofrerão com seus impactos, que variarão tanto em forma como em intensidade (IPCC, 2007). A nova conjuntura comprometerá o acesso à água potável, a oferta de alimentos e produzirá efeitos nocivos à saúde humana (SILVA; COUTINHO, 2012). As catástrofes socioambientais, em função do novo fenômeno climático, já chamam significativa atenção para os seus problemas ligados à temática, cujos efeitos têm consequências nas dimensões sociais, econômicas e políticas, a exemplo das transformações nos fenômenos atmosféricos que têm provocado secas severas, enchentes, ondas de calor e de frio, entre outros. Neste viés, o fenômeno tem promovido uma intensa e extensa repercussão

sobre a necessidade de práticas mitigatórias e principalmente adaptativas. O cenário demanda difíceis escolhas para governantes, corporações econômicas e populações do mundo inteiro.

Por outro lado, segundo a corrente dos climatologistas, chamados de negativistas ou céticos às mudanças climáticas, não há condição da humanidade modificar o comportamento do clima. Eles garantem que o homem não tem tal capacidade. Assim, a mudança do clima é algo natural e não antrópica. “Os modelos matemáticos do aquecimento global (do IPCC, 2007) são meros exercícios acadêmicos” (MOLION, 2012, p. A3). Para Luiz Carlos Baldicero Molion, as evidências científicas mostram, inclusive, que, ao invés de aquecimento das temperaturas, haverá um resfriamento global, com mais invernos rigorosos e má distribuição de chuvas.

Todavia, guardadas as devidas posições científicas controversas neste processo, ratificamos que todas encontram abrigo também nas questões ideológicas, pois como já visto, nenhuma ciência está acima dos interesses e influências dos atores e grupos sociais inseridos na esfera pública (GILL, 2002). Entretanto, salientamos que a posição antropogênica da alteração do clima ganha cada vez mais adeptos e já é a vertente dominante dentre os pesquisadores e estudiosos das Ciências Atmosféricas. Dos 11.994 artigos científicos publicados sobre as mudanças climáticas entre 1991 e 2011, pelos principais climatologistas internacionais, 97,1% apontam as atividades humanas como as grandes responsáveis pelo aumento das temperaturas globais, enquanto apenas 2,9% negam (COOK, 2013).

Nossas conclusões mostram que existe um forte consenso científico sobre o que está causando o aquecimento global, apesar de a percepção pública pensar diferente. É assustador que, dada a quantidade de evidências, ainda quase metade da sociedade acredite que existe uma divisão entre os cientistas² (INSTITUTO CARBONO BRASIL, 2013).

Desta maneira, se pode observar que apenas uma extrema minoria percentual de cientistas não atribui as mudanças climáticas à intervenção do homem (COOK, 2013), enquanto que, do outro lado, uma ampla maioria de climatologistas, liderados pelo IPCC/ONU, legitima como irrefutáveis as evidências científicas da origem antrópica das mudanças climáticas. Contudo, mesmo quase não havendo dissenso sobre a causa da existência do fenômeno devido ao modelo moderno de desenvolvimento humano, tal

² Entrevista com John Cook (autor do artigo Quantifying the consensus on anthropogenic global warming in the scientific literature) disponível no site Instituto Carbono do Brasil.

controvérsia científica ainda afeta objetivamente a percepção da sociedade sobre o problema do clima.

No entanto, vale salientar que não há nada de errado na crítica, pelo contrário, ela é válida porque o contraditório é imprescindível na investigação científica, bem como para a formação da opinião e da vontade pública. Porém, não podemos descartar as questões ideológicas diante do contexto das controvérsias científicas, sobretudo, através da esfera da ciência que defende, por um lado, a manutenção do atual modo exacerbado de produção e consumo, e, por outro, advoga a mudança nos paradigmas e nas práxis de diversos campos do conhecimento humano, para adaptá-los, a fim de mitigar as mudanças climáticas. Esta ambiguidade ideológica da ciência estimula, por um lado, a reflexão crítica capaz de ensejar ações sociais e políticas efetivas para transformar o modelo de desenvolvimento social e econômico da humanidade, mas, por outro lado, esvazia de sentido tal pensamento crítico.

Nesta perspectiva, com base nas posições do IPCC (2007), o fenômeno das mudanças climáticas já causou efeitos irreversíveis e continuará causando, mesmo se a sociedade planetária venha a zerar a emissão de gás de efeito estufa na atmosfera – fato que seria impossível, tendo em vista as matrizes energéticas do modelo de desenvolvimento humano, concentradas no combustível fóssil, além de outras práticas insustentáveis socioambientalmente. Dessa maneira, será necessária uma série de significativas ações e estratégias de adaptação e mitigação para enfrentar tão somente os efeitos das mudanças climáticas, sobretudo, nos setores socioeconômicos e biofísicos mais vulneráveis ao fenômeno, visando atenuar tais impactos sem, portanto, limitar o respectivo desenvolvimento humano (PBMC, 2012). A mitigação é importante, porém, é apenas uma forma de atenuar os impactos do fenômeno, enquanto que a adaptação é o modelo ideal visto que permite modificar de modo radical a concepção e as práticas em prol do desenvolvimento socioeconômico sustentável da humanidade, comprometendo-a com o respeito aos aspectos socioambientais.

Dentro desse contexto, a sociedade precisa realizar ações e estratégias de adaptação e de mitigação nos diversos setores biofísicos e socioeconômicos que serão diretamente afetados pelas mudanças do clima. Os biofísicos se referem aos ecossistemas, assentamentos humanos urbanos e rurais, recursos hídricos, produção de alimentos (agricultura), eventos

extremos, avanço do mar e segurança humana (saúde), enquanto aos setores socioeconômicos estão vinculados governança, tecnologia, transporte, indústria e a energia (PBMC, 2012).

No Brasil, diversas ações já têm sido tomadas com atenção aos estudos científicos sobre as mudanças climáticas. Contudo, o principal protagonismo foi no campo político. O problema climático foi regulamentado na forma de Lei, com o objetivo de efetivamente contribuir na redução das emissões de gases de efeito estufa. O marco legal corresponde ao ano de 2009. No período, foi instituída a Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC), por meio da Lei nº 12.187/2009:

A Política Nacional sobre Mudança do Clima oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020. Segundo o Decreto nº 7.390/2010, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima, a linha de base de emissões de gases de efeito estufa para 2020 foi estimada em 3,236 GtCO₂-eq. Assim, a redução absoluta correspondente ficou estabelecida entre 1,168 GtCO₂-eq (gigatons de dióxido de carbono equivalente) e 1,259 GtCO₂-eq, 36,1% e 38,9% de redução de emissões, respectivamente (MMA, 2009).

O governo federal tem também investimento na formação de redes de pesquisa e na criação de programas de estudos e de institutos específicos sobre as mudanças climáticas. Em 2007, foi criada a Rede Brasileira de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (REDE CLIMA). No ano seguinte, surgiam os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) e o programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG).

Os INCTs e o PFPMCG têm contribuído para a melhor compreensão da dinâmica de funcionamento da atmosfera, dos oceanos, e dos continentes da Terra. Os resultados de suas pesquisas auxiliam na tomada de decisões governamentais fundamentadas cientificamente com respeito a avaliações de risco e estratégias de mitigação e adaptação.

Já a Rede Clima tem gerado e disseminado conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais. Até o presente, foram criadas 13 sub-redes temáticas, cobrindo os aspectos de aumento do conhecimento científico, impactos, adaptação e mitigação das mudanças climáticas com respeito à biodiversidade e ecossistemas, recursos hídricos, agricultura, saúde humana, cidades, zonas costeiras, oceanos, desastres naturais, serviços ambientais dos ecossistemas, energias renováveis, economia e desenvolvimento regional, além de modelagem climática.

Juntos, essas experiências representam um ambicioso empreendimento científico criado pelo governo federal e o Estado de São Paulo para prover informações de alta qualidade em estudos de clima, detecção de variabilidade climática e mudança climática e seus impactos em setores-chaves do Brasil, utilizando o que há de mais avançado em técnicas de observações e de modelagem dos diferentes componentes do sistema climático global.

Todos esses estudos são relevantes para ajudar o Brasil a cumprir os objetivos do seu Plano Nacional sobre Mudança do Clima, definido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima, como também têm produzido resultados interessantes, fornecendo subsídios científicos para a participação brasileira nas recentes Conferências das Partes (COP) para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e na Conferência Rio+20. Além do mais, têm sido relevantes para informar os cientistas, os responsáveis pelas políticas públicas, os meios de comunicação e o público em geral, sobre estratégias de adaptação e propondo medidas de mitigação, além dos estudos sobre as vulnerabilidades biofísicas e socioeconômicas.

Torna-se bastante perceptível o volume de iniciativas para enfrentar os desafios postos aos brasileiros e para toda humanidade em função das mudanças climáticas. A complexidade do problema se aprofunda devido às suas implicações sociais. Salientamos que, além de toda a complexidade relacionada à conexão temporal entre causa, impactos, vulnerabilidade, mitigação e adaptação (e também as oportunidades) das mudanças climáticas, vinculadas ao modelo de desenvolvimento humano, nos variados setores biofísicos e socioeconômicos, ainda há outras dimensões atingidas de forma complexa pelo fenômeno:

O fenômeno das mudanças climáticas é tipicamente um problema de alta complexidade por seu alcance global, por envolver uma diversidade de dimensões sociais, políticas, ecológicas, tecnológicas, ético-culturais e epistemológicas, por conter ainda uma razoável dose de incerteza sobre a extensão e intensidade dos riscos envolvidos, sua previsão espaço-temporal de ocorrência e por sua relativa invisibilidade na vida cotidiana (LIMA, 2012, p. 3).

Dentre tais pontos, destacamos um aspecto em especial: a percepção social sobre o problema climático. Este, no entanto, depende diretamente da visibilidade pública e da consciência política articulada sobre tal assunto. Por sua vez, a visibilidade além de mediar a formação da opinião e da vontade pública sobre a questão, ampliando a identificação do problema, é ainda fundamental para constituir o poder comunicativo necessário para obrigar

os sistemas de poder administrativo, legislativo e judiciário adotar medidas com o intuito de resolver tais ameaças ambientais (no caso das mudanças climáticas, amenizadas, pois elas já são irreversíveis).

Todavia, a situação clama por urgentes e radicais mudanças de paradigma nos saberes e práxis humanas com relação ao uso dos recursos naturais, proteção e conservação dos ecossistemas, readaptação de práticas socioeconômicas nos conglomerados humanos, dentre outros fatores. Isso se faz necessário para que a sociedade possa adaptar-se a esta situação de risco dos efeitos previstos da mudança do clima. Logo, é necessária uma mudança de racionalidade pública e política em relação ao modelo de desenvolvimento socioeconômico, o qual demanda uma consonância com as questões também socioambientais, ou seja, um tipo de desenvolvimento sustentado e sustentável.

Porém, não esqueçamos que a potencialidade da crise socioambiental decorrente das mudanças climáticas ocorre justamente por causa do atual modelo de desenvolvimento socioeconômico da sociedade moderna. Portanto, o desafio para atingir tal racionalidade de vanguarda é significativo, principalmente porque os padrões econômicos tradicionais já legitimados social e culturalmente, em que a natureza é tratada como insumo da produção industrial e comercial. Os recursos naturais e seus ecossistemas não são valorizados. A degradação é gigantesca. O domínio das matrizes energéticas fósseis, desde a Revolução Industrial, amplifica os prejuízos socioambientais.

Assim, o debate sobre o desenvolvimento sustentável não deve, simplesmente, abstrair o poder objetivo e material do modelo de desenvolvimento econômico dominante, que foi configurado e legitimado socialmente pela lógica mercantil do capital financeiro, condicionada pela racionalidade instrumental utilitarista, em largo desrespeito à natureza e aos homens. Entretanto, um caminho importantíssimo para a identificação e para a deliberação política sobre o problema climático, depende, sobretudo, da percepção social das esferas públicas sobre as reais ameaças do fenômeno para a vida objetiva e material da sociedade.

1.4 Percepção social dos brasileiros sobre a ameaça do clima

Frente ao exposto, ressaltamos que pesquisas de opinião para identificar a percepção social têm sido realizadas nos últimos anos no Brasil. Elas servem de excelente material para constatar a referida situação da consciência social dos brasileiros sobre a gravidade dos problemas das mudanças climáticas. Consultamos duas importantes pesquisas. A primeira foi elaborada a partir da opinião da juventude brasileira (IPEA, 2013); a outra, através da posição das maiores lideranças dos principais setores sociais do país (ISER, 2008): a mídia, Congresso Nacional, sociedade civil, organizações não governamentais, universidades e institutos de pesquisa, empresariado e agências governamentais.

Na primeira, verificamos a falta de interesse da juventude brasileira, de 15 a 29 anos, sobre o tema. Essa faixa etária corresponde a 26% da população brasileira (IPEA, 2013). A justificativa para selecionar a observação da percepção juvenil é porque ela é uma parte da população nacional bastante representativa. Mas também porque ela apresenta um perfil importante no tocante à sua maior expectativa frente ao enfrentamento do problema climático. Isto porque a juventude tem relação temporal direta com o problema, na medida em que há possibilidade objetiva e material dos efeitos negativos do fenômeno recaírem sobre esta parcela da população no futuro.

Vinte e seis por cento da população brasileira correspondem a 51 milhões de pessoas (IPEA, 2013). A pesquisa revela que o quantitativo de jovens é considerado um dos maiores da história nacional e não deve ser mais ultrapassado, mantendo-se assim até o ano de 2022, quando começara a decrescer. Portanto, é um contingente bastante expressivo. Se esta juventude é comparada às populações adultas e idosas, aparece outro fato importante. Estes jovens serão os principais afetados pelos impactos materiais das mudanças climáticas futuras e por um tempo maior. Eles estarão vivos para constatarem os efeitos da sua ação realizada hoje, seja ela uma ação protagonista ou de omissão no enfrentamento do problema.

Assim, esta população contemporânea precisa ter condição de analisar a crise socioambiental proveniente das mudanças climáticas com a responsabilidade de prever e atenuar os impactos futuros com base na ação tomada atualmente, para que possa ter consciência, mais adiante, do resultado de sua ação. Os filhos dessa população jovem contemporânea também serão os que mais sentirão os impactos do fenômeno climático, em consequência das ações tomadas atualmente. Eles nascerão dentro desse contexto de

mudanças climáticas e podem ter um cenário ainda mais grave, a depender das ações tomadas agora. Assim, sinaliza-se para esse público jovem a necessidade de ele dar uma maior atenção material ao desenvolvimento sustentável socioambiental, o que, conseqüentemente, cobra deles uma atuação mais intensa em defesa do advento de uma nova postura ética socioambiental.

Apesar dessas particularidades apresentadas, a reivindicação por ações públicas para mitigar o problema através da adaptação da humanidade às vulnerabilidades sociais e naturais provocadas pelos efeitos das mudanças climáticas tem sido a última demanda dos jovens brasileiros, numa lista de 16 pontos levantados (IPEA, 2013). O fenômeno é considerado o de menor gravidade social:

O item mais citado pelos jovens foi educação de qualidade (85,2%), seguido pela melhoria dos serviços de saúde (82,7%). Essas são também as demandas mais citadas mundialmente (...). A terceira opção mais citada pelos jovens brasileiros foi o acesso a alimentos de qualidade (70,1%). Em quarto apareceu ter um governo honesto e atuante (63,5%), demanda que, em nível mundial, fica na quinta colocação. A melhoria nos transportes e estradas, citada por 40,9% dos jovens como uma prioridade, foi a demanda que deu início à série de protestos. No mundo, esse tópico é apenas a 15ª prioridade entre as 16 possibilidades (...). Na última colocação entre as principais demandas da juventude brasileira está o combate às mudanças climáticas, opção citada por apenas 7,3% dos entrevistados. Na lista internacional, essa demanda aparece na 12ª colocação (O GLOBO, 2013).

Essa indiferença/inércia verificada em relação às mudanças climática já é constatada socialmente referente aos problemas ambientais por algumas razões inerentes e representam um dos maiores desafios a serem enfrentados por esta mesma população jovem e a sociedade em geral. São elas: os problemas não são visíveis, ou são poucos visíveis, na vida cotidiana; em geral se tende a associar sua ameaça num tempo futuro; para muitos parece algo fora do seu alcance; desconhece-se os impactos reais; os mitos da inextinguibilidade dos recursos da natureza e do desenvolvimento e progresso; o otimismo tecnológico; e a incerteza aumenta a dúvida e a inércia ao estimular posição negacionista e lobbies.

Além da pesquisa do IPEA, observamos ainda outra pesquisa que também teve como objeto de interesse a avaliação do grau de preocupação e atribuição de gravidade social sobre o problema das mudanças climáticas. Desta vez, foram consultadas as pessoas influentes de sete instituições sociais importantes (ISER, 2008). O órgão pesquisou a mídia, Congresso

Nacional, sociedade civil, ONGs, universidades e institutos de pesquisa, empresariado e as agências governamentais. Foram ouvidas 210 lideranças, 30 em cada setor selecionado. Cada entrevista presencial durou cerca de 50 minutos. A metodologia da pesquisa foi predominantemente qualitativa, utilizando a técnica da entrevista em profundidade com roteiro semiestruturado.

Dentre as principais conclusões do estudo, apontamos que:

(A) Maioria dos entrevistados considera que as mudanças climáticas constituem problemática muito importante para seu setor ou área de atuação podendo afetar políticas, consumo e negócios; acreditam que a tendência será regular as atividades emissoras e se preocupam com o impacto desse tipo de medida na competitividade econômica dos produtos brasileiros e também no rebatimento nas políticas praticadas de preço; a opinião geral é a de que a “transição energética tem um custo” e não se sabe ainda quem pagará a conta. ...apontam que o maior desafio a ser enfrentado tanto pela humanidade quanto pelo Brasil, nos próximos 20 anos, está simultaneamente no enfrentamento das questões ambientais e das questões sociais. ...Em todos os setores ouvimos críticas ao atual modelo de desenvolvimento, tido como insustentável, principalmente pelo fato de ser baseado em “combustíveis fósseis”. Também foi amplamente criticado o atual modelo de consumo... (ISER, 2008, p. 6).

Para alcançar o referido entendimento, os pesquisados destacaram a importância dos estudos científicos, através do conhecimento sobre a temática produzido por parte do grupo de cientistas da ONU e correspondentemente ao papel da mídia na amplitude da difusão desse conhecimento. “O divisor de águas na formação de uma opinião consistente sobre o assunto foram os dados do último Relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2007), amplamente divulgados pela internet e pela mídia” (ISER, 2008, p. 6).

Não há dúvidas quanto à comprovação da existência das mudanças climáticas para a maior parcela dos mais influentes líderes dos principais setores sociais pesquisados. “O conjunto de evidências de que o clima do Planeta está mudando é consistente e não se pode mais ignorar os possíveis efeitos disso sobre a economia e os processos de desenvolvimento em curso” (ISER, 2008, p. 6). Esta compreensão sobre o fenômeno climático e sobre as suas consequências nas questões sociais foram abordadas pela maioria dos entrevistados. Exatamente 94% deles concordam com a visão científica de que o impacto das mudanças climáticas será grande e afetará todo mundo, enquanto 1% discorda e 3,8% afirmam não ter informação suficiente para opinar (ISER, 2008, p. 15).

Contudo, a pesquisa também mostrou que:

A maneira como cada segmento da sociedade brasileira lida com o assunto tem a ver com a natureza do próprio segmento (mais ou menos informado), com sua proximidade em relação aos temas e assuntos pertinentes (mais ou menos orgânico), com a formação e inserção do próprio entrevistado (mais ou menos especializado) e também com a importância que é atribuída ao tema por cada uma das 210 lideranças entrevistadas (ISER, 2008, p. 5).

Quando perguntado se as mudanças climáticas era um assunto relevante para o seu setor de atuação, 4% disseram ‘não ter importância’, 77,5% afirmou ser ‘muito importante’ e 18,2% disse ser ‘importante’ (ISER, 2008, p. 16). Vale ressaltar que os setores sociais onde o fenômeno foi considerado ‘menos importante’ foram no Congresso Nacional (onde se formula todas as leis, logo, também com consequências preocupantes às questões socioambientais); nas Empresas (onde estão concentrados os meios de produção e a distribuição de renda) e na Sociedade Civil (onde mais estão concentradas as populações pobres, as que mais sofrerão com os efeitos das mudanças climáticas - IPCC, 2007).

Quando perguntado sobre o conhecimento que tinham sobre as mudanças climáticas, a maioria disse ‘conhecer pouco’ (43%), ‘possui bom conhecimento, mas incompleto’ (32,5%) e somente 25% disse ter ‘conhecimento abrangente’ (ISER, 2008, p. 17). Os setores com menor nível de conhecimento sobre as mudanças climáticas são liderados pelo governo (onde mais se necessita de sensibilidade para implementação de programas e ações públicas para mitigação e adaptação às vulnerabilidades da esfera social e natural diante dos efeitos do fenômeno do clima).

O outro setor com menor nível de conhecimento sobre o fenômeno do clima foi a mídia (segmento que representa noticiosamente o presente social diante do problema, com capacidade de interpretar o sentido social desta ameaça para a vida das pessoas). A sociedade civil também apareceu com o mesmo indicador limitado de percepção.

Diante do resultado, que constatou o elevado número de lideranças de setores sociais importantes que não conhecem as questões sobre as mudanças climáticas, a própria pesquisa sugeriu ações nas áreas de comunicação para diminuir o nível de desconhecimento desses setores. O ISER (2008) atribuiu à mídia um papel relevante na formação da opinião sobre o tema.

Frente ao exposto, é necessário fazer uma consideração para evitar mascarar os resultados pesquisados em direção a um diagnóstico favorável quanto ao cenário de ampla discussão sobre as mudanças climáticas na sociedade brasileira. Salientamos que, apesar de cerca de 96% considerar ‘muito importante’ e ‘importante’ a discussão das mudanças climáticas, setores estratégicos, como os poderes Legislativo e Executivo, a mídia, economia (através das empresas) e a sociedade civil se mostraram reticentes ao tratar do assunto. As principais lideranças entrevistadas desses setores são os que mais consideram as mudanças climáticas como ‘menos importante’. Também são estes setores que possuem ‘menor nível de conhecimento’ sobre o fenômeno, mesmo sendo ele “um problema único e mais difícil que outros problemas políticos” (PNUD, 2007).

Diante desta evidência, e somada ao resultado apresentado pelo primeiro estudo (IPEA, 2013), que constatou o desinteresse da juventude brasileira sobre a questão das mudanças climáticas, reveste-se de uma importância ainda maior a análise crítica de tal conjuntura. A limitada percepção social sobre o problema climático, que é classificado como de maior gravidade política pela ONU, confere uma dimensão ainda maior ao problema da alienação da sociedade civil. Pois, ao não identificar o fenômeno enquanto séria ameaça objetiva e material, conseqüentemente, não se interessa pelo problema e não se engaja politicamente para reivindicar medidas governamentais e legislativas para mitigação e adaptação às vulnerabilidades socioambientais e biofísicas provocadas pelos efeitos das mudanças climáticas.

Contudo, com base em alguns avanços atuais nos setores político e empresarial sobre o problema do clima se comparado ao ano da pesquisa, é necessário fazer uma consideração. Hoje, já existe uma atenção dos órgãos governamentais em relação ao tema das mudanças climáticas maior do que a verificada no cenário da pesquisa (ISER, 2008). O aumento da atenção do Estado ao problema pode ser constatado na criação do marco regulatório sobre o assunto (Plano Nacional das Mudanças Climáticas). Em relação às empresas - setor antes apresentando com pouca consciência social sobre o fenômeno das mudanças do clima (ISER, 2008), passou, atualmente, a priorizá-la em função da “lógica” dos “negócios verdes” (SCHARF, 2004). Esta inclusive foi a discussão principal da Rio+20. A questão econômica superou as outras áreas nas preocupações manifestadas pelos participantes políticos da Conferência, inclusive, chegando ao ponto de atrair maior atenção do que os problemas da

fome no mundo e das questões climáticas, o que evidencia um sério esvaziamento da capacidade ética de sentir solidariedade diante das ameaças à espécie humana como um todo.

Entretanto, de modo geral, diante dos resultados dos estudos sobre a percepção da população nacional frente ao fenômeno do clima, observou-se que na sociedade brasileira ainda persiste uma lacuna entre a realidade da ameaça dos problemas relacionados com as mudanças climáticas e aquela conscientização social desejada sobre a questão socioambiental. Diante desta situação, percebe-se um significativo problema social, porque se o fenômeno não é tematizado e dramatizado intersubjetivamente (HABERMAS, 2012) pela sociedade como uma séria ameaça que exige que sejam tomadas decisões políticas urgentes para reduzir seus impactos sobre a vida social e natural, dificilmente a discussão pública conseguirá formar opinião, vontade política e poder comunicativo capaz de obrigar o Legislativo a instituir uma legislação eficiente para enfrentar as consequências nefastas das mudanças do clima, e o Executivo e o Judiciário a cumprirem estas novas leis.

Por conseguinte, faz-se necessário que o jornalismo consiga captar na sua representação noticiosa toda a gravidade desta atual realidade social de alienação da consciência do povo brasileiro sobre a dimensão inquietante do perigo que as mudanças do clima representam (IPEA, 2013; ISER, 2008). É, portanto, imprescindível que a cobertura jornalística do fenômeno climático (IPCC, 2007) exerça a sua função central e estratégica de mediar e articular a discussão pública, assumindo o compromisso educativo de conscientizar os cidadãos sobre a sua obrigação ético/moral de se engajar na construção de um modo de produção e consumo responsável e sustentável, como condição necessária à mitigação do problema das mudanças do clima. Contudo, porém, tal condição só ocorrerá quando as demandas do povo ganharem legitimidade suficiente na esfera pública, com capacidade comunicativa de influir no funcionamento da administração do aparelho de Estado.

Habermas (1997, p. 98) ressalta que “os problemas tematizados na esfera pública política transparecem inicialmente na pressão social exercida pelo sofrimento que se reflete no espelho de experiências pessoais da vida”. Dessa forma, tal condição precisa ser reverberada na dimensão comunicativa (espaço constituído pelos meios de comunicação social para promoção de visibilidade pública do problema) para ser identificada pelos demais atores e grupos sociais que também estão ameaçados pelo mesmo problema, porém ainda não

o perceberam e, por conseguinte, não têm condições de o problematizarem e, dificilmente, o farão sem que mídia agende este fenômeno na sua pauta.

1.5 Panorama sobre a representação noticiosa do fenômeno climático

Os meios de comunicação, portanto, desempenham papel estratégico neste processo de percepção social sobre as mudanças climáticas, por meio do agendamento da pauta de sua representação jornalística (PNUD, 2007). Nesta perspectiva, o PNUD/ONU compreende que a mídia tem uma responsabilidade essencial na difusão de conhecimento a respeito do assunto, a fim de possibilitar uma reflexão contextualizada e crítica na sociedade sobre os desafios colocados para sua adaptação diante do fenômeno.

Os *media* são a principal fonte de informação para o público em geral no que diz respeito à ciência das alterações climáticas (...) e tem enorme responsabilidade (pública neste processo) (...) (porque o Jornalismo tem obrigação de contribuir na objetivação) da constituição de uma opinião pública necessária para que os governos introduzam reformas energéticas radicais frente às alterações climáticas (PNUD, 2007, p. 64).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), assim, problematiza as mudanças climáticas também através da função social do jornalismo no bojo desse debate público e político. Por conta da pressão do órgão da ONU, a mídia internacional passou a agendar mais o tema das mudanças climáticas na sua representação noticiosa (PNUD, 2007), oferecendo para a esfera pública uma visibilidade maior sobre problema. Assim, tem contribuído para uma maior formação de entendimento do público sobre a questão, o que é indispensável para uma adequada percepção e problematização social sobre o fenômeno, bem como de suas complexidades e dos seus desafios socioambientais e político-econômicos.

O relatório do PNUD (2007-2008), intitulado *Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido* acentuou a função prioritária da mídia, na verdade do jornalismo, por meio das notícias transmitidas por todas as mídias, na transmissão de conhecimento à população global sobre as mudanças climáticas. O órgão compreende que o jornalismo tem como função social esclarecer os cidadãos sobre os novos desafios do fenômeno para que eles possam se reorganizar socialmente nos diversos campos dos saberes e práticas da vida cotidiana. Esta compreensão está fundamentada na convicção de que tal

esclarecimento pode contribuir na reflexão crítica das pessoas para elas gradativamente poderem superar a visão anacrônica do paradigma científico tradicional positivista, que induz a um comportamento naturalizado e reificado, sobretudo, os relacionados à economia, à política e às atividades predatórias socioambientalmente.

A força da transformação social frente às mudanças climáticas está na própria opinião pública qualificada, que, por sua vez, depende da mídia (PNUD, 2007). Todavia, o organismo da ONU verifica que os meios de comunicação de massa têm promovido uma cobertura jornalística aquém da necessidade posta para a sociedade diante das alterações climáticas - um desafio distinto de qualquer outro problema político -, por ser um fenômeno que demanda maior conscientização socioambiental e respostas político-econômicas enérgicas e radicais diante do atual modelo de desenvolvimento humano socioeconômico.

O PNUD (2007, p. 64), destacando a importância social e a enorme responsabilidade pública da mídia, considera que os meios de comunicação “são a principal fonte de informação para o público em geral no que diz respeito à ciência das alterações climáticas”. No entanto, na contramão deste percurso desejado de uma comunicação pública qualificada diante do desafio climático para o desenvolvimento sustentável da humanidade, o PNUD (2007) mostra que a representação noticiosa tem sido deficiente e não consegue esclarecer a esfera pública sobre a complexidade das mudanças climáticas e seus desafios que ameaçam a sociedade. O organismo da ONU descreve que as notícias têm sido produzidas de forma descontinuada, pontual e sensacionalista, além de apresentarem, dentre outros, problemas de equilíbrio editorial.

Outra deficiência diz respeito à “tendência de focar nas emergências atuais e nos futuros acontecimentos apocalípticos, obscurecendo (...) os mais perigosos efeitos a médio prazo das alterações climáticas, que se intensificarão, junto dos povos altamente vulneráveis” (PNUD, 2007, p. 67). O tratamento da mídia sobre as mudanças climáticas promove uma consciência pública limitada sobre a importância de apoiar medidas de adaptação à resiliência³ – tal como a ajuda ao desenvolvimento mundial para a adaptação, porque prioriza

³ É a capacidade de um ecossistema de se recuperar e retomar as mesmas funções após um determinado impacto (seca, enchente, desmatamento etc.). O termo resiliência vem da física (Fonte: WWF Brasil - http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/dia_do_meio_ambiente/mudancas_climaticas_adaptacao/)

sua atenção “nos riscos de catástrofes do que nas ameaças imediatas para o desenvolvimento humano” (PNUD, 2007, p. 67).

Alem disso, os problemas de equilíbrio editorial apresentam sérias consequências para a formação da percepção social sobre o fenômeno das mudanças climáticas (PNUD, 2007). Tais consequências derivam da ampla visibilidade midiática dada, de forma superdimensionada, às divergências dissensuais existentes na comunidade científica, mesmo elas quase não existindo, uma vez que o consenso chega muito perto dos cem por cento (COOK, 2013).

A complexidade científica para explicar as mudanças climáticas antrópicas é o motivo principal da polêmica entre as correntes das ciências atmosféricas, cuja divulgação é realizada sistemática e massivamente pela mídia internacional. Na atualidade, como vimos, existem duas posições antagônicas sobre as evidências científicas para provar a existência do fenômeno causado pelo homem. Estas posições têm recebido significativa atenção por parte da grande imprensa e, conseqüentemente, do público-cidadão também. Isso demonstra que a representação noticiosa tem privilegiado a audiência das posições técnico-científicas das controvérsias referentes à evidência da existência do fenômeno (PNUD, 2007).

A incerteza científica decorrente da complexidade do problema se reflete no debate climático quando favorece a controvérsia, a desinformação da opinião pública e as campanhas ideológicas promovidas por setores políticos ou economicamente envolvidas na temática (LIMA, 2012, p. 6).

Tal conjuntura identificada pelo autor colabora para evidenciar que a ampla visibilidade comunicativa dada pelas notícias jornalísticas contribui objetiva e materialmente na indiferença da população sobre a existência do fenômeno do clima. Isso porque a falta de consenso científico que se apresenta para a sociedade, não é feita mensurando o tamanho dessa referida controvérsia na comunidade científica. Dessa forma, a controvérsia é transmitida como se tivesse uma significação maior do que realmente tem, como se dividisse e conflgrasse substancialmente a comunidade científica. Contudo, isso não representa a realidade, pois, como já vimos; 97,1% defendem a origem antrópica das mudanças climáticas (COOK, 2013).

Todavia, ainda assim, existe um significativo agendamento na pauta jornalística da perspectiva cética sobre a responsabilidade humana na geração das mudanças do clima

(PNUD, 2007), mesmo esta parcela da comunidade científica representando apenas 2,9% (COOK, 2013). Desse modo, tais posições são validadas socialmente, contribuindo com isso, para confundir a percepção social frente ao fenômeno do clima e à gravidade de sua ameaça à vida humana. A identificação e a problematização social da questão se reduzem porque elas estão diretamente associadas à qualidade da visibilidade das discussões públicas sobre essa controvérsia na comunidade científica, amplamente transmitida pela representação jornalística.

Por outro lado, vale reiterar que noticiar as posições contraditórias é uma importante função social do campo do Jornalismo porque contribui na formação da opinião e da vontade pública frente às argumentações opostas. A partir da seleção do contraditório na representação noticiosa pode-se aferir a qualidade da comunicação pública. Visto que tal perfil representa a inclusão no debate de uma ‘diversidade significativa’ de fontes e versões sociais (HERMAN, 1999). Assim, garante-se espaço editorial aos vários setores da esfera pública, dentre eles os representantes da sociedade civil, dos movimentos sociais e da periferia da estrutura de poder. Noutra perspectiva, o equilíbrio editorial é concebido porque a notícia prima por garantir a inclusão da posição social dos dois lados da questão levantada.

Entretanto, mesmo sendo um dos critérios do Jornalismo, vale analisar criticamente tal afirmação, ou melhor, a excepcionalidade de atender tal prática de diversidade de vozes e versões sociais nas notícias. Vale salientar que é incomum ao campo jornalístico dar normalmente espaço editorial às posições dissonantes quando representadas pelos setores da periferia da esfera pública, leia-se sociedade civil. Todavia, esta tem sido a realidade da comunicação midiática internacional das mudanças climáticas, na qual, conforme denuncia o PNUD (2007), existe uma “complicada atenção dada pela mídia a projetos minoritários (de setores de poder político e econômico) que não condizem com os consensos científicos internacionais que comprovam a existência do fenômeno do clima” (SILVA; COUTINHO, 2012).

No entanto, é oportuno destacar que as vozes e versões de setores sociais hegemônicos são comumente agendadas pela mídia. Hall *et al* (1999) denominam estes setores de definidores primários da notícia. Os autores também observam que, quando as controvérsias são originárias dos setores hegemônicos, é comum a mídia dar visibilidade a esses posicionamentos poderosos. Entretanto, este mesmo padrão de agendamento não tem sido

uma práxis jornalística quando para garantir equilíbrio editorial para assuntos controversos aos interesses corporativos de grupos econômicos e políticos hegemônicos. Efetivamente, estes critérios jornalísticos, ancorados pelo rigor técnico da objetividade e neutralidade jornalística, não são tão usuais quando para tratar dos interesses da periferia da esfera pública.

A pseudoequivalência editorial dada aos cientistas pró e contra a efetiva existência do fenômeno das mudanças climáticas e sobre a sua origem antrópica ou natural é um dos maiores problemas enfrentados pela grande imprensa na construção de notícias sobre a temática (PNUD, 2007, p. 67):

O equilíbrio editorial é de importância vital numa imprensa livre. Mas, equilíbrio entre o quê? ... Sem dúvida, o cidadão tem também o direito de ser informado sobre as opiniões minoritárias, que não refletem um consenso científico. Contudo, não se contribui para um juízo informado quando a seleção editorial trata as duas visões como equivalentes.

Em virtude desta prática, a confusão na identificação social sobre a existência do fenômeno climático continua no seio da opinião pública. O documento do PNUD (2007) chega a afirmar que muitos dos posicionamentos científicos vinculados à corrente dos céticos das mudanças antrópicas do clima são patrocinados por grupos de interesses específicos na sociedade, leia-se o setor econômico, sobretudo daqueles relacionados ao uso de matrizes energéticas de origem fóssil.

Diante deste cenário que se revela caótico para uma comunicação que tem como função social a promoção da emancipação dos atores sociais, conscientes sobre o fenômeno do clima, reafirma-se a correspondente responsabilidade social da mídia na integração social em torno de um consenso consequente sobre as mudanças climáticas, bem como a sua contribuição para os projetos ideológicos (THOMPSON, 1995) de poder em disputa na sociedade (GUARESCHI, 2004).

A noticiabilidade do embate das ideologias travestidas pela áurea da ciência climática evidencia que a comunicação não só pode como ela é o instrumento fundamental na definição das relações de poder social. Tais comportamentos perpassam as respectivas ideologias e levam para a esfera da comunicação a batalha por significação social sobre o problema por meio das forças hegemônicas e contra-hegemônicas pela manutenção ou transformação do objeto em disputa.

É no meio desta tensão, representada por interesses distintos dos atores e grupos sociais, que se faz ainda mais urgente a promoção de uma comunicação democrática que promova a conscientização e emancipação dos atores sociais, conscientes e engajados numa revolução das formas de tratamento da natureza, a fim de se adaptarem às estratégias de combate aos efeitos nocivos das mudanças climáticas.

No entanto, apenas ao espaço da esfera pública é atribuído o poder de mudança da respectiva conjuntura, porém, só quando bem informada (PNUD, 2007). O órgão da ONU diz que, por meio da esfera pública, é possível criar um espaço político capaz de provocar os governos a realizarem reformas enérgicas e radicais. É preciso, portanto, uma ‘esfera pública política’ que funcione como espaço para efetivação de um uso pública da razão, ou seja, de uma racionalização coletiva de fiscalização da estrutura de poder (HABERMAS, 1984). Ao jornalismo, é atribuído o papel e a importância de informar a opinião pública sobre a temática, atribuindo às mídias o papel principal na mediação da ciência climática e, portanto, a função crucial na “alteração” desta opinião, no sentido do esclarecimento necessário diante da importância do problema pelo que representa em termos de desafio para a sobrevivência da espécie humana (PNUD, 2007).

Assim, faz-se urgente e necessária uma comunicação que estimule o surgimento de consciências capazes de enxergar o tamanho dos impactos e desafios das mudanças do clima. É preciso levar em conta que “o mundo é um lugar heterogêneo: as pessoas têm diferentes níveis de rendimentos e riqueza, e as alterações climáticas irão diferenciar as regiões afetadas” (PNUD, 2007, p. V). O órgão da ONU avalia que as alterações climáticas já afetam, em todo o mundo, algumas das comunidades mais pobres e vulneráveis.

Estes efeitos, em curto prazo, podem não ser muito significativos para o sistema e a estrutura de poder, que funciona na lógica imediatista da acumulação capitalista, em termos do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, mas para alguns dos mais pobres povos da terra as consequências podem ser apocalípticas, inclusive, em alguns lugares, já minam os esforços da comunidade internacional para reduzir a pobreza extrema.

O diagnóstico do PNUD/ONU revela, portanto, que as mudanças do clima têm reflexo direto nas questões socioeconômicas, através dos seus impactos nas populações mais vulneráveis, bem como demanda uma resposta política urgente. Essa leitura não simplista da

perspectiva do problema ambiental foi inclusive compartilhada na última Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012 no Brasil. A Rio+20 destacou dois temas principais na pauta: *a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável*.

Todavia, existe ainda outra pendência para explicar mais as consequências sociais do fenômeno com a midiática das controvérsias sobre a existência das mudanças climáticas antrópicas nas comunidades científicas. Encobre-se na referida visibilidade jornalística, um grande equívoco conceitual quanto à existência do fenômeno devido à intervenção humana. Deixando de lado os devidos arranjos complexos do paradigma positivista para negá-las ou justificá-las, é fundamental esclarecer que a centralização desse debate na esfera jornalística é incoerente e é reducionista, uma vez que o pivô do embate entre os céticos e o IPCC não é sobre a existência das mudanças do clima, mas sobre o seu advento devido à ação humana através da emissão de gases de efeito estufa. Neste viés, infelizmente, o debate não ganha audiência, não é publicizado e, quando surge na visibilidade pública, não reflete as questões estratégicas para o desenvolvimento humano e solidário.

Dentro desse contexto, dois aspectos importantes ficam de fora da pauta jornalística. O primeiro é que não fica claro para o público que o foco central das controvérsias (científico e ideológico), polarizadas pelo debate midiático, não é sobre a existência do fenômeno, mas se as mudanças do clima existem por conta da contribuição humana (IPCC, 2007), ou pelos efeitos naturais (MOLION, 2012). Não esqueçamos que os céticos reconhecem a alteração do clima, porém a chama de *variabilidade climática* – algo cíclico que ocorre com a evolução do planeta, inclusive, esta é a explicação para os constantes aumentos dos extremos climáticos que o IPCC associa ao fenômeno antrópico do clima.

Portanto, independentemente das posições científicas e ideológicas, a sociedade continua refém deste distúrbio climático, caracterizado principalmente pelo surgimento de novas catástrofes, as quais passam a ocorrer com mais frequência e intensidade no planeta (P BMC, 2012), demandando uma cobertura midiática mais ampla (PNUD, 2007).

O segundo ponto importante excluído da pauta jornalística, que fica encoberto por este debate das controvérsias científicas sobre a existência antrópica do fenômeno do clima, é o

aspecto central desse debate público, o qual deveria receber total atenção do jornalismo: a análise crítica da economia global baseada num modo exacerbado de produção e consumo como responsável pelas mudanças do clima.

É oportuno ponderar que a sociedade está ameaçada em função do processo agressivo de industrialização devido ao desenvolvimento humano nesta perspectiva socioeconômica. Somos uma “sociedade de risco” (BECK, 1992). Portanto, pautar as mudanças climáticas descomprometidas com a vida social é encobrir os verdadeiros interesses desse debate: aceitar ou negar as mudanças climáticas implica diretamente na utilização das matrizes energéticas fósseis. Logo, este ato interfere em toda uma ordem socioeconômica criada desde o início da Revolução Industrial.

Aceitar e divulgar a existência das mudanças do clima provoca um debate ainda mais complexo. Ela acerta o pilar central do sistema capitalista: a produção e o consumo. Essa abordagem provoca uma profunda discussão e reflexão sobre os paradigmas e práxis da racionalidade econômica frente à necessidade de novas posturas mais sustentáveis. Por conseguinte, o debate estimula a adoção de ações que priorizem as questões também socioambientais, além da centralização nas questões das políticas econômicas.

Nesta perspectiva, como a mídia está inserida também no mundo e como tal é um setor que faz parte dessa realidade social, não autônoma a ela, porém com uma diferença relevante: é o articular/mediador central e estratégico da construção social da realidade (VIZEU; ROCHA, 2012a). Desse modo, portanto, agendar as mudanças do clima na representação noticiosa é mostrar diretamente as tensões sociais que se dão neste processo de interação social, o qual pode ser entendido pelo viés socioambiental, mas também pela perspectiva dominante na política, na economia e na ciência (estas últimas recebem ampla atenção dos meios de comunicação).

No Brasil, o movimento também acompanha o cenário mundial de maior visibilidade da pauta sobre as mudanças climáticas na representação noticiosa (ANDI, 2007). Os eventos extremos meteorológicos de grandes proporções e os relatórios científicos sobre o fenômeno do clima foram os motivos principais para a ampliação do agendamento do tema no País. A imprensa brasileira passou a dar maior atenção ao fenômeno do clima a partir da ocorrência do furacão Katrina, nos EUA, em 2005, seguido pela divulgação do relatório sobre a alteração

o clima (AR4)⁴, em 2007, pelo Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC – sigla em inglês), organismo das ONU (ANDI, 2007).

Atualmente, a pesquisa da Agência de Notícias do Direito à Infância (2007) ainda é o maior estudo científico sobre o agendamento da pauta das mudanças climáticas pela imprensa do País, bem como sobre a construção da respectiva representação noticiosa. Ela é maior em relação à quantidade de tempo de pesquisa, bem como à quantidade de jornais investigados. Foram analisados 50 jornais de todos os estados brasileiros, no período de três anos. O principal resultado dessa pesquisa foi reconhecer que as mudanças climáticas têm sido mais agendadas, todavia carecem ainda de uma significação social correspondente à complexidade do problema atrelada à necessária percepção social da esfera pública.

O agendamento da pauta climática e a construção da respectiva notícia jornalística apresentaram resultados parcialmente positivos (ANDI, 2007). Os 50 principais jornais do país passaram a pautar mais as mudanças climáticas nos últimos anos, contudo, têm feito com problemas em relação à construção da notícia, com destaque para as questões de contextualização e enquadramento da discussão no discurso jornalístico (ANDI, 2007).

A agenda principal da cobertura das mudanças climáticas na imprensa brasileira prioriza as pautas voltadas à remediação dos impactos ambientais, focada nas ações para reduzir as consequências do impacto. Assim, ela marginaliza a agenda sobre as medidas de adaptação humana diante do fenômeno do clima. Ou seja, diminui a visibilidade das ações direcionadas à proteção dos ecossistemas, com a finalidade de minimizar possíveis danos à sociedade (prevenção).

As notícias também apresentam especificidades em relação ao uso das vozes sociais na elaboração da representação noticiosa das mudanças do clima. A imprensa brasileira tem, no geral, apresentado uma variedade de fontes, porém alguns setores sociais têm sido privilegiados em detrimento de outros. Existe certa diversidade de fontes ouvidas, mas

⁴ O AR4 foi dividido em quatro seções: a) sobre a base física científica das mudanças na atmosfera, o aquecimento planetário, o gelo, neve, geleiras, chuvas, oceanos, furacões, sobre os fatores que aquecem ou resfriam o planeta, a sensibilidade climática, projeções baseados em modelos para o futuro, o aumento na temperatura e no nível dos mares; b) sobre os impactos, as adaptações e a vulnerabilidade, tais como as atribuições das mudanças, as projeções, os ecossistemas, os alimentos e os sistemas costeiros; c) sobre a suavização das mudanças climáticas, tais como a mitigação das mudanças climáticas em curto, médio e longo prazo e d) uma síntese das três seções anteriores.

destacam-se preferencialmente as fontes oficiais dos poderes públicos e das grandes corporações do mercado. Infelizmente, sequer os movimentos sociais aparecem na investigação. A conjuntura evidencia a exclusão das vozes que representam os interesses da periferia, exatamente o segmento que abrange a maioria da população e que é mais vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas (IPCC, 2007, PNUD, 2007, PBMC, 2012), sobretudo, em função dos impactos dos eventos extremos meteorológicos.

Sobre as versões jornalistas apresentadas nas notícias sobre as mudanças climáticas, a maioria das notícias tem privilegiado interesses particulares ao difundir somente as versões das fontes oficiais. Uma maioria expressiva das notícias é construída com uma única fonte jornalística. Somente “10% dos textos trazem opiniões divergentes e um volume não desprezível (quase 30%) não explicita as fontes” (ANDI, 2007, p. 7).

Portanto, de modo geral, diante das pesquisas sobre a representação noticiosa do fenômeno das mudanças climáticas tendo como causa a intervenção humana, verificou-se o crescente agendamento da referida pauta, contribuindo para localizar adequadamente o problema da crise socioambiental (PNUD, 2007; ANDI, 2007). Dessa forma, a ação comunicativa tem contribuído positivamente no aumento da difusão de tal conhecimento específico para a sociedade.

Apesar disso, o resultado da pesquisa também identificou que, através dos próprios mecanismos da produção da notícia (contextualização e enquadramento), a imprensa tem produzido um efeito ainda aquém da necessidade social numa perspectiva universal. Isso tem limitado o entendimento da esfera pública sobre a complexidade dos problemas e os desafios colocados à humanidade pelas mudanças climáticas. Assim, a representação noticiosa precisa ser elaborada de modo a dar maior visibilidade à imperiosa e urgente necessidade de ações e estratégias de adaptações às vulnerabilidades socioeconômicas e biofísicas frente aos efeitos do fenômeno do clima, dentre outras conexões vinculadas ao desenvolvimento humano sustentável (ANDI, PNUD, 2007, PBMC, 2012).

É oportuno também, descrever adicionalmente uma terceira pesquisa para contribuir neste debate crítico sobre a representação noticiosa das mudanças climáticas. O fenômeno do clima foi o foco central da pesquisa do Instituto de Estudos da Religião (2008), todavia, por envolver o setor jornalístico na investigação, consideramos relevante a sua inclusão nesta

discussão. Isso porque através da pesquisa se torna possível identificar também a posição dos jornalistas sobre as mudanças climáticas e como avaliam a função do jornalismo na referida representação noticiosa diante da necessidade de desenvolvimento humano sustentável.

O estudo entrevistou os 30 principais jornalistas do país para saber a percepção deles com relação ao fenômeno do clima e o papel da mídia na cobertura da temática. A seleção dos jornalistas atendeu um critério que selecionou profissionais da grande imprensa, falada, escrita e televisiva, com carreiras consolidadas e com projeção nacional e regional. Foram ouvidos editores e redatores-chefes, colunistas de jornais diários e repórteres dos principais jornais televisivos que passam em cadeia nacional. A pesquisa mostrou o reconhecimento dos jornalistas da relevância das questões ambientais e em particular do tema das mudanças climáticas. Elas ganharam as manchetes da mídia e se constituíram numa tendência que começou há pouco mais de 2 anos, ou seja, em 2006, e veio para ficar (ISER, 2008, p. 26).

Os jornalistas pesquisados ainda revelaram a consciência de que “a sociedade em geral precisa de informação qualificada e muita educação ambiental” (ISER, p. 26), para se capacitarem a enfrentar os desafios socioambientais provenientes das mudanças climáticas. Neste contexto, eles compreendem que a adesão da mídia é imprescindível, “para que os meios de comunicação possam atuar como ‘agente dinamizador’ dessa conscientização”, na medida em que consideram “o engajamento individual importante (frente aos desafios colocados pelas mudanças climáticas), mas não suficiente para mudar padrões coletivos de comportamento” (ISER, p. 26).

Apesar da demonstração da percepção crítica dos principais quadros de jornalistas do país pesquisados sobre as mudanças climáticas, nos chamou atenção o resultado quanto ao entendimento da maioria deles sobre a responsabilidade do campo jornalístico na questão das mudanças climáticas. Primeiramente, eles reafirmam o perfil generalista do jornalista, ou seja, não é um campo de conhecimento onde se forma especialista sobre assuntos específicos. Contudo, mesmo assim, vale ressaltar que já houve um tempo nas redações em que havia mais setoristas (profissionais que cobrem apenas uma determinada área segmentada do conhecimento humano – tipo um especialista).

No entanto, o maior problema observado diz respeito ao paradigma que fundamenta o campo do Jornalismo quanto à sua função social frente ao fenômeno do clima. Os jornalistas

pesquisados disseram conceber o Jornalismo como sendo o espelho da sociedade, ou seja, o enquadra como mero meio que transmite a informação enquanto notícia objetiva, neutra e imparcial da realidade. A posição pode ser observada através das frases ditas sobre o papel do Jornalismo e sua responsabilidade diante das mudanças climáticas:

“(...) somos os artesãos da informação”, “a informação chega bruta, complicada, e a gente dá a ela uma forma de notícia, de modo a comunicar melhor” ou somos o “ventríloquo da sociedade”, ou ainda “somos o intermediário” entre a informação científica, técnica ou política e o “cidadão comum”. “Somos canais e não produtores de informação” é a visão que predomina no setor, mostrando que ele encara o seu possível protagonismo apenas como “poder de comunicar”, mas não de produzir informação. Os comunicadores seriam magos da forma e não do conteúdo em si (ISER, 2008, p. 25).

Neste contexto marcado pela perspectiva positivista do jornalismo, cuja presunção de espelhar a realidade pretende se respaldar no rigor técnico e na mitificação de uma notícia supostamente objetiva, neutra e imparcial, evidencia-se a necessidade de resignificar tal concepção dentro do ambiente jornalístico, para que se possa vislumbrar a possibilidade de transformação da visão naturalizada e reificada que aliena a maioria do público, inviabilizando o exercício consciente da cidadania. Já é sabido que tal concepção mitificada da representação noticiosa é impossível de ser realizada. Além disso, diante dos mais variados interesses e influências de atores e grupos sociais existentes na sociedade, a ética jornalística exige o compromisso de garantir uma diversidade significativa de versões e fontes na articulação e mediação da discussão pública.

Portanto, é preciso resignificar a forma como se concebe a notícia nas redações e, sobretudo, nas ruas, a fim de construir outra lógica para interpretação desse conteúdo simbólico. Tal postura é indispensável para que, diante dos novos paradigmas levantados com o advento das mudanças climáticas antrópicas, a discussão pública possa formar uma significação social crítica capaz de revelar os interesses e influências representados na controvérsia existente sobre o fenômeno.

Vale salientar que a vertente positivista do campo jornalístico, que ainda é dominante como se pode constatar na pesquisa do ISER (2008), produz efeitos reais tanto entre os jornalistas como na sociedade. Pois faz com que ambos validem e legitimem socialmente as notícias como sendo elas o próprio espelho da sociedade. Assim acreditam que elas podem, quando elaboradas com tais critérios jornalísticos, efetivamente atingir objetividade,

imparcialidade e neutralidade universais, desde que elaboradas com rigor profissional e ético. Essa condição legitima uma maneira de representar tais posições e interesses distintos dos mais diversos grupos sociais, sem considerar os setores da periferia da estrutura de poder excluídos do agendamento da pauta jornalística. Tudo isso funciona no dinâmico e constante processo de construção e reconstrução discursiva do consenso social na esfera pública, através da mediação e articulação jornalísticas da discussão pública sobre o fenômeno das mudanças climáticas antrópicas.

No entanto, muitos problemas de percepção social desse símbolo linguístico, que é a notícia construída pelo referido paradigma positivista dominante, são decorrentes de uma teoria social que atribui aos requisitos sistêmicos à determinação absoluta na definição da realidade e não concebe a ação racional das pessoas como capaz de transformar a sociedade. Essa condição promove conseqüentemente distorções e problemas reais na vida das pessoas, por acreditar nas ‘naturalizadas’ verdades da realidade social, difundidas através da representação jornalística. Porém o autêntico consenso social resulta unicamente das disputas democráticas entre os grupos sociais e de seus interesses diversificados (GUARESCHI, 2004) em busca da respectiva hegemonia.

Contudo, quando se aceita o jornalismo com paradigmas positivista, o seu conteúdo tende a ser recebido de forma mitificada como sendo a notícia a própria verdade factual. Nesta perspectiva as conseqüências serão reais. Isto porque, como chama atenção o teorema de William Isaac Thomas (1972), tudo que não se acredita real, mesmo que seja real, deixa de produzir conseqüências reais, articulando um jogo ideológico de simulação (do que não existe) e dissimulação (do que efetivamente existe). O contrário também é válido. Ou seja, tudo que se acredita ser real, mesmo que não seja real, passa a produzir conseqüências reais.

Diante da perspectiva crítica apresentada, mas, sobretudo, com a realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Brasil em 2012, constituiu-se uma nova oportunidade para atualizarmos os estudos sobre o jornalismo no tocante ao agendamento das mudanças climáticas e à qualidade da representação noticiosa como fator central e estratégico na formação da opinião e da vontade política, ou seja, voltada ao entendimento público qualificado sobre a complexidade do fenômeno do clima e de seus desafios que ameaçam a vida e a sua qualidade, bem como a solidariedade humana em uma sociedade de risco climático.

1.6 Abre-se nova oportunidade para a imprensa com a Rio+20

Inicialmente, faz-se necessário salientar que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) representou um marco histórico da celebração de vinte anos da primeira experiência entre líderes políticos de todo o planeta em favor da defesa do meio ambiente e do desenvolvimento humano sustentável. Estamos falando da Eco-92, evento realizado no Rio de Janeiro, em 1992. Este foi o pioneiro evento internacional do gênero e contribuiu significativamente para definir a agenda do desenvolvimento sustentável por décadas no planeta, fundamental para elaboração da Agenda 21 (questões ambientais gerais) e do Acordo de Quioto (voltado para o clima).

A Rio+20, portanto, foi a reedição contemporânea da Eco-92 e teve a missão de discutir a renovação do compromisso político global com o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, os líderes políticos de toda parte do planeta se reuniram no Brasil, com objetivo de avaliar o progresso e as lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas da Organização das Nações Unidas sobre temáticas correlatas à questão socioambiental e o tratamento de temas novos e emergentes. A Rio+20 teve dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional (instrumentos de governança) para o desenvolvimento sustentável (economia e governança).

A Conferência foi dividida em três momentos específicos no mês de junho de 2012: os períodos de 13 a 15 de junho, de 16 a 19 de junho e de 20 a 22. No primeiro, houve a III Reunião do Comitê Preparatório – que consistiu na reunião de representantes governamentais para negociações dos documentos adotados na Rio+20; no segundo momento, o espaço foi aberto pelo governo brasileiro e apoiado pela ONU, recebendo da sociedade civil suas contribuições sobre a temática; e, no terceiro e decisivo momento, os chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas deliberaram sobre os documentos acordados e assinaram os compromissos internacionais.

Dentro desse contexto, concebemos a Conferência da Rio+20 realizada no Brasil como o maior evento político internacional da atualidade sobre temas socioambientais. Portanto, foi um evento digno de ampla repercussão pela imprensa brasileira. Salienta-se, portanto, que a questão das mudanças climáticas antrópicas foi um dos temas relevantes do evento.

O fenômeno do clima vem sendo discutido desde a primeira conferência no Brasil (Eco-92), na década de 1990. A temática tem sido abordada com destaque desde então, anualmente, em Conferências Partes da ONU (COPs) para tratar sobre o clima, voltada para a redução dos índices de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Assim, o tema das mudanças climáticas, um dos assuntos principais da questão do desenvolvimento sustentável, teve significativa relevância para o debate político da Rio+20, e, conseqüentemente, de fundamental importância para ser noticiado pela imprensa.

Todavia, o fórum específico para discussão sobre o clima são as COPs, porém a Rio+20, por representar todos os temas pertinentes à sustentabilidade socioambiental, pode, deve e tem o poder político para dimensionar e direcionar a discussão das mudanças climáticas.

(...) apesar de não haver interferência direta, o documento final da conferência pode trazer apelos, recomendações, direcionamentos e compromissos relacionados a protocolos e convenções já vigentes ou a serem desenvolvidos. Além disso, informalmente ou indiretamente há grande possibilidade de influenciar os rumos desses processos - por meio de acordos bilaterais ou multilaterais, compromissos voluntários dos países e demais atores, pelo estabelecimento de alianças ou grupos de pressão, pelas trocas de informações e pelo impacto da opinião pública, da mídia e de lideranças sociais (RADAR RIO+20, 2012).

Logo, como se observa de modo geral, a Rio+20 foi um extraordinário acontecimento para ser representado noticiosamente. E como tal, abre-se uma nova oportunidade para o jornalismo agendar o tema das mudanças climáticas associado à construção qualificada da notícia dotada de significação social necessária para subsidiar a percepção social da esfera pública sobre a complexidade e desafios do fenômeno do clima.

Neste sentido, analisamos metodologicamente a referida representação noticiosa para investigar se esta excelente oportunidade de o jornalismo contribuir no fortalecimento da consciência do cidadão e, portanto, da democracia. Isso seria possível através da produção qualitativa de notícias sobre as mudanças do clima, problematizando o tema na esfera pública para propiciar a conscientização dos cidadãos sobre o fenômeno. Tal condição é indispensável para fomentar a discussão pública capaz de legitimar junto ao poder político a adoção de ações e de estratégias políticas capazes de amenizar os impactos do fenômeno do clima para a vida das pessoas, sobretudo as mais vulneráveis.

Assim, metodologicamente compreendemos que a comunicação é base para qualquer pesquisa social, visto que é através dela que as pessoas constroem a realidade social. Vale destacar que “o mundo como o conhecemos e experimentamos, isto é, o mundo representado e não o mundo em si mesmo, é constituído através de processo de comunicação” (BAUER, 2002, p.18).

Dentro desse contexto, analisar a comunicação social é fundamental para uma pesquisa que tenha como objeto a sociedade, porque possibilita investigar como se dá o processo de construção da realidade diante de qualquer fenômeno social. O modo desta comunicação pode ser formal e não formal. A diferença está na quantidade de regras explícitas para a sua constituição. A informal tem algumas poucas regras e é mais espontânea, enquanto a formal exige um conhecimento especializado (BAUER, 2002, p. 20-21).

Frente ao exposto, o modo de comunicação social que interessa em nossa pesquisa é a formal, pois investigaremos a sua produção por meio de jornais impressos. A notícia jornalística é uma produção sofisticada e estrutural (HALL *et al.*, 1999), que exige uma série de regras particulares de representação da realidade social. No caso de nossa pesquisa, nos interessamos pela representação social sobre a temática das mudanças climáticas antrópicas (IPCC, 2007), descritas por meio da construção de notícias jornalísticas.

Bauer (2002) nos alerta que a comunicação feita pelo jornal não corresponde à representação integral de tudo e todos na sociedade. “Um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas” (BAUER, 2002, p. 20). É indispensável destacar que “os dados formais (no nosso caso o produzido pelos jornais) reconstróem a maneira pelas quais a realidade social é representada por um grupo social” (BAUER, 2002, p. 20). Portanto, a análise de jornais é um importante instrumento para pesquisar a sociedade, por retratar as visões de mundo que ganham evidência publicamente, logo, dando a elas um sentido social de consenso das posições do conjunto da comunidade de comunicação.

Nesta perspectiva, analisamos o fenômeno social das notícias sobre a temática das mudanças do clima, que são configuradas por suas representações sociais presentes no mundo, através das vozes e versões sociais selecionadas na construção das matérias jornalísticas. Assim, é relevante avaliarmos as vozes e versões sociais sobre as mudanças

climáticas que são selecionadas nos jornais, porque estamos retratando o recorte da própria comunicação do mundo social sobre o fenômeno em questão.

Neste contexto, optamos por utilizar procedimentos de natureza tanto quantitativa como qualitativa na pesquisa. A razão da escolha pelas duas formas de procedimentos é porque tanto precisaremos explicar a frequência de alguns conteúdos por meio de estatísticas, bem como pela interpretação da realidade social por meio de categorias analíticas. Assim, quantitativamente, por meio de técnica estatística de correlação, investigamos comparativamente variáveis que serão estudadas na pesquisa (RICHARDSON, 1999), bem como analisamos qualitativamente de forma descritiva, a complexidade do problema.

Feitos os devidos esclarecimentos introdutórios sobre a natureza (quanti-qualitativa) e o tipo (documental com jornais) da pesquisa social sobre as vozes e versões sociais selecionadas pela cobertura jornalística para tratar das mudanças climáticas antrópicas, podemos prosseguir com a apresentação da “segunda dimensão” da nossa investigação: os aspectos metodológicos da coleta de dados, com base em Bauer (2002).

Desta maneira, definimos o *corpus* empírico da pesquisa (as notícias sobre as mudanças climáticas), com seu respectivo recorte temporal (correspondente à realização da Conferência Rio+20), e o detalhamento da conjuntura social-histórica que levou à escolha do objeto de estudo e de seu recorte temporal.

A análise e assimilação do estado da arte da literatura da área foram indispensáveis para a definição dos critérios científicos para a escolha do corpus e de seus instrumentos de coleta de dados, bem como, posteriormente, na escolha dos procedimentos de análise e interpretação dos dados identificados na pesquisa.

A bibliografia pesquisada foi relevante para qualificar a crítica necessária nestas dimensões da pesquisa, colaborando no esclarecimento e concatenação de conceitos importantes para o tratamento multidisciplinar das notícias sobre as mudanças climáticas, sem perder o foco no campo do Jornalismo, porém com cuidado de fazê-lo sem desconexão dos campos de conhecimento das Ciências Atmosféricas e Afins (IPCC, 2007) (área principal dos estudos sobre as mudanças climáticas) e da Educação Ambiental (LIMA, 2004; 2009; 2012) (área basilar quando se insere a discussão social sobre fenômenos ambientais).

Na área do Jornalismo, os estudos priorizaram a bibliografia numa perspectiva construtivista, a fim de subsidiar a crítica ao paradigma tradicional positivista do referido campo, que apresenta as teorias do jornalismo objetivo, neutro e imparcial. Em relação às Ciências Atmosféricas e Afins, os estudos foram baseados na corrente que concebe as mudanças climáticas antrópicas, com destaque aos relatórios de pesquisas do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC/ONU), Painel Brasileiro das Mudanças Climáticas (PBMC, 2012) e do Programa do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2007).

Na área da Educação Ambiental, nos baseamos na perspectiva crítica em contraposição à vertente tradicional (LIMA, 2004; 2009; 2012), com o objetivo de qualificar a concepção do ser humano e sua relação social também como um assunto ambiental. A referida perspectiva crítica tem plena sintonia com os estudos climáticos antrópicos, onde o homem é a causa da alteração do clima, logo, não há separação entre o homem e a natureza, mas ampla interação na perspectiva da questão ambiental.

O corpus da pesquisa foi constituído por matérias sobre a Rio+20 no Jornal Folha de São Paulo, O Globo (Rio de Janeiro) e Jornal do Commercio (Pernambuco). O recorte temporal aplicado foi correspondente à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada de 13 a 22 de junho de 2012.

O recorte temporal da coleta de dados foi ampliado para um mês antes e um mês depois do período da Rio+20. A ação objetivou avaliar os contextos anteriores e posteriores à realização do evento. É oportuno esclarecer que a iniciativa visou possibilitar a construção de uma análise mais crítica e qualificada sobre o objeto de interesse da pesquisa, visto que serão investigadas as notícias sobre as mudanças climáticas fora do período de maior visibilidade da discussão, que sempre ocorre durante a realização do evento, em função da natureza factual do interesse jornalístico. Assim, o recorte temporal da pesquisa compreendeu o período de 13 de maio a 22 de julho de 2012 – dois meses e 10 dias, ao todo.

A seleção dos referidos jornais atendeu prioritariamente ao critério de maior circulação no território nacional. Basear-se no quantitativo de circulação do jornal corresponde proporcionalmente à correlação sobre o quantitativo de conhecimento público difundido, por meio das notícias jornalísticas. Vale ressaltar que, quanto maior for a circulação do jornal,

maior será a atenção pública sobre o periódico e, por consequente, maior é a possibilidade de o seu conteúdo ser percebido pela sociedade.

Seguindo este pressuposto e baseado na estimativa da Associação Nacional dos Jornais (ANJ, 2012) com base em dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), sobre os maiores jornais do Brasil em circulação, em 2012, selecionamos a Folha de São Paulo, O Globo (Rio de Janeiro) - ambos da Região Sudeste, porém, com circulação de âmbito nacional – e o Jornal do Commercio (Pernambuco) – com circulação na região Nordeste e atingindo também a região Norte.

Segundo a ANJ (2012), o Jornal Folha de São Paulo lidera a lista dos 50 principais periódicos em todas as regiões do Brasil, com 297.650 unidades comercializadas em média por ano. O jornal O Globo é o terceiro da relação geral, com 277.876. Optamos por ele mesmo não sendo o segundo colocado da lista, por sua particularidade de circulação nacional, enquanto, que, o segundo colocado (Super Notícia, de Minas Gerais, com 296.799) não possui o mesmo perfil. O Jornal do Commercio é o vigésimo quinto colocado nacionalmente, com 41.239 unidades comercializadas, e o segundo na região Nordeste, ficando atrás do jornal Correio, do estado da Bahia. Todavia a sua seleção ocorreu por sua circulação atingir também a região Norte, por ser o principal periódico pernambucano e por ser objeto de interesse especial do pesquisador em face de sua pertinência ao estudo que está sendo desenvolvido na Universidade Federal de Pernambuco.

O corpus foi coletado através de arquivamento eletrônico diário das matérias por meio da técnica de clipping eletrônico diretamente nas páginas eletrônicas dos respectivos jornais: Folha de SP, pelo endereço acervo.folha.com.br; O Globo, no endereço <http://acervo.oglobo.globo.com>; e Jornal do Commercio, no link no jconlinedigital.ne10.com.br/assinantes/. Em relação à técnica de arquivamento do corpus, todos os *clippings* foram feitos no formato PDF, oportunizando a análise com as mesmas características de layout do jornal impresso, portanto, sem nenhum prejuízo para a investigação. As matérias foram arquivadas em três períodos distintos: antes da Rio+20 (13 de maio a 12 de junho de 2012), durante (13 a 22 de junho) e depois o evento (23 de junho a 22 de julho de 2012).

Ressaltamos que todos os jornais realizaram uma cobertura especial sobre a Rio+20 e produziram cadernos especiais, selos, suplementos e produção específica nas subeditoriais voltadas à questão socioambiental.

O instrumento de coleta de dados foi concebido com apoio no campo da linguagem, área indispensável para o campo jornalístico por ser fundamental para constituição de sentido por meio da enunciação da palavra, da linguagem que, segundo Bakhtin (2006), é sempre dialógica. Também compreendemos o jornalismo “como um lugar de circulação e produção de sentidos. Dessa forma, o jornalismo é um discurso” (LAGO; BENETTI 2007, p. 107).

Neste viés, selecionamos 638 matérias a partir da expressão literal ‘Rio+20’, de uma forma não dissociada do tempo e do espaço do fato narrado, expressando um produto ideológico, uma vez que é resultado de um processo de interação na realidade vivida pelos sujeitos em sociedade com suas interpretações compartilhadas, seus valores e críticas aos mesmos (STELA, 2008).

Todavia, a fim de evitar prejuízo para a complexidade da pesquisa sobre o debate climático nas páginas dos jornais, é oportuno lembrar que, por mais que a temática possa aparentar ser um assunto relativo somente às questões naturais, especificamente sobre o clima, o conceito das mudanças do clima nos impede de incorrer neste erro. As mudanças climáticas antrópicas, como o nome já diz, têm total relação com a questão humana e social, conforme definem os especialistas (PBMC, 2012; IPCC, 2007). A sua origem deriva da intervenção humana, por meio da emissão de gases de efeito estufa, bem como outras agressões que ampliam o problema. E, por outro lado, os efeitos naturais das alterações do clima, como, por exemplo, os eventos extremos meteorológicos, terão impacto direto nas relações socioeconômicas e biofísicas da humanidade e do planeta. Dessa forma, foi inserido na seleção da base de dados as derivações da expressão mudanças climáticas, ou seja, as expressões ‘mudanças do/no clima’, ‘alterações climáticas’ e ‘alterações do clima’, ‘eventos climáticos’ ‘aquecimento global’, ‘temperatura global’, ‘efeito estufa’ e a própria palavra ‘clima’.

Neste contexto, 123 matérias foram selecionadas por conterem a expressão ‘mudanças climáticas’ e suas derivações. A iniciativa evitou com que incorrêssemos em um erro

conceitual diante da complexidade da dimensão das mudanças climáticas, o qual nos levaria a prejudicar seriamente o resultado da pesquisa.

Faz-se necessário, agora, apresentar os procedimentos de análise e interpretação da pesquisa. Neste viés, como diz Bogdan (1994), no momento em que os dados foram sendo observados tornou-se preciso desenvolver um sistema de codificação para organizá-los. Dessa maneira, dividimos todo o universo do corpus de análise em duas grandes problemáticas centrais e pertinentes às questões indissociáveis da representação noticiosa: de um lado, a seleção do tema e da fonte jornalística; do outro, a constituição de significação social sobre o tema selecionado. Eles foram configurados para serem resolvidos ao longo da pesquisa.

A primeira grande problemática tem relação com a seleção do tema das mudanças do clima na representação noticiosa, seja através da expressão literal mudanças climáticas no texto, ou por suas derivações linguísticas já descritas. Além disso, tal problemática também está relacionada ao processo da construção da notícia (ALSINA, 2009; HALL, 1999), por meio da utilização de fontes e versões sociais (HERMAN, 1999) para representar socialmente o discurso jornalístico sobre o fenômeno do clima. A abordagem permite analisar como a ação comunicativa (HABERMAS, 2012) promovida pela notícia jornalística articula a visibilidade pública e política dos problemas socioambientais das mudanças climáticas (CARVALHO, 2011).

A segunda grande problemática tem relação com a constituição de sentido social da representação noticiosa sobre as complexidades e desafios das mudanças climáticas nos setores socioeconômicos e biofísicos vinculados ao modelo de desenvolvimento humano que tem plena conexão com as causas, efeitos e vulnerabilidade diante do fenômeno do clima, mas também com as questões de mitigação e adaptação com o problema (PBMC, 2012; IPCC, 2007; PNUD, 2007; ANDI, 2007).

Dentro desse contexto, por meio da identificação de “critérios de categorização” (BARDIN, 1988, p. 298), no nosso caso, a “categorização temática”, podemos responder a complexidade das duas grandes problemáticas levantados. Vale ressaltar que o estabelecimento de categorias é o primeiro dos processos para conseguir analisar e interpretar a base de dados, pois em muitas situações elas variam significativamente (GIL, 1999).

Nesta perspectiva, categorizamos por meio de temáticas que permitiram responder às seguintes perguntas: (a) as mudanças climáticas existem na imprensa? (b) Quem fala sobre o fenômeno? (c) Quais são os assuntos das mudanças do clima na imprensa? (d) Há conexão entre as causas, efeito, vulnerabilidade, mitigação e adaptação diante das mudanças do clima no projeto de desenvolvimento humano? (e) A crise socioambiental supera as barreiras de invisibilidade pública e política da sociedade civil na representação noticiosa? (f) Tal crise contrabalança o discurso do poder e do dinheiro pela da solidariedade humana?

Assim, as seis categorias temáticas são: a) Seleção das mudanças climáticas na representação noticiosa; b) Diversidade significativa ou reprimida/marginalizada das vozes (fontes) e versões sociais que falam do problema climático; c) Diversidade significativa ou reprimida/marginalizada de assuntos correspondentes ao problema do clima; d) Conexão com a complexidade das mudanças do clima para o desenvolvimento humano; e) Superação de barreiras de visibilidade comunicativa da sociedade civil em situação de crise diante do risco climático; f) Discurso solidário da sociedade civil numa ‘sociedade de risco’.

A “categorização consiste no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias, com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade” (FONSECA JR, 2011, p. 298). Logo, com base na posição de Bardin (1988) e de Barros e Targino (2000), classificamos as categorias com as seguintes características:

a) exclusão mútua: um elemento incluído na categoria X não pode ser incluído na categoria Z; b) homogeneidade: só devem ser incluídas na mesma categoria unidades de registro da mesma natureza; c) pertinência: o sistema de categoria deve refletir as intenções da investigação; d) objetividade e fidelidade: os procedimentos classificatórios devem ser objetivos, de forma a garantir a fidelidade dos resultados, caso alguém queira repeti-los; e) produtividade: um conjunto de categorias deve fornecer resultados férteis em índices de inferências, dados e novas hipóteses (FONSECA JR, 2011, p. 298).

Nesta perspectiva, delineamos seis categorias com as referidas particularidades. As duas primeiras estão relacionadas à primeira grande problemática levantada sobre a seleção do tema das mudanças climáticas e à escolha da fonte e versão jornalística para falar do problema na representação noticiosa. As outras quatro se referem à segunda grande problemática, que analisa a constituição de sentido social da notícia no tocante às complexidades e desafios das mudanças climáticas nos setores socioeconômicos e biofísicos

vinculados ao modelo de desenvolvimento humano que tem plena conexão com as causas, efeitos e vulnerabilidade diante do fenômeno do clima, mas também com as questões de mitigação e adaptação com o problema.

Ressaltamos, portanto, que no quadro geral das seis categorias de análise delineadas, as duas primeiras correspondentes a primeira grande problemática e foram analisadas predominantemente de modo quantitativo. Já as quatro categorias da segunda grande problemática foram investigadas de forma quantitativa e também qualitativa pelo método originário da Teoria Crítica do Discurso numa concepção constituída pela influência da Teoria dos Atos de Fala, etnometodologia e da análise da conversação. Dessa forma, “Em vez de olhar como as narrações se relacionam com o mundo, elas (as influências) se interessam naquilo que estas narrações têm como objetivo conseguir, perscrutar em detalhe na organização da interação social” (GILL, 2002, p. 246).

Dessa forma, a opção pela utilização da Teoria Crítica do Discurso enquanto método de análise qualitativo se justifica porque sendo o jornalismo o articulador/mediador central e estratégico da construção social da realidade, faz-se necessário utilizar tal método, pois ele permite investigar a função da representação noticiosa enquanto sua significação social voltada para ser aceita publicamente pela esfera pública de forma intersubjetiva. Isso acontece porque concebemos que todo discurso é uma prática social.

Um discurso não ocorre em um vácuo social, logo, os discursos são usados para se apresentar de maneira aceitável. Como os atores sociais, nós estamos, continuamente, nos orientando pelo contexto interpretativo em que encontramos e construímos nosso discurso para nos ajustarmos a esse contexto (GILL, 2002, p. 248.).

Assim, é possível analisar qualitativamente as nossas categorias de análise com o objetivo de identificar discursivamente o que aparece no texto para localizar a função social do mesmo com relação à sua orientação da ação para o público-cidadão de modo intersubjetivo. Afinal, o texto é uma montagem (seleção) de recursos linguísticos já existentes que possibilita interpretações diversas. Essa montagem (construção) é apresentada em um mundo em construção também. “A linguagem não é um meio transparente para o real na prática, mas uma construção dessa realidade” (GILL, 2002, p. 248). A autora explica que isso é possível porque o conhecimento é socialmente construído, ou seja, as maneiras atuais de

compreendermos o mundo são determinadas não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais (GILL, 2002, p. 243).

Portanto, o jornalismo tem estratégica função social nesta construção da realidade social por meio da sua representação noticiosa. A notícia, portanto, é um importante instrumento para constituição de sentido social sobre a realidade. Desta maneira, o uso da Teoria Crítica do Discurso permite analisar a orientação funcional ou a ação que o discurso jornalístico desempenha, levando em conta, especialmente, o seu papel para a integração social. Assim, a intencionalidade do texto é o mais importante que o texto em si, pois a sua orientação é voltada para que o público intersubjetivamente possa formar opinião sobre as questões abordadas.

Por estes mecanismos, o discurso jornalístico pode ser direcionado para ‘colonizar o mundo da vida’ (HABERMAS, 2012). Ou seja, direcionando o entendimento para as questões instrumentais da integração social, tais como o poder e o dinheiro, em detrimento do viés do sentido compartilhado intersubjetivamente que fundamenta o consenso e possibilita a solidariedade para a autodeterminação da opinião e da vontade do sujeito em coletividade. É neste contexto, portanto, que nos interessa analisar as categorias, a fim de identificar o uso de ‘barreiras da visibilidade comunicativa’ que existem no texto jornalístico, por meio de uma comunicação distorcida sistematicamente que promove a exclusão (ou limitação) de vozes e versões sociais voltadas ao entendimento recíproco numa sociedade democrática deliberativa (HABERMAS, 1997).

Nesta perspectiva, a Teoria Crítica do Discurso é também indispensável para contribuir na investigação da comunicação enquanto um instrumento de integração social fundamental para manutenção e fortalecimento da democracia, através do empoderamento da cidadania. Isso ocorre porque, como já vimos, a referida teoria fundamenta o conceito de democracia deliberativa (HABERMAS, 2002) a partir da fusão dos padrões da democracia liberal e republicana. Seu cerne está na formação da opinião e da vontade pública, em direção à normatização da integração social por meio de leis, dentro do sistema político, para satisfação do interesse público e do bem comum.

Nesta direção, o conteúdo das normatizações é retirado justamente das regras do discurso e as formas de argumentações onde supostamente se pode chegar a resultados

racionais e equitativos em favor da coletividade (HABERMAS, 1997, p. 19). Nesse processo democrático, retira-se do debate público o conteúdo normativo para a integração social, legitimado pelo discurso dirigido ao entendimento consensual.

Dessa forma, quanto mais influente for a sociedade civil na esfera pública menos centralizado será o sistema político (Estado). Neste contexto, a Teoria Crítica do Discurso foca-se no processo comunicacional (o poder da comunicação) enquanto pilar central e estratégico na manutenção e fortalecimento da democracia deliberativa. Dado que justamente desnaturaliza o poder do Estado para garantir o bem estar social, que potencializa através da formação democrática da opinião e da vontade popular. Não esqueçamos que “o poder constituinte funda-se na práxis autodeterminativa de seus cidadãos, não dos seus representantes” (HABERMAS, 2002, p. 283).

Dentro deste contexto, não esqueçamos também que a esfera pública é uma caixa de ressonância dos problemas e questões da sociedade que reverbera não apenas valores da solidariedade reivindicando a satisfação de atores e grupos por uma integração mais legítima, mas também os do poder e do dinheiro, que, como meios de controle sistêmico, esvaziam de sentido a discussão pública excluindo os setores da periferia da estrutura de poder (HABERMAS, 1997). Portanto, a inclusão dos setores excluídos na comunicação é fundamental para formação de opinião e vontade política mais representativa do conjunto da sociedade e, assim, com mais legitimidade para pressionar em busca de resposta política para os problemas sociais.

Neste viés, a visibilidade da opinião na esfera pública através da imprensa deve garantir acesso amplo ao debate proposto por meio da representação noticiosa escolhida. Entretanto, “as estruturas de uma esfera pública encampadas pelo poder excluem discussões fecundas e esclarecedoras” (HABERMAS, 1997, p. 94). Isso acontece quando é negado o contraditório, os discursos e argumentos dissonantes da lógica de poder estatal e financeiro, impedindo a necessária institucionalização do interesse social coletivo, por via do sistema político. Jürgen Habermas diagnostica a origem deste problema na comunicação sistematicamente distorcida pelos meios de controle da burocratização (poder) e mercantilização (dinheiro), uma vez que impõem barreiras às demandas da periferia da estrutura de poder, limitando com isso a representatividade e legitimidade do processo de formação da opinião, da vontade política e do poder comunicativo.

Diante da descrição desta categoria analítica fundamental para avaliação da qualidade do jornalismo, torna-se, portanto, possível avaliar empiricamente os efeitos da notícia com base na democracia deliberativa, fundamentada pela Teoria Crítica do Discurso, visto que podemos investigar o aparecimento de barreiras à visibilidade pública sobre o problema das mudanças climáticas, suas complexidades e os desafios postos para o desenvolvimento humano. Desta maneira, a referida teoria é fundamental para investigar a variação do nível de qualidade do debate público estabelecido sobre o fenômeno, através da seleção do tema, das vozes e versões sociais contempladas na construção da notícia e também da significação social construída pela representação jornalística da realidade do problema das mudanças climáticas.

Nas duas primeiras categorias, analisamos quantitativamente a representação noticiosa com relação à seleção do tema das mudanças climáticas e as vozes sociais que falam do problema climático no conteúdo jornalístico. O método permitiu analisar se as mudanças climáticas existem na imprensa, ou melhor, a frequência em que surgem, bem como também investigar a predominância das vozes sociais selecionadas para falar sobre o fenômeno do clima. Na primeira categoria de análise, utilizamos o princípio de classificação de frequência, pois nos permite categorizar o material empírico quanto à seleção ou exclusão do tema das mudanças climáticas nas matérias jornalísticas. Esta abordagem contribui para verificar se o tema das mudanças climáticas (e suas derivações) tem sido marginalizado na representação noticiosa dessa discussão social sobre o desenvolvimento sustentável realizado na Rio+20, a despeito da urgência demandada pelo problema e da importância política de que se reveste o fenômeno (PNUD, 2007).

Na segunda categoria de análise, utilizamos também o princípio de classificação de frequência da utilização das vozes sociais (fontes) presentes em cada matéria jornalística sobre as mudanças climáticas. Esta abordagem contribui para verificar o perfil quantitativo de fontes por matéria, contribuindo inclusive para observar quando há também a exclusão delas. Mas optamos também por utilizar o princípio de classificação de semelhança, com o objetivo de identificar em cada matéria jornalística os vários tipos de vozes sociais (fontes) relacionados aos setores sociais que representam na esfera pública.

Delineamos três grandes grupos: setores da sociedade civil, do sistema político e do poder econômico. As vozes que representam o primeiro setor são os atores dos movimentos

sociais e populares, ONGs, além de docentes e pesquisadores ligados às universidades e centros científicos especializados. Ratificamos que, para não fugir ao conceito moderno de sociedade civil, o qual se refere a uma conexão com o interesse público não-estatal e não-empresarial, inserimos docentes e pesquisadores oriundos das instituições acima mencionadas na condição de sociedade civil, somente quando creditados a sua relação enquanto integrantes de organizações populares e não-governamentais. Já no segundo caso, o sistema político, tipificamos os representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado Democrático de Direito, bem como os servidores públicos, além dos atores vinculados aos órgãos internacionais, como G8⁵, BRICs⁶, etc., e os transnacionais, a exemplo da ONU. No setor econômico, classificamos todos os atores associados ao mercado financeiro, comercial, industrial e empresarial etc.

Dessa forma, utilizamos o princípio de classificação de frequência e de comparação para verificar o perfil quantitativo dos três tipos de vozes sociais mais utilizados em cada matéria jornalística pesquisado em cada jornal investigado.

Todavia, com base na referida análise quantitativa das vozes sociais inseridas na representação noticiosa da realidade social no contexto sócio-histórico da Rio+20, optamos também por investigar qualitativamente a respectiva produção da notícia jornalística no tocante a diversidade significativa ou reprimida/marginalizada das vozes (fontes) e versões sociais que falam do problema climático. Constatamos tal padrão qualitativo por meio das categorias definidas por Herman (1999): fonte única com versão única, mais de uma fonte com versão única; diversidade marginalizada e diversidade significativa de fontes e versões. Tem melhor qualidade a notícia que possuir maior número de fontes e versões por matéria. Assim, usamos o princípio de classificação de frequência e de comparação entre as categorias definidas por Herman (1999) para aferir a qualidade da produção da notícia jornalística.

⁵ O Grupo dos Sete e a Rússia (inglês: *Group of Seven and Russia*, alemão: *Sieben führende Industrieländer und Russland*, antigo G7), mais conhecido como G8, é um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo, mais a Rússia. Todos os países se dizem nações democráticas: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá (antigo G7), mais a Rússia - esta última não participando de todas as reuniões do grupo. Durante as reuniões, os dirigentes máximos de cada Estado membro discutem questões de alcance internacional. (Fonte: Wikipédia);

⁶ A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado "Building Better Global Economic BRICS". Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS (Fonte: Site do Itamaraty)

Nas outras quatro categorias de análise referentes a segunda grande problemática – aquela que analisa a constituição de sentido social da notícia no tocante às complexidades e desafios das mudanças climáticas -, a investigação também foi definida de forma quantitativa e qualitativa, fundamentada pelo método originário da Teoria Crítica do Discurso (GILL, 2002; HABERMAS, 1997; 2002). Com base no respectivo método, analisamos categoricamente, os principais assuntos socioeconômicos e biofísicos (PBMC, 2012) abordados pela representação jornalística sobre as mudanças do clima na imprensa.

Optamos por analisar também a qualidade da produção da notícia referente ao nível de conexão narrativa entre as causas, efeitos, vulnerabilidade, mitigação e adaptação diante das mudanças do clima no projeto de desenvolvimento humano (PNUD, 2007, IPCC, 2007, ANDI, 2007). Ou seja, analisamos por cada matéria jornalística, a variação da inclusão ou exclusão desses componentes vinculados aos problemas decorrentes do fenômeno do clima (causas, efeitos, vulnerabilidade) e aos desafios (mitigação e adaptação) diante dos efeitos das mudanças climáticas com base no modelo de desenvolvimento humano. Por fim, verificamos as experiências de superação das barreiras de invisibilidade pública e política da sociedade civil impostas na representação noticiosa pelos meios de controle sistêmicos poder e dinheiro (HABERMAS, 1997), ao conseguir a publicização legítima do tema na perspectiva da solidariedade humana que só a racionalidade comunicativa atinge.

Neste viés, na primeira categoria de análise desta segunda grande problemática, investigamos quantiquitativamente a partir do princípio de classificação de semelhança os assuntos relacionados às mudanças climáticas associadas aos setores socioeconômicos e os biofísicos categorizados pelo Painel Brasileiro das Mudanças Climáticas (2012). São eles: os setores socioeconômicos (governança, tecnologia, transporte, indústria e à energia) e os biofísicos (ecossistemas, assentamentos humanos - urbano e rural -, recursos hídricos, produção de alimentos - agricultura, eventos extremos, avanço do mar e segurança humana - saúde). A partir da identificação e diferenciação dos assuntos inseridos na matéria jornalística, bem como aqueles outros marginalizados ou excluídos, optamos por utilizar o princípio de classificação de frequência e de comparação para aferir a qualidade da produção noticiosa da realidade social.

Na segunda categoria de análise, os mesmos princípios de classificação (semelhança, frequência e comparação) também foram utilizados para aferir qualitativamente a produção da

matéria jornalística no tocante à significação social utilizada para apresentar a complexidade dos problemas do fenômeno do clima (causa, impactos e vulnerabilidades nas questões humanas e naturais) e dos desafios para amenizar tais problemas (mitigação e adaptação) para a periferia da esfera pública. Todavia, optamos por agrupar cada um dessas implicações com base na respectiva dimensão temporal delas vinculadas ao modelo de desenvolvimento da humanidade. Ou seja, relacionamos cada implicação ao respectivo tempo: passado, presente ou futuro. O tempo passado está vinculado à causa das mudanças climáticas; o presente, aos impactos e vulnerabilidades nos setores socioeconômicos e biofísicos; já o tempo futuro está vinculado às ações e às estratégias de mitigação e de adaptação para amenizar os efeitos do problema climático.

Neste viés, entendemos que, quando há na notícia jornalística, a inclusão da conexão temporal completa através da inserção de todas as suas respectivas implicações (causa, impactos e vulnerabilidades nas questões humanas e naturais, mitigação e adaptação), existe uma adequada qualidade noticiosa sobre as mudanças do clima. Isso ocorre porque não se totaliza as partes das implicações do fenômeno antrópico, que tem respectiva vinculação com o tempo passado, presente e futuro, mas se abordam todos os problemas e os desafios do fenômeno do clima, respeitando a complexidade que o tema levantado necessita receber.

Neste sentido, categoricamente, aferimos a qualidade da notícia em três níveis: adequado, razoável e inadequado. Ela é considerada adequada quando apresenta todos os componentes dos problemas e desafios das mudanças climáticas (causa, impacto, vulnerabilidade, mitigação e adaptação). É razoável quando deixa de representar uma dessas implicações descritas. Ou seja, observa-se que, em cada tempo, com exceção do tempo passado, existem duas implicações distintas tanto no tempo presente, como no tempo futuro.

No caso do tempo presente, existem os problemas relacionados aos impactos e as vulnerabilidades dos setores socioeconômicos e biofísicos. Já no tempo futuro, os problemas se referem aos desafios quanto à necessidade da implementação de ações e estratégias de mitigação e de adaptação para amenizar os efeitos das mudanças climáticas. Desse modo, sem prejuízo para a percepção social, avaliamos que a ausência de apenas uma dessas implicações relacionadas ao presente ou ao futuro esvazia parcialmente o seu sentido, mas, ainda assim, mantém um padrão razoável de qualidade informativa. Já o terceiro padrão categorizado é o inadequado - aquele que deixa de representar integralmente um dos tempos: passado, presente

ou futuro, ou seja, quando a notícia deixa de expor duas ou mais implicações dos problemas e dos desafios relacionados às mudanças climáticas.

Na terceira categoria de análise desta segunda grande problemática, investigamos quantitativamente a notícia jornalística com base no princípio de classificação de frequência da inclusão das vozes da sociedade civil organizada em prol da integração social mais inclusiva da esfera pública diante dos riscos do clima que ameaçam à vida à sua qualidade de vida. A abordagem nos permite categorizar o material empírico quanto à seleção ou exclusão das vozes e demandas da sociedade civil no tocante ao tema das mudanças climáticas nas matérias jornalísticas. Tal aspecto contribui para verificar o nível de politização das sociedades democráticas sobre o debate climático por meio da adequada e qualificada representação noticiosa da realidade social, na medida em que o nível da produção noticiosa da realidade social se estabelece através da maior participação da sociedade civil na respectiva constituição noticiosa (HABERMAS, 1997). Ou seja, quanto maior for o quantitativo de vozes dessa parcela da esfera pública (sociedade civil), maior será a qualidade da notícia jornalística.

Por fim, a quarta e última categoria de análise desta grande problemática no tocante à significação social da notícia jornalística sobre a complexidade dos problemas e desafios das mudanças climáticas, refere-se à inclusão das demandas solidárias da sociedade civil na representação noticiosa da realidade social. Assim, optamos por utilizar os princípios de classificação de semelhança, de frequência e de comparação para aferir categoricamente a qualidade da produção da matéria jornalística no tocante à significação do discurso solidário destes atores sociais representados na notícia sobre as mudanças climáticas em pautas oriundas da iniciativa de mobilização da sociedade civil.

Para categorizar a semelhança das demandas solidárias da sociedade civil na notícia jornalística, compreendemos que o discurso precisa ser dotado de sentido social onde seja dada visibilidade à solidariedade humana diante dos meios de controle sistêmicos do poder e do dinheiro. Para tal, categorizamos que é preciso haver a inclusão de uma tríade de valores social em favor da integração social de modo mais inclusive. Uma adequada e qualificada notícia jornalística precisa inserir na respectiva representação noticiosa a denúncia contra o modelo de desenvolvimento humano centrado no viés político-econômico em detrimento dos valores socioambientais (BECK, 1992), mas também deve inserir a exposição sobre os riscos

reais que as mudanças climáticas oferecem à vida e à sua qualidade (CARVALHO, 2011), bem como deve principalmente, incluir as proposições de legislações para conter as mazelas socioambientais em decorrência da razão economicista (HABERMAS, 1997).

Nesta perspectiva, quanto maior for a quantidade de versões construídas com tais posições solidárias dessa tríade que é controversa à lógica dominante (poder estatal e dinheiro), maior será a qualidade comunicativa da notícia e a sua representatividade e legitimidade social. Assim, com base na inclusão das posições solidárias da sociedade civil baseada na tríade (denunciar o modelo de desenvolvimento/mostrar o risco à vida dos problemas socioambientais/propor leis para amenizar os efeitos de tais problemas), utilizamos os princípios de classificação de frequência e de comparação para identificar tal perfil qualitativo nas notícias jornalísticas, onde a sociedade civil superou as barreiras de visibilidade pública e política, para aferir o nível qualitativo da referida produção noticiosa da realidade social sobre as mudanças climáticas no contexto sócio-histórico da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

2. ‘Comunicação sistematicamente distorcida’ da mudança do clima

Deixar de incluir o problema socioambiental das mudanças do clima na representação noticiosa (jornalismo) da realidade social provoca conseqüentemente sérias dificuldades para a formação qualificada da opinião e da vontade pública sobre os desafios postos à sociedade pelo fenômeno do clima. Todavia, essa exclusão de temas da notícia decorre de um processo técnico jornalístico que acontece de modo sofisticado. Tal prática profissional funciona como tipos especiais de ‘barreiras’ de visibilidade comunicacional. Elas são usadas na produção técnica da notícia. Essas barreiras limitam a seleção de temas, bem como marginalizam específicas vozes e versões sociais desta representação noticiosa sobre o fenômeno do clima.

Essa prática comunicacional prejudica diretamente as populações que ficam de fora desse debate público, por via da mediação e da representação noticiosa da realidade social. Desse modo, essas barreiras de visibilidade comunicacional trazem sérias conseqüências para a sociedade quando não se inclui na notícia jornalística o problema sócio-histórico, ambiental, político, econômico e cultural das mudanças climáticas, como também quando marginaliza destacadas vozes e versões da periferia da esfera pública e da sociedade civil sobre a questão. Pois, tais práticas enfraquecem a democracia e a participação cidadã. Logo, as barreiras de visibilidade comunicacional por meio da representação noticiosa devem ser problematizadas.

Tais barreiras de visibilidade comunicacional do tema da mudança do clima e também das argumentações e opiniões da sociedade civil sobre a questão precisam ser problematizadas, haja vista que essas práticas contribuem fortemente para marginalizar a identificação social da gravidade do problema do clima para a vida das pessoas e à sua qualidade, sobretudo, as das populações da periferia da esfera pública. O resultado disso é a redução da percepção social do público sobre o problema que é um tema de grande relevância social frente aos seus riscos.

Vale salientar que, através das barreiras de visibilidade comunicacional por meio da representação noticiosa da realidade social, reduzem-se bastante as chances de implementação de ações e de estratégias políticas na intenção de amenizar os problemas decorrentes do fenômeno do clima. Isso ocorre porque ao diminuir as possibilidades do debate público sobre a questão, reduzi-se proporcionalmente o entendimento qualificado das pessoas sobre o problema, na medida em que as barreiras excluem ou limitam a seleção do tema e das argumentações e discursos contraditórios no conteúdo jornalístico. Desse modo, por meio de

uma comunicação pública desqualificada, são reduzidas proporcionalmente a percepção social sobre a gravidade do problema e, conseqüentemente, as exigências das populações para saná-lo politicamente.

Portanto, a ‘invisibilidade’ comunicativa das vozes e das versões da sociedade civil na representação noticiosa da realidade social em tempos de risco climático transforma-se em outro significativo problema socioambiental. Pois, essas barreiras impedem que esses setores sociais da esfera pública possam denunciar a referida problemática na expectativa de alcançar respostas adequadas para resolvê-la politicamente. Por isso, tal visibilidade pública é indispensável para contribuir comunicativamente na implementação de resultados favoráveis a toda a sociedade, de modo solidário, elaborados a partir da ‘opinião pública qualificada’, exigindo do Estado uma atitude também qualificada para enfrentar politicamente os desafios identificados, problematizados e dramatizados pela sociedade.

Dentro desse contexto, ratificamos que tal percepção e problematização social sobre a questão climática estão intimamente associadas à formação qualificada do entendimento público. Portanto, não se devem impor barreiras comunicacionais que reduzem o ‘nível discursivo da formação da opinião pública’. Conseqüentemente, com efeitos a contribuir na formação da percepção e da problematização social sobre o tema das mudanças climáticas, é preciso que, na representação noticiosa da realidade social, ‘determinados agentes’ e grupos sociais, ou seja, da sociedade civil e da periferia da esfera pública, denunciem o problema e os desafios postos pelo fenômeno antrópico do clima à vida dessas pessoas e à sua qualidade. Tal visibilidade pública é indispensável para estimular uma maior percepção social da esfera pública sobre a questão climática, bem como as respostas políticas em busca de amenizá-lo.

2.1 A construção da notícia: seleção da pauta e das vozes sociais

Todas as esferas da sociedade contemporânea, a exemplo da econômica, da política e da educacional, estão profundamente relacionadas com a mídia que tem cada vez mais poder (THOMPSON, 1995). Desse modo, recai para o jornalismo uma responsabilidade tão ou mais importante daquela época pré-capitalista quando conseguiu modificar o sistema político monárquico através da força comunicativa da esfera pública em favor da integração social (HARBEMAS, 1997).

É verdade que muita coisa mudou daquela época para hoje. Porém, guardadas as devidas proporções e complexidades, tanto da imprensa quanto da sociedade onde ela também está inserida, o jornalismo continua sendo a esfera central e estratégica da sociedade que pode contribuir no fortalecimento da democracia e da cidadania. Todavia, isso apenas quando a representação noticiosa da realidade social contribui qualitativamente na formação de uma opinião e vontade públicas representativas do conjunto da sociedade.

Neste contexto, dentre as funções do jornalismo, está a “seleção de um tema e sua colocação no centro da atenção pública” (ALSINA, 2009, p. 192). Vale destacar que a seleção do tema para ser representado socialmente por meio da notícia é um processo inicial na produção jornalística. Porém, ele não é irrelevante. Neste processo é escolhido o assunto a ser produzido e divulgado para a sociedade. A “tematização serve para que a opinião pública diminua a complexidade social e faz com que seja possível a comunicação entre os diversos sujeitos, destacando os temas em comum mais importantes” (ALSINA, 2009, p. 192).

Desse modo, é através da referida etapa produtiva que se pode dar visibilidade social a temas e acontecimentos do mundo social para o conhecimento da própria sociedade. Neste sentido, a seleção de temas para ser representado noticiosamente contribui fundamentalmente para a identificação e problematização dos problemas sociais através da discussão sobre eles pela esfera pública. É indispensável registrar que todo e qualquer tema pode e deve ser selecionado pelo Jornalismo, contudo, ele precisa atender aos interesses de uma coletividade social (ALSINA, 2009; HALL *et al*, 1999). Ou seja, atender aos interesses de toda a sociedade, com destaque para a periferia da estrutura de poder.

Este é o pressuposto fundamental para um tema ser escolhido e transformado em uma notícia jornalística. Desse modo, a representação noticiosa da realidade social contribui para a integração dos mais diversos atores e grupos inseridos na esfera pública, tanto dos setores políticos, econômicos, mas, sobretudo, da periferia da esfera pública e da sociedade civil. Assim, a relevância social do tema corresponde à sua relação direta com a vida da própria esfera pública. Neste contexto, quanto mais universal for o tema selecionado, ou seja, de interesse maior do conjunto da sociedade, mais relevante é esta representação noticiosa da realidade social. Da mesma forma é o contrário: quando menor for seu alcance aos interesses da maioria da sociedade, menor importância a notícia jornalística tem socialmente.

Nesta perspectiva, de forma prática, a qualidade noticiosa pode inicialmente ser identificada a partir do tema selecionado. Ela variará de acordo com a pertinência da pauta selecionada com os interesses da esfera pública. Portanto, a depender de tal pertinência, o debate público sobre problemáticas de interesse sociais pode ser visualizado ou marginalizado. A situação depende somente da seleção ou da exclusão do tema na notícia. Pois, é apenas quando pautado que o assunto pode ganhar a necessária visibilidade na arena pública. Dessa forma, a exclusão do tema trás também consequências reais, pois não se discutirá sobre as formas de resolvê-lo.

Lago e Benetti (2007) ressaltam que “o não dito tem tanta força quando o dito” (p. 115). Para verificar esta abordagem lembramos o Teorema de Thomas descrito no capítulo anterior: tudo que não se acredita real, mesmo que seja real, deixa de produzir consequências reais, articulando um jogo ideológico de simulação (do que não existe) e dissimulação (do que efetivamente existe). Ideologia é o emprego (a prática) de formas simbólicas para criar e reproduzir relações de dominação (THOMPSON, 1995).

Portanto, o debate público sobre os assuntos não selecionados podem parecer não existir, ou melhor, deixar de existir socialmente. Isso ocorre porque a seleção da notícia tem significativo poder na construção do debate público sobre temáticas e acontecimentos na sociedade. Assim, por meio desse processo da produção da notícia jornalística, é possível observar se a escolha do tema atende aos interesses da coletividade social ou quando, por exemplo, são excluídos da pauta do debate temas que contrariam interesses particulares, articulando com isso um jogo ideológico de simulação e dissimulação.

Todavia, não queremos dizer que a seleção do tema é capaz de direcionar universalmente todas as pessoas a pensar conforme a abordagem evidenciada pela representação noticiosa da realidade social. Entretanto, a representação noticiosa da realidade social tem central e estratégica capacidade simbólica de mediar a discussão pública sobre o assunto, articulando e influenciando os sentidos sobre os acontecimentos descritos por ela jornalisticamente. Portanto, as notícias têm a possibilidade de agendar a discussão do público.

Neste âmbito, diante da respectiva relevância social do tema das mudanças climáticas para a vida de toda a sociedade planetária e de todas as classes sociais, como vimos no capítulo anterior, é necessário selecionar tal fenômeno na representação noticiosa da realidade

social. Ele é considerado pela ONU o problema maior e mais difícil e urgente da atualidade (PNUD, 2007), devido ao fato de que seus problemas e desafios são políticos e materiais. Seus impactos ameaçam diversos setores socioeconômicos e biofísicos, além do desenvolvimento humano.

Por esta razão, o fenômeno do clima não pode ficar de fora da pauta jornalismo. A exclusão desse tema na representação noticiosa da realidade social pode caracterizar uma significativa irresponsabilidade social e produzir efeitos negativos para toda a sociedade. Isto porque excluir temas importantes traz sérias consequências sociais, haja vista que ficarão invisíveis na arena pública (CARVALHO, 2011). Portanto, é de extrema relevância social falar sobre a temática para estimular a promoção do debate na esfera pública para ela se mobilizar em buscar soluções políticas proporcionais ao problema na vida cotidiana (HABERMAS, 1997).

Tal visibilidade comunicativa é indispensável para o empoderamento da capacidade da sociedade de influir sobre o tema. No entanto, para garantir essa visibilidade pública e política do problema das mudanças do clima, através da representação noticiosa dessa realidade de crise socioambiental por conta da ameaça do clima, é necessário mais que agendar o tema. Tal visibilidade depende também de como o problema está sendo apresentado para o público (CARVALHO, 2011).

A autora destaca que a primeira preocupação deve direcionar-se para a seleção das fontes jornalísticas que precisam denunciar o problema ambiental. “(...) a visibilidade pública e política de uma determinada matéria ou domínio está dependente do fato de determinados agentes denunciarem o problema” (CARVALHO, 2011, p. 44). A preocupação sobre a fonte jornalística é de extrema relevância social. Pois, a fonte é “um elemento fundamental no processo de produção da informação, (visto que) a relação entre acontecimento-fonte-notícia é essencial para a compreensão da construção social da realidade da informação” (ALCINA, 2009, p. 52). Assim, a fonte tem bastante importância para constituir sentido social sobre aquilo que é dito.

A fonte é indispensável para fazer a denúncia do problema socioambiental provocado pelas mudanças climáticas na realidade do mundo. Porém, na construção da notícia, a utilização de fontes tem características tanto técnicas, como ideológicas, pois o resultado da

significação dependerá de como são descritas no conteúdo da representação noticiosa da realidade social. “Indubitavelmente, a organização condiciona a produção, não só no nível técnico, mas também no nível ideológico” (ALCINA, 2009, p. 52). Portanto, a fonte tem ampla relevância significativa para construção de sentido social sobre aquilo que é publicado.

É através da fonte que se pode acentuar a respectiva voz daquele setor social que ela representa quando fala sobre o tema levantado. Este processo contribui simbolicamente para contextualizar tais problemas sociais decorrentes do tema para o conhecimento do público em geral. Dessa forma, a fonte jornalística é um importante ator da construção social da realidade que se deseja alcançar para denunciar o problema socioambiental.

Por esta razão, não basta simplesmente selecionar o tema para ser noticiado, mas é preciso denunciar o problema que o tema oferece para a integração social, inserindo todas as fontes que se posicionam sobre o problema na representação noticiosa, pois só assim pode tanto materialmente como simbolicamente mostrar para o público-cidadão as reais ameaças dos problemas com base no seu contexto social. Isso ajuda a problematizar o tema escolhido na representação noticiosa da realidade social sobre o risco climático para a esfera pública.

Nesta perspectiva, Carvalho (2011) ressalta que a invisibilidade pública e política de atores e grupos sociais excluídos do processo de constituição de sentido social, através da esfera midiática, constitui significativo problema ambiental. Isso acontece porque na medida em que eles ficam invisíveis publicamente da representação noticiosa da realidade social, uma vez que não foram selecionados, também ficam invisíveis os seus problemas específicos. Assim, eles são marginalizados das deliberações públicas e políticas da sociedade.

A seleção da fonte na representação noticiosa da realidade social, que é outra etapa da rotina produtiva da construção da notícia jornalística, apresenta complexidades maiores do que se possa imaginar inicialmente. A escolha também está atrelada às questões ligadas aos valores sociais e culturais já consolidados socialmente (HALL *et al*, 1999). E isso interfere de forma estrutural e direta na definição das fontes para representar a realidade social através da notícia, produzindo efeitos na formação da opinião e da vontade da esfera pública.

Não podemos deixar de levar em conta que as pessoas são dignas de prestígio social a partir das posições e funções que são legitimadas pela própria sociedade. O adágio popular *me digas com quem andas que te direi quem és* traduz fidedignamente o sentido como

socialmente é constituído o juízo de valor sobre o crédito social que é destinado à pessoa ou ao seu grupo. O seu valor positivo decorre da função que o indivíduo desempenha na sociedade. Isso não se aplica somente às questões econômicas. Da mesma forma, o crédito é dimensionado às instituições sociais que as pessoas integram.

Neste contexto, Hall *et al* (1999) destacam que há uma tendência dos *media* de priorizar as fontes vinculadas aos setores da estrutura de poder da sociedade. Além dos valores sociais e culturais já construídos socialmente para garantir crédito positivo a fontes jornalísticas, o autor atribui essa prática também ao viés tradicional e positivista do campo do jornalismo, por meio dos mitos de imparcialidade e objetividade, bem como a outras questões referentes à rotina produtiva da notícia. Estes fatores produzem “um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas” (HALL *et al*, 1999, p. 229).

Dentro desse contexto, as fontes dignas de crédito social são também capazes de garantir aceitação para a representação noticiosa da realidade social. Nesta perspectiva, onde se observa o poder da fonte para dar valor positivo (crédito) à notícia, com destaque às fontes com posições poderosas ou de elevado *status* na sociedade, revela-se o respectivo poder delas na constituição de sentido social através do jornalismo.

A abordagem demonstra a força objetiva dos setores sociais hegemônicos na constituição da representação noticiosa da realidade social. Pois nesta “preferência estruturada dada pelos *media* às opiniões dos poderosos é que estes ‘porta-vozes’ se transformam no que se apelida de definidores primários de tópicos” (HALL *et al*, 1999 p. 229). Portanto, por meio da representação noticiosa da realidade social, as fontes já legitimadas socialmente têm maiores chances de definir a agenda de discussão da esfera pública e seus encaminhamentos políticos.

Nesta mesma concepção, essas fontes têm também mais poder para dar o tom dessa conversa pública, pois abarcam mais força para selecionar os enquadramentos das notícias. Desse modo, o entendimento dos setores dominantes sobre o assunto abordado e amplamente transmitido para toda a esfera pública é sedimentado publicamente com base nas versões e interesses predominantes dessas fontes jornalísticas ligadas à estrutura de poder estatal e econômico. Isso ocorre porque a notícia é o acontecimento transmitido simbolicamente para o

público apenas após o processamento de valores culturais já construídos socialmente. Ou seja, antes de ser direcionada para a percepção social do público, a representação noticiosa da realidade social é elaborada através daqueles específicos significados sociais selecionados pelos *media*, e estes sofrem estrutural e culturalmente influência dos “definidores primários de tópicos”, que, como vimos, tem força também para enquadrar as versões da notícia.

Diante dessa evidência, fica ainda mais contundente a posição defendida por Carvalho (2011) em relação à vinculação do uso necessário de determinadas fontes na representação noticiosa da realidade social para alcançar a desejada visibilidade pública e política sobre os problemas ambientais transmitidos jornalisticamente. Logo, a visibilidade pública e política dos problemas sobre as mudanças climáticas não depende tão somente da sua seleção pela representação noticiosa da realidade social, mas prioritariamente de que seja feito através da denúncia dos setores da periferia da esfera pública e da sociedade civil.

Estes setores são os mais vulneráveis aos impactos do fenômeno do clima (IPCC, 2007), logo, têm mais necessidades e interesses de que tais problemas sejam atenuados. Contudo, dependem diretamente da sensibilização das esferas políticas e também da econômica. Por esta razão, dependem imprescindivelmente que determinados agentes ligados aos setores populares denunciem o problema através da representação noticiosa da realidade social.

Tal visibilidade pública é indispensável para formação da opinião e da vontade da sociedade sobre o problema. Pois assim, por meio da força comunicativa, pode qualificar esta parcela social numa esfera pública politizada sobre a questão, a fim de que ela possa pressionar o sistema político com o objetivo de que sejam tomadas decisões a respeito e adotadas ações e estratégias para se adaptar aos efeitos do risco climático para a integração social delas.

Neste contexto, do ponto de vista jornalístico, a notícia precisa ser construída e apresentada ao público-cidadão através de uma diversidade significativa de fontes e versões sociais de todos os extratos, não só os da estrutura de poder, da elite, mas também os da periferia e dos movimentos sociais. E também daqueles atores e grupos preocupados com o desenvolvimento da humanidade numa perspectiva solidária de integração social, a exemplo

de intelectuais, profissionais radicais, advogados autoproclamados, grupos profissionais, universidades, etc. (HABERMAS, 1997).

A “diversidade de vozes e versões” de atores e grupos sociais contidas na representação noticiosa da realidade social é indispensável para garantir a qualidade pública da comunicação (HERMAN, 1999). Por meio desse sistema, observa-se a pluralidade de representações sociais selecionadas no conteúdo jornalístico. É através dessa qualidade comunicativa que se pode contribuir irrestritamente na formação da opinião e da vontade da esfera pública sobre a abordagem de qualquer tema voltado para a integração social.

Vale ressaltar que “Jornalistas e fontes formam um círculo hermenêutico cujo entendimento tem por missão a articulação de interesses comuns” (SANTOS, 1997, p. 169). Assim, os estudos de Hermam (1999) favorecem a identificação da diversidade ou marginalização das representações noticiosas dos atores e setores da realidade social, que são difundidas para o público, voltado para que ele interprete e escolha as opções postas diante da realidade vivida.

Dessa forma, através da quantidade de fontes e versões usadas na notícia jornalística é possível verificar o respectivo nível de qualidade discursiva para formação do entendimento público (HERMAM, 1999). O autor descreve que, quando há uma diversidade de fontes e versões dos atores e grupos da sociedade civil e dos setores políticos e econômicos, a representação noticiosa da realidade social é qualificada e pode contribuir diretamente na promoção significativa de demandas e reivindicações em defesa da integração social.

O autor mostra ainda que existe a condição contrária: quando a notícia marginaliza e exclui fontes e versões na sua construção da notícia jornalística. Este é um exemplo de notícia com qualidade limitada quanto ao nível discursivo para formação do entendimento público. Ela promove o esvaziamento de sentido social das demandas e reivindicações nas deliberações públicas dos setores que foram excluídos da visibilidade pública por meio da representação noticiosa da realidade social.

Quatro condições distintas foram identificadas no quadro categórico de Herman (1999) sobre a qualidade pública da comunicação atrelada ao uso de fontes e versões na construção da notícia jornalística. A representação noticiosa da realidade social pode apresentar versão e fonte única, mais de uma fonte com versão única, diversidade de fontes

mas com versão marginalizada e, na sua concepção a ideal, a diversidade significativa de fontes e versões.

No primeiro caso, a notícia sempre privilegia uma posição social específica. Ela representa apenas um setor social no conteúdo. Isso limita radicalmente o entendimento público sobre o tema noticiado. Pois não permite que haja uma formação qualitativa da opinião do público, uma vez que a opinião não será elaborada depois de uma crítica feita diante do enfrentamento das posições contrárias na representação noticiosa da realidade social. Logo, este tipo de notícia apresenta uma qualidade de comunicação pública bem reduzida.

No segundo caso, a notícia continua privilegiando uma posição social específica, mesmo utilizando mais de uma fonte, porque o discurso jornalístico é constituído por apenas uma versão. Isso limita também radicalmente o entendimento público sobre o tema noticiado. Pois, assim como no primeiro caso, continua privilegiando uma só representação social da esfera pública através da representação noticiosa da realidade social, influenciando na formação da opinião do público, através de uma comunicação pública com qualidade bem reduzida. Assim, a notícia não contribui para qualificar o entendimento do público sobre o problema pautado. Este padrão é ainda pior que o primeiro caso, haja vista que tem o poder de sugerir algum tipo de consenso entre as fontes, de unanimidade por conta da versão única.

O terceiro caso apresenta particularidades diferentes dos primeiros modelos, porém continua privilegiando posições de atores e grupos sociais de forma verticalizada. O modelo de diversidade marginalizada, mesmo possuindo fontes e versões distintas, mantém uma delas sobreposta à(s) outra(s). Isso ocorre através do enquadramento e contextualização na notícia. Assim, apenas uma única representação social é destacada publicamente, enquanto a(s) outra(s) é (são) tratada(s) de forma marginal, prejudicando a percepção da esfera pública. Como nos casos anteriores, a representação noticiosa da realidade social não qualifica a formação da opinião e da vontade da esfera pública. Esta notícia possui qualidade reduzida.

O último caso versa sobre o tipo ideal da produção jornalística. A notícia passa para o seu público as diversas problemáticas que estão relacionadas ao tema que foi proposto. Isso acontece quando a estruturação das notícias é constituída por uma diversidade significativa de fontes e versões. Somente assim, é possível deixar o conteúdo mais democrático, com a

participação de diferentes setores da esfera pública, permitindo que seus atores e grupos sociais possam se expressar sobre o assunto, ressaltando suas preocupações e interesses específicos. Esse padrão favorece substancialmente a formação da opinião e da vontade pública, indispensável para contribuir na percepção social da esfera pública sobre os problemas que ameaçam a sua integração social. Logo, a notícia neste modelo apresenta qualidade pública de comunicação.

Portanto, como vimos, na medida em que as posições sociais são apagadas ou marginalizadas do debate público por meio da representação noticiosa da realidade social, eliminando ou limando as posições e interesses de setores da esfera pública, principalmente o dos segmentos populares, a notícia jornalística acaba estimulando uma percepção social da esfera pública que passa a considerar a versão marginalizada como incoerente ou de menor validade social levando o sistema político a encará-la mesma forma. O cenário é ainda pior no caso da versão excluída, uma vez que a esfera pública nem toma conhecimento da existência de tal problema social.

Dentro desse contexto e considerando que as sociedades democráticas contemporâneas estão profundamente relacionadas com a mídia (THOMPSON, 1995), a qualidade da comunicação da esfera pública está diametralmente atrelada à representação noticiosa da realidade social. Assim, visto que é atribuída à força comunicativa da esfera pública a condição de elemento indispensável para a tomada de decisões políticas em torno da integração dessa sociedade democrática (HABERMAS, 1997; 2002), acentua-se a necessidade da visibilidade dos atores e grupos das camadas periféricas e da sociedade civil na esfera pública para que haja efetivamente integração social e superação ou minimização dos potenciais de conflito e violência.

Dessa forma, a notícia jornalística precisa apresentar uma diversidade de fontes e versões para qualificar a comunicação da esfera pública, contribuindo para que ela, por via da força comunicativa, possa identificar e problematizar os desafios socioambientais das mudanças climáticas, de modo que ecoe no sistema político para que politicamente sejam tomadas as ações e estratégias de adaptação para atenuar os impactos climáticos. Neste contexto, as decisões políticas em torno da integração dessas sociedades democráticas também passam diretamente pela mediação indispensável dos meios de comunicação social.

Dentro dessa perspectiva, salienta-se o papel central e estratégico do jornalismo na articulação e na mediação da integração da sociedade. Portanto, é preciso que seja produzida uma qualificada representação noticiosa da realidade social para contribuir na formação da opinião e da vontade pública. Assim, proclama-se uma necessária atenção para a construção da notícia jornalística, já a partir da seleção de um tema de relevância social, contribuindo para a integração dos distintos atores e grupos sociais da esfera pública. Mas, também e sobretudo, é preciso que a notícia seja democraticamente produzida. Para isso, faz-se necessário inserir ainda as demandas e interesses dos atores e grupos das camadas populares e da sociedade civil, para contrabalancear a expressiva frequência dada aos “definidores primários dos tópicos”.

Dessa forma, a visibilidade pública dos problemas socioambientais das mudanças climáticas por meio da notícia jornalística, através da inclusão de posições dos atores e grupos populares e da sociedade civil, denunciando os desafios do referido fenômeno, é uma questão de integração social da esfera pública em defesa da democracia e da cidadania.

2.2 As barreiras comunicativas às vozes e versões da sociedade civil

“O poder comunicativo, introduzido para fins de planejamento da sociedade, não gera formas de vida emancipadas. Estas podem formar-se na sequência de processos de democratização, mas não podem ser produzidas através de intervenções exteriores” (HABERMAS, 1997, p. 106). Habermas entende que a força da comunicação pode contribuir para qualificar a vida das pessoas na sociedade, porém, não de forma imediata ou arbitrária, de fora para dentro das relações da sociedade. A sua força reside de forma processual, através de generalizações das opiniões públicas, reconfigurando as deliberações políticas, institucionalizando a resolução de problemas por meio do sistema político. Ou seja, através da comunicação continuada das esferas públicas até conquistar leis e decisões governamentais.

Nesta perspectiva, a qualidade da comunicação pública é indispensável para alcançar tal êxito. Assim, a referida qualificação colabora diretamente para formação da opinião e da vontade pública e, conseqüentemente, para pressionar o sistema político, a fim de atenuar os desafios do fenômeno do clima que ameaçam a vida e a integração social. Porém, “estratégias de elaboração da informação” promovem a despolarização da comunicação pública,

consequentemente, esvaziam de sentido a percepção social das camadas populares sobre os problemas em questão, bem como as reivindicações públicas decorrentes das suas opiniões qualificadas sobre o assunto (HABERMAS, 1997).

O autor ressalta que estas estratégias de elaboração da informação são realizadas pelos meios de comunicação social. Isso porque “os produtores da informação impõem-se na esfera pública através do seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal” (HABERMAS, 1997, p. 110).

Desse modo, a mídia serve de plataforma para os ‘definidores primários dos tópicos’ apresentarem suas posições, interesses e modelos de integração social para toda a esfera pública. Por outro lado, “os atores coletivos (sociedade civil), que operam fora do sistema político (...), tem normalmente menos chance de influenciar conteúdos e tomadas de posições dos grandes meios (de comunicação)” (HABERMAS, 1997, p. 110). Quando conseguem, passam também por mecanismos sofisticados da produção da representação noticiosa da realidade social, que adéquam o conteúdo da notícia com base nos padrões jornalísticos. O autor realça que “Antes de serem posto ao ar, tais mensagens são submetidas a estratégias de elaboração da informação, as quais se orientam pelas condições de recepção ditadas pelos técnicos em publicidade” (HABERMAS, 1997, p. 110).

Dessa forma, as “estratégias de elaboração da informação” funcionam como barreiras na formação da opinião e da vontade pública. Pois, neste mecanismo, excluem temas, opiniões e argumentações. Tais barreiras são estruturadas em função da técnica jornalística e do profissionalismo da mídia. Neste processo, limitam-se relevantes possíveis contribuições para qualificação dos processos de comunicação pública. Isso porque são retiradas da visibilidade pública pautas importantes de interesses de toda a sociedade, que deixam de ser selecionadas, bem como também são silenciadas vozes de setores da sociedade civil na representação noticiosa da realidade. Por este motivo, através do uso normativo da técnica da mídia, Habermas (1984) afirma que a mídia, geralmente, promove a despolitização da comunicação pública.

As ‘barreiras’ fazem parte de um processo natural, até certo ponto, permanente e necessário para a construção das notícias, visto que, para sua produção, o jornalismo terá de escolher o que e quem será selecionado. Habermas (1997) chama este mecanismo de

comunicação sistematicamente distorcida. Neste processo, onde se exclui abordagens ou discussões da agenda pública por meio da produção da representação noticiosa da realidade social, privilegiando posições sociais, dentre outras diversas, através de mecanismos da produção da notícia, são legitimadas as intenções político-publicitárias daquelas posições que ganham visibilidade.

Todavia, independente da posição diante do poder do sistema político e econômico sobre os *media*, a sociedade civil tem também autoridade para reivindicar espaço editorial na representação noticiosa da realidade social. O público, “(...) apesar de sua posição assimétrica em relação às possibilidades de intervenção e apesar das limitadas capacidades de elaboração, tem a chance de mobilizar um saber alternativo e de preparar traduções próprias (...)” (HABERMAS, 1997, p. 106). Isso é possível porque mesmo tendo menor oportunidade para ser inserida na representação noticiosa por questões estruturais e de organização, a sociedade civil possui autonomia para tentar legitimar politicamente seus interesses numa sociedade democrática. Mas também tem o direito de propor sua concepção sobre o que é melhor para a sua integração social na esfera pública. Porém, ainda assim, vale ressaltar que tal expressão da sociedade civil não é homogênea, pois ela varia segundo o nível de cultura política de uma população, região e país. E o respectivo nível da cultura política diferencia e muito o grau de expressão da sociedade civil na esfera pública para legitimar tais interesses sociais.

Além disso, Jürgen Habermas (1997, p. 106) ressalta ainda que “(...) a sociedade civil pode, em certas circunstâncias, ter opiniões públicas próprias, capazes de influenciar o complexo parlamentar (e os tribunais), obrigando o sistema político a modificar o rumo do poder oficial”. A sociedade civil também tem o poder de aferir publicamente o nível de qualidade da produção da notícia jornalística. Isso é possível porque, como expõe Habermas (1997, p. 108), “(...) os processos públicos de comunicação são tão isentos de distorções quanto mais estiverem entregues à sociedade civil oriunda do mundo da vida”. Assim, o ‘selo de qualidade’ da produção jornalística se mede pela inclusão da sociedade civil na representação noticiosa da realidade social. Logo, quanto mais limitar as vozes dos atores e grupos da periferia da esfera pública, menor é a qualidade da notícia jornalística, porque ela não está contribuindo para o fortalecimento da democracia e da cidadania.

Dentro desse contexto, ressalta-se que os meios de comunicação social terão menor poder manipulativo quando maior for a participação da sociedade civil na representação

noticiosa da realidade social. Com a elevação do nível discursivo da comunicação pública, se ampliará a formação da opinião e da vontade pública e, conseqüentemente também a participação cidadã – uma esfera pública política direciona ao sistema político demandas capazes de ampliar a integração social. Contudo, as distorções sistemáticas da comunicação existem, são estruturais e limitam relevantes posições da sociedade civil através da notícia jornalística, ao criarem barreiras funcionais que desqualificam a formação do entendimento público.

Por outro lado, mesmo assim, não se deve despolitizar a importante função social que os meios de comunicação social devem desempenhar nos sistemas políticos constitucionais. Uma delas é a de definir as questões significativas da agenda política, identificando as questões-chave, bem como as forças que as concebem e que podem trazer uma solução (GUREVITH & BLUMLER, 1990). Neste viés, reforça-se a central e estratégica responsabilidade social do jornalismo para fortalecer a democracia e a participação cidadã.

Por esta razão, a notícia jornalística tem de selecionar temas de relevância social para contribuir no fomento de pautas de interesse da agenda política, bem como identificar quais são as principais causas dessa seleção, identificando as problemáticas principais da respectiva pauta, além de trazer as posições dos atores e grupos sociais nela inserida e, principalmente, apresentar as melhores respostas para promoção do desenvolvimento humano.

A identificação das funções do jornalismo nos sistemas políticos constitucionais é fundamental para se desnaturalizar socialmente qualquer processo de exclusão por ele criado, mesmo que seja por conta da técnica - comunicação sistematicamente distorcida. Não se deve aceitar tal comportamento dentro da sociedade democrática. Pois este modelo de democracia se fundamenta na força integrativa da ação comunicativa direcionada à defesa de seus cidadãos livres em regime de igualdade de direitos e contra práticas de desagregação de tais garantias constitucionais.

Nesta perspectiva, a mudança do clima – problema político maior e mais difícil e urgente da humanidade – deve entrar na ordem do dia da agenda jornalística. Além disso, o tema deve ser representado noticiosamente de forma qualificada, como deve ser feita uma comunicação pública, contribuindo para a elevação qualificada do entendimento do cidadão.

Portanto, a sociedade civil também deve fazer parte dessa comunicação, sendo ouvida e inserida sua versão sobre o problema no conteúdo da notícia. Isso pode garantir a visibilidade pública sobre a complexidade dos problemas e desafios das mudanças climáticas para a vida das pessoas e à integração social delas frente ao risco do clima. Neste sentido, abrem-se maiores oportunidades para o cidadão, qualificadamente, participar da deliberação da questão na esfera pública. Dentro desse contexto, há também um significativo favorecimento para que, de forma esclarecida, a sociedade possa se empoderar sobre o assunto e, processualmente, ir mobilizando a força pública necessária para legitimar, dentro do complexo político, ações e estratégias de adaptação frente aos impactos do fenômeno do clima.

2.3 Analisando a representação noticiosa da imprensa na Rio+20

A pesquisa parte do levantamento de dados feito em edições no período de 13 de maio a 22 de julho de 2012, dos jornais Folha de São Paulo, O Globo e o Jornal do Commercio. O período corresponde ao intervalo temporal equivalente aos trinta e um dias que antecederam e aos trinta dias que sucederam a Rio+20, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012. O objetivo da análise foi investigar as limitações da representação noticiosa referente às barreiras postas à visibilidade da pauta sobre as mudanças climáticas e as vozes da sociedade civil. O resultado da investigação decorre do levantamento das frequências das notícias e fontes utilizadas na referida representação sobre a questão. Mas também é o resultado da análise qualitativa dessa produção relativa à diversidade significativa de fontes e versões usadas na notícia.

Nas 213 edições pesquisadas, foram encontradas 638 matérias com pertinência às questões propostas pela pesquisa, ou seja, pautaram literalmente o evento da Rio+20. O Globo foi o jornal que mais publicou matérias a respeito, com 408 notícias (64%); seguido pela Folha de São Paulo, com 123 (19%); e pelo Jornal do Commercio, com 107 (17%). Avaliamos que a razão desse expressivo quantitativo de matérias do jornal carioca em comparação aos outros pesquisados pode estar associada ao fato do local da realização da Rio+20 ter sido na cidade do jornal. A correlação pode ser constatada através de muitas notícias aqui monitoradas e relacionadas ao cotidiano da cidade, que, por sinal, foi alterado para receber o evento internacional e, isso, conseqüentemente, rendeu pautas a mais.

Todavia, somente 123 das 638 matérias sobre a Rio+20 abordou literalmente o tema das mudanças climáticas (e suas derivações). Os dados nos possibilita ressaltar que:

- i. O tema das mudanças climáticas foi poucas vezes pautado nas notícias dos três jornais durante os 71 dias pesquisados, correspondendo a 19,28% do universo total das matérias monitoradas. Ou seja, menos de 1/5 de todas as notícias publicadas sobre a Rio+20;
- ii. O Globo foi o jornal que mais selecionou o tema das mudanças climáticas no universo total das notícias pesquisadas, correspondendo a 11,91% (76 matérias), seguidos pela Folha de São, com 3,92% (25), e pelo Jornal do Commercio, com 3,45% (22);
- iii. Mais de 80% das 408 matérias do O Globo sobre a Rio+20 não abordaram o fenômeno do clima (332 matérias); 80% das 123 matérias da Folha de SP excluíram a temática (98); e 79% das 107 matérias do Jornal do Commercio não inseriram o referido tema (85);
- iv. O período com maior número de notícias sobre as mudanças climáticas aconteceu nos trinta e um dias antes da Rio+20 (49 notícias), quando comparado aos outros períodos correspondentes aos 10 dias da do evento (47 notícias) e nos trinta dias depois (27 notícias), correspondendo a 39,83% (antes), 38,21% (durante) e 21,95% (depois) respectivamente;
- v. O Globo foi o jornal que mais representou o fenômeno climático nas notícias durante o período de realização da Rio+20 (29 matérias), seguido pelo Jornal do Commercio (11) e pela Folha de São Paulo (sete), correspondendo respectivamente a 61,70%, 23,40% e 14,90% das 47 matérias publicadas sobre o tema neste intervalo de tempo analisado;
- vi. O Globo foi o impresso que mais selecionou o tema climático nas notícias durante o período que antecedeu e que sucedeu a Rio+20 (com 25 e 22 matérias respectivamente), seguido pela Folha de São Paulo (15 e três) e pelo Jornal do Commercio (nove e dois). O impresso carioca produziu 51,02% (antes) e 81,48% (depois) das matérias sobre o referido tema em cada período correspondente; seguido pelo jornal paulista, com 30,61% e 11,11%; e pelo impresso pernambucano, com 18,37% e 7,41%;
- vii. Menos de 1/3 (20 dias em média) dos 71 dias pesquisados apresentaram notícias sobre o tema climático nos três jornais, correspondendo em média, a 28,17%; Todavia, em 17 dias nos três jornais, em média, o tema foi publicado em mais de uma notícia no mesmo dia;

- viii. A quantidade de dias em que o tema da mudança climática foi mais excluído foi no período posterior à da Rio+20 (em 22 dos 31 dias), seguido pelo período anterior ao evento (em 26 dos 30 dias) e pelo período durante à Conferência (em três dos 10 dias);
- ix. O Jornal do Commercio foi o impresso que por mais dias excluiu o tema da mudança do clima das notícias, deixando de selecioná-lo em 82% dos 71 dias pesquisados (58 dias); seguido de perto pela Folha de São Paulo, com 76% (54); e pelo O Globo com 58% (41);
- x. A Folha de SP e o Jornal do Commercio excluíram o tema da mudança do clima das notícias por mais dias no período durante a Rio+20 (ambos, em quadro dias). O Globo exclui em apenas um dia. Já no período em que antecedeu e que sucedeu a Conferência, o jornal pernambucano liderou por publicar a notícia sobre o tema em menos dias (produziu somente em seis dias antes e um dia depois da Rio+20); seguidos pelo jornal paulista com oito (antes) e três dias (depois); e pelo impresso carioca com 14 (antes) e sete (depois);

A Tabela 1 abaixo mostra a lista de manchetes de notícias do Jornal do Commercio, O Globo e da Folha de São Paulo sobre a Rio+20 nas quais constou o tema das mudanças do clima:

Jornal do Commercio	
01/06/2012	Pernambuco levará planos para Rio+20
02/06/2012	NE10 lança série especial Você+20
02/06/2012	O guerreiro verde no Recife
08/06/2012	Fogão solar evita a destruição de matas
10/06/2012	Sem clima para muita euforia
11/06/2012	Protocolo de Quioto em destaque
12/06/2012	Cobertura multimídia é no NE10
12/06/2012	O difícil desafio de crescer e preservar
12/06/2012	Pernambuco mostra a cara e dá exemplos
13/06/2012	Ministra ver possibilidade de sucesso
13/06/2012	Uma biblioteca feita de livros e de pessoas
14/06/2012	Pernambuco começa hoje a participação
15/06/2012	Crise põe em xeque plano de fundo verde
15/06/2012	Dia de cobranças e ironia em protestos
15/06/2012	Pernambuco revela o seu grande desafio

15/06/2012	Retórica impede acordos
17/06/2012	É hora de decidir rumo do planeta
19/06/2012	Eventos paralelos chamam a atenção
19/06/2012	Unidos para recuperar florestas
21/06/2012	Acordo para combater a fome e a seca
23/06/2012	Críticas e lista de promessas
23/06/2012	Secretário lembra que metas dependem dos governantes

Folha de São Paulo

19/05/2012	ONU lista 56 recomendações para um mundo sustentável
22/05/2012	Rio terá centro para economia verde, diz Minc
31/05/2012	Cúpula não vai compensar poluição de voos
04/06/2012	Rio fecha maior lixão da América Latina
05/06/2012	Cada grupo tem a sua ideia de economia verde
05/06/2012	Construção civil precisa puxar a mudança
05/06/2012	Da maquiagem verde ao 'reino da baboseira'
05/06/2012	Sem clima para utopia
05/06/2012	Uma guerra entre ricos e novos-ricos
05/06/2012	Vamos ter comida para 9 bilhões?
05/06/2012	Voz que calou o mundo há 20 anos volta ao Brasil
07/06/2012	Só 4 de 9 metas ambientais têm avanço
08/06/2012	PIB é uma medida incompleta e até enganosa da riqueza
10/06/2012	Cidades sustentáveis são um dos temas principais na conferência
10/06/2012	Japão reconstrói as suas cidades com tecnologias limpas
13/06/1012	Ricos devem pagar a conta, diz indústria
13/06/1012	Vontade política mundial diminui e urgência cresce'
15/06/2012	EUA ganham 'Fóssil do Dia'
16/06/2012	Petrobras diz que faltam bons projetos em biocombustíveis
17/06/2012	É ODA
18/06/2012	Cidades terão metas para cortar poluição
20/06/2012	Poluição nas metrópoles cai até 2030, prevê acordo
23/06/2012	Conferência repete promessas e adia ações para 2015
25/06/2012	Inação está levando o planeta ao limite'
27/06/2012	Terrorismo sobre o clima é ameaça a soberania nacional

O Globo	
15/05/2012	Cidade terá monitoramento anual de emissão de gases
18/05/2012	Naturalmente incomuns
20/05/2012	China com nova imagem na Rio+20
22/05/2012	Desafio do Rio é acordo climático global
22/05/2012	Sem saúde, não há desenvolvimento'
25/05/2012	ONU cobra responsabilidades de países
30/05/2012	Apesar do apelo da ONU, rascunho da Rio+20 empaca em detalhes
01/06/2012	Evento na Quinta da Boa Vista une ecologia e lazer
05/06/2012	A beleza sustentável
05/06/2012	Economistas debatem sobre o novo Rascunho Zero
05/06/2012	Senhores da terra
05/06/2012	Uma região no vermelho
07/06/2012	Estado agora tem decreto sobre licitações verdes
07/06/2012	Urgência planetária
08/06/2012	Governo quer beneficiar empresas verdes
08/06/2012	O futuro da terra depende do mar
09/06/2012	Rio e Filadélfia: cidades como exemplos 'verdes'
10/06/2012	As voltas que o mundo dá
10/06/2012	Avanço no conhecimento que vira aplicações práticas
10/06/2012	Ciência a serviço do meio ambiente
11/06/2012	No Píer, a ciência é pop
12/06/2012	Máquina planetária
12/06/2012	O Rio deve manter a centralidade na questão climática'
12/06/2012	Por uma política do antropoceno
12/06/2012	Secretário da Rio+20 admite retrocesso na área ambiental
13/06/2012	Começa a corrida para tentar um futuro melhor
13/06/2012	FMI defende tributação para punir emissões
13/06/2012	FMI recomenda taxaço para empresas poluidoras
13/06/2012	Indústria quer conciliar mais produção e meio ambiente
13/06/2012	Rio e SP aquecem até 3 vezes mais do que média do planeta, diz relatório do governo
14/06/2012	Ilhas de calor' são parte da cena urbana
15/06/2012	Até 2100, mundo terá dez vezes mais secas

15/06/2012	Estados Unidos o 'fóssil do dia'
15/06/2012	Indústria quer incentivo para ser mais verde
16/06/2012	Apesar de vetos dos EUA, discussão sobre saúde avança
16/06/2012	Indústria e governo divididos sobre redução de emissões
16/06/2012	Veto dos EUA enterra fundo de US\$ 30 bilhões
17/06/2012	Cidades à frente
17/06/2012	Cidades farão acordos para reduzir emissões
17/06/2012	Grandes cidades assinarão acordo contra efeito estufa
18/06/2012	Rio Clima quer novo PIB e fim de subsídio a petróleo
19/06/2012	Em dez anos número de queimadas reduziu em 40%
19/06/2012	Europeus cobram mais substâncias
19/06/2012	Humanidade pesa muito mais do que deveria
19/06/2012	Notáveis divulgam documento de pressão
19/06/2012	ONU quer mais poder para as mulheres
20/06/2012	Água, um recurso limitado
20/06/2012	Ambientalistas se dividem sobre impacto de protestos
20/06/2012	Atuação de diplomacia brasileira gera controvérsias
21/06/2012	Falta dinheiro para o planeta, não para o FMI
21/06/2012	Indústria brasileira sela pacto pela sustentabilidade
21/06/2012	Líderes pedem ousadia e novos compromissos
21/06/2012	Pausa para comprar cabelo em Madureira
21/06/2012	Transição acelerada para a economia verde
23/06/2012	Acabou
23/06/2012	Hillary encerra participação tímida dos EUA
23/06/2012	Jornal inglês critica a organização do evento do Rio
23/06/2012	Sociedade civil promete assumir as rédeas de ações ambientais
24/06/2012	Código florestal desafia meta de plantio no Rio
24/06/2012	Documento da Rio+20 dá saúde da Rio 92
24/06/2012	Especialistas totalizam as perdas e os ganhos
24/06/2012	Protocolo que funciona salva camada de ozônio
26/06/2012	Brasil fará mais do que teto da Rio+20 prevê'
26/06/2012	Expedição revela riqueza das criaturas errantes dos mares, verdadeiros pulmões azuis do planeta
26/06/2012	Oceanos ácidos
26/06/2012	Pré-sal monitorado
28/06/2012	Aumentam as emissões, aumenta a temperatura

28/06/2012	Mudar para conter a mudança
28/06/2012	Propostas plurais e inovadoras para uma economia verde
28/06/2012	Superar as diferenças é o desafio
29/06/2012	C-40: promessa de reduzir em 45% a emissão de poluentes
29/06/2012	Empresariado está na página da 'economia verde'
29/06/2012	Mineradora tem o desafio de recompensar o planeta
29/06/2012	O dilema de crescer sem aumentar a degradação ambiental
01/07/2012	Seminário do GLOBO discute legado da Rio+20
10/07/2012	Calor faz história nos EUA

Tabela 1 - Lista de manchetes selecionadas sobre a Rio+20 nos três jornais

Contudo, ressaltamos que a referida lista representa apenas 1/5 das 638 notícias publicadas sobre a Rio+20 nos jornais O Globo, Folha de São Paulo e Jornal do Commercio nos 71 dias da pesquisa. Isso porque foram somente estas que selecionaram o tema das mudanças climáticas de alguma forma, na representação noticiosa da realidade social. Este é um percentual bastante limitado se considerar que o problema do clima é politicamente o maior e mais difícil e urgente da atualidade (PNUD/ONU, 2007). Além disso, ratificamos o que a ONU pensa a respeito do papel do jornalismo para divulgação desse significativo problema para a humanidade:

Os *media* são a principal fonte de informação para o público em geral no que diz respeito à ciência das alterações climáticas (...) e tem enorme responsabilidade (pública neste processo) (...) (porque o Jornalismo tem obrigação de contribuir na objetivação) da constituição de uma opinião pública necessária para que os governos introduzam reformas energéticas radicais frente às alterações climáticas (PNUD/ONU, 2007, p. 64).

Neste sentido, o tema demandava uma maior visibilidade na representação noticiosa para contribuir na percepção social deste tipo de problema. Tal concepção tem plena pertinência com o que diz Carvalho (2011) ao ressaltar que o não agendamento de temas importantes traz sérias consequências sociais, pois ficarão invisíveis na arena pública.

Contudo, vale salientar que vários assuntos também fizeram parte da agenda da Rio+20, logo também da pauta jornalística. Todavia, mesmo havendo outros temas associados à sustentabilidade tratadas na Rio+20 que mereciam atenção dos jornais, as mudanças climáticas deveriam receber destaque maior, visto que os seus problemas e desafios afetam e afetarão os diversos setores socioeconômicos e biofísicos do planeta, além das questões

relacionadas aos “(...) registros sobre eventos extremos cada vez mais frequentes” (PBMC, 2012, p. 1).

De acordo com o Painel Brasileiro das Mudanças Climáticas (2012), tais setores biofísicos e socioambientais dizem respeito aos ecossistemas, assentamentos humanos (urbano e rural), recursos hídricos, produção de alimentos (agricultura), eventos extremos, avanço do mar e segurança humana (saúde), além das questões da governança política, tecnologia, transporte, indústria e energia.

Portanto, o tema das mudanças climáticas tem plena pertinência aos outros assuntos discutidos na Conferência. Lembremos que a questão climática tem inter-relação total aos outros problemas do meio ambiente natural, humano, social e cultural, como garante o Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC/ONU, 2007). Esta condição conota que o fenômeno do clima é um problema do tipo sistêmico, ou seja, afetando não pontualmente, mas de modo abrangente as organizações socioeconômicas e as questões ambientais.

Por este motivo, as mudanças climáticas mereciam uma maior atenção por parte da imprensa, que poderia ter produzido mais que 123 notícias sobre o tema no universo de 638 publicadas nos 71 dias pesquisados. A maior seleção do tema implica correspondentemente na maior oferta de notícias, logo, maiores possibilidades de contribuir na qualificação da formação da opinião e da vontade pública, o que possibilitaria maior chance de a questão das mudanças climáticas ser identificada e problematizada socialmente, a fim de aumentar a pressão pública por ações políticas dos governantes para amenizar os desafios postos pela anômala condição do clima.

Este é um processo comunicativo indispensável para fortalecer a democracia e a participação cidadã, conforme realça Habermas (1997, p. 98): “A esfera pública retira seus impulsos da assimilação da vida privada de problemas que repercutem nas biografias particulares”. Dessa forma, o autor ressalta que as esferas estão ligadas por meio da comunicação, que repercute intersubjetivamente na vida particular das pessoas em direção a seus consensos. O cenário acentua a necessidade de ampliação do estratégico e central papel do jornalismo na construção social da realidade, especialmente em tempos de risco climático.

Entretanto, os dados do levantamento da frequência da seleção de notícias que selecionaram o tema das mudanças climáticas mostraram que o período com maior número de

matérias sobre o tema ocorreu nos trinta e um dias anteriores à Rio+20, quando comparado aos outros períodos correspondentes aos dias do evento e aos trinta dias posteriores, correspondendo a 39,83% (antes), 38,21% (durante) e 21,95% (depois) respectivamente.

Contudo, vale salientar que o período durante a realização da Rio+20 contém apenas 1/3 de dias que os outros períodos. Assim, diante dos percentuais de frequência expostos, podemos estatisticamente inferir que foi no período correspondente à realização da Rio+20 que o tema mudanças climáticas teve maior visibilidade pública. A referida observação de o tema climático ter sido mais agendado durante os dias do evento pode até parecer uma constatação óbvia jornalisticamente devido ao princípio da factualidade para pautar as notícias. Todavia, esclarecemos que a Rio+20 foi o fórum para discutir os mais diversos temas ligados às questões da sustentabilidade. Logo, havia muitos temas também factuais e relevantes para serem pautados. Neste viés, a premissa da factualidade não se limita ao tema do clima como regra para ele ser o mais selecionado nos dias da Conferência.

Foi verificado ainda um dado bastante preocupante em relação à frequência de dias em que o problema climático foi representado noticiosamente. Menos de 1/3 dos dias pesquisados apresentaram notícias sobre o referido tema nos três jornais. Ou seja, apenas em 20 dias dos 71 pesquisados o tema foi selecionado na representação noticiosa da Rio+20.

O cenário mostra que, na maior parte do período pesquisado, em 51 dos 71 dias, as mudanças climáticas simplesmente não existiram na representação noticiosa da realidade social sobre a discussão da sustentabilidade planetária, discutida pelos governantes e pela sociedade civil na Rio+20.

Assim, observamos que um tema com ampla relevância social para ser discutido pela esfera pública, simplesmente, deixou de ser pautado pelos jornais durante todo esse tempo. O fato contraria a responsabilidade social do jornalismo. Dizemos isto porque, com base em Alsina (2009), consideramos dever do jornalismo selecionar os temas de maior relevância social e oferecê-lo para o centro da atenção pública. Neste sentido, o fenômeno das mudanças climáticas é um tema com tal significância social, que pode ser entendido como o mais importante dentre todos os outros temas (PNUD, 2007).

Porém, mesmo assim, o tema foi selecionado em apenas 1/3 de dias de todo o período pesquisado. Tal limitação comunicativa pode acarretar sérios prejuízos concretos para a

sociedade, uma vez que, como discorre Lago e Benetti (2007 p. 115) “o não dito tem tanta força quanto o dito”. Isto porque, como observamos no Teorema de Thomas, articula-se um jogo ideológico de simulação (do que não existe) e dissimulação (do que efetivamente existe), deixando-se, portanto, de acreditar na materialidade do problema climático, mesmo ele sendo real. Dessa forma, esvaziam-se de sentido social os reais e objetivos problemas gerados pela mudança climática que não foi adequadamente discutida na notícia jornalística.

Portanto, a situação mostra que a representação noticiosa, que é uma das principais formas de constituição de sentido social com expressivo poder nas sociedades democráticas, pode criar e reproduzir preocupantes relações de dominação quando são utilizadas para desqualificar a comunicação pública. E isso acontece quando se deixa de produzir notícias com temas de ampla relevância social, como é o caso das mudanças climáticas, que poderia ter contribuído bastante na qualificação do entendimento do público sobre a questão.

Afinal, como nos fala Thompson (1995), a ideologia é o emprego (a prática) de formas simbólicas para criar e reproduzir relações de dominação. Dessa maneira, ao correlacionar tal concepção aos resultados iniciais da nossa pesquisa, pode-se inferir que o posicionamento ideológico ocorre justamente quando se exclui o tema das mudanças climáticas de mais de 2/3 da representação noticiosa da Conferência da ONU para a sustentabilidade. Isso porque, ao dissimular tal debate público, se contribuiu simbólica, material e objetivamente na desqualificação da discussão pública e, conseqüentemente, na inviabilização da conscientização social que a questão poderia propiciar.

Dentro desse contexto, os 51 dias, em média, de exclusão das mudanças do clima na representação noticiosa sobre a Rio+20 podem ter colaborado para a manutenção e, evidente e logicamente, para o agravamento do problema socioambiental decorrente do fenômeno, uma vez que a cada dia que se procrastina as decisões políticas para o adequado enfrentamento do problema, ele se torna maior.

Dizemos isto com base em Carvalho (2011) quando ela descreve que a falta de visibilidade pública e política do problema (do clima) é outro problema socioambiental decorrente de uma limitada representação noticiosa do tema. Haja vista que, sem a visibilidade da notícia, marginaliza-se inicialmente a atenção pública e, conseqüentemente, se

reduz também a atenção política sobre o problema e as possibilidades de mobilizar ações adequadas para amenizar os problemas socioambientais.

Portanto, a exclusão da mudança do clima em 515 notícias das 638 identificadas nos três jornais, bem como o silenciamento do tema em 51 dias dos 71 pesquisados, demonstrou que a cobertura da imprensa da Rio+20 contribuiu de forma simbólica, material e objetiva para deixar o problema invisível na percepção e na problematização pública e política intersubjetiva das pessoas diante da gravidade do fenômeno para a vida delas e à sua qualidade.

O cenário tem plena correspondência com o mundo real, sobretudo, quando se constata a atual e limitada percepção social da juventude brasileira sobre os riscos que as mudanças climáticas oferecem para a vida delas. Os jovens avaliaram em 2013, quase um ano depois da realização da Rio+20, que o fenômeno do clima é o menor dos problemas sociais de uma lista de 16 temas problemáticos (IPEA, 2013), mesmo o fenômeno sendo considerado pela Organização das Nações Unidas (PNUD/ONU, 2007) como maior e mais difícil de todos os outros problemas da atualidade.

Todavia, além do levantamento e da avaliação das frequências das notícias, no tocante à seleção do tema na representação noticiosa da realidade social sobre as mudanças do clima, também foi analisado as particularidades com relação ao uso das fontes jornalísticas para construção das referidas notícias. Os dados nos possibilitam ponderar que:

- xi. O quantitativo de fontes utilizadas nas 123 notícias que selecionaram o tema das mudanças climáticas varia de nenhuma a seis fontes por matéria – fonte; todavia, quando menor é o número de fontes por matéria, maior é a quantidade das referidas matérias;
- xii. Mais de 1/3 das notícias tem apenas uma fonte (35,77%), correspondente a 44 das 123 matérias pesquisadas, enquanto que mais de 10% foram produzidas sem nenhuma fonte⁷ (10,57%), equivalente a 13 matérias do referido universo;

⁷ Nenhuma fonte – Não utilização de fonte jornalística. Ressaltamos que, conforme descreve Alcina (2009), a fonte é um elemento fundamental no processo de produção da informação, porque é o elo essencial entre o acontecimento e a notícia para a compreensão da construção social da realidade da informação. O autor compreende que um acontecimento público necessita da fonte, porque ela é o promotor da notícia. Desse modo, sem uso da fonte na notícia, o jornalista se torna o fazedor da própria notícia, ou seja, o jornalista (ou editor) passa a ser o promotor da notícia, aonde deveria ser só o fazedor dela, escrever após ouvir a fonte.

- xiii. O Globo é o jornal que mais produziu notícias com apenas uma fonte (23 matérias), seguido da Folha de São Paulo (12) e do Jornal do Commercio (nove); O jornal carioca também foi quem mais produziu notícias se nenhuma fonte (oito); seguido pelo impresso pernambucano (três) e pelo paulista (duas);

Além da quantidade das fontes em cada uma das 123 matérias, também analisamos a utilização predominante do uso de fontes ligadas exclusivamente a únicos setores sociais em cada notícia - padrão que expõe a tendência a privilegiar a respectiva versão social vinculada a esses específicos setores sociais selecionados. Os dados nos possibilitam verificar que:

- xiv. Em 110 das 123 matérias, as fontes usadas correspondem a setores sociais representativos ao segmento político, econômico, sociedade civil e ao cidadão enquanto indivíduo não representante de nenhuma organização social, ou de setores políticos e econômicos;
- xv. Por meio do uso da fonte jornalística de um único setor da esfera pública, que ocorreu na construção de 71 das 110 matérias sobre o tema das mudanças do clima, foi priorizada a respectiva versão social com base no referido setor da fonte destacada;
- xvi. O setor político foi o mais representado nas 44 notícias com fonte única, privilegiando a versão social deste setor da esfera pública, correspondendo a 42% do total das matérias com este padrão noticioso de fontes exclusivas de uma única área social; o setor político ainda se destacou nas 28 matérias com duas ou mais fontes que privilegiam uma versão única destacada através de apenas um único setor social selecionado, correspondendo a 64% do total em relação aos demais setores sociais;
- xvii. O segmento econômico foi o segundo setor da esfera pública mais representado nas notícias com duas ou mais fontes, privilegiando a versão social deste respectivo setor através do uso de fontes exclusivas dessa área, com 14% do total desse tipo de notícias em relação aos demais setores sociais priorizados em cada matéria; Nas matérias com fonte única e versão única, o setor econômico também apresentou um expressivo resultado com 16% em relação aos demais.
- xviii. O Globo foi o jornal que mais representou o setor político através das matérias com uma só fonte, e com duas ou mais fontes, privilegiando apenas uma versão social ligada a um

segmento político, seguindo pelo Jornal do Commercio e da Folha de São Paulo, correspondendo a 24, sete e cinco notícias respectivamente;

- xix. O Globo foi o jornal que mais representou o setor econômico através das matérias com uma só fonte, seguido empatados pela Folha de São Paulo e pelo Jornal do Commercio, correspondendo a cinco, uma e uma notícia respectivamente.

Desse modo, constata-se neste universo de dados analisados, um padrão jornalístico limitado em relação à produção qualitativa da representação noticiosa. Isto porque, no geral, verificamos que cerca de 61% das 110 matérias que possuíam fontes, seja com uma ou mais de uma fonte, as notícias foram produzidas com este padrão de selecionar apenas um setor social, porém, com significativo destaque noticioso dado ao segmento político, seguido pelo econômico, em detrimento aos interesses e demandas da sociedade civil e do cidadão. Assim, o resultado expõe a limitação qualitativa da produção jornalística para oferecer ao público argumentações e discursos diversificados de atores e grupos sociais diferenciados, o que é indispensável para contribuir na formação qualificada do entendimento do público.

Dentro desse contexto, ratificamos a posição de Hall *et al* (1999, p. 229) ao ressaltar que existe uma “tendência dos *media* de priorizar as fontes vinculadas aos setores da estrutura de poder da sociedade”. Neste sentido, constatamos que houve um expressivo predomínio ao setor político em detrimento dos demais. Hall *et al* (1999, p. 229) ressaltaram anteriormente que existe “um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas”.

Assim, o cenário empírico identificado na pesquisa mostrou que a posição desses atores políticos, os quais ‘detêm posições institucionalizadas privilegiadas’, receberam notadamente maior fluxo comunicativo devido às questões estruturais e técnicas jornalísticas.

Neste viés, observamos que nas matérias construídas com duas ou mais fontes e que priorizaram atores de apenas um setor social, o setor econômico recebeu destaque também maior que os setores da sociedade civil e o cidadão. Frente ao exposto, constata-se o que Hall *et al* (1999) discorrem sobre a prioridade estruturada na representação noticiosa aos setores com maior poder político e econômico. O autor diz que há uma “preferência estruturada dada pelos *media* às opiniões dos poderosos... (e assim) é que estes ‘porta-vozes’ se transformam no que se apelida de definidores primários de tópicos” (HALL *et AL*, 1999, p. 229).

Neste sentido, na medida em que tais setores sociais têm maior poder de se comunicar no âmbito da esfera pública por meio da mídia, têm, também, conseqüentemente, oportunidades maiores para oferecer suas argumentações e versões sobre os problemas socioambientais, com vistas a exercer maior influência para serem interpretadas e assimiladas intersubjetivamente pela sociedade de modo geral. Não esqueçamos que “Jornalistas e fontes formam um círculo hermenêutico cujo entendimento tem por missão a articulação de interesses comuns” (SANTOS, 1997, p. 169). Dessa forma, com a preferência dada aos setores centrais da estrutura de poder na esfera pública, exclui-se ou se marginaliza os setores da sociedade civil e da periferia na representação noticiosa.

Dentro desse contexto, com a finalidade específica de ainda verificar detalhadamente a qualidade da produção jornalística das 123 notícias que selecionaram o tema das mudanças do clima no contexto sócio-histórico da realização da Rio+20, analisamos também a diversidade de fontes atreladas às versões sociais utilizadas jornalisticamente em cada uma dessas matérias. Os dados nos possibilitam observar que:

- xx. Enquanto que o padrão de notícia com diversidade significativa de fontes e versões corresponde a apenas 10,57% do universo total das 123 matérias que selecionou o tema das mudanças climáticas, a expressiva maioria delas, com quase 90%, ou marginalizou a diversidade, ou simplesmente excluiu fontes e versões.
- xxi. O padrão que usa várias fontes e expõe uma única versão é o mais comum e com mais frequência dentre as notícias que selecionaram o tema das mudanças climáticas, correspondendo a 40,65%, o que equivale a 50 matérias;
- xxii. O padrão que corresponde ao uso de apenas uma fonte ou nenhuma com versão única, corresponde respectivamente a 35,77% e 10,57%. Os percentuais equivalem ao universo de 44 e 13 matérias respectivamente;
- xxiii. O padrão que marginaliza uma das versões dentro da notícia foi o menos comum e menos frequente dentre as notícias sobre as mudanças do clima, correspondendo a 2,44%, equivalente a três matérias;
- xxiv. O Globo foi o jornal com maior número de matérias construídas com diversidade significativa de fontes e versões (com oito matérias), seguido pelo Jornal do Commercio

(três) e pela Folha de São Paulo (duas), correspondendo a 6,50%, 2,44% e 1,63% do universo das 123 notícias;

- xxv. O Jornal do Commercio foi o impresso que menos produziu notícias com fonte única e versão única (com nove matérias), enquanto que O Globo foi quem mais construiu matérias neste padrão (com 23), seguido pela Folha de São Paulo (12), correspondendo respectivamente a 7,32%, 18,70% e 9,76%, das 123 notícias;
- xxvi. O Jornal do Commercio foi o impresso que também menos produziu notícias com várias fontes e uma única versão (com sete matérias), enquanto que O Globo foi quem mais construiu matérias com esta característica (com 35), seguido pela Folha de São Paulo (oito), correspondendo respectivamente a 5,68%, 28,45%, 6,50% das 123 notícias;
- xxvii. O Jornal do Commercio não produziu nenhuma matéria com diversidade marginalizada de fontes e versões, enquanto que a Folha de São Paulo e O Globo construíram 0,81% e 2,63% das 123 matérias respectivamente;

Diante do exposto, avaliamos que foi bastante limitada a qualidade da cobertura noticiosa da Rio+20, através das matérias mediadas e articuladas pelo O Globo, a Folha de São Paulo e o Jornal do Comercio. Dizemos isto porque as posições contraditórias dos atores e grupos sociais devem ser incluídas nas notícias, haja vista que elas são indispensáveis para a formação do entendimento público e político sobre o tema representado na notícia jornalística. E este padrão, como ressalta Hermam (1999), surge apenas quando é inserida uma diversidade significativa de fontes e versões sociais dos variados segmentos da sociedade. Contudo, isso só ocorreu em 10, 57% do universo total dos dados pesquisados.

Em contrapartida ao modelo ideal da produção jornalística para melhor contribuir na formação da opinião e da vontade pública, os dados analisados mostram que quase 90% das matérias apresentaram sérios problemas de qualidade na produção da notícia. Os destaques foram para aquelas matérias produzidas com fonte única e versão única, bem como as notícias elaboradas com mais de uma fonte, mas com versão única. Ambas as formas privilegiam apenas uma posição dominante e considerada mais importante socialmente no âmbito da esfera pública. Tais modalidades desqualificadas jornalisticamente corresponderam a 35% e 40% do universo total dos dados pesquisados.

Além desses tipos nocivos à formação de uma consciência pública qualificada, outro percentual considerável de 10% apresentou também um padrão negativo. Estas matérias foram construídas sem a utilização de uma única fonte sequer. Todavia, frente ao exposto, ratificamos que, para se construir uma notícia jornalística de qualidade, é indispensável o uso de fontes para narrar o fato.

Nesta perspectiva, de modo geral, ao correlacionar todos os resultados expostos, podemos verificar que, estrutural e tecnicamente, foi realizada uma cobertura bastante limitada da Rio+20, com a exclusão do debate público das argumentações e discursos da periferia da esfera pública e da sociedade civil sobre o grave problema das mudanças climáticas. Tais limitações foram justamente colocadas processualmente através dos aspectos técnicos e estruturais da produção da notícia jornalística, como vimos através da seleção do tema sobre o problema climático e da construção da notícia com base nas fontes e nas suas respectivas versões sociais.

É dentro desse contexto que existem e funcionam espécies de barreiras comunicativas para excluir as respectivas vozes das camadas populares da esfera pública e, conseqüentemente, as suas versões sociais sobre o problema climático e suas demandas específicas diante do risco que as mudanças climáticas colocam para todos, mas, sobretudo, para as populações mais pobres.

Como revelou Habermas (1997, p. 110), todo conteúdo noticioso é profissionalmente tratado pela mídia e “antes de serem posto ao ar, tais mensagens são submetidas a estratégias de elaboração da informação, as quais se orientam pelas condições de recepção ditadas pelos técnicos em publicidade”. Neste sentido, é onde são criadas e impostas as barreiras de visibilidade comunicativa aos setores não detentores de posição central na estrutura de poder. Tal característica é o que o autor classifica de uma comunicação sistematicamente distorcida. Tal comunicação apenas pode ser produzida jornalisticamente de forma estrutural e técnica quando se excluem abordagens e versões importantes para o conhecimento das pessoas da esfera pública, a qual, vale ratificar, é mediada e articulada estrategicamente pela mídia.

Todavia, Habermas (1997) nos descreveu que, quanto maior é a influência da sociedade civil na representação noticiosa, maior é a qualidade da referida produção. Isso acontece porque é a única forma de se garantir a diversidade significativa de argumentações e

discursos contrafactuais no conteúdo da notícia. Assim, eleva-se o nível de consciência da opinião pública. Por esta razão, é fundamental a visibilidade pública do debate sobre as mudanças climáticas nos jornais, bem como nas demais mídias. Este é um fator indispensável para que o problema possa ser percebido e problematizado pela sociedade e consequentemente pelos poderes políticos, com vistas à busca de soluções para amenizar seus impactos principalmente das populações mais carentes economicamente.

Entretanto, como Habermas (1997, p. 106) ressaltou, “o poder comunicativo, introduzido para fins de planejamento da sociedade, não gera formas de vida emancipadas. Estas podem formar-se na sequência de processos de democratização”. Ou seja, não é pela força da comunicação em si mesma, mas pelo poder que ela tem para negociar sentidos sociais intersubjetivamente através das pessoas que compõem a esfera pública, desde que tal ação comunicativa seja realizada processualmente e de forma diversificada.

Por estes motivos, é fundamental para o jornalismo e indispensável para toda a sociedade que os jornais comecem sistematicamente a apresentar o problema das mudanças climáticas. Pois, assim, eleva-se tanto a qualidade da produção da notícia, ao selecionar este tema de ampla relevância social e ao incluir a sociedade civil e periferia da estrutura de poder na referida representação, como também, consequentemente, a qualidade da informação que chega ao público de modo mais aprofundado e democrático. Assim, oferece condições mais adequadas para formação qualificada da opinião e da vontade pública, de maneira a empoderar a sociedade civil para pressionar o sistema político para a tomada de decisões solidárias sobre tais problemas, contemplando interesses do conjunto da sociedade e não somente os da estrutura de poder como geralmente acontece.

Contudo, para isso acontecer, é preciso, de início, a superação dos atuais padrões jornalísticos observados na pesquisa através da seleção do tema sobre as mudanças climáticas, bem como elevar a diversificação da seleção de fontes e versões na representação noticiosa da realidade social, incluindo mais os setores da sociedade civil e da periferia da estrutura de poder. Ou seja, é preciso superar as barreiras que limitam as vozes e as versões de setores da sociedade civil. Desse modo, a cobertura jornalística pode contribuir, consequentemente, para promover uma melhor percepção social sobre a gravidade do problema do clima, conjuntura que, infelizmente, foi identificada e problematizada pelos jovens brasileiros (PNUD, 2007).

3. A significação social das mudanças climáticas na ‘sociedade de risco’

Deixar de dotar de sentido social os problemas ambiental, econômico, político e cultural das mudanças climáticas na representação noticiosa (jornalismo) é limitar a percepção social da esfera pública sobre a materialidade objetiva das respectivas ameaças do fenômeno do clima para a vida das pessoas, à sua qualidade e para a integração social de modo mais inclusivo. Tal inclusão refere-se não apenas aos setores dos poderes político e econômico, mas aos interesses e demandas preferenciais da sociedade civil e da periferia da estrutura de poder.

Logo, é preciso produzir a notícia jornalística com uma significação social adequada ao desafio e à complexidade que os problemas decorrentes das mudanças climáticas oferecem a todos os segmentos da sociedade. Tal complexidade refere-se aos efeitos em diversas áreas socioambientais e biofísicas que o fenômeno se inter-relaciona e provoca impactos. Desse modo, relaciona-se fundamentalmente à necessidade de superar as vulnerabilidades humanas e da natureza frente aos efeitos decorrentes da mudança do clima. Assim, urge dá visibilidade pública sobre as ações da iniciativa privada, popular e governamental em busca de reduções e substituições de práticas socioeconômicas que intensificam as causas da anomalia do clima.

Portanto, para elaborar uma representação noticiosa (jornalística) sobre as mudanças climáticas com uma significação social adequada e qualificada ao desafio e à complexidade que a questão demanda pública e politicamente, é preciso constituir a notícia jornalística com uma significação social que aborde os importantes aspectos associados às questões técnicas e científica da meteorologia e climatologia, bem como sobre o âmbito econômico e político. Todavia, a dimensão socioambiental não pode nem deve ser marginalizada ou excluída em função dos pontos anteriores, pois todos eles estão intrinsecamente relacionados ao interesse e ao bem-estar da raça humana, que por sua vez, dependem do equilíbrio ambiental do planeta, portanto, a ‘ordem’ e manutenção das sociedades depende diretamente das relações entre si e com a natureza.

Isso deve ser feito, sobretudo, porque, como dissemos, os impactos das mudanças do clima atingem e atingirão os variados setores socioambientais e biofísicos que o fenômeno se inter-relaciona e provocam e provocarão impactos para a sociedade e à natureza. Contudo, tais efeitos afetarão com mais intensidade e frequência os setores da periferia da estrutura de

poder central da esfera pública, onde está a maior parcela da população e que é mais vulnerável por falta de estrutura física e de poder político e financeiro. Logo, os impactos do fenômeno serão mais sentidos pelas comunidades populares. Por este motivo, a significação da representação social sobre as mudanças climáticas precisa ainda ser elaborada de modo adequado e qualificado para contribuir com tais setores sociais, a fim de que possam perceber a complexidade e os desafios que o fenômeno do clima oferece material e objetivamente para as suas vidas e à qualidade delas.

Assim, no bojo desse processo de significação social das notícias jornalísticas sobre as mudanças climáticas, que precisam ser constituídas contrabalanceando a lógica dominante do poder econômico, para assim buscar uma maior e melhor integração social, ameaçada pelas questões climáticas, principalmente dos setores mais vulneráveis financeiramente, a lógica da solidariedade humana carece de ser a principal expressão da racionalidade comunicativa na representação noticiosa da realidade social, para apresentar os desafios e as complexidades do fenômeno do clima para toda a esfera pública. Demanda-se, portanto, uma notícia que possa superar racionalidades normativas e bastante presentes nas relações sociais e que são baseadas unicamente no dinheiro e no poder dos grupos que controlam o aparelho de estado.

Todavia, levando em conta a importância da inclusão do tema da mudança do clima na pauta jornalística, devido ao que significa de ameaça à vida, não se pode deixar de responsabilizar o processo de industrialização pela produção desses riscos à sociedade. As catástrofes e/ou danos às pessoas e à natureza não são inesperados ou incertos, mas são consequências da ‘evolução’ técnico-industrial. Vivemos na era da ‘sociedade de risco’ criada pelo desenvolvimento da ‘produção social da riqueza na modernidade’. Essa condição precisa ser contemplada na representação noticiosa da realidade social sobre as mudanças do clima.

Dentro desse contexto e diante desses momentos de instabilidade no ordenamento da organização social em função da crise decorrente das mudanças climáticas antrópicas, a qual é regida pela supervalorização tradicional dos valores do poder e do dinheiro, o risco imposto à sociedade demanda uma maior abertura à solidariedade humana, para que se possa arregimentar uma nova racionalidade diante da problemática.

Neste sentido, é preciso superar as ‘barreiras’ de invisibilidade comunicativa a que estão condenadas partes da sociedade civil e a periferia da estrutura de poder central da esfera

pública na representação jornalística, na qual urge uma maior representatividade social através da inclusão de setores marginalizados da discussão pública. Portanto, as vozes da sociedade civil e das comunidades populares podem e devem ser mais reverberadas no conteúdo noticioso.

Logo, através da representação noticiosa da realidade social com tal formato adequado e qualificado sobre a complexidade e desafios do problema climático que ameaça a vida das pessoas e que demanda uma maior atenção da esfera pública para geração de mais solidariedade e integração social, o cidadão pode perceber melhor esses problemas das mudanças do clima e vir a exigir ações e estratégias políticas para adaptação socioeconômica diante dos efeitos do fenômeno.

Afinal, este processo comunicativo é necessário, porque, como sabemos, é somente pela capacidade do entendimento mútuo da esfera pública e do sistema parlamentar que se advém leis específicas sobre qualquer tema, em favor da integração social mais inclusiva. Entretanto, as legislações geralmente só se legitimam através de uma ‘opinião pública qualificada’, a qual depende bastante de uma representação noticiosa adequada para motivar uma pressão social diante do Poder Legislativo. Além disso, a opinião pública qualificada é indispensável também para os processos posteriores à criação de leis, sobretudo, em processos referentes à aplicação das leis, das gestões governamentais que as regulem, fiscalize, controle, licencie, criem instrumentos socioeconômicos e etc.

3.1 A sociedade e o poder da significação jornalística

A visibilidade pública e política dos problemas socioambientais das mudanças climáticas está sujeita à denúncia do problema por determinados agentes, mas depende também de outro aspecto muito familiar para o jornalismo: a constituição de sentido social através da notícia. Ou seja, fazer com que simbolicamente o problema seja interpretado pelo público de modo que ele compreenda objetivamente a ameaça real que o fenômeno provoca para a vida de cada um na sociedade planetária. Por esta razão, Carvalho (2011, p. 44) acentua que para o problema socioambiental alcançar visibilidade pública e política na sociedade de modo geral é preciso também “(...) falarem sobre o seu significado e o constituírem discursivamente como um risco”.

Nesta concepção, demanda-se uma notícia jornalística que apresente simbolicamente os problemas e os desafios objetivos e contextuais das mudanças climáticas. Para isso acontecer é preciso que a representação noticiosa da realidade social consiga dotar de sentido social a complexidade da questão no tocante à diversidade de setores socioambientais e biofísicos intrínsecos à problemática climática. Mas também é necessário significar a conexão das suas causas, impactos, vulnerabilidades e seus desafios para diminuir o risco para a vida humana, sem desvincular esses aspectos do modelo de desenvolvimento socioeconômico.

Entretanto, diversos interesses rondam a discussão da pauta climática. Há setores sociais favoráveis às substituições de paradigmas no atual modelo de desenvolvimento humano, para atenuar os impactos da mudança do clima. Tais setores da sociedade legitimam as posições do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas das Organizações das Nações Unidas (2007). Porém, por outro lado, como as mudanças dos referidos paradigmas envolvem muitas alterações radicais e enérgicas do atual modelo socioeconômico, setores tradicionais dos poderes político e econômico não estão dispostos a encarar o problema de modo profundo, ou mesmo de modo nenhum. Todavia, há ainda aqueles que classificamos de ‘conservadores dinâmicos’, ou seja, que não estão, mas dizem que estão a favor de mudanças, e até as promovem, porém, na verdade, as fazem para que tudo permaneça inalterado. Isso ocorre via a inovação tecnológica, como por exemplo, nas questões do consumo verde, responsabilidade ambiental, marketing verde ou outro paliativo sobre a questão ambiental.

Consequentemente, tal conjuntura social de tensão e disputa entre os atores e grupos sociais têm ressonância direta na produção da notícia jornalística. Essa constatação não tem nada de conspiratório, apenas é a evidência material da representação noticiosa dessa realidade da sociedade, em busca de resposta, diante do risco climático que ameaça à vida humana e o bem-estar social. O cenário conflituoso em torno do modelo de desenvolvimento humano expõe a disputa existente entre as racionalidades decorrentes desses dois princípios em disputa na sociedade: o político-econômico versus o socioambiental.

Dentro desse contexto, é necessário salientar que a sociedade é bastante complexa e é formada através das relações sociais entre as pessoas, seus grupos e interesses sociais específicos. Assim é que a visão do mundo vai se constituindo (GUARESCHI, 2004). Todavia, o autor esclarece que é “através do potencial de influência de tal grupo sobre os demais grupos, (que) tais relações (sociais) vão se generalizando e, eventualmente, tornam-se

hegemônicos; passam, pode-se dizer, a ser relações de toda a sociedade” (GUARESCHI, 2004, p. 69). É assim que os valores sociais e culturais de toda a sociedade vão se constituindo e se consolidando.

Neste ambiente social, com seus respectivos valores sociais e culturais já legitimados intersubjetivamente, é que a mídia existe e atua (HALL *et al*, 1999). Os meios de comunicação social são também resultantes dessa complexidade social e desempenham sua função dentro desse mundo em constante ‘transformação’, em virtude dos ‘interesses’ e das ‘disputas’ entre os grupos sociais na busca por hegemonia. E, nesta batalha por hegemonia, sempre há tensões, haja vista que ideias diferentes sempre existirão porque as pessoas e os grupos sociais formados por estas pessoas são diferentes também (GUARESCHI, 2004).

Na atualidade global, a racionalidade hegemônica na sociedade está fundamentada nas questões econômicas. Esta tem sido a razão principal do desenvolvimento humano ao longo da história, com maiores proporções a partir da Revolução Industrial. Esta tem sido a lógica valorizada pelas pessoas na sua integração social no cotidiano da vida. Nesta perspectiva, em função da ultravalorização da razão econômica, aspectos relevantes para a integração da sociedade são descartados corriqueiramente, a exemplo das preocupações com a fome, educação, saúde, ambiental, dentre outras questões também importantes.

Contudo, a busca por hegemonia (nesta ultrarracionalidade econômica) implica em tensões, uma vez que sempre existem ideias diferentes na sociedade, na medida em que, como vimos, as pessoas e os grupos são diferentes (GHARESCHI, 2004). O título do relatório bianual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (2007/2008) sobre o problema socioambiental das mudanças climáticas exemplifica muito bem esta questão. O documento internacional se intitula *Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido*.

Assim, tal hegemonia se constitui através da tensão e de muita ideologia. Tudo gira em torno das influências dos atores e dos grupos sociais e suas posições defendidas para alcançar dominação social. Thompson (1995) classifica ideologia como emprego de formas simbólicas para criar e reproduzir relações de dominação. Para alcançar tal fim, a ideologia opera por diversas estratégias: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Tais estratégias têm significativos poderes de influenciar em busca de dominação.

Mas a hegemonia deriva também da tensão entre aqueles envolvidos na disputa. A tensão é usada por uma teoria destacada por Geertz (1989) para analisar os determinantes sociais da ideologia. O autor classifica a Teoria da Tensão como uma evolução da Teoria do Interesse. Ambas se referem “tanto a um estado de tensão pessoal como a uma condição de deslocamento societário” (GEERTZ, 1989, p. 112). No entanto, na tensão, os pronunciamentos ideológicos visam corrigir as mazelas do desequilíbrio sociopsicológico provocadas contra o pano de fundo da luta universal por vantagens, enquanto na Teoria do Interesse a ideologia é usada como arma contra este pano de fundo.

Logo, percebe-se que a Teoria da Tensão se distingue da Teoria do Interesse justamente porque a tensão é a própria má integração crônica da sociedade, revelada pela discrepância entre e dentro dos diferentes setores sociais (na economia e política comunitária; entre a estabilidade e a mudança). Nesta concepção, o pensamento ideológico é visto como uma resposta ao desespero dessa fricção social que aparece na vida das pessoas. Geertz (1989) classifica este pensamento ideológico como uma reação padronizada às tensões padronizadas pelo papel social.

Frente ao exposto, ressalta-se que as relações entre as pessoas e seus agrupamentos são a matéria prima da sociedade. Por sinal, é algo que está em constante ebulição. Entretanto, para manter certo grau de estabilidade “é necessário que os que detêm o poder nesta sociedade, isto é, os que têm mais peso e recursos nessas relações, criem sempre mais instituições, ou reforcem as que já existem” (GUARESCHI, 2004, p. 72). Vale salientar que nesta conjuntura de conflito na ordem capitalista, o próprio Estado assume um papel ambíguo para garantir a legitimidade criando políticas compensatórias, estruturas de regulação etc.

O autor entende que existem, em uma sociedade, diferentes tipos de instituições, mas foca em dois grandes grupos: de um lado, os que usam a força, coerção e a repressão; do outro lado, os ideológicos - estes são considerados como mais importantes nas sociedades atuais. As instituições ideológicas são aquelas que empregam a persuasão, mecanismos de manipulação, legitimação, etc. Dentre estas últimas instituições, a comunicação é considerada de extrema importância social na atualidade. Logo, os meios de comunicação social no contexto atual são fundamentais quanto à responsabilidade de legitimar, justificar, reproduzir e sacralizar as relações que se tornam dominantes (GUARESCHI, 2004).

Dentro desse contexto, a mídia assumiu o papel central e estratégico nessa interação social, potencializado com a constante evolução das tecnologias da informação e de comunicação. Afinal, como já vimos, a mídia tem o poder de introduzir e incluir temas na discussão pública, bem como retirá-lo do debate social, provocando, assim, o esquecimento do mesmo na esfera pública. Esta ação provoca sérias consequências objetivas e materiais para a vida das pessoas, principalmente daquelas distantes dos setores dos poderes político e econômico.

Os meios de comunicação social, através da notícia jornalística, ainda podem abordar o tema sem abranger as questões estratégicas (sistêmicas). Assim, o conhecimento da referida abordagem noticiada é produzido e transmitido de maneira fragmentada e refratária, o que conseqüentemente reduz o entendimento do público sobre a complexidade do tema selecionado na representação noticiosa da realidade social. Tal característica dessa produção jornalística deixa o debate público na superficialidade e não contribui na formação qualificada da opinião e da vontade pública, que é indispensável para o fortalecimento da democracia e imprescindível ao cidadão.

Por esta razão, Carvalho (2011) acentua a necessidade de a notícia jornalística dotar de sentidos sociais o problema ambiental para alcançar visibilidade pública e política na esfera pública. O sentido social do problema ambiental implica em vários significados, no plural, o que conseqüentemente evoca as questões sistêmicas do problema que está atrelado diretamente às questões da sociedade e de sua integração social cotidiana.

Neste sentido, de modo sistêmico, acentua-se a necessidade de significação social dos problemas ambiental, econômico, político e cultural das mudanças do clima na representação noticiosa (jornalismo) da realidade social. Tal significação é indispensável porque “a compreensão do mundo, pelo sujeito, acontece no confronto entre as palavras da consciência e as palavras circulantes na realidade, entre o interno e o externamente ideológico” (BRAIT, 2008, p. 179).

Portanto, a notícia jornalística pode contribuir para evitar um debate público superficial sobre os desafios e a complexidade do problema climático. Dessa forma, conseqüentemente, contribui também para evitar os respectivos problemas consequentes de redução da percepção social sobre a gravidade do fenômeno do clima para a vida das pessoas.

Vale salientar que é no cotidiano da vida de cada pessoa onde a vida ideológica opera. A importância do dia a dia é indispensável para sedimentar os posicionamentos ideológicos, haja vista que esses posicionamentos vão se alimentando e retroalimentando pelos indivíduos por meio das palavras e outros signos. É neste contexto onde se visualiza o poder do jornalismo na constituição de sentido social sobre a problemática climática, pois a palavra é a matéria-prima para produção de notícias, seja através do texto ou de modo falado.

Assim, por meio da palavra enunciada através do texto ou da voz do jornalista, as posições dos atores e dos grupos sociais que são inseridos na representação noticiosa da realidade social podem ser amplificados e vão sendo transmitidos para que o público possa formar sua opinião e vontade a respeito da questão que foi levantada. Isso acontece porque a palavra é por excelência ideológica (BAHKIN, 2006).

A palavra é assim considerada porque ela é a expressão da elaboração da consciência a partir da observação do mundo social. Não por acaso que o signo da palavra é que melhor representa o mundo. Além disso, a palavra não precisa de outro meio para ser produzida além do próprio ser humano em presença do outro. A palavra também carrega em si mesma a historicidade da organização social, com seus valores sociais e culturais já legitimados socialmente.

Portanto, tudo gira em torno do poder da palavra circulando na esfera pública. Por isso, nesta perspectiva, que se acentua a fundamental contribuição da representação noticiosa da realidade social sobre as questões das mudanças climáticas. Mas, apenas quando a notícia é dotada de sentido social de modo que revele ao público as questões sistêmicas deste problema socioambiental.

Bakhtin (2006) observa ainda que qualquer objeto material tem outros sentidos além da função material. Todo signo possui uma dupla materialidade de sentido: físico-material e sócio-histórico (MIOTELLO, 2008). Essa característica também é atribuída ao signo da palavra, que é ideológica por excelência. Além dessas características, o signo também possui a dimensão do ponto de vista, do lugar valorativo e da situação. Estes aspectos são sempre determinados pelas questões sócio-históricas para constituição do signo ideológico.

Neste viés, a expressão mudanças climáticas, que é um fenômeno climático antrópico, pode ser também um signo materializado, ou melhor, é um signo material quando enunciado

pela humanidade nas condições sócio-históricas específicas. Portanto, além de ser um signo quando é enunciada, a expressão mudança climática transforma-se também em um objeto real e material, baseado no conceito de dupla materialidade de sentido do signo. Assim, até mesmo quando a materialidade física-material do fenômeno do clima é questionada por parte de uma pequena parte de climatologistas, que ainda recebe bastante visibilidade da mídia, a mudança climática continua real e concreta. Basta ela ser enunciada. Ou seja: o fenômeno do clima passa a existir quando é pronunciado num contexto real do mundo.

Nesta perspectiva, com base nos estudos de Bakhtin (2006) - onde revela a materialização do signo atrelada ao seu contexto social, a uma situação específica, ao “ponto de vista”, a valoração do objeto - é possível revelar a concretude das mudanças climáticas e também identificar a sua origem. A concepção é válida porque ao pronunciar a expressão mudanças do clima, tal enunciação implica em correlacionar as respectivas questões sócio-históricas da sua causa: a industrialização proveniente do sistema capitalista de produção e consumo.

É por esta razão que os problemas da mudança do clima não são apenas simbólicos, mas são também reais e põem seriamente em risco a vida das pessoas e à sua qualidade através dos efeitos materiais e objetivos que o fenômeno do clima traz. Afinal, estes impactos são as consequências do modelo de ‘desenvolvimento’ humano ultracentrado na racionalidade econômica em detrimento a lógica solidária de integração da sociedade, que provocaram, dessa maneira, a origem do problema do clima e seus efeitos negativos, materiais e objetivos.

Portanto, a significação da complexidade do problema das mudanças climáticas é um elemento indispensável para constituição de sentido social sobre a questão. Neste âmbito, é necessário ressaltar que, por meio dos agendamentos, enquadramentos e contextualizações das notícias, o jornalismo pode refletir ou refratar (fragmentar ou revelar) a complexidade desta problemática. Assim, a depender da maneira que o problema climático é significado por meio dos mecanismos da produção da notícia, que o jornalismo pode contribuir na adequada formação do entendimento público sobre a questão. Dessa forma, o jornalismo pode colaborar para a qualificação da opinião pública, que, conseqüentemente, ao identificar o problema, vai comunicativamente buscar amenizar tais problemas através da pressão social sobre o sistema político.

Todavia, tudo vai depender de como é feita a significação dos problemas climáticos para a interpretação do público. Pois, dependendo da maneira que é construída, a notícia jornalística pode tanto favorecer a compreensão do público sobre sua complexidade e o risco da questão, como também pode contribuir para gerar uma confusão de entendimento público. Logo, a ação jornalística pode respectivamente contribuir para politizar ou despolitizar a sociedade sobre a questão, para conscientizar ou alienar, a partir da produção de uma notícia qualificada ou desqualificada.

Dentro desse contexto, Hall (1982, p. 299) evidencia que “o poder (da mídia) para significar não é uma força neutra da sociedade”. Isto posto, inclusive, é oportuno ratificar a denúncia feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (2007). O organismo da ONU afirmou que a mídia internacional tem produzido notícias sobre as mudanças climáticas para gerar confusão intencional na percepção do público sobre o problema. Destacou ainda que a mídia tem garantido na representação noticiosa da realidade social uma ampla atenção às controvérsias científicas sobre a existência da responsabilidade antrópica do fenômeno, mesmo existindo apenas uma pequeníssima parcela que é cética e nega a origem humana do problema das mudanças climáticas (2,9%).

Desse modo, infelizmente, por meio de uma desqualificada representação noticiosa da realidade social em tempos de risco climático, que se encobre o necessário e urgente debate público (enunciação concreta) sobre as medidas políticas de adaptação e também de mitigação que devem ser identificadas e problematizadas para atenuar os impactos do problema social, ambiental, político, econômico e cultural das mudanças climáticas.

3.2 A educação ambiental na representação noticiosa da realidade social

A complexidade do problema socioambiental da mudança climática aumenta o desafio do jornalismo para representar adequadamente tal fenômeno. Entretanto, tal constatação não é uma sugestão para o campo jornalístico se sensibilizar diante do problema levantado, mas é um princípio ético do campo que deve ser defendido e exercitado através da produção e transmissão de notícias qualificadas. Assim, ratificamos que uma adequada representação noticiosa da realidade social é aquela que qualificadamente é constituída enquanto subsídio público para contribuir na formação do entendimento do cidadão sobre a questão abordada.

Neste sentido, dentre os principais desafios para se garantir uma notícia adequada sobre a problemática das mudanças climáticas, destacam-se dois aspectos relevantes: a) os vários setores socioambientais e biofísicos relacionados diretamente com a questão do clima e (b) a conexão que se deve fazer entre a origem, impactos, vulnerabilidades frente às mudanças do clima, e as ações políticas para diminuir seus riscos, porém, sem desvincular estes pontos da questão central que é o modelo de desenvolvimento socioeconômico.

O desafio é realmente significativo. Contudo, ainda assim, continua sendo uma tarefa social central e estratégica do jornalismo a articulação e mediação dos interesses da sociedade através da qualificada representação noticiosa da realidade social. Dessa maneira, é também sua função social noticiar adequadamente em tempo de ameaça climática.

Afinal, é “por meio dele (jornalismo) que a maioria das pessoas entra em contato com o mundo que as cerca” (VIZEU; ROCHA, 2012b, p. 4). Portanto, a transmissão de conhecimento sobre a complexidade das mudanças climáticas para a esfera pública é crucial para colaborar na formação de uma opinião pública qualificada. Esta condição potencializa a participação do cidadão, o que é indispensável para que ele possa pressionar o Estado por ações políticas para atenuar os impactos do fenômeno do clima.

“Dentro desse contexto, a imprensa (deve) produz(ir) conhecimento e exerce(r) uma função pedagógica” (VIZEU; ROCHA, 2012b p. 4). Apenas através desta dupla contribuição social que o jornalismo pode ser considerado como o ‘porta-voz’ da sociedade. Neste viés, a notícia precisa necessariamente contribuir para manter o público informado, como também colaborar na formação desde público.

O jornalismo, através da representação noticiosa da realidade social, pode contribuir para informar o público quando produz e difunde conhecimentos múltiplos de interesse da sociedade. Mas somente cumpre a função pedagógica quando colabora para que o público possa compreender melhor, de forma cada vez mais crítica e esclarecida, a realidade social, dotando-o de possibilidades gradativas de se autodesenvolver enquanto cidadão e, por conseguinte, de participar efetivamente com o processo de consolidação da democracia.

É oportuno ressaltar que o processo de aprendizagem não se limita ao espaço escolar. Freire (2005) entende que o campo educacional está para além da centralidade da escola. Assim, outros campos do conhecimento humano podem também cumprir a função

pedagógica. O jornalismo cumpre a função pedagógica quando “procura esclarecer a cidadãos e cidadãs fatos, acontecimentos, pesquisas científicas, etc. as quais elas não têm acesso (...) proporcionam uma melhor compreensão do entorno, do cotidiano em que vivem” (VIZEU; ROCHA, 2012b p. 4).

Nesta perspectiva pedagógica, as notícias jornalísticas sobre as mudanças climáticas necessitam ser significadas através da complexidade dos problemas e desafios do fenômeno. Logo, a representação noticiosa da realidade social pode contribuir na formação da opinião do público, auxiliando-o para alcançar uma melhor compreensão sobre as questões sistêmicas do problema levantado, o que é indispensável para que o cidadão possa entender a pertinência, os desafios e os riscos que a problemática significa para a sua vida, bem como, conseqüentemente, quais as melhores ações políticas para amenizar tais ameaças.

Neste contexto e tendo em vista que a delimitação de um mundo subjetivo acontece numa relação complementar com o mundo social, os problemas socioambientais oriundos das mudanças climáticas podem ser mais bem percebidos pela esfera pública através da estratégica e central contribuição pedagógica do jornalismo. Assim, Lima (2004) esclarece que a comunicação ambiental precisa ser constituída a partir de uma concepção crítica capaz de produzir reflexões e ações emancipatórias, promovendo uma conscientização nos indivíduos em coletividade, gerando noções de mudança social e cultural, de emancipação-libertação individual e social e de integração no sentido de complexidade da realidade social.

Esta é uma perspectiva do paradigma crítico da Educação Ambiental. Ela tem plena consonância com o paradigma construtivista do Jornalismo - aquele que defende uma produção da notícia com compromisso crítico e ético, nega o cientificismo e a neutralidade axiológica, exortando os cidadãos a participarem conscientemente da construção social da realidade. Tal corrente não aceita a concepção positivista de que o jornalismo é o espelho da realidade, mas o entende como articulador/mediador central e estratégico da construção social da realidade. Já a Educação Ambiental crítica nega a concepção tradicional que se focaliza nas questões somente naturais, segregando o homem e suas relações sociais, culturais e históricas.

Até hoje, em decorrência de paradigmas conservadores da Educação Ambiental, as pessoas e os grupos sociais fazem uma separação entre o meio ambiente natural, humano e

social. Dessa maneira, a sociedade, inclusive a imprensa, considera e valoriza o meio ambiente centralizado nas questões da fauna e da flora, enquanto exclui da problemática ambiental o homem e as relações provenientes da sua interação com a natureza e entre homens (relações sociais).

Este paradigma convencional da Educação Ambiental, ainda legitimado socialmente, foi introduzido e amplamente defendido no Brasil até bem pouco tempo. Esta concepção centraliza a problemática ambiental nas ações individuais das pessoas enquanto mudança de comportamentos compatíveis a um determinado padrão de relações ‘corretas’ com a natureza (LOUREIRO, 2004). Nesta perspectiva, a espécie humana fica reduzida a um organismo biológico, não social e não histórico.

Em contraponto a esta posição conservadora, a questão ambiental passou a ser concebida por paradigma crítico porque compreende a temática como sendo um processo permanente, cotidiano e coletivo aonde todas as pessoas agem e refletem, transformando a realidade de vida (LIMA, 2004; LOUREIRO, 2004). Esta dimensão transformadora e emancipatória está fundamentada na crítica e autocrítica e nas ações políticas em função de uma demanda de transformação social. Assim, o homem e suas relações socioeconômicas e políticas integram o debate ambiental, enquanto que o meio ambiente corresponde ao caminho para o local onde homens, fauna e flora interagem.

Dentro desse contexto, compreendendo o homem numa dimensão ambiental, o Jornalismo ao pautar as mudanças climáticas, um assunto ambiental ligado à natureza, passa a categorizá-las necessariamente enquanto questão social, haja vista que não se separa a natureza do homem social e histórico na esfera ambiental, com base na Educação Ambiental Crítica. Dessa forma, igualmente, nas outras pautas de relevância social devem-se também selecionar o tema ambiental (que é social), bem como dotá-las de sentido social adequado e qualificado com capacidade de revelar contextualmente ao público os problemas sociais correspondentes.

Portanto, a representação noticiosa das mudanças climáticas precisa ser também resignificada por tal concepção crítica. O fenômeno refere-se diretamente às questões da natureza: o clima e todas as outras questões biofísicas relacionadas à natureza, como oceano, floresta, etc. Todavia, o ambiente natural e o ambiente humano são compreendidos como uma

única dimensão, inclusive, numa relação social e histórica (LIMA, 2004; LOUREIRO, 2004). Consequentemente não deve haver separação das questões da natureza (clima, fauna, flora, recursos hídricos, etc.) com as do homem.

Assim, as pautas jornalísticas precisam deixar de separar o ambiente natural com o ambiente humano, já que é uma coisa só: uma questão ambiental. Pois, ao separar, continua naturalizando a desvinculação também da responsabilidade do homem com a natureza. Tal condição traz consequências sérias e concretas para a sociedade. Ao desvincular a natureza do homem e o homem da natureza, a humanidade pode moralmente continuar discutindo o seu respectivo desenvolvimento centrado somente no viés econômico, sem enxergar a natureza como parte do mesmo ambiente, ou seja, da mesma preocupação com seu desenvolvimento.

Nesta concepção integradora do homem na natureza, também não se deve separar dos debates ambientais as relações sociais da humanidade, inclusive numa perspectiva histórica. Desse modo, as pautas jornalísticas sobre a questão ambiental devem abordar o tema através das relações sociais em três dimensões temporais: no passado, no presente e no futuro. Assim, as notícias devem ser enquadradas através das relações sociais contemporâneas, as quais são contextualizadas pelos problemas político e econômico da crise ambiental das mudanças do clima, dentre outros problemas; das relações sociais do passado, de onde começou o passivo ambiental para desembocar na crise atual; e também das relações sociais futuras, as quais já estão sendo pensadas atualmente para encontrar um modelo de desenvolvimento humano sustentável.

Portanto, acentua-se a indispensável ligação simbólica e material entre as causas do problema ambiental das mudanças climáticas (passado), os seus impactos e vulnerabilidades (presente) e as respostas (futuro) para atenuar os seus impactos e vulnerabilidades. Tais respostas necessitam de ações de mitigação (paliativo), e de adaptação (definitivo). Assim, todas essas etapas estão inseridas na discussão ambiental. Tais complexidades devem ser significadas na representação noticiosa da realidade social desta sociedade de risco climático.

Neste contexto, ancoradas pelo viés crítico da Educação Ambiental, e baseada na responsabilidade ética e pedagógica do jornalismo numa concepção construtivista, classifica-se as correntes tradicionais desses dois campos como de arbitrarias e limitadas quando insistem em fragmentar a realidade e explicar sua totalidade através de uma de suas partes.

Não é separando o que não se deve separar que se qualificará o entendimento público sobre o problema ambiental (natural, humano, social, histórico, cultural) da mudança do clima. Deste modo, cabe ao Jornalismo promover qualificadamente a formação da opinião e da vontade do público para fortalecer a democracia e a participação do cidadão nos processos de integração da sociedade. Portanto, demanda notícias jornalísticas com natureza também pedagógicas.

(...) a praxe de uma educação ambiental transformadora e emancipatória e de uma comunicação social construtivista é indispensável para revelar a complexidade da crise ambiental, bem como suas consequências nos contextos sociais específicos atreladas às questões econômicas e políticas, a fim de revelar as questões culturais e históricas, para não deixar as populações no obscurantismo da vertente reducionista da temática ambiental (SILVA; COUTINHO 2012, p. 28).

Frente ao exposto, ratificamos a cronologia e respectiva conjuntura socio-histórica do surgimento e evolução da educação ambiental no Brasil e no mundo, já descrita no capítulo 1, especificamente na seção ‘Jornalismo construtivista na construção social da realidade’, para relembrarmos simplificada como ocorreu e ocorre a discussão ambiental socialmente. O recorte histórico apresentado contribui para provocar criticamente o campo do Jornalismo a produzir conhecimento (notícias) em conformidade ao desafio de superação da sociedade frente à temática. É dentro de todo este contexto social e histórico que as mudanças climáticas são pautadas pelos meios de comunicação e as notícias são construídas jornalisticamente com base nos valores sociais e culturais já legitimados intersubjetivamente.

Portanto, a conjuntura reivindica, da representação noticiosa da realidade social, a apresentação das causas do problema ambiental do clima, atrelada à ampla exposição dos acontecimentos noticiados sobre os impactos do fenômeno climático. Mas também é preciso relacionar as vulnerabilidades dos setores socioambientais e biofísicos diante dos efeitos do problema ambiental, além das ações políticas de mitigação e de adaptação diante do fenômeno.

Entretanto, tais abordagens devem vincular a narrativa ao modelo de desenvolvimento humano, porque foi pelo ‘desenvolvimento’ humano que o problema da mudança climática apareceu no planeta e, por meio de novas formas de desenvolvimento que se procura amenizá-lo. Entendemos que este padrão na produção da notícia jornalística pode ser classificado como exercendo a função pedagógica para representar noticiosamente o fenômeno do clima na

realidade social. Tal condição contribui adequada e qualificadamente na promoção do entendimento do público envolvido neste processo comunicativo sobre abordagem levantada.

Assim, os meios de comunicação social constituídos por um jornalismo numa perspectiva construtivista podem contribuir para uma educação ambiental crítica através da produção e da divulgação de notícias sobre as mudanças climáticas.

Dessa maneira, potencializa-se uma abordagem que apresenta uma visão de mundo não fragmentado do problema do clima, porque, assim, a representação noticiosa das questões ambientais, econômicas, políticas, científicas, culturais, históricas, dentre outras, é produzida com legitimidade social. Ou seja, podemos classificar uma notícia como adequada enquanto cumpre a função de tema-gerador da discussão sobre o problema climático, apresentando-o de forma contextualizada ao público, com os diversos setores socioambientais e biofísicos que serão afetados pelo fenômeno, mostrando a causa, efeitos, vulnerabilidades do problema socioambiental do clima, mas também, prioritariamente, as respostas públicas e políticas para enfrentá-lo (mitigação e adaptação), por meio da seleção e da visibilidade do diálogo plural entre os atores sociais da vida social.

Frente ao exposto, a imprensa pode e deve ser compreendida como espaço de troca de saberes, contribuindo adequada e qualificadamente na formação das pessoas da esfera pública. Logo, a representação noticiosa do presente social é um espaço central e estratégico para contribuir na aprendizagem dos atores sociais, sobretudo, contemporaneamente, diante da tremenda audiência social que possui. Neste sentido, e diante da ameaça climática que põe em risco à vida, sua qualidade e até a ordem social em função das catástrofes previstas e provenientes principalmente dos eventos extremos do clima, aumenta a responsabilidade do jornalismo de mediar e articular a discussão pública sobre a complexidade do fenômeno climático por meio da representação noticiosa da realidade social do fenômeno.

3.3 Desafios para significar a complexidade do fenômeno climático na notícia

As mudanças climáticas antrópicas são resultado da ação do homem no decorrer da história da Era Moderna. Como vimos, sua origem está atrelada ao processo de industrialização, especificamente através da massiva emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Portanto, o fenômeno é um problema que traz, inerente na sua constituição, a

ligação entre o passado e a atualidade. Assim, ao selecionar jornalisticamente tal problema socioambiental para ser uma notícia, não se deve segregar a dimensão sócio-histórica do problema. Logo, não se separa a causa do efeito.

O fenômeno do clima está relacionado ao processo de industrialização e da expansão dos valores no consumismo moderno, ampliando a produção, o que conseqüentemente eleva o uso de matrizes energéticas poluentes, favorecendo a emissão ainda maior de gases de efeito estufa na atmosfera – principal motivo da origem das mudanças climáticas. Essa é a principal causa social e histórica do seu advento. Toda ação gera uma reação - consequência. Por conseguinte, a crise socioambiental contemporânea em que se insere o fenômeno do clima está atrelada ao passado social e demanda uma reflexão e respostas atuais. As populações estão mais vulneráveis aos eventos extremos meteorológicos, como secas e tempestades, sobretudo, os mais pobres, bem como a própria natureza. Tudo isso também precisa ser representado noticiosamente. Portanto, é incoerente evitar a relação entre o problema com a sua causa. Esta significação tem de ficar clara na notícia jornalística.

Contudo, também não se devem separar as respostas políticas diante do problema. As mudanças do clima ameaçam vários setores biofísicos e socioeconômicos, sobretudo, os mais vulneráveis à respectiva alteração climática. Isso também precisa ser representado na notícia. Dessa forma, demanda-se uma série de ações públicas e políticas para garantir medidas de mitigação e de adaptação frente ao desafio.

Nesta perspectiva, cabe também ao jornalismo dotar de sentido social as notícias sobre a questão para dar visibilidade pública e política à problemática, que necessita de radicais e enérgicas intervenções do poder político. Conseqüentemente, não se separa as respostas do problema e o problema que demandam as respostas. Ou seja, as ações políticas para conter os impactos do fenômeno do clima só estão sendo reivindicadas porque é preciso agir para conter os refugos dos avanços do processo de industrialização e do consumo humano.

Assim, uma adequada e qualificada representação noticiosa da realidade social sobre o tema das mudanças climáticas, necessariamente, precisa apresentar e dotar de sentido social as causas do problema do clima, atrelada à exposição dos acontecimentos noticiados sobre os impactos do fenômeno nos mais variados setores socioambientais e biofísicos. Mas também precisa relacionar tais contextualizações às vulnerabilidades desses setores frente aos efeitos

da mudança do clima e, sobretudo, mostrar as ações e estratégias políticas existentes e/ou as pendentes de mitigação e de adaptação para amenizar os impactos do fenômeno.

3.3.1 Os setores socioeconômicos e biofísicos representados na notícia

Dentro do contexto exposto, ratifica-se a necessidade da esfera pública, através do sistema político, realizar ações e estratégias de adaptação e de mitigação aos efeitos das mudanças do clima em diversos setores biofísicos e socioeconômicos que serão diretamente afetados pelo fenômeno. O Painel Brasileiro das Mudanças Climáticas (PBMC, 2012), no primeiro Relatório de Avaliação do fenômeno climático (AR1), como vimos, consideraram que os setores biofísicos mais afetados são os ecossistemas, assentamentos humanos urbano e rural, recursos hídricos, produção de alimentos (agricultura), eventos extremos, avanço do mar e segurança humana (saúde), enquanto que os socioeconômicos estão associados à governança política, tecnologia, transporte, indústria e a energia.

Desse modo, no período de 13 de maio a 22 de julho de 2012, ou seja, um mês antes e um depois da Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, os jornais Folha de São Paulo, O Globo e o Jornal do Commercio representaram todos os setores biofísicos e a maioria dos setores socioeconômicos, com exceção da temática dos recursos hídricos, mesmo a água doce sendo um tema de destaque no contexto das mudanças do clima, pois haverá muitas regiões do planeta afetadas com a sua escassez, sobretudo as áreas semiáridas, em que o nível pluviométrico será reduzido drasticamente, agravando os problemas da seca nestas regiões (PBMC, 2012; IPCC, 2007). Outro setor excluído se refere às questões sobre o avanço do mar, mesmo tendo este fenômeno já mostrado recentemente evidências de prejuízos nas comunidades litorâneas em todo o mundo.

Descritivamente, observamos que quase metade das 123 notícias sobre as mudanças climáticas publicadas no período da pesquisa, centrou a pauta nas questões pertinentes ao setor da governança. Avaliamos que esta predominância é coerente porque tem plena sintonia com a conjuntura sócio-histórica da realização da Rio+20 – Um evento internacional que reuniu líderes políticos de todo o mundo para encontrar respostas políticas de governança para as questões de sustentabilidade do planeta. Neste contexto, a representação noticiosa da realidade social potencializou o objetivo principal da Conferência da Sustentabilidade.

A outra metade das notícias apresentou predominância aos setores socioeconômicos relacionados à indústria e questões referentes à tecnologia, correspondendo respectivamente a 8% e 6% do universo total dos dados coletados na pesquisa. Neste caso, os assuntos referentes aos setores energia (2%) e transporte (2%) ficaram marginalizados. Entretanto, estes assuntos negligenciados são objeto de abordagens centrais para a discussão das mudanças climáticas, visto que as matrizes energéticas, tanto as utilizadas pelas indústrias, como aquelas usadas enquanto combustíveis para o transporte, são as principais promotoras da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, ou seja, a causa do advento do fenômeno do clima e do agravamento dos seus efeitos e impactos.

Em relação aos setores biofísicos, a prioridade foi dada aos assentamentos humanos urbanos (13%), e aos ecossistemas (7%) - diretamente associados às florestas – fauna e flora. Já no primeiro caso, identificamos que foi dada uma maior atenção aos problemas ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência da realização da Rio+20, principalmente relacionados a preços de hotéis para estadia dos participantes do evento, engarrafamentos e protestos. Contudo, também foi dado grande destaque ao fechamento do maior lixão da América Latina – o lixão de Gramacho.

Os eventos extremos constituíram também um setor biofísico que recebeu bastante atenção por parte dos jornais no período da pesquisa. O segmento correspondeu a 5% de todo o universo de dados. O destaque aqui foram os assuntos sobre as ilhas de calor, além das secas e enchentes em função do fenômeno do clima. A figura 1 mostra um desses casos de eventos extremos na capa da editoria de Ciência do jornal O Globo, do dia 18 de maio de 2012.



Figura 1 - Capa da Editora de Ciência do O Globo, no dia 18 de maio de 2012

Os setores biofísicos marginalizados na representação noticiosa foram os relacionados à saúde (2%). Este assunto tem pertinência ao setor segurança humana, conforme descreve o PBMC (2012). Outro setor com menor atenção foi o da produção de alimentos, apenas 1%. Os setores biofísicos excluídos, como já descrevemos, foram os ligados ao avanço do mar e recursos hídricos. Também foi identificado um percentual considerável de 7% das notícias que não se enquadraram em nenhum dos setores descritos pelo PBMC (2012).

De forma particularizada, observamos peculiaridades em cada jornal investigado sobre os setores socioeconômicos e biofísicos. Identificamos que alguns setores específicos receberam prioridade, enquanto que outros foram marginalizados, além daqueles que foram

literalmente excluídos da representação noticiosa da realidade social no contexto da Rio+20. O gráfico 1 mostra o panorama geral da distribuição quantitativa das notícias por cada setor representado nos três jornais.

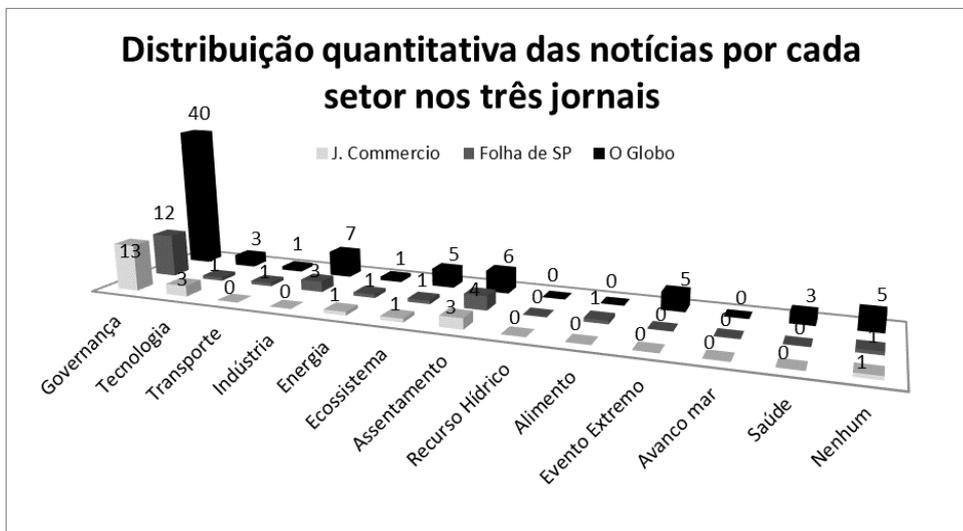


Gráfico 1 - Distribuição quantitativa das notícias por cada setor nos três jornais

Na Folha de São Paulo, a governança foi o tema do setor socioeconômico com maior representação (48%), seguido pelos assuntos pertinentes à indústria (12%). Os assuntos sobre tecnologia, transporte e energia ficaram com 4% cada um deles. O setor biofísico que recebeu prioridade pelo jornal ficou os assuntos referentes aos assentamentos humanos (16%). Os marginalizados foram os associados aos ecossistemas e produção de alimentos. Ambos foram representados em apenas 4% das notícias pesquisadas. Já os recursos hídricos, avanço do mar, saúde e eventos extremos foram os setores excluídos da representação noticiosa do período.

O Globo também destacou a governança política em relação aos assuntos noticiados sobre os setores socioeconômicos. O segmento foi representado em 53% do universo total pesquisado neste periódico. Os assuntos sobre as questões da indústria também receberam alta prioridade, com 9%, seguido razoavelmente por temas ligados às questões de tecnologia (4%). Ficando, portanto, marginalizado os assuntos ligados à energia e transporte, ambos com 1%.

No setor biofísico, o jornal carioca priorizou a seleção de assuntos sobre assentamento humano (8%), neste caso exatamente sobre a cidade do Rio de Janeiro; seguidos por questões ligadas aos setores do ecossistema (6,5%) e dos eventos extremos do clima (6,5%). No fim dessa lista, com 4%, ficaram os assuntos relacionados às questões da saúde humana diante das

mudanças do clima. Os temas excluídos foram àqueles associados aos setores dos recursos hídricos, avanço do mar e produção de alimentos.

No *Jornal do Commercio*, a predominância pela abordagem à governança foi maior do que nos outros jornais pesquisados. O impresso representou os assuntos pertencentes ao setor socioeconômico em 59% de todo o universo pesquisado, em contrapartida, foi o jornal que mais deixou assuntos importantes marginalizados e excluídos da representação noticiosa. Os excluídos foram àqueles associados a transporte, indústria, recursos hídricos, produção de alimentos, eventos extremos, avanço do mar e saúde. Os assuntos marginalizados foram os relacionados à energia e ecossistemas. Já os vinculados à tecnologia (14%) e ao assentamento humano (14%) receberam uma maior atenção na representação noticiosa.

Todavia, de modo geral, diante da situação apresentada, verifica-se uma exclusão e marginalização de questões relevantes de serem representadas na notícia, para contribuir adequadamente na qualificação do entendimento do público sobre a complexidade e desafios das mudanças do clima. Nesta perspectiva, ratificamos o que Carvalho (2011) discorre sobre a necessidade de falar sobre o significado do problema socioambiental para que se possa alcançar visibilidade pública e política – o que é indispensável para a adoção de medidas capazes de amenizar os desafios do problema climático. Destarte, representar noticiosamente os assuntos pertinentes sobre todos os setores socioambientais e biofísicos é uma das formas de significar socialmente a complexidade do fenômeno para o público.

Diante do exposto, avaliamos que o que pode parecer uma simples ou casual exclusão ou marginalização de assuntos pertinentes a específicos setores socioeconômicos da notícia jornalística pode ter sido motivado por questões mais profundas e complexas das relações com a estrutura de poder da sociedade. Guareschi (2004) nos lembra que, dentre as instituições ideológicas que empregam a persuasão, mecanismos de manipulação, legitimação, etc., para criar e reproduzir relações de dominação através de formas simbólicas, a comunicação é considerada de extrema importância social na atualidade. Neste sentido, ressaltamos o que o autor fala sobre as formas de setores hegemônicos garantirem poder social: Na busca por dominação de atores e grupos sociais haverá sempre tensões sociais, porque sempre existem ideias diferentes na sociedade. Assim, acentua Guareschi que o pensamento ideológico é uma resposta ao desespero dessa fricção social que aparece na vida das pessoas.

Portanto, a exclusão e a inclusão de assuntos ligados aos setores socioeconômicos e biofísicos na representação noticiosa da realidade social têm forte impacto na percepção social sobre o problema das mudanças climáticas na vida das pessoas. Neste sentido, Bakhtin (2006) nos revela que a materialização do signo está atrelada ao seu contexto social. Logo, o problema climático precisa ser representado noticiosamente através de todos os setores listados pelo PBMC (2012), haja vista que esses assuntos têm total pertinência com a discussão do fenômeno do clima e, dessa forma, pode ser melhor identificado socialmente como um problema material e objetivo no cotidiano da vida das pessoas.

3.3.2 Conexão temporal e vinculação ao modelo de desenvolvimento humano

A mudança climática já é um fenômeno irreversível, mesmo se a população planetária zerasse, de imediato, a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera (IPCC, 2007). Possibilidade esta inconcebível socialmente devido à predominância dada à utilização de matriz energética fóssil como indispensável para manter o atual modelo de desenvolvimento humano em funcionamento. Neste contexto, os estudos do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (2007) revelam que, para atenuar os impactos futuros dos efeitos do fenômeno climático, é necessário adotar uma série de ações e estratégias de mitigação e de adaptação para enfrentar tais efeitos, principalmente em setores socioeconômicos e biofísicos mais vulneráveis, visando atenuar tais impactos sem, portanto, limitar o desenvolvimento humano (PBMC, 2012).

Frente ao exposto, ponderamos que as ações de mitigação são necessárias e urgentes, porém, lembramos que estas iniciativas são apenas formas utilizadas para atenuar os impactos do fenômeno, pois, são medidas paliativas, já que não visam modificar os modelos que são os principais causadores das mudanças climáticas. Já as estratégias de adaptação são mais complexas e visam criar mecanismos para erradicar ações insustentáveis socioambientalmente que agravam o fenômeno do clima. Elas visam adaptar práticas socioeconômicas tradicionais. Portanto, as estratégias de adaptação são o modelo ideal para o enfrentamento dos efeitos do problema climático, pois propõem substituir de modo radical os modelos de desenvolvimento centrados apenas na perspectiva socioeconômico para incluir os valores socioambientais.

Dentro desse contexto, entendemos que uma adequada representação noticiosa da realidade social com vistas a contribuir na formação qualificada da opinião e da vontade pública sobre o problema do clima demanda ser representada socialmente, expondo a conexão existente entre as respostas ao problema e a vinculação de suas causas ao modelo de desenvolvimento humano. Ou seja, as notícias não devem segregar nenhuma dessas implicações quando construir a notícia jornalística sobre as mudanças climáticas.

Lembramos que a referida abordagem é necessária porque concebe o ambiente natural e o ambiente humano como tendo uma única dimensão, inclusive, numa relação social e histórica (LIMA, 2004; LOUREIRO, 2004). Assim, quando se trata de uma discussão que envolve uma concepção integradora do homem na natureza, não se deve separar dos debates ambientais as relações sociais da humanidade, inclusive numa perspectiva histórica.

Dessa forma, a representação noticiosa deve necessariamente trazer as estratégias e ações políticas existentes e/ou as pendentes e necessárias de mitigação e de adaptação para amenizar os impactos do fenômeno, mas sem deixar de expor também às vulnerabilidades dos setores socioeconômicos e biofísicos diante dos efeitos da mudança do clima originária do modelo de desenvolvimento humano. Portanto, há assim uma conexão temporal direta para representar noticiosamente as mudanças climáticas: conexão entre o passado (causa), presente (efeitos e vulnerabilidades) e futuro (mitigação, adaptação e oportunidades). Logo, a notícia jornalística sobre as mudanças do clima pode contribuir para significar socialmente a complexidade do fenômeno reacionado ao modelo de desenvolvimento humano econômico – o mesmo que foi capaz de criar a ‘sociedade de risco’ com suas mazelas socioambientais.

Acreditamos que o jornalismo pode cumprir a estratégica e central função social pedagógica definida por Vizeu e Rocha (2012b), pois, da forma descrita acima, tal representação noticiosa sobre as mudanças climáticas pode ser melhor colocada para contribuir na interpretação do público sobre a complexidade e desafios do fenômeno. Dessa maneira, o jornalismo pode proporcionar “uma melhor compreensão do entorno, do cotidiano em que vivem (o cidadão e a cidadã)” (VIZEU; ROCHA, 2012b, p. 4).

Nesta perspectiva, a adequada qualidade da notícia jornalística pode ser evidenciada através da inclusão de todas as implicações dos problemas e desafios relacionados à mudança do clima, que estão diretamente associados à conexão temporal do problema e da busca por

soluções. Ou seja: para a notícia ser classificada como adequada, ela necessita apresentar a causa do fenômeno como uma questão que retrata as questões do tempo passado; precisa também apresentar os efeitos e vulnerabilidades dos setores socioeconômicos e biofísicos, como um aspecto relacionado ao tempo atual; e, sobretudo, deve expor ainda as questões relativas às ações e estratégias de mitigação e adaptação diante dos efeitos do problema climático como uma questão relacionada ao futuro, porque ainda demanda uma iniciativa pública e política.

Todavia, diante da complexidade da questão, elaboramos um modelo para aferir a qualidade da produção jornalística diante das particularidades observadas. Neste sentido, a notícia foi classificada em três padrões distintos: adequada, razoável e inadequada, conforme descrito na seção da metodologia. Diante da referida perspectiva, acreditamos contemplar a posição defendida por Lima (2004) quando esclarece que a comunicação ambiental precisa ser constituída a partir de uma concepção crítica capaz de produzir reflexões e ações emancipatórias, promovendo a conscientização dos indivíduos em coletividade, gerando noções de mudança social e cultural, de emancipação-libertação individual e social e de maior integração na complexidade da realidade social.

Neste contexto, investigamos as notícias da Folha de São Paulo, O Globo e do Jornal do Commercio, durante dois meses e 10 dias, de 13 maio a 22 julho - período correspondente à realização da Rio+20, no Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012.

De modo geral, observamos que 70% das notícias pesquisadas apresentaram uma qualidade inadequada no que tange à representação das implicações dos problemas e desafios do tema das mudanças do clima. Neste caso, a matéria foi construída sem expor a causa do problema do clima, ou o atual problema dos impactos e das vulnerabilidades e/ou deixou de representar as respostas para amenizar o problema (as ações e estratégias de mitigação e/ou adaptação). Assim, esta parcela expressiva de matérias foi construída de forma inadequada, o que consequentemente prejudica a formação da opinião e da vontade do público e, por conseguinte, contribui para reduzir a percepção social da gravidade das mudanças climáticas.

Concordamos, portanto, com a observação de Gill (2002, p. 245) de que “o conhecimento é socialmente construído, ou seja, as maneiras atuais de compreendermos o mundo são determinadas não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos

sociais”. Dessa forma, é por meio da comunicação, onde os processos sociais operam, que se pode revelar ou encobrir a realidade do mundo que se quer construir, pois este está sempre em processo de construção. Ressaltamos que a autora destaca que “um discurso não ocorre em um vácuo social, logo, os discursos são usados para se apresentar de maneira aceitável” (GILL, 2002, p. 248). Assim, é indispensável que a representação noticiosa insira a complexidade do problema do clima no tocante às causas do fenômeno climático para que possa ser revelado no mundo onde as pessoas convivem e interagem.

Entretanto, como verificamos, mais da metade das notícias pesquisadas não apresentou a causa das mudanças do clima. Com essa prática, excluiu do público a chance dele interpretar as questões referentes à origem do problema climático e também a sua relação com o modelo de desenvolvimento socioeconômico – visto que foi tal modelo o causador do fenômeno do clima. Das 86 notícias com perfil inadequado, 46 excluíram as causas do problema.

Outra evidência identificada nestas matérias de padrão de qualidade inadequada é que em 91% delas não foi mencionada nada sobre a vulnerabilidade nos setores socioambientais e biofísicos. Outra vez nos apoiamos em Gill (2002, p. 248) para avaliarmos este resultado, visto que a autora salienta que, assim “como os atores sociais, nós estamos, continuamente, nos orientando pelo contexto interpretativo em que encontramos e construímos nosso discurso para nos ajustarmos a esse contexto”. Portanto, a apresentação na notícia dos setores socioeconômicos e biofísicos mais vulneráveis aos efeitos do fenômeno do clima auxiliaria bastante na contextualização do problema climático, bem como na identificação da ameaça do fenômeno no contexto real e material da vida das pessoas. No entanto, as vulnerabilidades simplesmente foram excluídas em 91% dessas representações noticiosas da realidade social, limitando a interpretação do público para perceber a gravidade do problema climático.

Também observamos que em 80% das notícias não foram apresentadas as questões relacionadas às estratégias de adaptação aos efeitos do problema climático e em 42% não foram representadas as ações de mitigação. O resultado mostra uma exclusão enorme das questões sobre estratégias de adaptação na notícia jornalística, o que contribui materialmente para diminuir a percepção do público sobre a questão, uma vez que “a linguagem não é um meio transparente para o real na prática, mas uma construção dessa realidade” (GILL, 2002, p. 248). Assim, ao não se inserir na notícia as medidas cabíveis para o enfrentamento dos problemas decorrentes do clima, através das estratégias de adaptação às mudanças do clima,

se está negando ao público o subsídio informativo imprescindível para uma interpretação consistente sobre a necessidade de tais ações dos poderes políticos para conter os efeitos do fenômeno climático.

Nos outros 30% das notícias pesquisadas, verificamos que elas construídas com padrões de qualidade razoável e adequada para representar a complexidade do fenômeno do clima, contribuindo, respectivamente, de forma parcial e/ou adequada, para o entendimento qualificado do público. No entanto, a maior parte das matérias apresentou qualidade razoável. Apenas 2% das notícias representaram todas as implicações dos problemas e desafios relacionados ao fenômeno do clima, o que condiz com a classificação de uma produção noticiosa adequada. Ou seja: apenas esta pequena parcela apresentou na matéria todas as implicações referentes ao fenômeno climático: causa, impacto, vulnerabilidade, mitigação e a adaptação às mudanças climáticas. Os outros 28% das notícias foram elaboradas sem abordar uma ou duas das implicações descritas.

No tocante às 34 notícias classificadas como de qualidades razoáveis, elas apresentaram também particularidades que merecem ser destacadas na pesquisa. Observamos que as notícias associadas à vulnerabilidade dos setores socioeconômicos e biofísicos e às questões sobre as estratégias de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas foram bastante marginalizadas como ocorreu nas matérias consideradas com qualidade inadequada. Identificamos que essas matérias, prioritariamente, expuseram a causa do fenômeno climático, os impactos e as ações de mitigação, mas excluíram da representação noticiosa as questões sobre as vulnerabilidades em 71% do universo total das matérias, bem como as estratégias de adaptação em 82% delas.

O Jornal do Commercio se destacou dentre os impressos pesquisados no tocante a respectiva produção de notícias considerada de padrão de qualidade adequada por representar qualitativamente a complexidade das mudanças climáticas de forma relacionada à conexão com os aspectos temporais do fenômeno e sua vinculação ao modelo de desenvolvimento humano. O periódico pernambucano, mesmo tendo produzido uma menor quantidade de notícias selecionando o tema das mudanças climáticas, comparativamente à Folha de São e ao O Globo, foi o jornal que quantitativamente mais elaborou notícias com padrão adequado no período da pesquisa. A figura 2 mostra a chamada de uma matéria publicada pelo Jornal do

Commercio, no dia 10 de junho de 2012, na Editoria de Cidade/Ciência/Meio Ambiente, classificada como padrão de qualidade ideal para representar o debate das mudanças do clima.



Figura 2 – Chamada de matéria publicada pelo Jornal do Commercio, no dia 10 de junho de 2012, na Editorial de Cidade/Ciência/Meio Ambiente

Em contrapartida, O Globo não apresentou nenhuma notícia com padrão de qualidade adequada, mesmo publicando número maior de matérias no período da pesquisa. O jornal carioca também foi quem mais publicou matérias com qualidade de padrão razoável. O gráfico 2 mostra o panorama geral da distribuição quantitativa das notícias pelo padrão de qualidade nos três jornais.

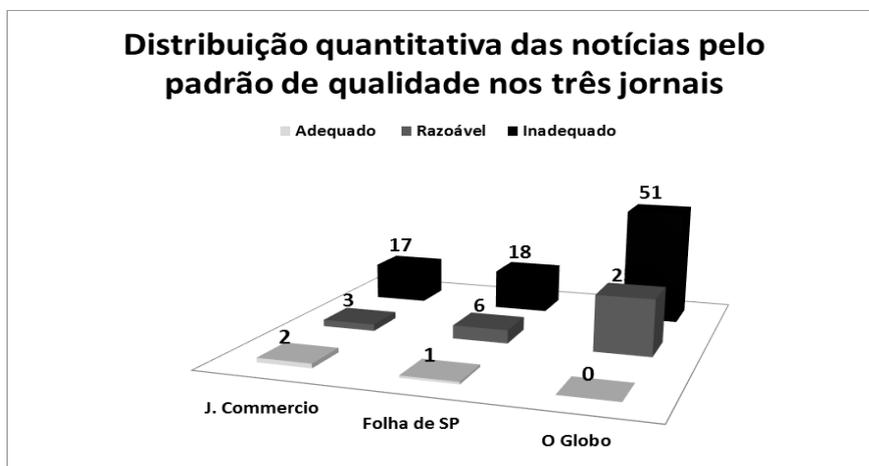


Gráfico 2 - Distribuição quantitativa das notícias pelo padrão de qualidade

Observamos que tanto a Folha de São Paulo como o Jornal do Commercio produziram o número similar de matérias de qualidade inadequada, se comparada com o jornal O Globo, que apresentou um expressivo número de notícia com este padrão.

Descritivamente, verificamos que o jornal paulista e o pernambucano excluíram a causa do problema das mudanças climáticas em 11 notícias, enquanto que o Globo excluiu tal

aspecto em 24 matérias. No tocante a não representação das estratégias de adaptação aos efeitos do fenômeno do clima, o jornal paulista deixou de expor tal problemática em 76% de todas as suas notícias publicadas no período da pesquisa. O jornal carioca excluiu em 75%, seguido pelo impresso pernambucano com 59%. Mesmo com um percentual alto, como vimos, verificamos que o Jornal do Commercio se destacou por apresentar um maior número de notícias representando as estratégias de adaptação quando comparado aos outros jornais: 41%. O Globo apresentou tal informação em 25% e a Folha de São Paulo em 24%.

De modo geral, diante da constatação levantada nesta seção, é oportuno lembrar que o texto (a matéria jornalística) é uma mensagem, uma seleção, construída para ser aceita como a verdade social, porém como diz Gill (2002), não é a realidade em si, mas a interpretação da realidade e, ao mesmo tempo, uma construção da realidade. Assim, os percentuais apresentados sobre a qualidade das notícias jornalísticas para representar a complexidade dos problemas e desafios das mudanças climáticas, onde se revela que apenas 2% apresentaram padrão adequado e 28% razoável, enquanto que 70% têm um nível inadequado, demonstra o padrão da construção da realidade social que se vem desenvolvendo na cobertura jornalística.

Portanto, o cenário social identificado, infelizmente, em função de uma inadequada e desqualificada representação noticiosa da realidade social, prejudica seriamente a percepção do público devido ao esvaziamento do tema das questões referentes às mudanças climáticas. Tal limitação estrategicamente reduz a capacidade de pressão social para reivindicar estratégias de mitigação e principalmente de adaptação para amenizar os efeitos do referido fenômeno.

Ancoramos-nos em Habermas (1997) para fazer a referida avaliação, visto que o autor ressalta que, numa democracia deliberativa, o conteúdo das normatizações (leis) é retirado justamente das regras do discurso e das formas de argumentações onde supostamente se pode chegar a resultados racionais e equitativos em favor da coletividade. Porém, com a expressiva produção de notícias com padrão inadequado, como verificamos, há uma desqualificada formação discursiva da opinião pública. Dessa forma, dificilmente por meio de discursos e argumentações da esfera pública se consegue a constituição de leis para enfrentar os efeitos do fenômeno climático. Isto porque numa democracia, para resolver politicamente os problemas que afetam a esfera pública, é preciso que os atores e grupos sociais que a compõe,

principalmente os da periferia da esfera pública, busquem força comunicativa para pressionar o sistema político a legitimar tais interesses enquanto interesse do Estado.

Desse modo, constatamos que a notícia jornalística é um estratégico e central instrumento para constituição de sentido social sobre o dito, mas, da mesma forma, é responsável por aquilo que é retirado e deixado de significar qualificadamente na sua representação noticiosa da realidade social.

Neste viés reafirmamos a posição defendida por Carvalho (2011, p. 44) que acentua como o problema socioambiental pode receber visibilidade pública e política: “depende de determinados agentes denunciarem o problema, falarem sobre o seu significado e o constituírem discursivamente como um risco”. Portanto, a significação social da complexidade dos problemas (causa, efeitos e vulnerabilidades dos setores socioambientais e biofísicos) e dos desafios (mitigação e adaptação) das mudanças climáticas é um componente indispensável para compor a representação noticiosa da realidade social em tempos de risco climático.

3.4 Visibilidade comunicacional da sociedade civil na ‘sociedade de risco’

A ampla significação social sobre a complexidade dos problemas da mudança do clima, realizada através da representação noticiosa da realidade social, contribui bastante para a formação qualificada da opinião do público sobre a questão, que, processualmente passa a perceber os desafios do fenômeno para as suas vidas. A identificação social da gravidade do problema climático é indispensável para mobilizar vontade social para buscar soluções políticas contra as ameaças que surgem.

Por esta razão, Carvalho (2011) classifica a significação social por meio das notícias jornalísticas como um elemento indispensável para possibilitar visibilidade pública e política sobre a questão socioambiental. A autora destaca ainda que o problema precisa ser exposto enquanto risco material que ele oferece à vida das pessoas. A visibilidade pública e política “depende de determinados agentes denunciarem o problema, falarem sobre o seu significado e o constituírem discursivamente como um risco” (CARVALHO, 2011, p. 44).

É oportuno salientar que é na esfera pública de uma sociedade democrática onde se faz pressão em busca da solução dos problemas vividos por ela (HABERMAS, 1997, 2002). Portanto, as mudanças climáticas constituem um desses problemas atuais, e não qualquer tipo de problema, que precisa ser problematizado no interior da esfera pública. Logo, quando se mostra o problema pelo risco que ele oferece para a vida das pessoas através da representação noticiosa da realidade, a identificação social da respectiva ameaça provavelmente será mais facilmente tematizada, problematizada e dramatizada de modo eficaz pela sociedade, para que possa vir a ser assumido e elaborado pelo complexo parlamentar.

Assim, construir discursivamente o problema das mudanças climáticas enquanto um risco é fundamental para contribuir na percepção social de que o problema representa um perigo objetivo e material no contexto da vida das pessoas na sociedade.

A identificação do problema é indispensável para mobilizar vontade pública para buscar resolver ou amenizar os problemas de forma política. Isto acontece porque a esfera pública “é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade” (HABERMAS, 1997, p. 91). Ou seja, é neste ambiente onde os problemas são sentidos e é onde devem ser identificados, tematizados, problematizados e também dramatizados para chegar ao poder público para ele tomar as medidas cabíveis, a fim de solucioná-los em defesa da melhor integração da sociedade.

Assim, tratar o problema enquanto um drama que é derivado de uma crise que oferece risco real para esta mesma sociedade, o risco climático, no nosso caso, é fundamental para que os problemas sejam entendidos pela própria esfera pública como algo de interesse dessa coletividade social, inclusive pelos setores dos poderes políticos institucionalizados (Parlamento e Governo), até alcançar a institucionalização necessária de legislações para se preparar a enfrentar os desafios postos pela questão levantada.

Nesta perspectiva, riscos não faltam à sociedade contemporânea em decorrência dos problemas ambientais. Ou melhor, em função da racionalidade econômica em detrimento às questões ambientais. “Até meados da década de 80, predominou no discurso empresarial uma resistência a qualquer iniciativa de minimizar os impactos socioambientais decorrentes da atividade produtiva” (DEMAJOROVIC, 2003, p. 1). Esse foi um comportamento sistêmico do setor empresarial. Para gerar mais lucratividade, o empresário passava para a sociedade

toda a sua responsabilidade com o passivo ambiental deixado com a produção das suas fábricas. O autor ressalta que “a estratégia das empresas era, segundo o jargão econômico, externalizar os custos ambientais: transferi-los para a sociedade, poupando o verdadeiro causador de arcar com os ônus para reverter o problema” (DEMAJOROVIC, 2003, p. 1).

Qualquer semelhança com a realidade não é mera coincidência. Esta é a concepção dominante na sociedade desde a Revolução Industrial. Uma ultrarracionalidade econômica sem nenhuma ou quase nenhuma responsabilidade com as questões ambientais. No decorrer do ‘desenvolvimento’ humano na Era Moderna não houve limitações diante das condições naturais. Tudo isso para alimentar a compulsão humana pelo consumo e lucro. O negócio é sempre produzir mais e mais e, com isso, degradar mais e mais. O extrativismo e a exploração dos recursos naturais sempre acompanharam a ‘evolução’ da sociedade.

Porém, diante dessa racionalidade sistêmica começaram a surgir diversos impactos de grandes proporções ambientais, o que também inclui o homem e as suas relações sociais e históricas. Tudo por causa dessa ultrarracionalidade econômica em detrimento da questão ambiental. O processo de industrialização é indissociável do processo de produção de riscos (BECK, 1992). O autor compreende que o risco social é proporcional à produção industrial. Ou seja, a busca pela riqueza a todo custo provoca danos diametralmente equivalentes à vida humana e natural.

(...) as principais consequências do desenvolvimento científico industrial é a exposição da humanidade a riscos e a inúmeras modalidades de contaminações numa observados anteriormente, constituindo-se em ameaças para os habitantes e para o meio ambiente (BECK, *Apud* DEMAJOROVIC, 2003, p. 2).

Dentro desse contexto, onde o desenvolvimento industrial se mantém centrado pela mesma racionalidade prioritária e predominantemente econômica, que, conseqüentemente, continuará produzindo sérias ameaças à vida das pessoas e da natureza, Ulrich Beck (1992) formulou a clássica teoria da “sociedade de risco”. Ou seja, é neste processo societário de organização em torno do progresso industrial atrelado ao conhecimento técnico-científico, como balizadores da evolução das sociedades modernas, que permanece legitimando socialmente a produção indiscriminada mesmo que, sabidamente, produza riscos.

É diante dessa constatação perigosa para as vidas das pessoas e da natureza, construída através dessas duas modalidades de produção de origem industrial: a produção de

manufaturados e a produção de perigos, que o autor classifica de sociedade de risco – aquela sociedade que vive em conflito permanente em torno da produção e distribuição de riscos.

Neste viés, aumentam-se as dimensões das catástrofes e dos desafios socioambientais de modo proporcional ao desenvolvimento da produção industrial. É por conta dessa ordem de ‘progresso’ social que “os riscos gerados hoje não se limitam à população atual, uma vez que as gerações futuras também serão afetadas e talvez de forma ainda mais dramática” (DEMAJOROVIC, 2003, p. 2). É quando se origina a ameaça das mudanças climáticas e seus riscos - o problema político maior e mais difícil e urgente do planeta, originário dessa racionalidade da ‘sociedade de risco’, onde se continua produzindo riquezas mesmo produzindo riscos cada vez maiores e mais problemáticos para toda a sociedade.

Portanto, vale ressaltar que estes antigos e novos riscos socioambientais causados pelos setores econômicos não são inesperados ou imprevisíveis, mas são anunciados e previsíveis na medida em que se continua produzindo cada vez mais bens para elevar o consumo das populações e a lucratividade dos empresários.

Nesse contexto, o jornalismo está no bojo dessa ‘sociedade de risco’ e com isso, tem responsabilidade social ainda maior de contribuir no fortalecimento da democracia e da cidadania, através da produção de notícias que possam qualificar a formação da opinião e da vontade do público sobre a questão.

Assim, é preciso construir uma representação noticiosa da realidade social sobre o problema das mudanças climáticas de modo que a sociedade possa perceber a problemática como um risco social e de forma anunciada. Do ponto de vista ético, é uma tarefa fácil, pois basta observar a produção industrial desenfreada da sociedade de risco, produzindo ameaças constantemente para o contexto da vida das pessoas. Logo, é só denunciar este modelo que promove tantas ameaças. Mas do ponto de vista prático, diante das relações sociais de tensões e de interesses dos atores e grupos que compõem a ‘sociedade de risco’, a tarefa é bastante complexa diante do poder estruturado de setores econômicos e já legitimado socialmente.

Todavia, frente à questão, Alcina (2009) salienta que as crises são uma fonte de extrema riqueza para uma sociologia não estatística. Dessa forma, a crise oriunda do risco socioambiental contribui substancialmente para o jornalismo agendar as pautas decorrentes desses momentos de crise e, desse modo, também da crise anunciada com as mudanças do

clima. Isto porque segundo discorre o autor, é nas crises que se junta o caráter acidental (de contingência), o caráter da necessidade (a materialização das mais profundas realidades) e o caráter conflitante do problema.

Assim, diante dessas condições atípicas em função do momento de crise social – situação não convencional em função dessas peculiaridades da crise que provocam efeitos na organização social, principalmente, através do caráter conflitante entre os atores e grupos sociais -, que se potencializam no jornalismo as oportunidades para dotar a representação noticiosa da realidade social de significações adequadas e qualificadas para atender também a expectativa e os interesses dos que mais sofrem com os problemas criados pela sociedade de risco.

Para Habermas (1997), o momento de crise é importante no processo democrático da opinião e da vontade da esfera pública. Pois, nestes períodos atípicos, a sociedade civil pode superar as barreiras à visibilidade comunicativa montadas estrutural e estrategicamente pelos setores centrais de poder (estatal e econômico) nessa esfera pública. Isso ocorre porque o momento de crise pode contribuir para restabelecer a autodeterminação da opinião e da vontade dos cidadãos, originários do ato fundador da democracia.

Antes de ser assumida por atores que agem estrategicamente, a esfera pública tem que reproduzir-se a partir de si mesma e configura como uma estrutura autônoma. E essa regularidade, que acompanha a formação de uma esfera pública capaz de funcionar, permanece latente na esfera pública constituída – e só aparece nos momentos em que uma esfera pública é mobilizada (HABERMAS, 1997, p. 98).

O autor entende que os períodos de crise são estes momentos especiais que podem mobilizar a periferia da esfera pública e da sociedade civil, por meio da força comunicativa, a reivindicar e a legitimar junto a outras esferas públicas a normatização de suas propostas para serem aplicada em toda esfera pública.

É oportuno ressaltar que a esfera pública demanda as questões dela mesma para ser constituída, isso originariamente no ato fundador da constituinte, porque, depois de constituída, os atores e grupos sociais mais poderosos agem estrategicamente para negociar seus interesses no interior da respectiva esfera pública. Mas, em momentos especiais, onde põe em risco a organização e a vida da coletividade dessa esfera pública, ou de uma

significativa parcela dela, abre-se novamente a potencialidade da iniciativa de participação maior dessa esfera pública externa aos sistemas do poder político e do mercado.

Assim, tal cenário acontece quando a esfera pública sai do estado de repouso em que se encontra na maioria das vezes – daqueles momentos rotineiros do processo de integração social democrático. Tal conjuntura social somente ocorre diante de situações especiais, das crises agudas, de caos sociais, ou de momentos de forte mobilização social. Neste período, “as relações de força entre a sociedade civil e o sistema político podem sofrer modificações” (HABERMAS, 1997, p. 113).

Dessa forma, o autor entende que a esfera pública pode mobilizar vontade e opinião suficiente para começar a vibrar as relações padronizadas e assimétricas entre ela e o sistema político, com capacidade de superar as barreiras comunicacionais. Nestas situações excepcionais, a agenda midiática pode até ser pautada pelos interesses da sociedade civil, quando o sujeito tem capacidade “de colocar os temas na ordem do dia e de determinar a orientação dos fluxos da comunicação” (HABERMAS, 1997, p.113).

Por este motivo, os momentos de crise têm consequências objetivas na constituição de sentido social em defesa de transformações necessárias para o bem-estar da própria sociedade, não pela crise em si, mas por sua capacidade de mobilizar mentes e corações da esfera privada do mundo da vida em busca de seus direitos democráticos para conquistar mais dignidade e qualidade de vida.

Dessa maneira, a significação da crise, do risco social, através da ação comunicativa estimulada pela mídia, pode contribuir objetivamente para a transformação social da esfera pública, uma vez que contribui para estimular a opinião pública a perceber seus papéis diante dos riscos que estão passando, pressionar o sistema político vigente e, caso tenha êxito, alcançar leis emancipatórias. Sem a referida significação, a formação da opinião e da vontade pública fica sendo constituída de acordo com os períodos convencionais da integração sistêmica desta esfera pública. Nestes momentos o sistema político e as forças do mercado têm maior capacidade de convencimento da esfera pública, face seu poder estrutural de comunicação, organização e de prestígio social.

Portanto, de modo geral, observa-se a assimetria entre o poder do sistema político em relação à sociedade civil, mas não somente isso: o momento de crise demonstra que o público

(“galerias da opinião pública”), mesmo em situações minoritárias, excepcionais e ainda assim limitadas, tem o poder também de direcionar suas agendas próprias em direção ao sistema político para serem institucionalizadas.

Foi isso que aconteceu nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, onde a partir da insatisfação dos jovens pelas questões de mobilidade nas cidades – um problema ambiental urbano -, a população brasileira tomou as ruas em defesa de mudança de postura dos representantes políticos. Este é o momento em que Habermas (1997) categoriza como modelo de iniciativa externa - “pertence às forças que se encontram fora do sistema político, as quais impõem o tratamento formal utilizando-se da esfera pública mobilizada”, (HABERMAS, 1997, p. 114). Como vimos, este empoderamento da sociedade civil somente pode ocorrer em momentos de crise.

O modelo de iniciativa externa aplica-se à situação na qual o grupo que se encontra fora da estrutura governamental: 1) articula uma demanda, 2) tenta propagar em outros grupos da população o interesse na questão, a fim de ganhar espaço na agenda pública, o que permite 3) uma pressão suficiente nos que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever na agenda formal, para que seja tratada seriamente (HABERMAS, 1997, p. 114).

Os outros dois modelos de deliberação política dentro de uma democracia deliberativa ocorrem em períodos de estabilidade política, de períodos tranquilos. Eles estão atrelados ao poder do sistema político, com pequenas diferenças em cada caso. O primeiro é o modelo de acesso interno – sem ser discutido, o tema segue para os procedimentos de aprovação interna à estrutura de poder, somente no âmbito do sistema político, sem a necessidade da participação da esfera pública. O segundo modelo (de mobilização) até que depende da participação da esfera pública, mas não para decidir as questões, apenas para pressionar os setores conflitantes no interior do sistema político. Ou seja, utiliza a opinião pública para legitimar decisões dissonantes de dentro do sistema político.

Contudo, de modo geral, vale salientar que a mudança de paradigma da posição dos atores da sociedade civil depende diretamente de sua conscientização da situação de crise. Por isso, construir discursivamente o problema enquanto um risco, inclusive da ameaça anunciada pela ‘sociedade de risco’, é indispensável para a percepção e identificação dos problemas, problematizando-os e dramatizando-os, para buscar resultados institucionalizados.

Assim, atores da sociedade civil “podem assumir um papel surpreendentemente ativo e pleno de seu poder político, transformando o modo padrão de solucionar problemas de todo o sistema político” (HABERMAS, 1997, p. 115). Isso é a materialização da força da opinião pública, a qual depende fortemente da “esfera pública abstrata” articulada pelos meios de comunicação social, pois são eles que mediam a ligação entre as pessoas distantes no mundo da vida, (que ligam as esferas públicas) para possibilitar uma comunicação pública de qualidade.

Dentro desse contexto, apenas com uma comunicação pública de qualidade se pode efetivamente contribuir para constituição de uma formação da opinião e da vontade política com representatividade junto ao conjunto da sociedade. Não por acaso, somente em tempos de crise, mas desde que seus discursos signifiquem esta crise, que se pode mudar o fluxo da ‘comunicação sistematicamente distorcida’ na mídia, desde que os consensos sejam legitimamente validados pelas “galerias da opinião pública”.

A sociedade civil é quem tem maiores condições de perceber os problemas sociais, visto que é ela quem identifica mais rapidamente os problemas do mundo da vida, antes que cheguem ao sistema político (o centro político). Em muitos casos ao longo das últimas décadas tem sido assim, com vários exemplos, dentre eles, verificamos as questões ambientais, o aquecimento global, as mudanças climáticas.

“Não é o aparelho do Estado, nem as grandes organizações ou sistemas funcionais da sociedade que tomam a iniciativa de levantar esses problemas” (HABERMAS, 1997, p. 115). É a sociedade civil através de suas experiências autônomas. “Em vários casos transformam-se em núcleos de cristalização de movimentos sociais e de novas subculturas” (HABERMAS, 1997, p. 115). Assim também tem sido em relação à bandeira da causa socioambiental.

A visibilidade pública e política dada pela mobilização da sociedade civil em torno dos problemas sociais possibilitam condições reais para que se amplie a audiência periférica para uma visibilidade maior através dos meios de comunicação social. Essa atitude sensibiliza a mídia pela questão levantada. A mídia é o caminho para que o problema (visto de forma controversa pela mídia) possa atingir o grande público e a ‘agenda pública’. Porém, é preciso estratégias de grande notoriedade pública para ganhar atenção da mídia e nem sempre esses

temas são tratados adequadamente, para atingir o núcleo do sistema político. Mas este é o caminho.

Às vezes é necessário o apoio de ações espetaculares, de protestos em massa e de longas campanhas para que os temas consigam ser escolhidos e tratados formalmente, atingindo o núcleo do sistema político e superando os programas cautelosos dos ‘velhos partidos’ (HABERMAS, 1997, p. 116).

Porém, é necessário frisar que não é por acaso nem desinteressadamente que a mídia garante a atenção para a sociedade civil. Ela assim o faz pelo poder de influência que o público tem em relação à mídia - pelo viés comercial e pela audiência necessária do público -, mas, sobretudo, pela influência que o público tem no processo de representatividade política numa sociedade de modelo democrático deliberativo. Ou seja, não é pela influência direta do público na mídia ou diretamente nas estruturas do poder político, mas pela influência que os atores sociais têm na sociedade, graças ao assentimento das galerias da opinião pública, do público, do cidadão. A movimentação da sociedade civil abriga um princípio da teoria da democracia sempre subjacente em tempos normais, que tem na opinião pública a origem do poder do cidadão, a qual também é defendida pela mídia, pois é dela que depende para se legitimar, é nela onde se origina a força dos meios de comunicação.

Por esta razão, a significação das mudanças climáticas enquanto um risco para a vida e para o verdadeiro desenvolvimento humano, não o desenvolvimento da ‘sociedade de risco’, é indispensável para a adoção de leis que realizem, efetivamente, as adaptações necessárias para amenizar os impactos nos setores socioambientais e biofísicos, contribuindo para o bem estar da sociedade. Dessa forma, a visibilidade pública e política das mudanças do clima, condição imprescindível para a consecução de resultados políticos que amenizem os efeitos do problema, dependem, portanto, de “determinados agentes denunciarem o problema, falarem sobre o seu significado e o constituírem discursivamente como um risco” (CARVALHO, 2011, p. 44).

Diante deste entendimento, os momentos de crise podem funcionar como um tipo especial de ‘freio de arrumação’ na organização societária, o qual é constituído socialmente com base nos valores da solidariedade para buscar promover a integração social da esfera pública, através da superação da ultrarracionalidade centrada nos valores do dinheiro e do poder estatal. Esta deve ser a lógica da discussão das questões socioambientais, já que foi a razão político-econômica que criou os problemas contemporâneos.

3.4.1 Superação das ‘barreiras’ à visibilidade pela mobilização solidária da sociedade

O objetivo da mobilização pela efetivação da capacidade de iniciativa externa da sociedade civil na deliberação pública é buscar garantir leis favoráveis para o conjunto da sociedade, desconstruindo a lógica de que os benefícios legais (do direito) devem atender predominantemente aos interesses dos poderes estatais e do mercado. Logo, a iniciativa da sociedade civil reivindica o tratamento formal (das legislações) para garantir melhorias diante dos problemas de toda a sociedade, no caso da nossa pesquisa, reivindicam legislações para mitigação e adaptação dos problemas socioambientais decorrentes do fenômeno do clima. Mas, como vimos, para que as reivindicações da sociedade civil sejam efetivamente transformadas em lei, é preciso o advento de uma conjuntura que acontece apenas em períodos de crise social, quando a capacidade dos meios de controle sistêmicos (o poder do aparelho de estado e o dinheiro das grandes corporações do mercado) não conseguem neutralizar a pressão das demandas da periferia por mais sentido e legitimidade na ordem institucional. Portanto, é só através da visibilidade alcançada por uma representação noticiosa qualificada que se torna possível a mobilização das pessoas solidárias a causas coletivas na esfera pública com força suficiente para mudar a forma de funcionamento dos poderes do Estado: inicialmente fazendo os legisladores transformarem em leis as reivindicações populares e, posteriormente, os governantes e membros do Judiciário a cumprirem essas novas leis. Contudo, isto só acontece quando os cidadãos têm capacidade “de colocar os temas na ordem do dia e de determinar a orientação dos fluxos da comunicação” (HABERMAS, 1997, p.113). Dessa forma, tal visibilidade comunicacional só surge, geralmente, nos momentos em que parte da esfera pública é mobilizada e normalmente promove grandes protestos e/ou campanhas educativas prolongadas.

Além disso, ratificamos que é nos momentos de crise que se exercita, com maior abrangência populacional e territorial, o processo democrático de formação da opinião e da vontade na esfera pública. Afinal, como discurremos, é nestes momentos de risco que a sociedade civil e a periferia procuram solucionar problemas e construir uma situação de vida menos ameaçada e mais de acordo com o tribunal da sua consciência.

Nesta perspectiva, oportunizam-se para a sociedade civil maiores condições de superar as barreiras de invisibilidade comunicativa, na medida em que o jornalismo, que também precisa se legitimar junto à esfera pública, procura atender as expectativas e os interesses dos que mais sofrem com os problemas – certamente não são aqueles que estão nos centros da estrutura de poder. Neste aspecto, a sociedade civil busca superar as barreiras estruturais dos meios de comunicação para propagar, em outros grupos da população, o interesse na questão reivindicada, “a fim de ganhar espaço na agenda pública, o que permite uma pressão suficiente nos que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever na agenda formal, para que seja tratada seriamente” (HABERMAS, 1997, p. 114).

Com esta perspectiva, investigamos as iniciativas da sociedade civil que superaram as barreiras de visibilidade comunicacional nos jornais pesquisados no contexto da Rio+20, um período onde as questões da crise socioambiental eram o centro da discussão pública e política, mesmo que a crise decorrente das mudanças antrópicas do clima tenha sido, em geral, mantida encoberta pela forma como foi enquadrado o significado dada à Conferência - aquela que se propõe a resolver as questões do desenvolvimento sustentável da humanidade.

Neste contexto sócio-histórico, quando identificamos que a representação noticiosa da realidade social foi elaborada tomando por base as agendas e os posicionamentos da sociedade civil, somente nesta condição, catalogamos as mobilizações sociais e campanhas educativas da sociedade civil, as quais receberam visibilidade através das notícias do Jornal do Commercio, Folha de São Paulo e do O Globo. Porém, ainda assim, somente monitoramos tais iniciativas solidárias da sociedade civil quando elas reivindicavam leis para amenizar os efeitos dos problemas socioambientais por conta das mudanças climáticas, e/ou denunciavam o atual modelo de desenvolvimento socioeconômico e/ou mostravam os riscos materiais e objetivos na vida das pessoas em função das mazelas provenientes da ‘sociedade de risco’.

Assim, observamos que as agendas e posições da sociedade civil somente foram representadas na cobertura jornalística em uma pequena parcela do universo total dos dados da pesquisa. Ela foi representada em apenas 9% das 123 notícias dos três jornais monitorados de 13 de maio a 22 de julho.

O resultado apresentado ratifica duas questões importantes levantadas por Habermas (1997): uma que traz impactos negativos para toda sociedade e outra positiva. No primeiro

caso, apenas verificamos o que empiricamente se percebe bastante: a exclusão das versões da sociedade civil na agenda midiática e o predomínio estruturado para as posições dos segmentos dominantes. Neste caso, o autor justifica que este processo acontece por causa da assimetria de forças (organização, comunicação e alcance) entre a esfera pública e o sistema político e o poder econômico.

Entretanto, mesmo que pequeno, o percentual de notícias identificado como adequado para estimular a conscientização sobre os problemas das mudanças climáticas mostra que a sociedade civil conseguiu, em alguns momentos, superar as barreiras comunicacionais nesses jornais pesquisados. Destarte, o cenário confirma o que Habermas (1997) discorre sobre a possibilidade desta parcela da sociedade civil alcançar visibilidade pública por meio da agenda midiática em condições e momentos especiais. A constatação contribui para desconstruir a percepção social de que a sociedade civil não tem condições reais de propor suas demandas na agenda da mídia.

Assim, a participação da sociedade civil na representação noticiosa, mesmo que ainda numericamente reduzida, colabora para desconstruir um comum entendimento social de que tal visibilidade conferida à sociedade civil ocorre somente por meio da vontade autônoma da mídia. Como vimos, a superação das barreiras de visibilidade da periferia da esfera pública na notícia jornalística decorreu do protagonismo do cidadão enquanto sociedade civil disposta a se mobilizar e cobrar leis contra modelos antidemocráticos de formação e participação política.

Identificamos este comportamento na pesquisa, quando verificamos nas notícias que a sociedade civil organizada tem buscado pressionar socialmente o sistema político para implementar leis pertinentes que possam conter os efeitos negativos das mudanças climáticas e de outras mazelas decorrentes da ‘sociedade de risco’. Mas também observamos quando ela se posiciona contra o atual modelo de desenvolvimento economicista e revela os riscos reais que tal modelo oferece à vida das pessoas.

A Tabela 2 abaixo mostra a lista de manchetes de notícias do Jornal do Commercio, O Globo e da Folha de São Paulo sobre a Rio+20 que expuseram as posições da sociedade civil:

Jornal do Commercio	
02/06/2012	O guerreiro verde no Recife
08/06/2012	Fogão solar evita a destruição de matas
13/06/2012	Uma biblioteca feita de livros e de pessoas
15/06/2012	Dia de cobranças e ironia em protestos
Folha de São Paulo	
05/06/2012	Da maquiagem verde ao 'reino da baboseira'
05/06/2012	Voz que calou o mundo há 20 anos volta ao Brasil
15/06/2012	EUA ganham 'Fóssil do Dia'
O Globo	
01/06/2012	Evento na Quinta da Boa Vista une ecologia e lazer
05/06/2012	Senhores da terra
15/06/2012	Estados Unidos o 'fóssil do dia'
21/06/2012	Falta dinheiro para o planeta, não para o FMI
26/06/2012	Expedição revela riqueza das criaturas errantes dos mares, verdadeiros pulmões azuis do planeta

Tabela 2: Lista de manchetes selecionadas onde a sociedade civil superou as barreiras de invisibilidade

Observamos que duas características foram preponderantes para que as reivindicações da sociedade civil se tornassem pautas jornalísticas em todas estas representações noticiosas da realidade social no contexto sócio-histórico da realização da Rio+20. As notícias decorrem ou de protestos feitos pelos integrantes da sociedade ou através de algum tipo de campanha de conscientização sobre as questões necessárias à sustentabilidade das pessoas no planeta. A conjuntura verificada tem plena consonância com o que Habermas (1997) indica como as possibilidades da periferia da estrutura de poder de se legitimar e alcançar sucesso nos pleitos públicos dirigidos ao sistema político para implementação de legislações específicas. Algumas vezes, conforme observa o autor, é preciso haver protestos e/ou campanhas sociais

De forma particularizada por cada jornal investigado, observamos que o Globo foi o jornal que apresentou mais matérias em que a sociedade civil conseguiu superar as barreiras de invisibilidade comunicacional. O jornal carioca produziu cinco notícias nestas características, seguidas pelo Jornal do Commercio, com quatro, e a Folha de São Paulo, com três.

Todavia, quando se compara individualmente a quantidade total de matérias que cada jornal produziu selecionando o tema das mudanças climáticas, a colocação dentre os jornais se modificam. O Globo produziu apenas 7% de matérias com tal perfil de destaque para a sociedade civil. Já na Folha de São Paulo o protagonismo da sociedade civil correspondeu a 12%, enquanto que o Jornal do Commercio publicou 18% de matérias onde a periferia pôde denunciar o atual modelo de desenvolvimento socioeconômico, mostrar o risco socioambiental dessa ultrarracionalidade econômica e propor leis contra este modelo de risco e em favor da raça humana e da natureza.

Em relação a estes três aspectos (denunciar o modelo / mostrar o risco / propor leis), identificamos particularidades nestas notícias que devem ser ressaltadas. Em quase 100% da representação noticiosa da realidade social no contexto da Rio+20 em que a sociedade civil superou as barreiras de visibilidade comunicativa, foi apresentada a denúncia do modelo de desenvolvimento humano centrado nas questões econômicas. Contudo, em apenas 25% das notícias o problema socioambiental foi exposto como um risco para a vida das pessoas. Além disso, somente em 42% das notícias os atores e grupos sociais propuseram novas legislações para serem implementadas pelos governos como forma de amenizar os efeitos das mudanças climáticas ou de outras mazelas da sociedade de risco.

Dessa forma, mesmo que em uma pequena parcela onde as posições da sociedade civil foram representadas na notícia jornalística (9%), ainda assim, a grande maioria dessa representação noticiosa da realidade social deixou de constituir o problema socioambiental como um risco. Ou seja, em exatamente 75% dessas matérias não houve o padrão identificado por Carvalho (2011) como indispensável para se alcançar visibilidade pública e política. A autora ressalta que para conquistar a referida visibilidade é preciso que tais atores sociais denunciem o problema, apresentem os significados do problema e os constituam enquanto um risco. Portanto, nesta perspectiva, avaliamos que estas notícias foram construídas de forma inadequadas para representar os problemas e desafios das mudanças climáticas, prejudicando

a formação qualificada da opinião e da vontade do público sobre a questão. Todavia, sabemos e reconhecemos que o problema ambiental e climático é polimorfo, portanto, tais questões podem aparecer de modo diferente da nossa grade analítica do objeto pesquisado.

Identificamos também que a qualidade da produção dessas notícias onde a sociedade civil foi valorizada pode colaborar com a demanda social desta camada na esfera pública, porém só quando adequadamente representada. Dizemos isto porque o interesse da sociedade civil em buscar visibilidade pública por meio da notícia jornalística esta diretamente relacionada ao objetivo fim dessa parcela social, que, conforme observa Habermas (1997), precisa pressionar publicamente o sistema político para que o Estado adote leis específicas. Portanto, o caminho da mídia é indispensável para alcançar tal objetivo e este foi exatamente o ponto central dos movimentos sociais que foi excluído da representação noticiosa da realidade social no contexto sócio-histórico da Rio+20. Neste contexto, foram retiradas justamente as propostas de leis dos movimentos sociais em mais da metade das notícias, o que corresponde a 58% delas. Nelas, a sociedade civil não pôde apresentar nenhuma proposta de lei para conter os efeitos nocivos da sociedade de risco.

Por fim, identificamos outro detalhe importante para descrever sobre tais aspectos (denunciar o modelo / mostrar o risco / propor leis) das notícias sobre as mudanças climáticas em que a sociedade civil superou as barreiras de visibilidade comunicacional. Todos esses aspectos foram incluídos em 17% do universo total das matérias com tal perfil. O percentual corresponde a apenas duas matérias do universo de 638 publicadas no Jornal do Commercio, Folha de São Paulo e O Globo, no período de 13 de maio a 22 de julho de 2012.

Essas duas matérias foram produzidas pelo jornal O Globo, nos dias 5 de junho de 2012 e no dia 26 do mesmo mês e ano – ou seja, de acordo com as datas, uma matéria foi publicada antes da Rio+20 e a outra depois. A figura 5 mostra a notícia onde os três aspectos (denunciar o modelo / mostrar o risco / propor leis) foram representados pelo O Globo, no dia 5 de junho de 2012.

Senhores da Terra

Essenciais para a oferta de água e de ar do planeta, oceanos são o maior desafio ambiental



Criaturas do plâncton como essa da foto são as mais abundantes formas de vida do planeta. Bactérias, algas, vírus, invertebrados dentre outros compõem o plâncton, base da cadeia alimentar dos mares e o verdadeiro pulmão da Terra. Uma gota de água do mar tem mais de 350 mil criaturas microscópicas. Como os oceanos ocupam 80% do Hemisfério Sul e 60% do Norte, não é exagero estimar que existem mais seres vivos no mar do que estrelas no Cosmos.

Há mais seres vivos no mar do que estrelas no Universo. Não é força de expressão. Os oceanos são hoje a grande fronteira da biodiversidade, do clima e dos recursos minerais. Só 5% dos oceanos já foram observados pelo ser humano, mas o que se sabe é espantoso. São as minúsculas plantas do fitoplâncton que produzem mais de 50% de todo o oxigênio da Terra, como resultado de sua fotossíntese. No mesmo processo, elas absorvem entre 25% e 30% de todo o CO2 emitido pelo homem.

— Mesmo que você nunca tenha a chance de ver os mares, eles virão até você a cada vez que respirar, em cada gota d'água que beber, em cada alimento que comer. Cada pessoa, cada ser vivo, é íntima e profundamente dependente da existência do mar — disse recentemente em palestra a bióloga americana Sylvia Earle, hoje o mais importante nome da pesquisa e da defesa dos oceanos em todo o mundo e uma das principais conferencistas da Rio-20.

Os oceanos contêm 97% da água da Terra e 97% da biosfera. A vida fervilha na linha d'água as fossas hidrotermais das profundezas. É, mesmo em fontes frias, onde microorganismos sobrevivem a partir da quimiossíntese, um processo que, na ausência de luz, gera energia a partir de minerais. De fato, a maior parte dos oceanos está mergulhada na escuridão. O mar profundo começa a cerca de 300 metros abaixo da superfície, limite para o mergulho da ser humana. Mas a luz do Sol não chega a mais do que 200 metros de profundidade. Ainda assim, há vida, como peixes transparentes, lulas do tamanho de



UMA GAROUPA e seu seguilo de pequenos peixes: há mais seres vivos no mar do que estrelas no céu

barcos e invertebrados de aparência extraterrestre. Está nos mares também a oportunidade das riquezas do petróleo e de minérios, como o cobalto, importante para indústria de eletrônicos.

Os mares absorveram ainda 80% do calor adicionado pela ação humana nos últimos 200 anos e governam a química planetária. A água dos mares que evapora para a atmosfera retorna à superfície como chuva e neve, num ciclo de restauração de rios, lagos e aquíferos. Sem os oceanos salgados não há água doce na Terra. Sem os oceanos, nem a Humanidade nem

qualquer outra forma de vida existiria. Menos de 1% da vida dos mares, porém, é conhecido, diz o coordenador da Campanha Oceanos da ONU, André Abreu, que representa a ONG de estudo dos mares Fundação Tara Expeditions.

Nas últimas décadas do século XX e no início deste século, com o avanço científico, descobriu-se mais sobre os mares do que em toda a História da Humanidade. Aprendemos que dependemos deles para continuar a existir e descobrimos que ainda sabemos pouco. No mesmo período, as ações humanas provocaram mais destruição nos oceanos do que em toda a História precedente. Porém, ainda assim, André Abreu está otimista em relação às chances de sucesso das negociações sobre o acrílio e proteção dos mares na Rio-20.

— Se há uma área em que podemos obter progressos significativos é a proteção dos mares — frisa Abreu, que acompanha as negociações preparatórias para a Rio-20. Mas os especialistas alertam que é preciso agir logo. O sistema dos oceanos começa a falhar. Por toda a nossa História, nos acostumamos a acreditar que o azul do mar era infinito. Os mares seriam tão vastos que jamais sofreriam qualquer impacto. Mas hoje 90% das espécies de peixes de valor comercial estão superexploradas. Há mais de 400 zonas mortas em áreas costeiras no mundo. O número de zonas mortas cresce em função da alteração da química oceânica decorrente de poluição e mudanças no clima.

Os mares estão em processo de acidificação devido ao acúmulo do CO2 absorvido da atmosfera. A acidificação é a maior ameaça, pois afeta o fitoplâncton aos moluscos. Todas as formas de vida marinha sofrerão as consequências. — O futuro que queremos, segundo da Rio-20, depende dos oceanos. Mas contatos que acordos para regular o transporte oceânico e a criação de novas áreas de proteção serão fechados — frisa Abreu.

CAMPERJ

A CAMPERJ há 30 anos vem cuidando da saúde e da vida de seus associados e familiares.

Agora, também, em defesa da saúde mundial.

Pela campanha urgente de proteção ao meio ambiente, para um mundo sustentável.

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro RJ
Rua do Ouvidor, 60
Cil. 604 e 604
CEP: 20040-020
Tels.: (21) 2224-9688
(21) 2224-9269
E-mail: camperj@camperj.com.br

O UNIVERSO LÍQUIDO

Tudo começa na área dos mangues, à beira do mar e ao alcance de todas as mãos, usado como berçário por diversos organismos e área de alimentação para aves migratórias. E termina a 11.220 metros de profundidade, na fossa das Marianas, no Pacífico Sul. O caminho do prado ao ponto mais remoto do mundo abissa, onde até hoje só chegaram três seres humanos, é povoado por seres que se adaptaram à luminosidade e fontes de alimentos disponíveis.

COSTÕES ROCHOSOS

Algas, anêmonas, corais, esponjas, ouriços e corais fazem parte de um dos sistemas mais ricos dos oceanos. Vários espécies de peixes procuram se esconder, em busca de alimento ou para habitação.

PRAIAS

Áreas da costa com alta diversidade biológica. Há vermes de praia, pequenos moluscos, caracóis, lulas e a mariposa larval. Pela facilidade da ocupação humana nestas áreas, são as regiões litorâneas mais ameaçadas.

1 SUPERFÍCIE

Até 150 metros

Conhecida como zona eufotica. É a área onde a luz consegue penetrar e a água ainda é quente, entre 20° e 30°C nos meses de verão. Grandes peixes e mamíferos marinhos estão presentes. Como a luz consegue passar, algas que fazem fotossíntese podem ser encontradas. Saguês, anêmonas, corais, ouriços e moluscos, nada faz a boca de carangos com o ar acionando constantemente.

2 ZONA DE MEIA-LUZ

Entre 150 e 1.000 metros

É a camada mesofotica. A temperatura cai drasticamente, para 6°C em média, e a luz penetra muito pouco. A pressão aumenta, enquanto na região de águas da superfície há nutrientes carnosos. Aqui já começam a aparecer algumas espécies com luz própria.

3 ÁGUAS PROFUNDAS

Até 4.000 metros

Temperatura de 3°C em média, completa escuridão, alta pressão e baixo nível de oxigênio e nutrientes caracterizam esta camada do oceano, chamada de batifotica. Contém 75% de água do planeta. A fauna oceânica aqui é composta pelos seres mais frágeis da Terra. Seu principal alimento vem das zonas superiores: restos de animais mortos, minerais e nutrientes que se precipitam para o fundo.

4 ZONA ABISSAL

Com ausência completa de luz e temperatura da água próxima de 0°C, um número significativo de espécies vem sendo descoberto nesta região, que acredita-se ser praticamente estéril. Nesta faixa estão as zonas abissofotica (águas mais profundas do lito eufotico) e hadalofotica (litoral das fossas abissais). O ponto mais profundo da Terra, a fossa das Ilhas Marianas, no Pacífico, é o representante mais abissal do mundo abissal: 11.220 metros de profundidade.

5 FONTES HIDROTÉRMICAS

São rachaduras no lito do oceano onde a água penetra profundamente. Aquecida pela proximidade com o magma no interior da Terra, ela retorna na forma de um vapor negro, rico em minerais e substâncias químicas, que se espalha pelo fundo. Graças a isso, uma boa quantidade de bactérias se alimentam das substâncias, servem de comida para pequenos animais que, por sua vez, vão alimentar animais maiores.

Figura 5 – Matéria do O Globo, no dia 5 de junho de 2012, apresentou os três aspectos: (denunciar o modelo / mostrar o risco / propor leis).

Nesta perspectiva, a matéria exposta acima trata das questões dos oceanos e de sua importância para regular o clima mundial, além de outros fatores importantes. No referido contexto, aborda as degradações dos ecossistemas marinhos. Logo, a representação noticiosa apresenta a denúncia dos movimentos da sociedade civil organizada contra o modelo de desenvolvimento centrado na razão econômica, que tem contribuído para a degradação dos mares, principalmente através da sobrepesca. Desse modo, mostrou a ameaça que esta prática oferece para a vida das pessoas, através do extermínio de espécies inteiras de peixes, desequilibrando o respectivo ecossistema, mas também apresentou o risco da acidificação dos oceanos e das zonas mortas em função dessa acidificação. Por fim, foram apresentadas as propostas de leis para combater tais cenários nocivos, dentre elas a sugestão para que os países se unam para combater a pesca ilegal, conter o processo de acidificação, mudar os padrões de consumo de peixes, bem como tratar dos resíduos que são despejados nos oceanos, além da criação de um mercado de carbono azul.

Portanto, diante dos resultados expostos, verificamos que a sociedade civil conquistou visibilidade pública por meio da Folha de São Paulo, Jornal do Commercio e O Globo, mesmo que timidamente (9%). O protagonismo dos movimentos sociais, seja através de protestos ou de campanhas educativas e ações práticas, além das posições abalizadas de acadêmicos, foi capaz de superar as reais barreiras de visibilidade comunicativa, que são estruturalmente assumidas pela técnica jornalística e que têm limitado a apresentação das posições da periferia da sociedade civil. Vale ressaltar, contudo, que tal visibilidade ocorreu em um contexto sócio-histórico específico. Ou seja, aconteceu durante a realização da Rio+20 - uma conjuntura de organização social diferenciada, porque arregimentou e reuniu na mesma cidade, uma quantidade significativa de líderes político e movimentos sociais, alterando o fluxo cotidiano e a rotina habitual do local, em função da programação do evento da ONU.

Contudo, mesmo assim, identificamos que houve um tratamento majoritariamente inadequado na produção dessa representação noticiosa da realidade social onde a sociedade civil recebeu destaque. Verificamos isto porque não foram incluídos nas notícias os valores solidários dessas organizações sociais voltados para a promoção da integração social. Tais valores são percebidos através da reivindicação de leis sociais e ambientalmente mais justas, bem como na crítica ao modelo de desenvolvimento humano centralizado na racionalidade

econômica e quando se expõe as ameaças que a ‘sociedade de risco’ oferece objetivamente à vida de todos e todas no planeta.

Entendemos, portanto, que a ausência desses aspectos solidários limitou a formação qualificada do entendimento do público, visto que foram excluídos da notícia tais argumentos e visões de mundo. Com isso, conseqüentemente, foi reduzida a percepção social do público sobre a gravidade dos problemas e desafios socioambientais por conta da mudança do clima, já que não foram apresentadas tais perspectivas para interpretação qualificada do público. Ratificamos, desse modo, que, mesmo com a realização da Rio+20 no Brasil, com ampla repercussão midiática sobre o debate da sustentabilidade planetária, um ano depois do evento, a juventude brasileira não tenha identificado nas mudanças do clima um sério risco à vida e à sua qualidade. O IPEA (2013) mostrou que os jovens brasileiros consideraram o fenômeno climático o menos grave de uma lista de 16 problemas.

Portanto, nesta perspectiva, a representação noticiosa da questão da mudança climática prejudicou também o empoderamento da sociedade civil e, assim, a possibilidade de mobilização da pressão social indispensável para se buscar legislações capazes de implementar ações e estratégias socioeconômicas para mitigar os efeitos do fenômeno climático e promover a adaptação daqueles setores mais vulneráveis a esses malefícios.

Considerações Finais

Diante da crise de percepção social da juventude brasileira sobre a gravidade das mudanças do clima, mesmo frente aos problemas e desafios dessa anomalia climática à organização socioeconômica e aos aspectos ambientais biofísicos, considerados pela ONU como o maior e mais difícil e urgente problema político, a pesquisa identificou limitações da cobertura jornalística do fenômeno climático no contexto sócio-histórico da Rio+20. Essas inadequações se referiram às barreiras postas à visibilidade de tal pauta e das vozes da sociedade civil nela representada, além do reducionismo simbólico no noticiário jornalístico sobre a complexidade dos problemas e desafios da mudança do clima, o que é indispensável para a interpretação do público encontrar respostas político-econômicas e socioambientais.

Entendemos que uma adequada representação noticiosa é atingida quando subsidia a formação qualificada do entendimento do público. Tal processo ocorre quando o tema é selecionado com maior frequência, possibilitando uma maior visibilidade do problema, bem como quando insere democraticamente uma diversidade significativa de fontes e versões sociais dos mais variados conjuntos da sociedade. Logo, a notícia jornalística precisa superar as barreiras à visibilidade comunicativa das demandas da sociedade civil e da periferia da estrutura de poder, inserindo tais argumentações que são contrafactuais e questionam os interesses particulares poderosos das elites que controlam o aparelho estatal e o sistema econômico, usufruindo, por isso, de um acesso privilegiado e constante na mídia noticiosa, servindo ideologicamente aos interesses particulares da estrutura de poder.

É através da exposição desse contraditório que a notícia contribui para formação qualificada do consenso social, porque estimula a identificação e a problematização do tema noticiado de forma ampla, sem privilegiar os interesses dos atores e grupos de elite. Portanto, a notícia jornalística precisa estimular o consenso social sobre o tema em questão, inserindo no referido conteúdo simbólico as demandas e as necessidades do maior conjunto da sociedade, contribuindo na formação qualificada da opinião pública, sobretudo, para a percepção social das comunidades mais vulneráveis aos efeitos das catástrofes climáticas.

Todavia, como a notícia é uma produção essencialmente ideológica por ser um signo linguístico, pode dissimular realidades que não são convenientes à estrutura de poder, fazendo com que deixem de produzir consequências reais, e simular o que não existe para provocar

efeitos reais mesmo que não existam de fato, a fim de agradar aos interesses poderosos da elite. Quando se verifica este padrão, a notícia é classificada como desqualificada/inadequada porque esvazia de sentido social os problemas reais e objetivos que atingem a maior parte da sociedade. Tal processo ocorre de forma técnica e sofisticada porque a produção da notícia pode inserir ou excluir temas, vozes e versões da respectiva representação noticiosa da realidade social.

Nesta perspectiva, a percepção e a problematização social do público sobre a gravidade dos problemas socioeconômicos e nos aspectos ambientais biofísicos decorrentes das mudanças climáticas podem ser ideologicamente simulados (quando apresenta questões inexistentes, insignificantes e/ou secundárias) e dissimuladas (quando oculta aspectos essenciais dos problemas e esvazia a sua compreensão), mesmo que tais problemas sejam materiais e objetivos na vida das pessoas.

Dentro desse contexto, podemos inferir que a falta de qualidade da representação noticiosa do fenômeno do clima no contexto sócio-histórico da Rio+20, é um dos principais fatores para o desinteresse dos jovens do País pelo tema em questão em 2013 - um ano após a realização do evento da ONU. Dizemos um dos fatores pois entendemos que diversos outros aspectos no processo de formação da cultura política e ambiental podem constituir o interesse do jovem brasileiro sobre o tema. Todavia, ratificamos a significativa contribuição da notícia jornalística neste processo. Neste viés, as notícias apresentaram um padrão quantiquantitativo limitado em relação à adequada necessidade e à urgência social da respectiva cobertura do tema e sua constituição simbólica. Consideramos que a inadequação da representação noticiosa para formação qualificada de uma opinião pública sobre a questão contribuiu para esvaziar intersubjetivamente o sentido social que poderia ser construído a partir da identificação e da problematização do risco do fenômeno do clima para a vida dessas pessoas.

Neste sentido, o resultado da pesquisa apresentou, de modo geral, uma baixa frequência de notícias sobre as mudanças climáticas nos 71 dias analisados, além disso, houve uma predominância por fontes e versões sociais dos setores sociais vinculados ao poder estatal e econômico da sociedade. Nas 213 edições pesquisadas do Jornal do Commercio, O Globo e Folha de São Paulo, foram encontradas 638 matérias com pertinência aos critérios de seleção propostos pela pesquisa. Todavia, somente em 123 matérias o tema das mudanças

climáticas foi literalmente descrito. Portanto, a pauta do fenômeno do clima foi selecionada em menos de 1/5 das notícias sobre a Rio+20 nos 71 dias pesquisados.

O Globo foi o jornal que mais selecionou o tema das mudanças climáticas no universo total das notícias pesquisadas, correspondendo a 11,91%, seguidos pela Folha de São (3,92%) e pelo Jornal do Commercio (3,45%). Enquanto o jornal carioca produziu 76 matérias, os impressos paulista e pernambucano publicaram apenas 25 e 22 respectivamente.

Em relação à frequência de dias em que as notícias inseriram o fenômeno do clima, foi citado apenas em menos de 1/3 dos dias pesquisados, ou seja, em 20 dias em média. O Jornal do Commercio foi o impresso que por mais dias excluiu o tema da mudança do clima na representação noticiosa sobre a Rio+20, deixando de selecioná-lo em 58 dias dos 71 pesquisados, seguido pela Folha de São Paulo, com 54, e O Globo com 41 dias.

Além disso, o perfil das fontes jornalísticas utilizado por matérias também apresentou sérios problemas para formação qualificada do entendimento do público. Houve uma variação de nenhuma a seis fontes utilizadas nas 123 matérias, porém, quanto menor era o número de fontes usadas por matéria, maior foi a quantidade desse padrão de notícia. Constatamos ainda que, por meio do uso da fonte, um único setor da sociedade foi representado sozinho em 71 das 123 matérias. Assim, observamos que as versões sociais priorizadas nestas matérias, destacaram preponderantemente o segmento político, que recebeu maior visibilidade nas 44 notícias construídas com fonte única, como nas 28 notícias elaboradas com duas ou mais fontes. O setor econômico recebeu ampla visibilidade também, marginalizando as posições e as versões de interesse da sociedade civil e da periferia que mereceram menor atenção.

Nesta perspectiva, verificamos que houve problemas na diversidade significativa de fontes e versões nas matérias. Enquanto que o padrão de notícia com diversidade significativa corresponde a apenas 10,57% do universo total das 123 matérias, a expressiva maioria delas, com quase 90%, ou marginalizou a diversidade, ou simplesmente excluiu fontes e versões. O Globo foi o jornal com maior número de matérias construídas com diversidade significativa de fontes e versões, seguido pelo Jornal do Commercio e pela Folha de São Paulo, correspondendo, respectivamente, a 6,50%, 2,44% e 1,63% do universo das 123 notícias.

Contudo, além desses fatores inadequados no tocante à visibilidade da pauta climática e das vozes da sociedade civil na notícia, verificamos também o reducionismo simbólico no

noticiário jornalístico sobre a complexidade dos problemas e desafios da mudança do clima, desqualificando o entendimento do público sobre a gravidade do fenômeno para a sua vida. O primeiro deles foi a marginalização e exclusão de assuntos estratégicos que são pertinentes aos setores socioeconômicos e biofísicos mais vulneráveis ao fenômeno do clima, limitando a percepção social contextualizada dos problemas e as estratégias de adaptação aos seus efeitos.

A Folha de São Paulo, O Globo e o Jornal do Commercio representaram todos os setores socioeconômicos e a maioria dos setores biofísicos, com exceção da temática dos recursos hídricos, mesmo a água doce sendo um tema de destaque no contexto das mudanças do clima, sobretudo para as áreas semiáridas, já que o nível pluviométrico será reduzido drasticamente, agravando os problemas da seca nestas regiões (PBMC, 2012; IPCC, 2007). Outro setor excluído se refere às questões sobre o avanço do mar – mesmo tendo este setor já mostrando atualmente evidências e prejuízos nas comunidades litorâneas em todo o mundo.

Constatamos ainda que quase metade das 123 notícias centrou a pauta nas questões pertinentes ao setor da governança – um assunto inerente ao setor socioeconômico. Avaliamos que a prioridade dada a tal setor foi positiva porque potencializou o objetivo principal da Rio+20, que era encontrar respostas sociopolíticas para os problemas e os desafios quando a sustentabilidade planetária. A outra parcela de notícias sobre assuntos ligados aos setores socioeconômicos relacionou prioritariamente o tema da indústria (8%) e questões referentes à tecnologia (6%). Já os assuntos ligados aos setores energia (2%) e transporte (2%) foram marginalizados. Porém, esses setores são centrais para a discussão adequada das mudanças climáticas, visto que através das matrizes energéticas, tanto as utilizadas pelas indústrias, como aquelas usadas enquanto combustíveis para o transporte, são as principais promotoras da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, ou seja, a causa do advento do fenômeno do clima, e também pelo agravamento dos seus efeitos e impactos.

Em relação aos setores biofísicos noticiados, a prioridade foi dada aos assentamentos humanos urbanos (13%), e aos ecossistemas (7%) - associados somente às florestas – fauna e flora. Os eventos extremos representaram também um setor biofísico que recebeu bastante atenção. O segmento correspondeu a 5% de todo o universo de dados. O destaque aqui foram os assuntos sobre as ilhas de calor, além das secas e enchentes em função do fenômeno do clima. Já os setores saúde (2%) e alimentação (1%) foram marginalizados.

O reducionismo simbólico no noticiário jornalístico também foi identificado na fragmentação da complexidade dos problemas e desafios da mudança do clima. Verificamos uma tendência de desvinculação da causa do fenômeno climático com seus efeitos, impactos e vulnerabilidades junto aos setores biofísicos e socioeconômicos, bem como a separação com os seus desafios para mitigar e adaptar os efeitos e vulnerabilidades diante do fenômeno.

Verificamos que 70% das 123 notícias foram construídas de forma inadequada, sem expor ou a causa do problema do clima, ou o atual problema com os impactos e as vulnerabilidades e/ou deixou de representar as respostas para amenizar o problema (as ações e estratégias de mitigação e/ou adaptação). Esta parcela expressiva de notícias prejudicou consequentemente a formação qualificada da opinião e da vontade do público e, assim, contribuiu para reduzir a percepção social sobre a gravidade das mudanças climáticas.

Das 86 notícias com perfil inadequado, 46 excluíram as causas do problema. Com essa prática, excluiu do público a chance dele interpretar as questões sobre à origem do problema climático e também a sua relação com o modelo de desenvolvimento socioeconômico – visto que foi tal modelo o causador do fenômeno do clima. Outra evidência identificada é que em 91% das matérias com este padrão inadequado, não foi mencionada a vulnerabilidade dos setores socioambientais e biofísicos, limitando ainda mais a interpretação do público para perceber a gravidade do problema climático, pois deixou de contextualizar ou identificar os setores socioeconômicos e biofísicos mais vulneráveis ao fenômeno do clima.

Observamos também que em 80% dessas notícias inadequadas foram excluídas as questões relacionadas às estratégias de adaptação aos efeitos do problema climático; em 42% não foram representadas as ações de mitigação. Avaliamos que, ao não se inserir na notícia as medidas cabíveis para o enfrentamento dos problemas decorrentes do clima, através das estratégias de mitigação e principalmente de adaptação às mudanças do clima, o público não teve o subsídio informativo necessário para reconhecer a necessidade de tais ações dos poderes políticos para conter os efeitos do fenômeno climático.

Apenas 2% das 123 notícias apresentaram um padrão adequado através da representação de todas as implicações dos problemas e desafios relacionados ao fenômeno do clima (causa, impacto, vulnerabilidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas na

matéria). Os 28% restante das notícias foram classificadas com padrão razoável, visto que deixaram de abordar uma ou duas das implicações descritas.

O Jornal do Commercio se destacou dentre os impressos pesquisados no tocante a respectiva produção de notícias com padrão de qualidade. O periódico pernambucano, mesmo tendo produzido uma menor quantidade de matérias em que selecionou o tema da mudança do clima, comparativamente à Folha de São e ao O Globo, foi quem quantitativamente mais elaborou notícias com padrão adequado no período pesquisado.

Todavia, para não incorrer em reducionismo simbólico, uma adequada representação simbólica noticiosa precisa também superar as barreiras à visibilidade da sociedade civil e da periferia, desde que garantindo as versões solidárias dessas camadas sociais por meio do entendimento intersubjetivo sobre os problemas e os desafios colocados pelo fenômeno do clima. Tal construção noticiosa é necessária e adequada porque essas versões solidárias visam contribuir na integração da sociedade de modo mais coeso, contrapondo-se aos valores praticados pelas fontes jornalísticas oficiais, centrados prioritariamente na ultrarracionalidade do poder estatal e econômico.

Entendemos ser possível a referida adequação noticiosa, mesmo diante da estrutura de poder central dos setores dominantes que tolhem a visibilidade comunicativa das demandas da sociedade civil, em função da crise climática que assola a humanidade. E, sobretudo, é possível diante dos impactos que tais fenômenos climáticos podem causar na normatização e no ordenamento dos padrões tradicionais de funcionamento institucional em função da dor humana e do caos socioambiental e político-econômico que são gerados na eventualidade das catástrofes provocadas pelas mudanças do clima. Lembramos que tais catástrofes serão mais frequentes e intensas e, geralmente, recebem ampla visibilidade comunicativa pela mídia, estendendo-se aos poderes públicos instituídos e para toda a sociedade.

Acreditamos desse modo, apesar das pressões da estrutura de poder, que é possível a identificação de uma notícia jornalística adequada para contribuir na formação qualificada da opinião pública sobre a real gravidade das mudanças do clima. Desse modo, a notícia precisa expor denúncia crítica ao atual modelo de desenvolvimento humano que é centrado na perspectiva ultraeconomicista, em detrimento das questões socioambientais. Deve apresentar ainda os problemas socioambientais oriundos da lógica economicista do desenvolvimento

humano enquanto um risco real para a vida humana. E, principalmente, precisa incluir as proposições de leis que a sociedade civil exige do sistema político para buscar amenizar os problemas e desafios, criados pelo modelo economicista de desenvolvimento humano.

Neste sentido, constatamos que, na grande maioria das 123 notícias, não houve a superação das barreiras da estrutura de poder que são limitadoras da visibilidade comunicativa da sociedade civil e das suas respectivas versões solidárias para a integração social. Somente uma pequena parcela de 9% representou as agendas e as posições da sociedade civil.

Embora tenha sido constatada a exclusão das versões da sociedade civil na agenda midiática e o predomínio estruturado para as posições dos segmentos dominantes, verificamos também que, mesmo com frequência reduzida, o jornalismo não é totalmente passivo ao poder e ao interesse dos setores das elites dominantes, nem tais setores são tão onipotentes como convencionalmente é ventilado. Além disso, verificamos também a força da sociedade civil quando está unida, organizada e mobilizada. Ela conseguiu superar as barreiras comunicacionais nos jornais pesquisados, mesmo que em percentuais minoritários. O jornal O Globo foi o impresso que apresentou mais matérias onde a sociedade civil conseguiu superar as barreiras de invisibilidade comunicacional. O jornal carioca produziu cinco notícias nestas características, seguidas pelo Jornal do Commercio, com quatro, e a Folha de São Paulo, com três.

Porém, quando se compara o percentual entre o universo total de matérias que cada jornal produziu selecionando o tema das mudanças climáticas com a quantidade de notícias com o perfil de destaque para a sociedade civil, a colocação dentre os jornais se modificam. O perfil em questão acontece quando a periferia da sociedade civil pôde denunciar o atual modelo de desenvolvimento socioeconômico, e/ou mostrar o risco socioambiental dessa ultrarracionalidade econômica e/ou propor leis contra este modelo de risco e em favor da raça humana e da natureza. O Globo produziu 7% (5) das 76 matérias produzidas. Já a Folha de São Paulo correspondeu a 12% (3) das 26 notícias, e o Jornal do Commercio publicou 18% (4) de 25 matérias.

Descritivamente, observamos que em quase 100% dessas 12 notícias onde os três jornais trouxeram as versões solidárias da sociedade civil foi apresentada a denúncia ao modelo de desenvolvimento humano centrado nas questões econômicas. Contudo, em apenas

25% dessas notícias o problema socioambiental foi exposto como um risco para a vida das pessoas. Além disso, somente em 42% os atores e grupos sociais propuseram novas legislações para amenizar os efeitos das mudanças climáticas ou de outras mazelas da sociedade de risco.

Todavia, ressaltamos que todas as três implicações de tal versão solidária da sociedade civil foram inseridas na notícia (denunciar o modelo / expor o risco / propor leis) em apenas 17% dessas 12 matérias, o que significa somente duas matérias do universo total de 638 publicadas sobre a Rio+20 nos três jornais em 71 dias pesquisados. Essas duas matérias foram publicadas pelo jornal O Globo, nos dias 5 e 26 de junho de 2012.

Diante de todo o exposto, reafirmamos que a percepção e a problematização social da gravidade do fenômeno do clima estão fundamentalmente relacionadas à qualidade da produção da representação jornalística sobre a questão. Ou seja, quando a notícia é construída inadequadamente afeta de forma material e objetiva, através da intersubjetividade do público, a identificação social da questão na esfera pública, limitando conseqüentemente a possibilidade de empoderamento e pressões sociais para fazer o sistema político implementar leis necessárias para conter os impactos de tais problemas.

Dessa forma, entendemos que uma adequada notícia jornalística para qualificar a formação da opinião e da vontade públicas sobre as mudanças climáticas precisa selecionar o referido tema com uma frequência maior em função de sua significativa gravidade social. Também deve garantir o acesso das fontes e versões solidárias da sociedade civil e da periferia sobre a questão. O jornalismo precisa dotar de sentido social as notícias sobre os assuntos relativos aos setores socioambientais e biofísicos mais vulneráveis ao fenômeno do clima. Além disso, deve ainda inserir todas as implicações dos problemas e dos desafios decorrentes das mudanças do clima.

De todo modo, ratificamos o significativo poder do jornalismo na sociedade contemporânea no tocante à constituição de sentido social sobre os temas levantados na discussão pública, uma vez que, através da notícia, torna-se o mediador/articulador central e estratégico da construção social da realidade. Dessa maneira, acreditamos ter reforçado a perspectiva de que o jornalismo é de extrema relevância social para fortalecer a democracia e é imprescindível para contribuir objetivamente no fortalecimento da cidadania. Porém, tal

concepção somente é adequada quando as notícias são produzidas de forma qualificada para o entendimento do público, sob pena de provocar efeitos negativos na vida social.

Infelizmente, verificamos inadequações em todos os aspectos categorizados e investigados na pesquisa sobre a representação noticiosa da realidade social das alterações do clima no contexto sócio-histórico da Rio+20. Entendemos que tal conjuntura verificada contribuiu para reduzir as possibilidades de visibilidade pública e política sobre a gravidade do problema e, assim, compreendemos que colaborou para tolher a percepção e problematização social sobre a questão. Neste contexto, consideramos, conseqüentemente, que as notícias contribuíram para a despolitização da sociedade sobre a gravidade das mudanças climáticas para a sua vida. A despolitização social citada acontece em função da falta de visibilidade comunicativa de aspectos relevantes na notícia jornalística, limitando a formação da opinião pública qualificada, o que conseqüentemente reduz a pressão social para encontrar respostas políticas de modo a atenuar a complexidade dos problemas e dos desafios das mudanças climáticas.

Referências

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009;
- ANDI. Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Mudanças Climáticas na Imprensa Brasileira: uma análise de 50 jornais no período de julho de 2005 a junho de 2007**. Brasília/DF, 2007;
- ANJ – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Maiores jornais do Brasil**. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 11 set 2013;
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. Pinheiros: Hucitec, 2006;
- BANCO MUNDIAL. Desenvolvimento e Mudança Climática. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial**. Washington: Unesp. 2010, 415p;
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988;
- BARROS, Antônio Teixeira de; TARGINO, Maria das Graças. **A análise do conteúdo como método qualitativo na pesquisa em Comunicação**. Brasília, 2000. (Mimeo.);
- BARKER, C. **Televisión, globalización e identidades culturales**. Spanish: Paidós: 2003;
- BAUER, Martin W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002;
- BECK, Urlick. **Risco Society: towards a new modernity**. Sage Publications: Great Britain, 1992;
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 33 ed. Petrópolis: Vozes, 2011;
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sári. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal – Porto: Porto, 1994;
- BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. Ideologia, Palavra, Polifonia, Significação e Tema. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008;
- CARVALHO, Anabela. **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Gracio Editor, 2011;
- COOK, John. Quantifying the consensus on anthropogenic global the scientific literature. **Revista Environmental Research Letters**. Reino Unido. V. 8, n. 2, p. 1-8, maio 2013;
- COUTINHO, R.D.S.; ROCHA, H.C.L.; LACERDA, F.F.; SILVA, L.F.M.; FERNANDES, E.; CORREA, R.L. A (Ir)racionalidade Comunicativa das Mudanças Climáticas na Mídia. In: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA DA AMÉRICA LATINA, 2013, Chile. **Crises Emergencias Sociales em América Latina**. Santiago: ALAS – Associação Latinoamericana de Sociologia, 2013a;

COUTINHO, R.D.S.; ROCHA H.C.L.. A (Ir)racionalidade Comunicativa das Mudanças Climáticas na Mídia. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, XV, 2013, Mossoró. **Comunicação em tempos de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades**. Mossoró: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013b;

COUTINHO, R.D.S.; ROCHA H.C.L.; SILVA L.F.M. As representações sociais nos enquadramentos de notícias sobre as mudanças climáticas na imprensa brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO AMBIENTAL, II, 2013, Brasília. **Jornalismo e meio ambiente**. Brasília: Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA, 2013c;

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de Risco e Responsabilidade socioambiental**. 4 ed. Senac: 2003;

EPSTEIN, Isaac. Ciência, poder e comunicação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed, 5 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011;

ESTEVES, João Pissarra. **Opinião Pública**. In: CORREIA, J.C., FERREIRA, G.B., ESPÍRITO SANTO, P. Conceitos de Comunicação Política. Corvilhã: LabCom Books, 2010;

FONSECA JR. Wilson Corrêa da Fonseca Júnior. **Análise do conteúdo**. In: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. Jorge Duarte, Antônio Barros. 2 ed. – 5 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005;

GALTUNG, Johan e RUGE, Holmboe Mari. **Crises em quatro jornais noruegueses: a estrutura de notícias estrangeiras: a apresentação do Congo, em Cuba e Chipre**. Jornal da Pesquisa da Paz, 1965;

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 1989;

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 1999;

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002;

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010;

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia social crítica: como prática de libertação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004;

GUREVITCH, M., BLUMLER, G. “Political Communication Systems and Democratic Values”. In: LICHTENBERG, 1990;

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984;

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Entre facticidade e validade. Volume 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997;

_____. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001;

_____. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002;

_____. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução Flávio Beno Siebeneichler, v. II. São Paulo: WFM Martins Fontes, 2012;

HALL, Stuart. **A redescoberta da “ideologia”**: o retorno do recalcado nos estudos de mídia. In *Culture, society and the media*. Methuen & Co, 1982;

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social da notícia: o *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999;

HERMAN Edward S. A diversidade de notícias: marginalizando a oposição. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2 ed. Lisboa: Vega, 1999;

INCT. INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Relatório de Atividades 2009.2010**. São José dos Campos, 2010 96p. Disponível em: <http://inct.ccst.inpe.br/INCT_report_digital_port.pdf>. Acesso em 05 set 2013;

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Third assessment report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge University Press, Reino Unido: Cambridge, 2007;

INSTITUTO CARBONO BRASIL. **Mudanças climáticas são causadas pelo homem, afirmam 97,1% dos estudos**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias2/noticia=734026>>. Acesso em 16 mai 2013;

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. **Temas relevantes da agenda federativa - maio**. Brasília, 2013;

ISER - INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. **O que as lideranças brasileiras pensam sobre mudanças climáticas e o engajamento do Brasil**. Relatório final, 2008;

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007;

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004;

_____. **Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009;

_____. **Educação ambiental e mudança climática: convivendo em contextos de incerteza e complexidade.** In: CONFERÊNCIA DA TERRA, 2012, João Pessoa. Qualidade de vida, mobilidade e segurança nas cidades. João Pessoa: Fórum Internacional do Meio Ambiente, 2012;

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004;

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir:** a função da universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular. 2012;

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin:** conceitos-chave. Ideologia, Palavra, Polifonia, Significação e Tema. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008;

MMA – Ministério do Meio Ambiente: **Política Nacional sobre Mudança do Clima.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima>>. Acesso em 1 set 2013;

MOLION, Luiz. **Mudanças climáticas e governança global.** In: Folha de São Paulo. São Paulo. 31 de jul. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/57751-mudancas-climaticas-e-governanca-global.shtml>. Acesso em 01 de ago, 2012;

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003;

MOURA, Dione O. **A popularização da informação científica na Sociedade de Risco em busca do diálogo.** In: Comunicação e Espaço Público: publicação do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação. Brasília, ano VI nº 1 e 2, 2003;

OSCAR. Sérgio Cândido de. **A Produção sobre Educação Ambiental nos Mestrados em Educação de Seis Universidades Fluminenses no Período 1995-2005.** Petrópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, UCP, 2006;

O GLOBO. **Mudanças climáticas em último.** Juliana Castro. Rio de Janeiro. 23 de jul. 2013;

PBMC - PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Impacto, vulnerabilidades e adaptações.** Primeiro Relatório de Avaliação Nacional. V. II. Rio de Janeiro, 2012;

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007-2008:** Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido. UM Plaza, New York: PNUD, 2007;

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas – Roberto Jarry Richardso; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). – São Paulo: Atlas, 1999;

RADAR RIO+20. **Perguntas e respostas.** Disponível em:<http://www.radarrio20.org.br/index.php?r=conteudo/view&id=24&idmenu=29>. Acesso em: 11 set 2013;

ROCHA, H. C. L. **Verdade e rigor no Jornalismo**: A intersubjetividade como referência na construção da notícia. In: XVI ENCONTRO DE COMPÓS, 2007, Curitiba. Universidade Tuiuti do Paraná – UTP, 2007;

SÁDABA, T. **Framing**: el encuadre de las noticias: el binômio terrorismo e meios. Buenos Aires: La Crujia, 2008;

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Campinas: Pontes, 1997;

SCHARF, Regina. Verde como dinheiro: Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo. In: VILAS, Boas Sérgio. **Formação e informação ambiental**. São Paulo: Summus, 2004;

SILVA, Laudielcio Ferreira Maciel da. **A educação ambiental de Pernambuco (1979 a 1988)**. Recife, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, 2013;

SILVA, L.F.M., COUTINHO, R.D.S. **Crise ambiental e mudanças climáticas**: saberes que perpassam os campos da educação e da comunicação. Recife: UFPE, 2012;

STELLA, P. R. Palavra. In: BRAIT, Beth. Bakhtin: **conceitos-chave. Ideologia, Palavra, Polifonia, Significação e Tema**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008;

STERN, Nicholas. **The economics of climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006;

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995;

THOMAS, William I. “The Definition of Situation”, em Manis, Jerome G. y Meltzer, Bernard N. (eds.): **Symbolic Interaction**. Allyn and Bacon, Inc., Boston, 1972, pág. 331-336;

TUCHMANN, G. **La producción de la noticia**: estudo sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gili, 1983;

VIZEU, Alfredo; ROCHA, Heitor. **Telejornalismo, ciência e ideologia**: a dificuldade de reconhecimento do estatuto científico da comunicação. O Brasil (é-di)tado - Primeiro volume - Coleção Jornalismo Audiovisual, Juiz de Fora, UFJF, 2012a;

_____. **Um olhar sobre o Jornalismo**: O Observatório da Imprensa Pernambucana. Projeto de Extensão, SIGPROJ/MEC 2012b. Disponível em: http://sigproj1.mec.gov.br/projetos/imprimir.php?modalidade=0&projeto_id=105247&local=home&modo=1&original=1. Acesso em: 01 de set 2013.

Anexos

Relação de manchetes do Jornal do Commercio – 13 de maio a 22 de junho de 2012

Relação de manchetes do jornal Folha de São Paulo – 13 de maio a 22 de junho de 2012

Relação de manchetes do jornal O Globo – 13 de maio a 22 de junho de 2012

Anexo 1

Relação de manchetes do Jornal do Commercio – 13 de maio a 22 de junho de 2012

Período anterior a realização da Rio+20 (13 de maio a 12 de junho de 2012):

DATA	TÍTULO	EDITORIA
15/05/2012	Campanha mobiliza o Brasil para a Rio+20	Cidades
17/05/2012	Bicicleta elétrica será regularizada	Brasil
18/05/2012	Líder do Irã garante presença na Rio+20	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
23/05/2012	NE10 converte especial em e-book	Tecnologia
24/05/2012	Tempo de calmaria na moda	Caderno C
26/05/2012	ONGS fazem duras críticas ao governo	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
27/05/2012	Brasileiro tem melhor noção sobre a Rio+20	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
28/05/2012	Ambev defende garrafa de vidro	Economia
01/06/2012	Pernambuco levará planos para Rio+20	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
01/06/2012	Navio sustentável atraca no Recife	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
02/06/2012	NE10 lança série especial Você+20	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
02/06/2012	O guerreiro verde no Recife	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
03/06/2012	Navio sustentável atrai muita gente	Capa Dois
04/06/2012	Fechado maior lixão da América Latina	Brasil
04/06/2012	Um ato em defesa do Rio Capibaribe	Capa Dois
06/06/2012	Mais áreas protegidas no País	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
06/06/2012	Ruralistas dominam comissão do Código	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
06/06/2012	Interior será destino do datacenter	Tecnologia
07/06/2012	Os guerreiros voluntários	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
07/06/2012	Navio chega à Bahia e recebe os visitantes	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
07/06/2012	Os ecologistas do futuro	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
08/06/2012	Fogão solar evita a destruição de matas	Cidades-Ciência e Meio Ambiente

10/06/2012	Sem clima para muita euforia	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
11/06/2012	Empresas mais sustentáveis	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
11/06/2012	Protocolo de Quioto em destaque	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
12/06/2012	JC trás cobertura especial da Rio+20	Capa Dois
12/06/2012	Pernambuco mostra a cara e dá exemplos	Cidades
12/06/2012	Alunos do Estado vão levar experimentos	Cidades
12/06/2012	Crise internacional pode ofuscar evento	Cidades
12/06/2012	O difícil desafio de crescer e preservar	Cidades
12/06/2012	Cobertura multimídia é no NE10	Cidades

Período durante a realização da Rio+20 (13 a 22 de junho de 2012):

DATA	TÍTULO	EDITORIA
13/06/2012	Uma biblioteca feita de livros e de pessoas	Cidades
13/06/2012	Ministra ver possibilidade de sucesso	Cidades
13/06/2012	Velho gigante do futebol é símbolo de sustentabilidade	Cidades
13/06/2012	O grito dos descontentes	Cidades
13/06/2012	O futuro do planeta está nos olhos deles	Cidades
14/06/2012	Fundo de bilhões, a saída para o planeta	Cidades
14/06/2012	Dilma pede compromisso	Cidades
14/06/2012	Pernambuco começa hoje a participação	Cidades
14/06/2012	Conceitos e divergências entre ONGs	Cidades
14/06/2012	Acadêmicos fazem alerta para consumo	Cidades
14/06/2012	Lula passa por novos exames na laringe	Política
14/06/2012	Henry: festa e política na pré-campanha	Política
15/06/2012	Consenso ainda é um sonho distante	Cidades
15/06/2012	Retórica impede acordos	Cidades
15/06/2012	Pernambuco revela o seu grande desafio	Cidades
15/06/2012	Crise põe em xeque plano de fundo verde	Cidades
15/06/2012	Dia de cobranças e ironia em protestos	Cidades
15/06/2012	PSB só aceita o PT na vice	Política
15/06/2012	Não há mais vestígios de câncer em Lula	Política
15/06/2012	PV no palanque do governador	Política
16/06/2012	A difícil missão de destravar as negociações	Cidades
16/06/2012	Índios cobram terras na Cúpula dos Povos	Cidades
16/06/2012	Mais segurança para chefes de alto risco	Cidades
16/06/2012	Pernambuco divulga turismo com inclusão	Cidades
16/06/2012	Rio+20 seca e desertificação	Galera JC
17/06/2012	Impasse faz Brasil alterar as propostas	Brasil
17/06/2012	É hora de decidir rumo do planeta	Cidades

17/06/2012	Amcham lança publicações sobre economia verde durante a Rio+20	Classificados
17/06/2012	Paraguai busca elucidar massacre	Internacional
17/06/2012	Energia limpa	Veículos
18/06/2012	Conferência Rio+20 é destaque na Globo	Caderno C
18/06/2012	Brasil é o 5º em riqueza verde	Cidades
18/06/2012	Atos contra o presidente do Irã e a poluição	Cidades
19/06/2012	Tentativa de aglutinar os descontentes	Cidades
19/06/2012	Unidos para recuperar florestas	Cidades
19/06/2012	Matéria-prima que vem da natureza	Cidades
19/06/2012	Eventos paralelos chamam a atenção	Cidades
19/06/2012	Emergentes querem mais poder	Economia
20/06/2012	Greve paralisa 70 postos consulares	Brasil
20/06/2012	Decisão para o futuro	Cidades
20/06/2012	Pães contra tanques de guerra	Cidades
20/06/2012	Comitivas complicam o trânsito	Cidades
20/06/2012	Entidades fazem protesto no Recife	Cidades
20/06/2012	Morales se reúne com Ahmadinejad	Internacional
20/06/2012	Lugo cancela viagem depois de massacre	Internacional
20/06/2012	Microsoft zera emissão de carbono	Tecnologia
21/06/2012	PSB vai lançar Geraldo Júlio	Política
21/06/2012	ONU cobra ação a chefes de Estado	Cidades
21/06/2012	Acordo para combater a fome e a seca	Cidades
21/06/2012	Índios esbarram em muralha	Cidades
21/06/2012	Projeção menor do PIB irrita Mantega	Economia
21/06/2012	Países buscam saída para Julian Assange	Internacional
21/06/2012	Ex-presidente em nova foto: com Dilma	Política
21/06/2012	Mensalão: julgamento em um mês	Política
22/06/2012	Índios e MST se mobilizam	Cidades
22/06/2012	Brasil faz ONU recuar	Cidades
22/06/2012	Direito reprodutivo em xeque	Cidades
22/06/2012	Pressão por aumento da gasolina	Economia
22/06/2012	Chanceleres da Unasul já em Assunção	Internacional
22/06/2012	Colômbia critica Uruguai	Internacional
22/06/2012	Fim de teto salarial é retrocesso, diz ministro	Política

Período posterior a realização da Rio+20(23 de junho a 22 de julho de 2012:

DATA	TÍTULO	EDITORIA
23/06/2012	Críticas e lista de promessas	Cidades-Ciência e Meio Ambiente

23/06/2012	Secretário lembra que metas dependem dos governantes	Cidades-Ciência e Meio Ambiente
23/06/2012	Crianças entregam proposta	Cidades
23/06/2012	Destaque para direitos femininos	Cidades
23/06/2012	Sebrae aponta linhas para gestão sustentável	Economia - JC negócios
23/06/2012	Preservar é a nossa praia	Galera JC
23/06/2012	América do Sul reage a "golpe"	Internacional
23/06/2012	Dilma: nem ódio, nem perdão	Política
23/06/2012	Presidente chama Lula de "meu líder"	Política
24/06/2012	Terra de ninguém	Internacional
27/06/2012	Produzir energia limpa é a meta	Tecnologia
04/07/1012	Drama de africana chega ao fim	Brasil
07/07/1012	Parceria com os leitores	Galera JC
11/07/1012	Campos Party falará de qualidade de vida	Tecnologia
14/07/1012	Limpeza no quinto rio mais poluído do país	Cidades

Anexo 2

Relação de manchetes do jornal Folha de São Paulo – 13 de maio a 22 de junho de 2012

Período anterior a realização da Rio+20 (13 de maio a 12 de junho de 2012):

DATA	TÍTULO	EDITORIA
14/05/2012	ONGs prometem acompanhamentos no Rio durante cúpula	Cotidiano
15/05/2012	Campanha da ONU usa Ronaldo e Gisele para anunciar cúpula	Saúde + ciência
15/05/2012	Folha lança aplicativo sobre a Rio+20	Saúde + ciência
16/05/2012	Só 6% sabem o que é conferência da ONU	Ciência + saúde
16/05/2012	Emergentes vão dominar diálogo na conferência	Ciência + saúde
17/05/2012	Servidores ameaçam fazer greve durante conferência	Ciência + saúde
17/05/2012	Área de conservação em Abrolhos vai ser adiada	Ciência + saúde
19/05/2012	ONU lista 56 recomendações para um mundo sustentável	Ciência + saúde
22/05/2012	Rio terá centro para economia verde, diz Minc	Ciência + saúde
22/05/2012	Governo prepara projeto de incentivo aos orgânicos	Mercado
23/05/2012	Por 360 votos a 29, Câmara aprova PEC do trabalho escravo	Poder
24/05/2012	Folha lança aplicativo de smartphone sobre cúpula	Saúde + ciência
25/05/2012	Anistia aos desmatadores será vetada hoje por Dilma	Poder
26/05/2012	Ruralistas e verdes atacam vetos ao Código Florestal	CAPA
26/05/2012	Pacote de estímulo ignora a economia verde, dizem críticos	Ciência + saúde

26/05/2012	Pequena empresa também se preocupa com sustentabilidade	Mercado
26/05/2012	Cúpula deve restringir operação no Galeão	Mercado
26/05/2012	Ambientalistas e ruralistas criticam, mas Congresso apoia	Poder
26/05/2012	Veto de Dilma reabre debate no Congresso sobre lei ambiental	Poder
27/05/2012	Cidade 100% limpa	Saúde + ciência
27/05/2012	A riqueza cultural da periferia é exemplo de cidadania	Suplemento - São Paulo SP
28/05/2012	Megalixão no Rio fecha sem dados sobre dano ambiental	Cotidiano
29/05/2012	FHC vê 'falta de urgência' em debates sobre a cúpula	Ciência + saúde
29/05/2012	Rio+20 terá quase metade da segurança da Eco-92	Cotidiano
30/05/2012	Pagamento por ocas da cúpula gera disputa entre índios	Ciência + saúde
30/05/2012	Ban Ki-moon pede mais foco a diplomatas	Ciência + saúde
31/05/2012	Cúpula não vai compensar poluição de voos	Ciência + saúde
31/05/2012	Empresas lidam melhor com metas, diz ONU	Ciência + saúde
01/06/2012	Cúpula não dará prazos para economia verde	Ciência + saúde
01/06/2012	É preciso ter cuidado para não pintar a besta de verde	Ciência + saúde
02/06/2012	Dilma prepara o seu 1º pacote ambiental para a próxima terça	Ciência + saúde
02/06/2012	Emergentes têm de se unir para criar 'economias verdes'	Ciência + saúde
03/06/2012	Com Rio+20 Paes começa campanha para reeleição	Poder
04/06/2012	Rio fecha maior lixão da América Latina	Cotidiano
05/06/2012	Sem clima para utopia	Especial Rio+20
05/06/2012	Voz que calou o mundo há 20 anos volta ao Brasil	Especial Rio+20
05/06/2012	Uma guerra entre ricos e novos-ricos	Especial Rio+20
05/06/2012	Cada grupo tem a sua ideia de economia verde	Especial Rio+20
05/06/2012	O velho PIB e a riqueza desmedida	Especial Rio+20
05/06/2012	ONU quer Felicidade Interna Bruta para todos	Especial Rio+20
05/06/2012	A indústria apresenta sua lição de casa	Especial Rio+20
05/06/2012	Indicadores verdes são a próxima meta	Especial Rio+20
05/06/2012	Empresas se preparam para a conferência	Especial Rio+20
05/06/2012	Construção civil precisa puxar a mudança	Especial Rio+20
05/06/2012	Vamos ter comida para 9 bilhões?	Especial Rio+20
05/06/2012	Raspas e restos me interessam	Especial

		Rio+20
05/06/2012	Da maquiagem verde ao 'reino da baboseira'	Especial Rio+20
05/06/2012	Xingu aproveita Rio+20 e faz evento contra usina	Especial Rio+20
05/06/2012	Gisele Bündchen planta árvore e entrega prêmio a "Campeões da Terra" da ONU	Saúde + ciência
06/06/2012	Dilma lança 'pacote verde' para a cúpula	Ciência + saúde
06/06/2012	Governo divulga recorde de baixa em desmatamento	Ciência + saúde
07/06/2012	Só 4 de 9 metas ambientais têm avanço	Ciência + saúde
08/06/2012	PIB é uma medida incompleta e até enganosa da riqueza	Ciência + saúde
08/06/2012	Primeiras-damas vão ter segurança especial no Rio	Cotidiano
08/06/2012	Haddad faz ofensiva para atrair eleitorado que votou em Marina	Poder
09/06/2012	Respiração e calçada geram energia limpa	Saúde + ciência
09/06/2012	Governo dobra diárias de quem vai à cúpula	Saúde + ciência
10/06/2012	Japão reconstrói as suas cidades com tecnologias limpas	Ciência + saúde
10/06/2012	Cidades sustentáveis são um dos temas principais na conferência	Ciência + saúde
11/06/2012	Ignorância fortalece impacto ambiental'	Ciência + saúde
11/06/2012	Cúpula da ONU vira 'obsessão' para Dilma	Ciência + saúde
11/06/2012	Última reunião pré-conferência começa quarta	Ciência + saúde
12/06/2012	Conferência começa amanhã com impasse entre ricos e pobres	Cotidiano

Período durante a realização da Rio+20 (13 a 22 de junho de 2012):

DATA	TÍTULO	EDITORIA
13/06/1012	Vontade política mundial diminui e urgência cresce'	Cotidiano
13/06/1012	Acordo final vai depender de liderança brasileira	Cotidiano
13/06/1012	Ricos devem pagar a conta, diz indústria	Cotidiano
14/06/2012	Emergentes propõem fundo de US\$ 30 bi para economia verde	Cotidiano
14/06/2012	Conferência pode entrar para a história como 'Cúpula dos Mares'	Cotidiano
14/06/2012	Agência tem plano para salvar matas ciliares	Cotidiano
15/06/2012	Petrobras anuncia corte de gastos em energia verde	CAPA
15/06/2012	Plano da Petrobras aumenta investimentos em energia suja	Cotidiano
15/06/2012	Humanidade é a 'Disneylândia ambiental' com recorde de público	Cotidiano
15/06/2012	Indústria pressiona e Rio engaveta redução de emissões	Cotidiano
15/06/2012	Pará tem plano para 'zerar', até 2020, o seu desmatamento	Cotidiano
15/06/2012	Dinheiro trava a última rodada de negociações	Cotidiano

15/06/2012	EUA ganham 'Fóssil do Dia'	Cotidiano
16/06/2012	Brasil quer exportar Bolsa Família 'verde'	Cotidiano
16/06/2012	Repasse é feito a famílias em troca de preservação	Cotidiano
16/06/2012	Petrobras diz que faltam bons projetos em biocombustíveis	Cotidiano
16/06/2012	Com trânsito, qualidade do ar piora no Riocentro	Cotidiano
16/06/2012	Cacique Raoni, 82, abre Cúpula dos Povos: 'Estou vivo e lutando'	Cotidiano
16/06/2012	EUA afirmam que não faz mais sentido diferenciar ricos e pobres	Cotidiano
16/06/2012	Excursão leva visitantes para conhecer empresas "tóxicas"	Cotidiano
17/06/2012	Para salvar Cúpula, Brasil transforma oceano em prioridade	Poder
17/06/2012	EUA não podem 'matar' compromissos, afirma negociador chinês	Poder
17/06/2012	É ODA	Poder
18/06/2012	Brasil exclui agência ambiental de texto	Cotidiano
18/06/2012	ONU cria outra forma de medir riqueza	Cotidiano
18/06/2012	Painel de 'experts' recomenda zerar desmate até 2020	Cotidiano
18/06/2012	Comida vencida tira o apetite dos indígenas na Cúpula dos Povos	Cotidiano
18/06/2012	Cidades terão metas para cortar poluição	Cotidiano
18/06/2012	Empresas não fazem relatório ambiental	Folhainvest-mercado
19/06/2012	Governo vai destinar R\$ 2 bi para projetos de inovação sustentável	Cotidiano
19/06/2012	Acampamento na zona norte tem banho frio e toque de recolher	Cotidiano
19/06/2012	"Nós viramos robôs de fazer dinheiro" critica Nobel da Paz	Cotidiano
19/06/2012	Texto final do Brasil é considerado fraco por UE	Cotidiano
19/06/2012	Vaticano faz pressão em trechos que reafirmam direito da mulher	Cotidiano
20/06/2012	Líderes globais recebem hoje documento genérico	Cotidiano
20/06/2013	Decisões difíceis são jogadas para depois	Cotidiano
20/06/2013	Declaração é fracasso colossal' dizem ativistas	Cotidiano
20/06/2013	Mulheres protestam por 'direitos reprodutivos'	Cotidiano
20/06/2013	Reunião de alto nível começa esvaziada	Cotidiano
20/06/2013	Poluição nas metrópoles cai até 2030, prevê acordo	Cotidiano
20/06/2013	Prefeito de NY quer 'resultado tangível'	Cotidiano
20/06/2013	Crise prova que atual modelo econômico é inviável'	Cotidiano
22/06/2012	ONGs vão à ONU contra resultado da cúpula	Cotidiano
22/06/2012	Protesto-surpresa vai de nudismo a 'poesia'	Cotidiano
22/06/2012	Via Campesina invade exposição agrícola na Rio+20	Cotidiano
22/06/2012	Dilma mostra irritação ao ser criticada na Cúpula de Mulheres	Cotidiano
22/06/2012	Pressionado, secretário da ONU recua e elogia texto	Cotidiano

Período posterior a realização da Rio+20(23 de junho a 22 de julho de 2012):

DATA	TÍTULO	EDITORIA
23/06/2012	Conferência repete promessas e adia ações para 2015	Cotidiano
23/06/2012	A ambição baixa do encontro reflete indefinição global	Cotidiano
23/06/2012	Cúpula dos povos acaba com carta genérica e imensa lista de pedidos	Cotidiano
23/06/2012	Texto é 'rico em iniciativas', diz o diretor ambiental da ONU	Cotidiano
23/06/2012	Secretário-geral do evento anuncia saída das Nações Unidas	Cotidiano
23/06/2012	Apagados, EUA mandam Hillary só no último dia	Cotidiano
23/06/2012	Segurança veta acesso de repórter da Folha a evento no Riocentro	Cotidiano
24/06/2012	Antes da Rio+40	Mercado
25/06/2012	Inação está levando o planeta ao limite'	Ciência + saúde
25/06/2012	Conferência atraiu cerca de 110 mil turistas	Cotidiano
25/06/2012	Rio+20 cobra relatório ambiental na Bolsa	Folhainvest-mercado
27/06/2012	Terrorismo sobre o clima é ameaça a soberania nacional	Ciência + saúde
03/07/2012	Furtada no Rio, africana fica 9 dias sem poder viajar	Cotidiano

Anexo 3

Relação de manchetes do jornal O Globo – 13 de maio a 22 de junho de 2012

Período anterior a realização da Rio+20 (13 de maio a 12 de junho de 2012):

DATA	TÍTULO	EDITORIA
13/05/2012	Rio, vendedor mundial de créditos de carbono	Economia
13/05/2012	Algo de insustentável no ar	Rio
14/05/2012	Cúpula dos Povos vai combater economia verde	Economia
14/05/2012	O aço que engole a floresta	Economia
14/05/2012	Paes: diárias de hotéis para a Rio+20 são 'exorbitantes'	Rio
14/05/2012	Suíte mais cara do que em Nova York	Rio
15/05/2012	Carvão ilegal responde por 20% de todo o desmatamento em Carajás	Economia
15/05/2012	ONU rebate crítica à economia verde	Economia
15/05/2012	Pague menos para vir	Rio
15/05/2012	Ministra ficará em casa de parentes	Rio

15/05/2012	Cidade terá monitoramento anual de emissão de gases	Rio
15/05/2012	Deputados europeus cancelaram viagem	Rio
16/05/2012	Hotéis 3 estrelas cobram diárias de estabelecimentos de luxo na Rio+20	Rio
16/05/2012	Negociação direta promete baixar diárias	Rio
17/05/2012	Empresas terão que se tornar sustentáveis	Economia
17/05/2012	Líderes da Espanha participarão da Rio+20	Economia
17/05/2012	Sustentabilidade: sem esperar políticas públicas	Economia
17/05/2012	Diárias reduzidas em até 60%	Rio
17/05/2012	Preços de pacotes provocaram críticas	Rio
17/05/2012	Governo prepara planos para aeroportos	Rio
18/05/2012	Naturalmente incomuns	Ciência
18/05/2012	Rio+20: com Irã já são 116 chefes de estado	Economia
18/05/2012	O GLOBO lança jogo sobre golfinho ameaçado	Economia
18/05/2012	Batalhão florestal sob o fogo da polêmica	Rio
18/05/2012	Câmara aprova feriado escolar durante a Rio+20	Rio
19/05/2012	Policiais receberão gratificação na Rio+20	Rio
19/05/2012	Quase 14 mil diárias devolvidas à rede hoteleira	Rio
19/05/2012	No cardápio, paella na laje	Rio
19/05/2012	O Brasil sem amianto	Globo
20/05/2012	No país, queda de braços entre os que produzem com e sem fibra	Economia
20/05/2012	Duas cidades ligadas pelo amianto	Economia
20/05/2012	China com nova imagem na Rio+20	Economia
20/05/2012	Na rocha, um rastro de polêmica	Economia
20/05/2012	Estações de menos, frota 3 vezes maior	Rio
21/05/2012	Indenizações milionárias	Economia
22/05/2012	Sem saúde, não há desenvolvimento'	Ciência
22/05/2012	Desafio do Rio é acordo climático global	Ciência
22/05/2012	Guerra do amianto chega às universidades	Economia
22/05/2012	Montagem da Cúpula dos Povos está atrasada	Rio
22/05/2012	Aldeia Kari-oça, enfim, começará a ser erguida	Rio
23/05/2012	Amianto: processo se espalham na Europa	Economia
23/05/2012	E-lixo' ganhará exército de catadores no Rio	Rio
24/05/2012	Dilma fará vetos ao código florestal de olho na Rio+20	CAPA
24/05/2012	As dez espécies de 2011	Ciência
24/05/2012	Compras públicas sustentáveis estão p sair	Economia
24/05/2012	Dilma define hoje os vetos ao código florestal	País

24/05/2012	Obras serão suspensas durante a conferência	Rio
25/05/2012	ONU cobra responsabilidades de países	Economia
25/05/2012	Índios chegam ao Rio para construir aldeia	Rio
26/05/2012	Dilma enfrenta ONGs e ruralistas com 11 vetos	CAPA
26/05/2012	Forte terá seminários e exposição	Economia
26/05/2012	Solidariedade, o lema para o mundo da Rio+20	Economia
26/05/2012	Ambientalistas acham que Dilma atendeu a interesses políticos	País
26/05/2012	Ruralistas se dividem sobre as mudanças	País
26/05/2012	Imprensa internacional faz críticas à decisão	País
26/05/2012	Sem anistia para os desmatadores	País
26/05/2012	Tramitação das medidas preocupa Dilma	País
26/05/2012	Galeão deve restringir voos domésticos durante Rio+20	Rio
26/05/2012	Sustentabilidade na Quinta	Rio
27/05/2012	Falta entusiasmo no governo Dilma	Economia
27/05/2012	Ministra nega restrição de voos no Galeão	Rio
27/05/2012	Favelas com UPPs no roteiro de autoridades	Rio
28/05/2012	BBB rural' entrará no ar durante a Rio+20	Rio
29/05/2012	O cálculo das riquezas naturais na Rio+20	Economia
29/05/2012	Recomeça hoje o debate sobre o texto da Rio+20	Economia
29/05/2012	Ambev investe em vidro retornável no mercado e na TV	Economia
29/05/2012	Governo volta atrás em mudança de código	País
29/05/2012	Queixas de ruralistas e ambientalistas	País
29/05/2012	Tropas já a caminho	Rio
29/05/2012	Escolta reunirá 416 batedores	Rio
30/05/2012	O novo triângulo do desmatamento	Ciência
30/05/2012	Apesar do apelo da ONU, rascunho da Rio+20 empaca em detalhes	Economia
30/05/2012	Só Niemeyer terá esquema especial de trânsito	Rio
30/05/2012	Projeto Heróis do Futuro leva às escolas debate sobre a conferência	Rio
30/05/2012	Cúpula dos Povos não poderá usar área do monumento aos Pracinhas	Rio
31/05/2012	Rio+20 premiará personalidades	Economia
31/05/2012	Dilma defende sustentabilidade e crescimento	Economia
31/05/2012	Executivos discutirão mudanças	Economia
31/05/2012	Terrorista não atinge seu alvo no teste da PF	Rio
31/05/2012	Parque dos Atletas pronto para a Rio+20	Rio

31/05/2012	Para deixar a praia como o carioca merece	Rio
31/05/2012	O primeiro ruído da Rio+20	Rio
31/05/2012	Estado gastou até agora R\$ 12 milhões	Rio
31/05/2012	Riocentro será entregue no dia 5	Rio
31/05/2012	Agora sobram vagas nos hotéis	Rio
01/06/2012	Líderes ainda sem consenso sobre a Rio+20	Economia
01/06/2012	Prefeitura decide caçar licença de 24 taxistas	Rio
01/06/2012	Evento na Quinta da Boa Vista une ecologia e lazer	Rio
02/06/2012	Governo retoma ideia de automóvel híbrido	Economia
02/06/2012	Contagem regressiva nos pavilhões do Riocentro	Rio
02/06/2012	Caixas suspensas em Copacabana	Rio
03/06/2012	Temos de resgatar o consumidor cidadão'	Economia
03/06/2012	Compenhague e a meta de ser carbono neutro	Economia
03/06/2012	Negociações fracassam em Nova York	Economia
03/06/2012	É preguiça mesmo. Tenho a roupa, mas é quente e incômoda'	Rio
03/06/2012	Controle de resíduos em hortaliças é mínimo	Rio
03/06/2012	Escolas vão discutir preservação das toninhas	Rio
03/06/2012	Manual de turismo verde é lançado no Rio	Rio
03/06/2012	A silenciosa praga das lavouras	Rio
04/06/2012	Lojas burlam lei e vendem agrotóxico sem receita	CAPA
04/06/2012	Estocolmo, onde tudo começou	Economia
04/06/2012	Venda sem controle	Rio
04/06/2012	Anvisa estuda mais rigor na fiscalização	Rio
04/06/2012	Cúpula dos Povos começa a ganhar forma	Rio
04/06/2012	Capital federal entra no ritmo da sustentabilidade	Rio
05/06/2012	Congresso desafia Dilma com 620 emendas a Código Florestal	CAPA
05/06/2012	Uma região no vermelho	Ciência
05/06/2012	Ministra aprova 'rascunho zero' da Rio+20	Economia
05/06/2012	Há responsabilidade de responder ao mundo	Economia
05/06/2012	Congresso reage a vetos de Dilma	País
05/06/2012	Governo cria seis reservas indígenas	País
05/06/2012	Tóxico também para o ambiente	Rio
05/06/2012	Só 30% das embalagens são recolhidas no Rio	Rio
05/06/2012	Exército já patrulha Riocentro para Rio+20	Rio
05/06/2012	A beleza sustentável	Rio
05/06/2012	Mutirão combaterá sujeira deixada nas praias	Rio
05/06/2012	Senhores da terra	Suplemento Rio+20

05/06/2012	Mergulho na última fronteira	Suplemento Rio+20
05/06/2012	Brasil à frente na corrida pelos mares	Suplemento Rio+20
05/06/2012	País começa a explorar energia limpa das ondas	Suplemento Rio+20
05/06/2012	Eletricidade no encontro do rio com o mar	Suplemento Rio+20
05/06/2012	Para Tião Santos, automação não é um problema	Suplemento Razão Social
05/06/2012	"Rio+20 não quer ouvir as populações da Amazônia brasileira"	Suplemento Razão Social
05/06/2012	Encontro discutirá a economia ecológica	Suplemento Razão Social
05/06/2012	Economistas debatem sobre o novo Rascunho Zero (OBS.: Em 2 partes/arquivos)	Suplemento Razão Social
06/06/2012	Curitiba terá frota de ônibus híbrido	Economia
06/06/2012	Não haverá tempo para uma Rio+40'	Economia
06/06/2012	Queda de braço longe do fim	País
06/06/2012	Dilma exalta código e ataca 'egoísmo burro'	País
06/06/2012	Críticas ao "veta tudo Dilma"	País
06/06/2012	Riocentro já é território nas Nações Unidas	Rio
06/06/2012	Lixo leve se torna um fardo na areia	Rio
06/06/2012	Sustentabilidade é debatida no Museu Nacional	Rio
06/06/2012	Pouco fiscal para muito agrotóxico	Rio
07/06/2012	Poluição do ar causa seis milhões de morte por ano	CAPA
07/06/2012	Urgência planetária	Ciência
07/06/2012	Mudanças irreversíveis	Ciência
07/06/2012	Votação de MP do código só depois da Rio+20	País
07/06/2012	Os mitos e as verdades sobre agrotóxicos	Rio
07/06/2012	Estado agora tem decreto sobre licitações verdes	Rio
07/06/2012	Helicóptero pousa na praia para prender ladrões	Rio
07/06/2012	Militares simulam resgate na Rio+20	Rio
08/06/2012	Aquecedor do planeta ligado em nível recorde	Ciência
08/06/2012	Governo quer beneficiar empresas verdes	Economia
08/06/2012	O futuro da terra depende do mar	Economia
08/06/2012	O trabalho formiguinha que faz a diferença	Rio
08/06/2012	Jovens se 'aquecem' para a conferência da ONU	Rio
09/06/2012	Hollande: 'Urgência maior é o meio ambiente'	Economia
09/06/2012	Brasil trará, ao menos, 10 delegações à Rio+20	Economia
09/06/2012	Rio e Filadélfia: cidades como exemplos 'verdes'	Economia
09/06/2012	Comboio simula a chegada de autoridades	Rio
09/06/2012	União dobra o valor das diárias de servidores	Rio

09/06/2012	Amanhã, chova ou faça sol, dia de faxina na praia	Rio
10/06/2012	Prédios verdes' do Rio vão ter redução de impostos	CAPA
10/06/2012	Governo se prepara para medir PIB verde	Economia
10/06/2012	Nova medida vem do apelo da sociedade	Economia
10/06/2012	Rio, de capital do Petróleo à geração de energia limpa	Economia
10/06/2012	A Racionalidade é verde	Rio
10/06/2012	Novo parque criará corredor ecológico	Rio
10/06/2012	Um roteiro sustentável, com jeitinho carioca	Rio
10/06/2012	Lixo vira arte nas mãos de Vik Muniz	Rio
10/06/2012	Em debate, o efeito da poluição nas espécies	Rio
10/06/2012	Água de beber, Camará	Rio
10/06/2012	As voltas que o mundo dá	Suplemento Rio+20
10/06/2012	Visões nem sempre convergentes da Rio+20	Suplemento Rio+20
10/06/2012	A corrida para retomar os rumos do transporte	Suplemento Rio+20
10/06/2012	Poluição enfeia cartão-postal da cidade	Suplemento Rio+20
10/06/2012	Oásis espalhados pela selva de concretos	Suplemento Rio+20
10/06/2012	Floresta da Tijuca terá novos circuitos	Suplemento Rio+20
10/06/2012	Duas realidades para o lixo do Rio	Suplemento Rio+20
10/06/2012	Verdadeiro purgatório da beleza e do caos	Suplemento Rio+20
10/06/2012	Ciência a serviço do meio ambiente	Suplemento Rio+20
10/06/2012	Avanço no conhecimento que vira aplicações práticas	Suplemento Rio+20
10/06/2012	Por uma economia mais limpa	Suplemento Rio+20
11/06/2012	Documento da Rio+20 ainda longe da conclusão	CAPA
11/06/2012	Texto final da Rio+20 ainda tem 75% dos parágrafos em aberto	Economia
11/06/2012	Conferência deve ser mais plural do que a de 92	Economia
11/06/2012	Dada a largada para a Rio+20	Rio
11/06/2012	No Píer, a ciência é pop	Rio
11/06/2012	A união faz a limpeza das praias cariocas	Rio
11/06/2012	Estrangeiros reforçam o time do mutirão	Rio
12/06/2012	Máquina planetária	Especial Planeta Terra
12/06/2012	Por uma política do antropoceno	Especial Planeta Terra
12/06/2012	O menor preço em energia eólica	Especial Rio+20
12/06/2012	Brasil acha difícil acordo com metas	Especial Rio+20
12/06/2012	Militares já patrulham ruas do Rio	Especial Rio+20
12/06/2012	Prefeitura decide mudar esquema de trânsito	Especial Rio+20

12/06/2012	Canivete passa pela segurança	Especial Rio+20
12/06/2012	Paes rebate críticas à ideia de 'prédios verdes'	Especial Rio+20
12/06/2012	Secretário da Rio+20 admite retrocesso na área ambiental	Especial Rio+20
12/06/2012	Coutinho: carros são 'delinquentes relevantes'	Especial Rio+20
12/06/2012	Lonas devem virar ecobags	Especial Rio+20
12/06/2012	Necessidade de mudar padrões atuais de consumo é consenso em fórum	Especial Rio+20
12/06/2012	O Rio deve manter a centralidade na questão climática'	Especial Rio+20
12/06/2012	Ministra critica legislação ambiental	Especial Rio+20

Período durante a realização da Rio+20 (13 a 22 de junho de 2012):

DATA	TÍTULO	EDITORIA
19/06/2012	Rio terá, a partir de amanhã, três de ponto facultativo e feriado escolar	Especial Rio+20
19/06/2012	Um teste de resistência diplomática	Especial Rio+20
20/06/2012	Água, um recurso limitado	Especial Rio+20
20/06/2012	Ambientalistas se dividem sobre impacto de protestos	Especial Rio+20
20/06/2012	Atuação de diplomacia brasileira gera controvérsias	Especial Rio+20
20/06/2012	Chegada de comitivas emperra o trânsito	Especial Rio+20
20/06/2012	Europeus espantam a crise nas suítes do Fosano	Especial Rio+20
20/06/2012	Futuro e imagem da indústria ligados a uma economia verde	Especial Rio+20
20/06/2012	Jornais dos EUA e da Europa reagem a texto com críticas	Especial Rio+20
20/06/2012	Negociadores: acordo fechado era 'o possível'	Especial Rio+20
20/06/2012	Para Dilma, documento é uma vitória para o Brasil	Especial Rio+20
20/06/2012	Proteção para o alto-mar morre na praia	Especial Rio+20
20/06/2012	Sem ambições	Especial Rio+20
21/06/2012	Coca-cola: Brasil lidera programas sustentáveis	Especial Rio+20
21/06/2012	Falta dinheiro para o planeta, não para o FMI	Especial Rio+20
21/06/2012	Índios: arco e fecha devem ser tolerados?	Especial Rio+20
21/06/2012	Indústria brasileira sela pacto pela sustentabilidade	Suplemento Indústria Sustentável
21/06/2012	Indústrias devem buscar energias mais eficientes	Especial Rio+20
21/06/2012	Líderes pedem ousadia e novos compromissos	Especial Rio+20
21/06/2012	Manifestações tomaram conta das ruas do Rio	Especial Rio+20

21/06/2012	O futuro que queríamos' e não foi aprovado	Especial Rio+20
21/06/2012	O povo se levanta	Especial Rio+20
21/06/2012	O recurso mais escasso de todos é o tempo', alerta ONU	Especial Rio+20
21/06/2012	ONGs rejeitam documento da Rio+20; ONU cobra ambição	CAPA
21/06/2012	Pausa para comprar cabelo em Madureira	Especial Rio+20
21/06/2012	Queniana faz críticas à decisão do Vaticano	Especial Rio+20
21/06/2012	Sociedade civil avança mais que empresas	Especial Rio+20
21/06/2012	Transição acelerada para a economia verde	Suplemento Indústria Sustentável
21/06/2012	Um dia depois, reunião para pensar jeito novo de viver	Especial Rio+20
21/06/2012	Vinte anos depois, a mesma reprimenda	Especial Rio+20
22/06/2012	Brittany: 'O documento me deixou enjoada'	Especial Rio+20
22/06/2012	Bye bye, Rio+20: oito delegações já partiram	Especial Rio+20
22/06/2012	Cardozo elogia logística de segurança do Rio	Rio
22/06/2012	Catadora paulistana de lixo recebe prêmio	Especial Rio+20
22/06/2012	Celebridades internacionais defendem o Oceano Ártico	Especial Rio+20
22/06/2012	Dilma admite que recuou em nome do multilateralismo	Especial Rio+20
22/06/2012	Irã e bolivarianos no ataque contra os riscos	Especial Rio+20
22/06/2012	Mega conferência é modelo contestado	CAPA
22/06/2012	O carioca sabe o que todo mundo veio fazer no Rio	Especial Rio+20
22/06/2012	Obras foram as vilãs do trânsito na Rio+20	Rio
22/06/2012	ONU muda o tom e agora defende documento	Especial Rio+20
22/06/2012	Protesto final	Especial Rio+20
22/06/2012	Tardes de consumo nada sustentável	Especial Rio+20
22/06/2012	Turma da Mônica ajuda a cuidar do planeta	Especial Rio+20

Período posterior a realização da Rio+20(23 de junho a 22 de julho de 2012:

DATA	TÍTULO	EDITORIA
23/06/2012	Acabou	Especial Rio+20
23/06/2012	Carta para guiar passos do ministério	Especial Rio+20
23/06/2012	Diversidade que se iguala na luta por um planeta melhor	Especial Rio+20
23/06/2012	Hillary encerra participação tímida dos EUA	Especial Rio+20
23/06/2012	Hora do lazer: momento em que todos concordam	Especial Rio+20
23/06/2012	'Humanidade' caminha para virar mostra itinerante	Especial Rio+20
23/06/2012	Jornal inglês critica a organização do evento do Rio	Especial Rio+20

23/06/2012	Morte de índio cancela ritual de fim de aldeia	Especial Rio+20
23/06/2012	Na Rio+20 crise jogou tudo para depois	CAPA
23/06/2012	Rio ganhará um centro de sustentabilidade	Especial Rio+20
23/06/2012	Sociedade civil promete assumir as rédeas de ações ambientais	Especial Rio+20
23/06/2012	Uma nova agenda para as empresas	Especial Rio+20
23/06/2012	Vaticano usa discurso para condenar abordo	Especial Rio+20
24/06/2012	Código florestal desafia meta de plantio no Rio	Economia
24/06/2012	Documento da Rio+20 dá saudade da Rio 92	Economia
24/06/2012	Esforço para viver uma rotina sustentável	Economia
24/06/2012	Especialistas totalizam as perdas e os ganhos	Economia
24/06/2012	Nada foi resolvido na Rio+20	Economia
24/06/2012	O curso amargo da água doce	Rio
24/06/2012	Parque Madureira será ampliado	Economia
24/06/2012	Protocolo que funciona salva camada de ozônio	Economia
24/06/2012	Um ensaio para a Copa e Olimpíadas	Economia
25/06/2012	Diárias de hotéis, a nota destoante	Economia
25/06/2012	Rio teve 110 mil visitantes, 50% além do previsto	Economia
25/06/2012	Vidas à margem	Rio
26/06/2012	A água suja de cada dia	Rio
26/06/2012	Biodiversidade em baixa	Suplemento Planeta Terra
26/06/2012	Brasil fará mais do que teto da Rio+20 prevê'	Economia
26/06/2012	Desfecho nada verde para grama do Aterro	Rio
26/06/2012	Dilma elogia resultado do encontro	Economia
26/06/2012	Expedição revela riqueza das criaturas errantes dos mares, verdadeiros pulmões azuis do planeta	Suplemento Planeta Terra
26/06/2012	Menino indígena está internado no Andaraí	Rio
26/06/2012	Oceanos ácidos	Suplemento Planeta Terra
26/06/2012	Pré-sal monitorado	Suplemento Planeta Terra
26/06/2012	Um Código Florestal mais restrito	Rio
27/06/2012	Onde as águas são atração	Rio
27/06/2012	Rio+20, uma conferência de paz	Rio
28/06/2012	Aumentam as emissões, aumenta a temperatura	Suplemento Rio Clima
28/06/2012	Mudar para conter a mudança	Suplemento Rio Clima
28/06/2012	Propostas plurais e inovadoras para uma economia verde	Suplemento Rio Clima
28/06/2012	Superar as diferenças é o desafio	Suplemento Rio Clima
28/06/2012	Toma que o esgoto é teu	Rio

29/06/2012	Brasil alcançou novo patamar de governança da sustentabilidade	Suplemento Desafios do Des. e Sustentabilidade
29/06/2012	C-40: promessa de reduzir em 45% a emissão de poluentes	Suplemento Desafios do Des. e Sustentabilidade
29/06/2012	Empresariado está na página da 'economia verde'	Suplemento Desafios do Des. e Sustentabilidade
29/06/2012	Infraero avalia custo da coleta	Suplemento Desafios do Des. e Sustentabilidade
29/06/2012	Mineradora tem o desafio de recompensar o planeta	Suplemento Desafios do Des. e Sustentabilidade
29/06/2012	MMA considera precoce avaliar a Conferência da ONU	Suplemento Desafios do Des. e Sustentabilidade
29/06/2012	O dilema de crescer sem aumentar a degradação ambiental	Suplemento Desafios do Des. e Sustentabilidade
29/06/2012	Rio+20: um roteiro para sustentabilidade futura	Suplemento Desafios do Des. e Sustentabilidade
01/07/2012	Seminário do GLOBO discute legado da Rio+20	Economia
04/07/2012	A guerra da baleia	Ciência
04/07/2012	Depois de oito dias no Rio, nigerina embarca de volta para o seu país	Rio
04/07/2012	Pesquisa: Trânsito foi o recordista de críticas durante a Rio+20	Rio
04/07/2012	Resultados da Rio+20 virão nos próximos anos	Economia
10/07/2012	Alimento e transporte deixam Rio com maior inflação do país	CAPA
10/07/2012	Calor faz história nos EUA	Ciência
10/07/2012	Campanha do GLOBO mobiliza leitores para preservar golfinho	Suplemento Planeta Terra
10/07/2012	Um santuário para toninhas	Suplemento Planeta Terra